

A chegada de Carlucci

Edição comentada e traduzida
dos telegramas da Embaixada dos
EUA em Portugal, revelados nos
Kissinger Cables do *WikiLeaks*



O 25 DE ABRIL VISTO DA EMBAIXADA NORTE-AMERICANA

A chegada de Carlucci

PROSSEGUIMOS A SELECÇÃO, TRADUÇÃO E PUBLICAÇÃO COMENTADA DOS TELEGRAMAS ENVIADOS DA EMBAIXADA DOS EUA EM PORTUGAL para o Departamento de Estado durante o processo revolucionário português. Agora o período que medeia entre o 28 de Setembro e a chegada de Carlucci a Portugal, em Janeiro de 1975. Enquanto uma intensa luta de classes percorre o País, opondo os trabalhadores e o povo em geral às classes e camadas que se encheram de privilégios durante o fascismo. Enquanto o MFA e o Governo português vão concretizando o ambicioso Programa do MFA, dando passos decisivos na Descolonização, na Democracia e para o Desenvolvimento nacional, a embaixada vai continuando o seu labor, tentando quebrar a unidade popular que se forjava com a revolução para dividir as forças populares e isolar os elementos mais consequentes na condução do processo.

Tudo para manter Portugal submisso ao imperialismo e para salvaguardar o modo de produção capitalista.

Uma luta entre os que querem unir aqueles que concordam com o programa do MFA e aqueles que os querem dividir, recorrendo ao anti-comunismo e à mentira.

Outubro

04314_b	Kudogram	15	04425_b	Conteúdo da reunião dos presidentes Ford – Costa Gomes	66
06282_b	Reacção em Espanha aos desenvolvimentos em Portugal	16	04429_b	Conversa com um assessor do Presidente	69
04315_b	Veiga Simão continua na ONU	21	04439_b	Empresa portuguesa reclama que uma entidade dos EUA está a atrasar a compra de equipamento até que a «instabilidade sociopolítica desapareça»	71
04319_b	Líder do Partido Comunista Português (PCP) critica o General Spínola	22	04450_b	Soares entrevistado sobre política externa e estratégia do Partido Socialista	74
04324_b	Algumas reflexões sobre as negociações dos Açores	23	04454_b	As visões de Otelo Saraiva de Carvalho sobre a NATO, a CIA e outros assuntos, expressas numa série de entrevistas à imprensa	79
04337_b	Grupos de artes cénicas solicitados para Portugal	26	04455_b	Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas inicia o que parece ser uma campanha para desacreditar Spínola	82
04338_b	Encontro com o primeiro-ministro Gonçalves	29	04456_b	Victor Alves sobre a situação em Portugal	85
04339_b	Congresso do Partido Comunista marcado para 20 de Outubro	32	04512_b	Governo português retira-se; PAIGC controla Bissau	90
04341_b	Partido Socialista sob pressão crescente para se deslocar para a esquerda	34	04518_b	Trabalho: delegação social-democrata escandinava para ajudar os sindicatos portugueses	91
04343_b	Um dia de trabalho para a nação	37	04524_b	Trabalho: possível visita de Leonard Woodcock a Portugal	92
04347_b	O iate Apollo, acusado de ligações à CIA, expulso da Madeira	40	04525_b	Formação de governo português no exílio	93
04352_b	Mudanças no Governo português	41	04529_b	Governo aprova primeira parte da lei eleitoral que agora vai ao Conselho de Estado e ao Presidente para promulgação	95
04362_b	Comentários de José Harry de Almeida Araújo sobre a situação política portuguesa	45	04531_b	Relações portuguesas com a Índia	100
04363_b	Composição da nova Junta portuguesa	48	04532_b	O Governo português destaca a sua reentrada nas boas graças da ONU	101
04372_b	Aparentemente, o governo fecha a porta à entrada do CDS, que como resultado pode retirar-se da política	51	04537_b	Programa EDX-FY 75 IV - Responsáveis de campanha portugueses	103
04379_b	Recepção dada pela embaixada da Alemanha de Leste em Lisboa	54	04538_b	Representação Khmer na ONU	105
04380_b	Nomeado membro «cidadão» do Conselho de Estado	55	04556_b	Declarações de Costa Gomes no aeroporto, ao regressar dos EUA, enfatizam a NATO	106
04399_b	Assistência sueca aos socialistas portugueses	57	04565_b	PPD realizará o primeiro Congresso em Novembro	108
04408_b	Centristas ganham ronda na Estação de TV	58	04594_b	Conversa com Victor José Costa da Cunha Rego	113
04411_b	Concessão de «bolsa líder» a Francisco Sá Carneiro	59	04598_b	Possíveis visitas do líder do PCP Cunhal a Moscovo, e do primeiro-ministro Gonçalves à Líbia	116
04413_b	Representantes do CDS visitam embaixadores de Lisboa com história sobre possível tentativa do PCP de proibir o partido	60	04604_b	Governo assume gestão de grande banco	118
04414_b	Comentários do ministro dos Negócios Estrangeiros Soares sobre a situação política portuguesa	62			

04611_b	Congresso especial do PCP aprova «plataforma de emergência»	121
04613_b	Declaração do Governo português sobre o futuro de Timor	127
04618_b	Ministro Victor Alves visitará a França, a Alemanha e a Itália	129
04619_b	O Partido Socialista pede um «programa de emergência» para superar a crise económica	132
04640_b	Apresentada a segunda parte do novo projecto de lei eleitoral	135
04644_b	Campanha de propaganda anti-CIA	136
04647_b	Discurso do Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho no American Club	138
04669_b	Governo português planeia uma única empresa nacional de petróleo	141
04673_b	Partida do secretário-geral do PCP, Cunhal, para a União Soviética	144
04688_b	PPD e a visita de Balsemão à Escandinávia	145
04690_b	Ministro sem pasta Victor Alves analisa os resultados do Governo Provisório português	147
04692_b	Partido centrista realiza comício bem-sucedido em Lisboa	150
04693_b	A liderança do MDP/CDE recomenda a conversão da organização num partido e a participação nas eleições de Março	151
04701_b	Primeiro-ministro sueco Olaf Palme lidera delegação socialista escandinava em Portugal	154
04706_b	Campanha de propaganda anti-CIA	156
04710_b	Visita de delegação jugoslava a Portugal	160
04712_b	Aumentos nos dividendos serão parcialmente pagos em títulos do Tesouro	161
04717_b	Aprovada Lei que regulará os partidos políticos	162
04718_b	Tratamento do Presidente português no Aeroporto JFK	166
04720_b	Comentários do Expresso sobre a viagem do Presidente aos EUA	167

1974LISBON

Novembro

04727_b	Relatório da situação da Blue Bell de Portugal	171
04731_b	Aprovada lei que regulamenta as associações	172
04744_b	Dados biográficos sobre parentes do Presidente Costa Gomes	173
04764_b	Militantes do MRPP atacaram sede do CDS, causando grandes danos	174
04776_b	Movimento democrático converte-se em partido e apela ao MFA para participar na Assembleia Constituinte	177
04783_b	Partido Comunista diz aos seus militantes (na brincadeira?) para escolher entre filiação no PCP e no MDP/CDE	182
04801_b	Cunhal regressa de Moscovo	183
04816_b	Substituição do embaixador	186
04818_b	Cancelado o treino previsto do Exército Português para o ano de 75	187
04828_b	O MFA reafirma a sua posição independente em relação aos partidos políticos	190
04831_b	Líderes do CDS reúnem-se com o primeiro-ministro	191
04856_b	Situação sindical em Portugal	195
04863_b	Victor Alves, Portugal e a NATO	201
04870_b	Reunião com o Presidente Costa Gomes	203
04897_b	Embaixador McCloskey chama primeiro-ministro Gonçalves	206
04900_b	Reuniões de McCloskey com o ministro interino dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jorge Campinos, e o ministro sem pasta Major Ernesto de Melo Antunes, a 8 de Novembro	210
04910_b	Sinais da ajuda soviética a Portugal durante a visita de Cunhal a Moscovo	214
04914_b	Comunistas nomeados para cargos influentes nos média e na cultura	218
04915_b	Viagem de Francisco Sá Carneiro	221
04931_b	Federação Internacional de Transportes realiza seminário bem-sucedido de trabalhadores portuários	223

04934_b	Solicitação de material sindical em língua portuguesa	224
04937_b	O Partido Socialista prepara o Congresso de Dezembro	225
04940_b	Governo recusa-se a atender ao pedido de alunos para uma política de admissão aberta nas Universidades	229
04951_b	Reunião de Mcloskey a 9 de Novembro com o ministro das Finanças Lopes e o ministro da Economia Vilar	230
04963_b	Comentários do ministro Victor Alves sobre a NATO e as Lajes	232
05000_b	Encontro de Lukens com o Tenente-Coronel Ferreira da Cunha, chefe do gabinete de informações do Presidente, em casa de Cunha	233
05007_b	Relatada crise dentro das forças militares portuguesas	236
05010_b	Planeada nacionalização da ferrovia	238
05012_b	Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas	239
05013_b	O Ministério do Trabalho faz circular projecto de lei sindical para comentários	241
05014_b	Comentários de Soares sobre a ajuda dos EUA a Portugal	243
05026_b	O Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Lisboa protesta contra decreto do Ministério do Trabalho	244
05034_b	Mais sobre a crise no seio das Forças Armadas portuguesas	246
05044_b	Equipa de cooperação económica com Portugal	249
05059_b	O bem-estar e o paradeiro de Spínola	253
05065_b	Nomeado o Alto Comissário para Cabo Verde	254
05069_b	Boletim das Forças Armadas critica Ministério da Economia	257
05072_b	Situação sindical portuguesa	260
05085_b	Negociações sobre São Tomé e Príncipe	261
05088_b	Reduz-se a especulação e a atmosfera de crise	262
05106_b	Preparativos finais em andamento para o Congresso do PPD de 23 a 24 de Novembro	263
05107_b	Boicote à empresa de propriedade americana Leo Burnett	265
05111_b	Visita do senador Kennedy a Portugal	268
05114_b	Discussão com o ministro do Trabalho sobre o projecto de decreto sindical	272

05124_b	Preparativos para as eleições da Assembleia Constituinte em andamento	275
05137_b	O primeiro-ministro nega rumores sobre a sua saúde precária	278
05170_b	Negociações sobre São Tomé e Príncipe	279
05179_b	Partido Popular Democrático (PPD) realiza Congresso e afirma posição de centro-esquerda	281
05191_b	Portugal e a questão Khmer na 29.ª Assembleia-Geral da ONU	285
05203_b	Pedido português de assistência em questões policiais	287
05204_b	Ataque soviético ao embaixador-designado Carlucci	288
05211_b	Portugal, Angola e o Zaire	290
05236_b	Ministro sem pasta Melo Antunes visita Argel	294
05253_b	Situação Sindical em Portugal	296
05255_b	Plano de descolonização do governo português para Angola	298
05266_b	Novas leis autorizam intervenção governamental nas empresas	301

1974LISBON

Dezembro

05270_b	Sindical: Visita de Leonard Woodcock e Herman Rebhan a Portugal	305
05272_b	Leonard Woodcock pede ajuda imediata dos EUA a Portugal	307
05279_b	Visita da delegação do PPD aos EUA	308
05284_b	Ministro da Educação renuncia enquanto o caos universitário degenera em violência	310
05300_b	Declaração do líder do PCP, Álvaro Cunhal, ao jornal <i>Kommunist</i> de Moscovo sobre a participação de Portugal na NATO e a presença militar dos EUA nos Açores	313
05301_b	A censura, o governo e a imprensa portuguesa	314
05308_b	Aprovada lei que especifica as categorias de pessoas inelegíveis para votar ou ser eleitas nas eleições da Assembleia Constituinte	316
05317_b	Reduções de emprego por multinacionais	319

05321_b	Admitido na União Democrata Cristã Europeia, CDS revela planos para realizar Congresso do partido este mês	323	05532_b	SEDES rejeita aliança política: organização num impasse	367
05325_b	Movimento Democrático adopta programa e estatutos do partido, e elege Comité Central	325	05538_b	Grandes empresários presos	370
05347_b	Governo português cancela comício programado em apoio dos presos políticos espanhóis	328	05539_b	Crise política em curso	375
05351_b	Directrizes para a economia portuguesa	329	05549_b	Presidente Costa Gomes e Victor Alves anunciam oposição à participação do MFA nos trabalhos da Assembleia Constituinte	378
05352_b	Pedido de informações biográficas sobre o Major Melo Antunes	333	05550_b	Nova sede da embaixada em Lisboa	380
05357_b	Novas medidas do governo português sobre a habitação	334	05577_b	Otelo Saraiva de Carvalho, chefe operacional do COPCON, declara a sua oposição à participação do MFA nos trabalhos da Assembleia Constituinte	383
05375_b	Em andamento a sessão plenária do Movimento das Forças Armadas	338	05587_b	Assistência económica da Líbia a Portugal	385
05406_b	Novo decreto-lei sobre organização sindical	341	05593_b	Governos de transição para Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	386
05413_b	Sobre as práticas de emprego de empresas americanas nos territórios africanos portugueses	342	05594_b	Apresentação perante os juizes dos empresários presos	389
05414_b	Delegação Portuguesa à reunião Ministerial da NATO	343	05601_b	Contexto dos problemas do Grupo Torralta	391
05435_b	Líderes da Confederação Industrial Portuguesa desejam reunir-se com líderes políticos de alto nível do governo dos EUA para discutir a situação portuguesa	345	05614_b	Publicada a parte final da lei eleitoral	393
05437_b	Declaração à imprensa do líder do PPD após a visita a Washington	348	05642_b	Resultados do Congresso do Partido Socialista: do «socialismo em liberdade» à «revolução socialista»	395
05448_b	O Partido Socialista prepara-se para o Congresso de 13 a 15 de Dezembro	349	05654_b	Recenseamento eleitoral antecipado na região metropolitana de Portugal	402
05453_b	Portugal, Espanha e a poluição	350	05666_b	Conselho Superior do MFA reafirma posição não partidária do Movimento	405
05458_b	Assistência a Portugal	352	05669_b	Comissão nacional do Partido Socialista português escolhe Secretariado e Direcção Nacional: Manuel Serra recusa lugar no Secretariado	408
05476_b	Assistência a Portugal	353	05693_b	Soares demitir-se-á de cargo no governo	409
05477_b	Acordo aéreo luso-soviético	356	05694_b	O Governo reprime a censura não oficial	411
05498_b	O governo português reforça a especulação sobre iminentes conversações da cúpula angolana	358			
05500_b	Novas leis bancárias	359			
05514_b	Tratamento nos media da oferta de assistência económica	362			
05516_b	Decreto-lei para regular as associações patronais	364			
05527_b	Mário Soares e uma lista moderada são eleitos para a liderança do Partido Socialista português	366			
			1975LISBON		
			Janeiro		
			00001_b	Partido Comunista Português é o primeiro partido a legalizar-se ao abrigo da nova lei dos partidos políticos	417
			00042_b	CODEL Wilson	418
			00059_b	A Comissão Coordenadora do MFA apela à continuação e aceleração do processo revolucionário em Portugal	421

00061_b	Conversa entre o primeiro-ministro Gonçalves e o CODEL Wilson	424
00097_b	O governo português reconhece a República Popular da China como a única representante do povo chinês	431
00098_b	O ex-presidente Spínola declara apoio ao socialismo democrático em entrevista à imprensa	433
00104_b	PPD ameaça sair do governo caso seja aprovado o projecto de lei que institucionaliza a federação sindical única	438
00130_b	Conversações para uma cimeira para o governo de transição em Angola	440
00137_b	Postura do Partido Socialista em relação à proposta de lei sindical	441
00148_b	Embaixador Carlucci: projecto de declaração biográfica	443
00155_b	Proposta de declaração à chegada do embaixador Carlucci	445
00158_b	Partida do embaixador Scott	446
00162_b	Declaração de chegada do embaixador Carlucci	447



1974LISBON

Outubro



TELEGRAMA 1974LISBON 04314_b

TÍTULO Kudogram

DATA 07-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A embaixada deseja expressar o seu apreço à embaixada de Madrid pela excelente reportagem das actividades portuguesas em Madrid, aquando da recente tentativa de golpe pelas forças de direita em Lisboa. Temos particularmente em mente os telegramas Madrid 6282 e USDAO IR 6 889 0223 74.

2. Já que Madrid continuará, sem dúvida, a ser o centro dos esforços da direita para derrubar o regime actual, podemos apenas encorajá-los a continuar com o bom trabalho.

TELEGRAMA 1974MADRID 06282_b

TÍTULO Reacção em Espanha aos desenvolvimentos em Portugal¹

DATA 04-10-74

ASSINADO RIVERO

CONTEÚDO 1. Sumário: O Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol considera os acontecimentos de 28 a 30 de Setembro em Portugal como o resultado lógico do declínio do poder de Spínola nos últimos meses, e da acção precipitada de grupos de direita e de centro-direita mal preparados para participar no processo político iniciado pela Revolução do 25 de Abril. O Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol não está disposto a afirmar que a esquerda assumiu o controlo total, mas estima que o seu poder recebeu um impulso significativo. Embora o novo presidente Costa Gomes tenha boas credenciais como oficial militar conservador, ele pode ser superado pelos políticos. O governo de Espanha está consciente de que vários portugueses influentes procuraram refúgio em Espanha. A política do governo espanhol é evitar qualquer acção que comprometa a continuação das relações amigáveis com o seu vizinho. Internamente, os *media* deram um tratamento completo de primeira página aos recentes acontecimentos em Portugal com comentários reiterando novamente a necessidade da Espanha preencher o vazio político com partidos políticos viáveis antes da morte de Franco para evitar a trágica sequência de acontecimentos em Portugal. Espera-se que a direita cante «eu avisei» e se torne ainda mais activa na prevenção da democratização, conforme proposto por Arias Navarro. Fim do resumo.

¹ Este é o telegrama de Madrid que o embaixador dos EUA explicitamente agradece no telegrama anteriormente publicado.

2. O director do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol forneceu a um funcionário da embaixada, a 3 de Outubro, o seguinte resumo da avaliação do Ministério sobre os recentes desenvolvimentos em Portugal.

3. Na opinião do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol, a estrela de Spínola estava em declínio desde a primeira crise ministerial em Julho, quando o seu candidato a primeiro-ministro foi rejeitado pela Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas. O seu esforço para controlar o poder da Comissão Coordenadora em Agosto terminou num empate, mas deixou a Comissão em posição de bloquear a liderança de Spínola. Por causa do seu carácter inflexível, Spínola também perdeu o poder de controlar a ligação política dentro do governo para Costa Gomes. O Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol não tinha informação prévia sobre Costa Gomes, mas acredita que ele é um oficial conservador, a julgar pela sua nomeação por Caetano como Chefe do Estado-Maior. De acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol, Costa Gomes já serviu na NATO como chefe da missão portuguesa.

4. O Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol avaliou os acontecimentos do fim-de-semana de 28 a 30 de Setembro como o resultado lógico da transformação em andamento desde o 25 de Abril. Esses grupos responderam ao apelo de Spínola para que a «maioria silenciosa» se manifestasse, mas, por não terem organização e acesso adequado aos *media*, foram incapazes de gerar apoio suficiente ou compensar o poder mediático e de organização exibido pelos grupos de esquerda. Além disso, não ficou claro quanto apoio real a manifestação planeada para 28 de Setembro tinha no governo. O funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol interrogava-se onde estaria Spínola na véspera da planeada manifestação.

5. O funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol não estava disposto a dizer que a esquer-

da tinha tomado o controlo da situação política em Portugal, mas estava claro para ele que a esquerda estava com o ascendente. Enquanto isso, as condições internas cada vez mais instáveis em Portugal levaram pela primeira vez a um fluxo significativo de refugiados para Espanha. O funcionário citou o caso de um amigo que recebeu chamadas de Portugal de pessoas influentes pedindo para marcar consultas com médicos espanhóis para um exame médico, etc. (Os jornais espanhóis reportaram que um número significativo de banqueiros portugueses chegaram a Madrid nos últimos dias e citaram nomes da família Espírito Santo e membros da família Champalimaud. Outros relatórios indicam que houve um grande volume de travessias da fronteira de Portugal de 28 a 30 de Setembro, mas que diminuiu nos últimos dois dias. O controlo das fronteiras portuguesas terá aumentado. O governo espanhol também devolveu seis refugiados ilegais às autoridades de fronteira portuguesas. Um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol disse que o governo espanhol estava adoptando a atitude mais cautelosa possível face aos desenvolvimentos em Portugal, a fim de proteger as tradicionais relações amistosas com o seu vizinho.

6. Questionado sobre a reacção em Espanha aos acontecimentos em Portugal, o funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros espanhol disse que a perspectiva era sombria. Todos em Espanha estavam muito preocupados, disse ele, com a reviravolta dos acontecimentos em Portugal, que teria uma influência ainda mais profunda nos desenvolvimentos em Espanha do que antes. Pode esperar-se que os grupos de direita se foquem no tema «eu avisei-te» e intensifiquem as actividades de oposição ao programa de democratização defendido por Arias Navarro. Os políticos favoráveis ao programa de Arias Navarro irão, sem dúvida, manifestar-se a favor de um ritmo mais acelerado de democratização para evitar o vazio político em Espanha após a morte de Franco, semelhante à situação em Portugal desde o 25 de Abril.

7. Na opinião do ex-chefe da Direcção-Geral de Segurança, Blanco, os acontecimentos desde o 25 de Abril em Portugal correspondem à mesma tendência evidente na deterioração de seis anos (1931-36) da situação interna espanhola que levou à guerra civil. A exclusão dos elementos do centro e da direita do processo político só poderia levar à polarização e a um possível conflito.

8. O Chefe do Alto Estado-Maior, o General Fernández Vallespín, disse ao DATT [principal conselheiro militar do chefe de missão] em 30 de Setembro que vários amigos militares portugueses que ele conheceu durante os quatro anos de destacamento em Lisboa como adido militar estavam agora atrás das grades². Ele expressou pessimismo sobre os recentes desenvolvimentos e o medo de que os esquerdistas tivessem tomado as rédeas do governo. Segundo ele, o governo espanhol estava preocupado com a longa fronteira aberta que seria impossível policiar. O General Carlos Dolz, vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, disse a um funcionário da embaixada que a situação de segurança em Espanha seria agora ainda mais complicada pela presença de um «Estado comunista» na sua fronteira.

9. Os *media* espanhóis deram uma ampla cobertura de primeira página aos acontecimentos em Portugal, incluindo muitos relatos em primeira mão com uma linha alarmista de que os comunistas tomaram o controlo da vida política portuguesa. *La Vanguardia* de Barcelona (independente) foi a única excepção, no editorial de 1 de Outubro, pois disse que os acontecimentos do fim-de-semana tinham sido consistentes com o processo de democratização em curso desde o 25 de Abril. Muitos editoriais e alguns políticos e observadores políticos bem conhecidos desenvolveram o mesmo tema que prevalecia na imprensa espanhola imediatamente

² Os amigos fascistas de um fascista espanhol estavam presos depois da Revolução que afastou o fascismo do poder? Que coisa estranha...

após o 25 de Abril: não se deve perder tempo na realização do programa do governo actual de autorizar associações políticas, para garantir que a «maioria silenciosa»³ esteja em posição de enfrentar grupos organizados de esquerda e de direita quando Franco se for.

³ A mesma tese em Espanha e em Portugal, a da maioria silenciosa. Que, quer num caso, quer noutro, não era nem maioria nem silenciosa.

TELEGRAMA 1974LISBON 04315_b

TÍTULO Veiga Simão continua na ONU

DATA 07-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O jornal *Expresso* reportou a 5 de Outubro, e as estações de rádio de Lisboa também divulgaram que o Presidente Costa Gomes pediu ao embaixador português na ONU, Veiga Simão, para permanecer no seu posto.

2. A embaixada agradeceria que confirmassem com Veiga Simão para ver se ele realmente foi convidado e se concorda em ficar. Se este relatório for verdadeiro, podemos ficar satisfeitos que o novo regime decidiu manter o homem que teve a oposição frontal da esquerda quando foi nomeado pela primeira vez e que tem sido um nosso amigo firme.

TELEGRAMA 1974LISBON 04319_b

TÍTULO Líder do Partido Comunista Português (PCP) critica o General Spínola

DATA 08-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Edição especial de domingo (dia do trabalho) do vespertino *Diário Popular* relatou a 6 de Outubro um discurso proferido em Sacavém, presumivelmente a 5 de Outubro, perante uma multidão de quase dez mil pessoas, onde o líder do PCP, Álvaro Cunhal, atacou o ex-Presidente português António de Spínola por tentar estabelecer uma «ditadura pessoal e militar» em Portugal. Cunhal disse que Spínola estava «a mostrar uma tendência para restringir os direitos e liberdades dos cidadãos e centralizar o poder em torno de si mesmo». Cunhal também fez comentários semelhantes numa entrevista para o jornal francês *Le Monde*.

2. Comentário: Este é o primeiro caso de uma crítica a Spínola aparecer na imprensa. Francisco Balsemão, director do *Expresso*, disse-nos que o primeiro-ministro Vasco dos Santos Gonçalves ligou para os editores de jornais recentemente e advertiu-os para não imprimirem nenhuma crítica a Spínola. Um folheto foi distribuído a 30 de Setembro pelo Sindicato Nacional dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca pedindo a prisão de Spínola, mas a imprensa não pegou no assunto.

TELEGRAMA 1974LISBON 04324_b

TÍTULO Algumas reflexões sobre as negociações dos Açores

DATA 08-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Notamos nas trocas recentes entre nós e os negociadores do governo português que existe acordo sobre pelo menos um ponto: que qualquer pacote de ajuda económica deve ser tratado separadamente das negociações da Base dos Açores. Continuamos a considerar esta como uma posição sólida, particularmente porque em quaisquer negociações futuras podemos manter que o pacote de ajuda económica foi em resposta às dificuldades económicas de Portugal em 1974 e à necessidade naquela época de fornecer apoio dos EUA para fortalecer as forças democráticas em Portugal. No entanto, apesar de duvidarmos que os portugueses dessem um golpe, esperamos que qualquer compromisso formal dos EUA de ajuda económica só aconteça após, repetimos, após o governo português se ter comprometido firme e responsabilmente com uma renovação do Acordo da Base em termos aceitáveis para os EUA. Duvidamos que eles tentassem pegar no pacote de ajuda e romper antes de assinar a extensão da base. No entanto, desde o 25 de Abril, os portugueses tendem a ser menos cortesias e, portanto, menos vinculados à honra do que antes.⁴ Os EUA poderiam, é claro, atrasar a implementação de um pacote de ajuda económica já acordado até que o governo português assinasse uma extensão das Lajes. No entanto, isto poderia levar a recriminações mútuas e acusações de má-fé, o

⁴ O governo português, como os telegramas da embaixada demonstram, nunca colocou em causa o que desde a primeira hora assumiu: cumprir os compromissos internacionais, nomeadamente sobre a Base das Lajes. Já os «honrados» americanos, passam todo o tempo a conspirar nas costas do governo português tentando alterar o curso dos acontecimentos em Portugal.

que fortaleceria aqueles que no regime português serão hostis à conclusão de um Acordo das Lajes, e no mínimo poderia atrasar as negociações o suficiente para tornar o Acordo das Lajes uma questão eleitoral portuguesa. Assim, recomendamos que a separação seja somente no papel, como em 1971, e que a ligação funcional/cronológica seja explicada aos portugueses como necessária para facilitar o apoio do Congresso a ambos os acordos.⁵

2. Concluimos que a lista de compras da Força Aérea Portuguesa não tem nenhuma solicitação de aeronaves de patrulha marinhas modernas. É claro que não queremos fazer qualquer sugestão que aumente a lista de compras deles. No entanto, o mecanismo mais directo que nos veio à mente para manter um elo entre o Acordo dos Açores e a NATO foi que Portugal adquirisse, através do Acordo, aeronaves P-3 que lhe permitiriam desempenhar um papel nas actividades de vigilância da Base. Como a aeronave P-3 não será particularmente útil ao governo português em qualquer outra função que não as relacionadas com a NATO, o fornecimento destas aeronaves ajudaria a fortalecer os laços de Portugal com a NATO num momento em que esses laços estão a ser questionados. Poderia ser apontado ao governo português que os seus planos para aquisição de aeronaves de patrulha marinha modernas foram incluídos na sua resposta ao último questionário NATO e que, em vista disso, talvez desejassem reconsiderar o seu pedido de aeronaves militares.

3. Finalmente, quando a possibilidade de uma visita do embaixador McCloskey a Lisboa, no quadro de uma visita

dele a Madrid, foi discutida pela última vez, foi considerada inadequada tendo em conta que estávamos então inclinados a atrasar as negociações das Lajes. Agora, no entanto, sentimos que há uma necessidade de enfatizar o progresso nas negociações e de transmitir a impressão de que os EUA estão ansiosos para concluir um acordo mutuamente vantajoso o mais depressa possível. Tal impressão seria reforçada se o embaixador McCloskey visitasse Lisboa, dando-lhe a oportunidade de intercâmbio directo com aqueles que estão a formular as instruções para o negociador do governo português.

⁵ Ou seja, mintam-lhes, como fizemos no passado e voltaremos a fazer. Elucidativo, o parágrafo onde deixa escapar as saudades dos «honrados» fascistas a que estava habituado em vez dos trampolineiros e traidores com que agora lida diariamente (apesar de serem os seus trampolineiros e traidores).

TELEGRAMA 1974LISBON 04337_b

TÍTULO Grupos de artes cénicas solicitados para Portugal

DATA 08-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Os próximos dez meses verão uma grande afluência de artistas cénicos soviéticos e do Leste europeu a Portugal. Os EUA, que até agora tinham contado com artistas americanos apresentando-se comercialmente em Portugal para demonstrar a excelência e vitalidade da cultura americana, serão minorizados, a menos que o governo intervenha e promova uma turné em Portugal de grupos cénicos de primeira classe. Sentimos que Portugal deve ter alta prioridade para fundos do governo dos EUA para este propósito, a fim de garantir que o campo cultural não seja deixado exclusivamente aos soviéticos. Fim do sumário.

1. A embaixada recomenda que o departamento considere o que pode ser feito para Portugal na área cultural da diplomacia pública. O Dr. João de Freitas Branco, director-geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação, disse ao PAO [Oficial de relações Públicas], em 26 de Setembro, que a Ópera de São Carlos poderia tornar-se uma montra para artistas do Leste europeu, o que, segundo ele, não é do interesse de Portugal nem das democracias ocidentais.

2. Freitas Branco é o ex-director da Ópera de São Carlos. A Ópera de São Carlos é para Portugal o que o La Scala é para a Itália. A temporada de Ópera de 1974-75 está bem definida. *Porgy and Bess*, que abriu a temporada de 1972-73, será repetido em Fevereiro. As perspectivas de artistas soviéticos, da Alemanha Oriental, polacos e de outros teatros do Leste europeu se apresentarem em Portugal em grande escala são muito altas, de facto. Há um público pronto para eles. (Veja a coluna de Stephen

Rosenfeld sobre Portugal na edição de 21 de Setembro do *Washington Post*, onde ele cita o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, dizendo: «Há uma campanha anti-americana em Portugal, mas é ideológica. A maioria das pessoas é a favor dos Estados Unidos.»)

3. Soares deve ser tomado à letra. A campanha anti-americana desenvolvida pela esquerda intelectual em Portugal é venenosa. A outra metade do que Soares diz é igualmente verdade: os portugueses ideologicamente descomprometidos – e eles são a maioria – não são tanto anti-americanos quanto estão envolvidos na emoção do que é actual e novo. Grupos de artistas soviéticos e do Leste europeu encaixam-se nesta última categoria.

4. Uma companhia de terceira categoria do Ballet Bolshoi apresentou-se em Lisboa pouco depois da revolução do 25 de Abril. Embora tecnicamente capaz, a companhia realizou *pas de deux* de rotina e convencionais. Os críticos protestaram que os soviéticos estavam a tratar Portugal como um país culturalmente subdesenvolvido. Não há motivo para acreditar que os russos não tenham entendido a mensagem. Está claro que eles não pretendem repetir o erro. As seguintes apresentações culturais soviéticas foram anunciadas: grupo de ginástica soviética (final de 1974); grupo de música e dança ucraniano (Primavera de 1975); bailarinos cossacos do Don (1975); Orquestra Sinfónica de Leninegrado (Outono, 1975); o Ballet Kirov (1976).

5. Até agora, os EUA têm sido bem representados em Portugal por artistas que apareceram comercialmente sob os auspícios da Fundação Gulbenkian e da Ópera de São Carlos. Mas, nos últimos anos, estes artistas têm sido, sobretudo, solistas ou pequenos grupos de conjunto, por exemplo Regina Resnik, Evelyn Lear, a Companhia de Dança de Murray Lewis.

6. O Teatro de Dança do Harlem estava programado para se apresentar aqui em Outubro, mas foi cancelado em Julho,

supostamente por causa das ambiguidades da situação política portuguesa. Boa metade da chamada do embaixador ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves a 7 de Outubro foi ocupada pelas expressões de desgosto do primeiro-ministro sobre este cancelamento e as suas esperanças de que outros grupos culturais americanos viessem a Portugal para equilibrar os esforços soviéticos.

7. Acção solicitada: Solicite ao Departamento que considere patrocinar uma paragem em Lisboa de um dos grandes ballet ou orquestras americanos em turné pela Europa na Primavera de 1975. Embora presumamos que o Teatro de Dança do Harlem esteja indisponível, talvez eles estivessem preparados para corrigir a má impressão deixada pelo seu cancelamento recente se o apoio do governo dos EUA estivesse próximo. Uma companhia que venha a Portugal deve estar preparada para se apresentar em pelo menos duas cidades, Lisboa e Porto, e possivelmente num centro industrial regional. O patrocínio do governo dos EUA a um grupo de artes cénicas de alto impacto na Primavera de 1975, ou antes, seria tomado como prova de que os EUA se importam com Portugal. No clima político actual, em Portugal, sentimos que os EUA estão a prejudicar os seus interesses se deixarem o campo cultural para os soviéticos e os europeus do Leste. Portanto, sentimos que Portugal deve ter alta prioridade para fundos disponíveis.

TELEGRAMA 1974LISBON 04338_b

TÍTULO Encontro com o primeiro-ministro Gonçalves

DATA 08-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O primeiro-ministro Gonçalves reafirmou a continuação da adesão portuguesa à NATO e atribuiu a rumores infundados os relatos de oposição no governo português ao vínculo com a NATO, pediu a objectividade dos EUA no julgamento do novo governo português e apelou aos esforços do governo dos EUA para aumentar as apresentações culturais americanas em Portugal. Fim do Sumário.

1. A embaixada não estabeleceu mais contactos com o gabinete do primeiro-ministro após ter registado na semana passada o interesse do embaixador em fazer uma chamada de cortesia. O gabinete do primeiro-ministro telefonou na manhã de 7 de Outubro para agendar a chamada para essa tarde. A chamada durou vinte e cinco minutos, no início dos quais lhe apresentei os meus cumprimentos pela sua confirmação no cargo. Prossegui dizendo que eu e o meu governo tínhamos ficado satisfeitos com a reafirmação da intenção de Portugal de cumprir as suas obrigações internacionais, expressa publicamente pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo Presidente, e por este último pessoalmente a mim. Congratulámo-nos particularmente com as referências específicas feitas nestas declarações à NATO. O primeiro-ministro respondeu dizendo que não deveríamos temer qualquer desvio desta linha, uma vez que a adesão às obrigações internacionais assumidas pelo antigo regime era um ponto fundamental do Programa do Movimento das Forças Armadas.

2. Referi então que não se podia deixar de ficar um pouco desconfortável ao ouvir relatos e rumores de que havia pessoas, dentro e fora do governo, que questionavam o facto de Portugal continuar a fazer parte da NATO. O primeiro-ministro disse que não se deve dar crédito a esses rumores. Disse que,

a acreditar nos rumores, Portugal estava à beira do caos económico e da anarquia, mas observou que os factos observáveis, a calma nas ruas e a ausência de violência demonstravam que esses rumores eram falsos. Disse que o povo português é um povo muito pacífico. Questionava-se o primeiro-ministro sobre se os recentes acontecimentos em Portugal tivessem acontecido noutros países, mesmo nos Estados Unidos, poderiam ter ocorrido sem derramamento de sangue.

3. Fiz então a declaração sugerida no n.º 1, alínea (c), do relatório. O primeiro-ministro expressou a sua total compreensão dos problemas do Congresso que, como referi, existiam relativamente a todo o programa de ajuda externa.

4. Fiz logo de início a declaração sugerida no ponto 1 (d) do referido telegrama. O primeiro-ministro respondeu-me com cortesia, mas disse que o seu único pedido actual era que os Estados Unidos considerassem objectivamente a nova situação do governo português. Observou que vários jornalistas americanos tinham apresentado histórias hostis e inexactas, mas referiu que tanto o *New York Times* como o *Washington Post* se tinham tornado recentemente mais objectivos do que antes. Salientei que o governo dos EUA não podia controlar a cobertura da imprensa sobre Portugal, tal como o governo português não podia controlar a vaga de histórias falsas na imprensa portuguesa sobre as actividades da CIA em Portugal. Ele concordou, mas disse que os portugueses eram muito sensíveis em relação ao Chile e que não podiam ser culpados por engolir histórias contra a CIA, especialmente quando confrontados com actividades tão duvidosas como as do iate Apollo.⁶

⁶ Este iate estava fundeado no Funchal, desenvolvendo actividades suspeitas, e foi atacado por populares a 3 de Outubro de 1974, tendo acabado por sair de Portugal. O capitão do navio estaria ligado à criação da Igreja da Cientologia e, além de acusações de ligações à CIA, houve igualmente acusações de pedofilia.

5. Metade da conversa foi ocupada pela expressão de grande desapontamento do primeiro-ministro pelo cancelamento de uma visita programada a Portugal do grupo de dança de Harlem. Expliquei-lhe que a nossa leitura do caso era que o cancelamento se deveu ao facto de o grupo se ter excedido e ter procurado uma desculpa para cancelar alguns compromissos. Tinham utilizado o pretexto da agitação política em Portugal e tinham-se mantido fiéis a ela, apesar dos esforços enérgicos da embaixada para ultrapassar os seus equívocos. O primeiro-ministro lamentou o facto e disse esperar que haja um maior intercâmbio cultural entre os povos português e americano. Sublinhou a particular afinidade do povo português com o ballet e a dança moderna e disse esperar que os esforços culturais nesse sentido, por parte de povos como o russo, sejam compensados por apresentações dos americanos. Embora reconheça que os grupos americanos são privados e não são controlados pelo governo, como os soviéticos, espera que a embaixada faça o seu melhor para estimular a vinda de grupos, tanto de dança como de música e de outras áreas culturais.

6. Comentários: Gonçalves estava consideravelmente mais descontraindo e cordial e falou com maior confiança do que durante o meu anterior encontro com ele em Julho. A sua declaração implicando a continuação da adesão de Portugal à NATO foi formulada nos mesmos termos utilizados anteriormente comigo e em público: honrar os compromissos internacionais assumidos no passado faz parte do programa do MFA, que se comprometeu a cumprir na íntegra. Seria, naturalmente, mais reconfortante se acrescentasse (como fez Costa Gomes) que está pessoalmente convencido da importância da NATO para a manutenção da paz mundial e da necessidade de Portugal continuar a ser membro de pleno direito. Podemos, no entanto, ficar tranquilos com o facto de Gonçalves ter sido um dos principais arquitectos do programa do MFA. Não se limita, portanto, a falar da boca para fora sobre um documento que lhe foi imposto, e um dos principais compromissos internacionais que ele e os outros redactores desse documento devem ter tido em mente foi o compromisso de Portugal com a NATO.

TELEGRAMA 1974LISBON 04339_b

TÍTULO Congresso do Partido Comunista marcado para 20 de Outubro

DATA 08-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Segundo a imprensa de Lisboa, o Comité Central do Partido Comunista Português, reunido a 6 de Outubro, decidiu convocar um congresso extraordinário do partido para o dia 20 de Outubro, a fim de aprovar alterações ao Programa do partido, tendo em conta a nova situação política verificada desde o 25 de Abril e as novas tarefas que se colocam ao partido. O congresso do partido será apenas o segundo congresso legal (o último foi em Novembro de 1923) e o primeiro desde o 6.º Congresso, em 1965.

2. Comentário: Nem o *Avante!*, órgão oficial do PCP, nem qualquer outro jornal português deram qualquer aviso prévio de que estava em preparação um congresso do partido, o que naturalmente leva a especular que a decisão foi repentina, e provavelmente não foi tomada antes dos acontecimentos de 28-30 de Setembro. Uma pessoa bem colocada disse-nos que ouviu dizer que as forças dentro do PCP aliadas a Octávio Pato têm vindo a pressionar para que o partido realize um congresso antes das eleições de Março, e que Cunhal tem vindo a insistir para que o congresso se realize depois das eleições. Não temos informação sobre a razão destas posições.

3. Os rumores de divergências crescentes no seio do PCP surgiram muito antes do recente ressurgimento da direita. Esses rumores davam como principais protagonistas Álvaro Cunhal e Carlos Aboim Inglês ou Octávio Pato. As questões que os dividiriam seriam se Portugal estava ou não numa fase de desenvolvimento pré-revolucionário, as táticas sindicais e entre os exilados e os que ficaram e lutaram na clandestinidade em Portugal durante os

anos de vacas magras. Se de facto existem diferenças latentes no seio do PCP, esperamos que os acontecimentos da semana passada dêem a cada corrente mais motivos para discutir; seria de esperar que aqueles que acreditam que o partido se encontra numa fase pré-revolucionária se fortalecessem em resultado da aparente derrota sofrida pela direita (muitos dos seus dirigentes estão presos e três dos seus partidos foram temporariamente suspensos). Os defensores deste ponto de vista terão a oposição de Cunhal, que, muito provavelmente, está sob instruções de Moscovo para não permitir que a evolução da situação vá ao ponto de ameaçar os interesses mais vastos da política externa soviética, como o desanuvioamento com os EUA.

4. Embora não tenhamos provas de que tais conflitos internos existam de facto, a lógica sugere que haverá divergências internas quanto à estratégia e aos quadros dirigentes, e que a ofensiva abortada da direita acen-tuaria essas divergências. O súbito congresso do partido pode ter sido convocado para resolver estas divergências, embora a falta de informação impossibilite um julgamento firme. A publicação das decisões do congresso poderá revelar se esta análise está ou não correcta.

TELEGRAMA 1974LISBON 04341_b

TÍTULO Partido Socialista sob pressão crescente para se deslocar para a esquerda

DATA 08-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A recente tentativa de golpe de Estado abortado de Spínola e da extrema-direita encorajou a ala esquerda do Partido Socialista e tornou cada vez mais difícil para os moderados resistirem à ideia da unidade com os comunistas. Há indicações de que os socialistas estão a sofrer uma divisão interna sobre a sua estratégia futura e a sua política de alianças, não estando excluída a possibilidade de a facção de Soares perder. Fim do Sumário.

1. Em resultado da recente tentativa de golpe de Estado abortado do presidente Spínola, e da alegada tentativa de assassinio do primeiro-ministro Gonçalves e outros por parte da extrema-direita, o Partido Socialista português vê-se cada vez mais pressionado a adoptar posições mais radicais do que no passado, e a abraçar mais firmemente o Partido Comunista. A origem desta pressão sobre o partido é tanto interna como externa.

2. No plano externo, o Partido Comunista e o MDP/CDE acusam indirectamente o Partido Socialista de ter ajudado inconscientemente os reaccionários ao retirar-se do MDP/CDE, enfraquecendo assim a unidade das forças progressistas. Os ataques dos socialistas ao MDP e ao PCP, numa altura em que os reaccionários planeavam um golpe de Estado, são apresentados pelos comunistas como tendo encorajado a direita e estimulado as suas actividades. Os comunistas esperam utilizar este argumento para pressionar os socialistas a juntarem-se novamente ao MDP e para os convencer de que só através da unidade eleitoral e táctica poderão resistir a futuros ataques da direita.

3. Internamente, há sinais de que os socialistas estão a viver disputas entre facções, principalmente sobre a estratégia a adoptar em relação ao PCP e ao MDP, e talvez também sobre outras questões. Victor Cunha Rego, um dirigente do Partido Socialista próximo de Mário Soares e, aparentemente, da ala moderada do partido, disse a um funcionário da embaixada, a 1 de Outubro, que o partido estava no meio de uma grave crise, com os activos e bem posicionados membros da ala minoritária da esquerda do partido numa posição vantajosa como consequência da recente crise. Rego afirmou que os «comunistas» da ala esquerda do Partido Socialista estão a tentar tomar a liderança do partido a Mário Soares e transformar o partido, de facto, numa frente dos comunistas, nos mesmos moldes do MDP/CDE. Rego não revelou os nomes dos líderes da ala esquerda do partido, mas referiu que Mário Sottomayor Cardia fazia parte do grupo.

4. Rego referiu que não ficaria surpreendido se, dentro de três ou quatro meses, Mário Soares abandonasse o Partido Socialista e procurasse uma posição política independente. (Comentário: O Congresso do Partido Socialista está marcado para a última quinzena de Dezembro e, nessa altura, serão realizadas eleições para preencher o Comité Central, composto por 49 elementos, a Comissão Política, composta por 14 elementos, e o Secretariado, composto por 9 elementos). Questionado sobre se Mário Soares se juntaria a algum outro agrupamento político existente, Rego indicou que estaria mais inclinado a adoptar um papel puramente independente.

5. Durante a recente crise (quando Mário Soares se encontrava fora do país), elementos do Partido Socialista juntaram-se aos comunistas e ao MDP/CDE nos postos de controlo montados nas principais artérias do país e voltaram (após um período de cerca de um mês em que se tinham absterido de participar em actividades patrocinadas pelos comunistas) a aparecer em comícios e manifestações com os comunistas. Nos últimos dias, a corrente católica do Partido Socialista liderada por Manuel Serra (Movimento

Socialista Popular) começou também a associar-se mais estreitamente a grupos marxistas radicais como o LUAR e o MES. Os três grupos emitiram um comunicado conjunto há alguns dias, analisando a tentativa abortada de golpe de Estado da direita e sugerindo que as forças progressistas tomem certas medidas (não especificadas) para evitar futuras tentativas de tomada do poder pela direita.

6. A capacidade do partido para manter os seus membros na linha foi posta em causa por um membro do PPD, que alega que os militantes do partido, em pelo menos uma zona, (Setúbal) se recusaram a obedecer às directivas centrais durante a recente crise e agrediram fisicamente a sede do partido de direita e alguns «fascistas», actividades que as bases tinham instruções para não realizar.

7. Comentário: Acreditamos que uma das principais prioridades do Partido Comunista nos próximos meses será infiltrar-se e assumir a direcção do Partido Socialista. Na melhor das hipóteses, gostaria de transformar o partido no equivalente a um grupo de fachada dominado pelo PCP, com o qual faria uma aliança eleitoral a fim de aumentar substancialmente o seu voto nas próximas eleições. (Além disso, o MDP/CDE apresentaria candidatos nas zonas rurais mais conservadoras e serviria também como uma frente do PCP). No mínimo, os comunistas gostariam de atrair militantes dos socialistas, enfraquecer internamente os socialistas e impedi-los de formar uma aliança com o PPD à direita dos socialistas.

8. A capacidade de os socialistas resistirem a estas pressões do PCP depende de muitos factores imprevisíveis, incluindo o comportamento da extrema-direita. Se a extrema-direita entrar na clandestinidade, como alguns prevêem, e começar a sabotar e a agredir fisicamente os militantes de esquerda, a capacidade dos socialistas de não se meterem com os comunistas ficaria significativamente enfraquecida, pois ambas as partes sentiriam a necessidade de se juntarem para se defenderem mutuamente.

TELEGRAMA 1974LISBON 04343_b

TÍTULO Um dia de trabalho para a nação

DATA 08-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O apelo do primeiro-ministro à nação para demonstrar solidariedade com o Movimento das Forças Armadas (MFA) e celebrar a Victoria sobre as forças da reacção fazendo de domingo, 6 de Outubro, um dia nacional do trabalho foi aparentemente bem-sucedido, mas não universal. A adesão «voluntária» à campanha em todo o país está a ser citada na imprensa como a resposta da nação aos medos de que o país esteja à beira do caos económico. Fim do Sumário.

1. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves, em discurso ao país no final da noite de 29 de Setembro, informou a nação sobre a crise política pela qual acabava de passar. Para comemorar a Victoria conquistada sobre as forças da reacção, o primeiro-ministro apelou a todos os portugueses para se voluntariarem para fazer de domingo, 6 de Outubro, um dia nacional do trabalho. (Sábado 5 de Outubro é feriado nacional, comemorativo do estabelecimento da República Portuguesa em 1910.)

2. O apelo do primeiro-ministro foi expandido e amplificado ao longo da semana seguinte, com o PCP e organizações dominadas pelo PCP, como o Movimento Democrático Português, a Intersindical e vários sindicatos individuais, a assumir a liderança na mobilização das suas forças em nome da participação «voluntária». Sabemos que em pelo menos um Ministério do governo os funcionários foram encorajados a preencher abaixo-assinados de voluntários.

3. As acusações feitas pelo General Spínola no discurso de renúncia de 30 de Setembro (de que Portugal estava à beira do caos e da anarquia) servem para fornecer aos organizadores da campanha um incentivo adicional. O co-

municado do Ministério do Trabalho, publicado em jornais portugueses a 3 de Outubro, enfatizou a natureza voluntária da campanha, cujo objectivo era marcar a «Victoria sobre a reacção, demonstrando que o povo português não deseja nem o caos económico nem a anarquia, mas acima de tudo a consolidação do processo democrático».

4. O primeiro-ministro enfatizou no seu discurso que as receitas deveriam ir para aqueles que trabalhavam, e que a nação se beneficiaria do aumento do PIB. Esta campanha de «um dia de trabalho» diferenciava-se da campanha que decorre em várias empresas por iniciativa dos trabalhadores de doar o fruto de um dia de trabalho para o país. Esta campanha, que surgiu nos dias seguintes à revolução do 25 de Abril, havia arrecadado mais de \$360 000 em contribuições para o governo até ao início de Outubro. Embora os porta-vozes do governo tenham repetido que não há necessidade de os trabalhadores contribuírem com os seus salários de um dia, houve chamadas crescentes durante a semana para dar os produtos ao governo, possivelmente para redistribuição aos necessitados. O governo português reconheceu aos sindicatos o direito de receber contribuições dos funcionários para os seus próprios fins particulares e encorajou os esforços cívicos voluntários, especialmente limpeza de áreas públicas.

5. Até ao final da semana, o governo português tinha conseguido obter a aceitação da igreja católica para um dia de trabalho ao domingo. A 5 de Outubro, a imprensa publicou o texto de um breve comunicado do episcopado português que observou a natureza única da proposta e declarou que os católicos poderiam, portanto, em boa consciência participar da campanha (fazendo todo o possível para participar da comunhão, mesmo assim).

6. Pelo menos no que diz respeito à zona de Lisboa, o fim-de-semana de 5 e 6 de Outubro decorreu de acordo com o plano. O sábado foi observado, como de costume, como feriado nacional, sem publicar jornais da tarde. Todos os

jornais diários foram publicados no domingo (as edições de domingo foram descontinuadas em Maio deste ano). A vida comercial de Lisboa no domingo parecia excepcionalmente animada. Os funcionários da embaixada que observaram as praias naquele dia (que normalmente estão lotadas) notaram que elas estavam na sua maior parte desertas. Destacavam-se os voluntários nos principais monumentos de Lisboa a limpar a acumulação de slogans políticos e cartazes que crescera constantemente ao longo dos meses desde 25 de Abril, e limpar ruas e outras áreas públicas.

7. As atitudes públicas no Porto, de acordo com o Consulado dos EUA de lá, diferem das observadas em Lisboa. O grau de pressão aplicado para uma participação «espontânea» foi maior, e a participação real foi menor do que em Lisboa. Os jornais do Porto publicaram-se no domingo e as lojas estiveram abertas, mas o volume de negócios não foi grande. As pessoas escolheram ficar em casa em vez de fazer compras ou participar em massa nas brigadas de limpeza de ruas. Uma possível explicação para este menor entusiasmo no Norte pode residir no facto de muitos moradores urbanos lá terem fortes laços com o campo. O Outono é a época da colheita, e um dia de trabalho na cidade significa um fim-de-semana a menos para passar com parentes na colheita.

8. Comentário: Embora não exista nenhuma maneira de determinar o grau exacto em que os esforços «voluntários» foram genuínos ou produto de pressão, parece claro que a campanha desfrutou em grande medida de apoio popular. O entusiasmo pelo projecto, em alguns casos, pode ter sido reluzente (é duvidoso, por exemplo, que o clero português tenha apreciado o uso do domingo como dia do trabalho). Também parece claro que a campanha foi menos popular no Norte do que na área de Lisboa. Em geral, no entanto, a campanha conseguiu demonstrar o que o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas desejavam – que o regime actual conta com o apoio do público português e que o público está preparado (embora dentro de limites) para aceitar a necessidade de trabalhar mais e de forma mais disciplinada no interesse da nação.

TELEGRAMA 1974LISBON 04347_b

TÍTULO O iate Apollo, acusado de ligações à CIA, expulso da Madeira

DATA 08-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O problemático Apollo, logo após a sua chegada à Madeira, foi recebido por uma multidão de esquerda que tinha a intenção de revistá-lo sob a suspeita de que era uma embarcação da CIA. Na altercação que se seguiu à recusa da tripulação em deixar a multidão embarcar, 15 pessoas ficaram feridas. Após permitir uma revista nos escritórios terrestres do Apollo, a empresa-mãe do Apollo decidiu fechar as operações nas ilhas e zarpar. Fim do Sumário.

(...)

4. Comentário: O iate Apollo tem um jeito de atrair atenção pública adversa e problemas onde navegue, provavelmente porque é tão secreto, e uma operação tão grande e incomum. Ele é muitas vezes acusado de ser uma cobertura da CIA e de usar os seus supostos equipamentos de comunicação sofisticados para fins desonestos. Neste incidente mais recente, por exemplo, o *Expresso* perguntava retoricamente o que o Apollo estava a fazer nas ilhas, observando que a Cindusta⁷ faz poucos negócios e tem poucas fontes de rendimento visíveis, mas consegue suportar pesados custos. O jornal perguntava porque é que a tripulação tira tantas fotografias das praias e das características topográficas da ilha. Se o navio se dirigir a Lisboa, certamente encontrará as mesmas multidões hostis que na Madeira, e se tornará material fértil para a especulação esquerdista e fornecerá «provas» de que a CIA está a intervir nos assuntos internos portugueses.

⁷ Empresa que oficialmente detinha o barco.

TELEGRAMA 1974LISBON 04352_b

TÍTULO Mudanças no Governo português

DATA 09-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Com duas excepções principais, a composição do Terceiro Governo Provisório é idêntica à anterior. Saíram quatro dos sete membros da Junta de Salvação Nacional, e os cargos que ocupavam no Conselho de Estado devem ser preenchidos agora. Duas outras vagas no Conselho de Estado, ocupadas por membros «cidadãos», também estão aparentemente vagas. Fim do Sumário.

1. O Terceiro Governo provisório tomou posse. As principais mudanças na composição face ao Segundo Governo Provisório são apenas:

a) o ministro da Defesa, Firmino Miguel, renunciou. De momento, não será nomeado nenhum substituto, as responsabilidades deste Ministério vão para o primeiro-ministro Vasco Gonçalves (auxiliado pelo Major Victor Alves);

b) o ministro da Comunicação Social, Sanches Osório, também renunciou – este Ministério fica do mesmo modo, pelo menos temporariamente, sob a responsabilidade directa do primeiro-ministro (novamente auxiliado por Victor Alves);

c) o cargo de secretário de Estado para a Informação foi criado para dirigir o Ministério da Comunicação Social sob a direcção do primeiro-ministro. O comandante Conceição

⁸ GUILHERME GEORGE CONCEIÇÃO E SILVA: Militar do MFA, foi presidente da Comissão de Extinção da PIDE/DGS e secretário de Estado da Comunicação Social até 24 de Fevereiro de 1975.

e Silva⁹, ex-chefe da Comissão de Liquidação da DGS/Legião Portuguesa, foi colocado neste cargo (o subsecretário de Estado para a Comunicação Social, Luís de Barros⁹, permanece no cargo); Conceição e Silva reportará a Victor Alves.

d) o cargo de subsecretário de Estado do Turismo foi estabelecido no Ministério da Economia. O Dr. Asdrubal Calisto, 37, ex-director-geral do Turismo, foi nomeado para este cargo.

2. A mudança mais radical ocorre na composição da Junta de Salvação Nacional. Adicionando a renúncia do General Spínola à remoção dos generais Galvão de Melo, Diogo Neto e Silvério Marques, quatro dos sete membros originais devem ser substituídos. A imprensa de Lisboa veio informar a 7 e 8 de Outubro que os substitutos serão o Brigadeiro Carlos Fabião e o Tenente-Coronel Fisher Lopes Pires¹⁰ para o Exército. O matutino de Lisboa *O Século* especula que os designados da Força Aérea serão o Brigadeiro Miranda e o Tenente-coronel Mendes da Silva (não identificados de outra forma), com Fabião e Miranda como Chefes do Estado-Maior do Exército e da Força Aérea, respectivamente.

3. O Conselho de Estado, com vinte e um membros, é automaticamente afectado pela remoção dos membros acima

⁹ LUÍS DE BARROS: Presidente do Sindicato dos Jornalistas em 1973 e 1974. Foi subsecretário de Estado da Comunicação Social nos II e III Governos Provisórios. Trabalhou n'A *Capital*, no *Expresso* e no *Diário de Notícias*. Seria chefe de redacção d'O *Diário* e da *Novosti*.

¹⁰ FISHER LOPES PIRES: Do MFA, escolhido para a Junta de Salvação Nacional (JSN) depois do 28 de Setembro, e para o Conselho da Revolução depois do 11 de Março, demitir-se-á de todos os cargos em Maio de 1975 passando à reserva. Apoiou o Documento dos Nove e viria a ser mandatário da candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo à Presidência da República.

nomeados da Junta. Além dessas vagas, outras duas (do grupo de sete membros «cidadãos») devem ser preenchidas. O Coronel Rafael Durão e o Tenente-Coronel Almeida Bruno, que rejeitaram o pedido do Presidente Costa Gomes para que reconsiderassem os seus pedidos de renúncia, deixaram o Conselho e voltaram às antigas atribuições.

4. A composição actual do Conselho de Estado é, consequentemente, a seguinte:

a) Membros da Junta: General Costa Gomes, Almirante Rosa Coutinho e Almirante Azevedo;

b) Membros do MFA: Tenente-Coronel Contreiras, Tenente-Coronel Victor Crespo, Capitão José Pereira Pinto (todos membros originais); Tenente-Coronel Charais, Major Canto e Castro, Capitão Pinto Soares, Capitão Correia Lourenço (todos nomeados após a posse do Segundo Governo Provisório no final de Julho);

c) membros «cidadãos»: Dr. José Perdigão, Dr. Rui Luís Gomes, Prof. Isabel Colaço, Prof. Diogo Freitas do Amaral e o Prof. Henriques de Barros.

5. Outra mudança notável: a comissão para a liquidação da DGS/Legião Portuguesa operou originalmente sob a supervisão do Almirante Rosa Coutinho. O General Galvão de Melo substituiu o Almirante quando este foi nomeado para chefe da Junta em Angola. A 6 de Outubro, o recém-nomeado secretário de Estado da Informação, Conceição e Silva, anuncia que um novo organismo seria estabelecido para coordenar as actividades desta comissão e de outras duas (Comissão Nacional de Investigação, criada para receber e investigar reclamações do público sobre abusos do antigo regime, e a Comissão de «reclassificação», criada para excluir do serviço público as pessoas ligadas ao passado fascista). Conceição e Silva declarou que o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, Governador Militar de Lisboa e chefe do COPCON, lideraria a nova agência.

6. Informações biográficas sobre os novos membros da Junta/Conselho de Estado estarão disponíveis após as substituições serem oficialmente anunciadas. A biografia de Conceição e Silva é transmitida separadamente.

TELEGRAMA 1974LISBON 04362_b

TÍTULO Comentários de José Harry de Almeida Araújo¹¹ sobre a situação política portuguesa

DATA 09-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Seguem informações biográficas sobre José Almeida Araújo, bem como uma avaliação da embaixada sobre as suas visões ideológicas. Fim do Sumário.

1. José Harry de Almeida Araújo é bem conhecido pela embaixada em Portugal. É um arquitecto extremamente rico e muito conservador que passou a maior parte da sua vida adulta fora de Portugal, em França, na Bélgica e em Inglaterra. Ele regressou a Portugal logo após o 25 de Abril. Teve vários contactos com funcionários da embaixada (o primeiro em meados de Junho) numa tentativa de garantir informações e o apoio do governo dos EUA na sua cruzada pessoal anti-comunista. Tentou reunir-se com o embaixador, foi desencorajado, mas teve total acesso ao pessoal político da embaixada.

2. Ele não é, apesar de o afirmar, chefe do partido liberal português, e só se juntou à sua direcção no início de Outubro. Ele definitivamente não é um socialista moderado, e é considerado de extrema-direita mesmo pelos líderes do antigo regime. Por exemplo, um proeminente homem de direita, ao lamentar a má avaliação dos organizadores da manifestação pró-Spínola de 28 de Setembro, referiu-se a Araújo como um «extremista e um sub-creti-

¹¹ Basicamente, um aventureiro rico e reaccionário. Foi secretário-geral do Partido Liberal e um dos promotores do golpe de 28 de Março. No fim da vida regressou a Portugal, tendo sido homenageado em 2024 pela Câmara de Cascais do PSD.

no». Nos últimos meses, ele tem transitado de um grupo de direita para outro, tentando fazer com que se foquem no Partido Comunista, e é conhecido por ter procurado armas através de círculos bancários internacionais. Um banqueiro de investimento local diz que Araújo está em contacto com Roy Cohn, ex-advogado de Joseph McCarthy.

3. Almeida Araújo disse a um funcionário da embaixada, no seu último encontro com ele no final de Agosto, que tentaria provocar ataques contra si mesmo por militantes comunistas para mostrar a verdadeira natureza dos comunistas. Muitos dos pensamentos que ele expressou a funcionários da embaixada em Espanha foram-nos transmitidos naquela época. Ele já atraíra considerável atenção sobre si próprio através de duas cartas sobre os perigos do comunismo que enviou ao Expresso, e por causa de um cartaz que imprimiu igualando comunismo a fascismo. (A sua casa foi assaltada por cinco membros armados do PCP que procuravam destruir todas as cópias existentes do cartaz.)

4. O que Almeida Araújo diz sobre o cenário político português precisa de ser interpretado à luz dos seus fortes sentimentos anti-comunistas, até mesmo histéricos, que decorrem em parte das suas experiências no pós-guerra quando vivia na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial. As suas visões sobre a situação política actual em Portugal são as geralmente mantidas pelos membros da elite da classe alta.

5. Almeida Araújo é, como ele alegou, um dos principais organizadores da abortada manifestação pró-Spínola marcada para 28 de Setembro. Ele está próximo da elite financeira daqui e estava bem posicionado para arranjar financiamento para a manifestação. Embora não tenhamos conhecimento directo de que Galvão de Melo lhe tenha confiado a tarefa de arranjar apoio civil para a manifestação, é inteiramente possível que ele esteja dizendo a verdade a esse respeito. A imprensa local acusa-o de

ser um conspirador-chave na conspiração da direita para derrubar o regime. Unidades do Exército revistaram o Hotel Sheraton à sua procura na noite de 29 de Setembro (sem sucesso) e aparentemente têm um mandado de prisão contra ele.

6. As afirmações feitas por Araújo (parágrafo 7) sobre o contrabando de armas para o PCP via Espanha utilizando contas bancárias na Suíça parecem plausíveis, especialmente nos detalhes com que é descrito. No entanto, apesar de se contarem histórias dessa natureza desde o 25 de Abril, existe uma completa falta de provas sólidas a apoiá-las. Parece-nos altamente improvável que o PCP compromettesse os seus esforços consideráveis para alcançar uma posição respeitável na cena política portuguesa ao empreender aventuras deste tipo.

7. Apreciamos o cabograma da embaixada em Espanha sobre a sua conversa com Almeida Araújo, e, de acordo com a experiência passada, esperamos que ele entre em contacto com a embaixada em Paris. Vale a pena ficar de olho nele por causa dos seus contactos locais e da probabilidade de que ele seja um líder da extrema-direita portuguesa. Acreditamos que ele também irá procurar funcionários das embaixadas em Londres e noutros lugares.

TELEGRAMA 1974LISBON 04363_b

TÍTULO Composição da nova Junta portuguesa

DATA 09-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Os novos membros da Junta portuguesa serão anunciados oficialmente na reunião de Outubro do Conselho de Estado, que se espera formalizar a aprovação pró-forma dos nomeados do Exército e da Força Aérea. Os relatos da imprensa continuam a referir nomes já anteriormente relatados como escolhas do Exército, mas dois novos nomes surgiram como seleccionados pela Força Aérea. Num desenvolvimento separado, o Presidente nomeou um substituto «interino» para Rosa Coutinho, membro da Junta da Marinha. Fim do sumário.

1. Relatos na imprensa a 9 de Outubro indicam que o anúncio oficial dos novos membros da Junta de Salvação Nacional não será feito antes da reunião de dia 15 do Conselho de Estado. Espera-se que o conselho ratifique como membros da Junta os dois oficiais já seleccionados pelo Exército e os dois pela Força Aérea.

2. Enquanto a imprensa de Lisboa continua a noticiar que o Brigadeiro Fabião e o Tenente-Coronel Lopes Pires são as escolhas do Exército, aparecem novos nomes (além dos já mencionados noutro telegrama) como representantes da Força Aérea. Seguem descrições biográficas dos quatro:

a) O Brigadeiro Carlos Soares Fabião nasceu em Lisboa, em Dezembro de 1930. Passou dois anos em serviço em Angola e um total de 12 na Guiné. Durante o período em que o General Spínola foi governador da Guiné, Fabião foi o comandante da milícia africana local. Fabião foi designado Governador Civil da Guiné e delegado da Junta pouco depois do 25 de Abril, chegando a Bissau a 7 de Maio; ocupou este posto até à transferência formal de poder

pelo governo português para as autoridades guineenses há um mês, quando o seu estatuto formal passou a ser o de representante português no país recém-independente.

b) O Tenente Coronel Fisher Lopes Pires vem do corpo de engenharia do Exército. Ele serviu em Moçambique, comandou a primeira unidade de engenharia durante o golpe de 25 de Abril e, mais recentemente, foi integrado no Estado-maior do Exército em Lisboa.

c) O Brigadeiro da Força Aérea Aníbal José Coentro de Pinho Freire¹² nasceu a 4 de Março de 1935. Entrou na Força Aérea em 1953, sendo promovido à actual patente a 7 de Agosto de 1974.

d) O Coronel Narciso de Mendes Dias¹³ nasceu a 19 de Setembro de 1935. Entrou na Força Aérea em 1954 e, como Pinho Freire, foi promovido à posição actual a 7 de Agosto de 1974.

3. Independentemente do processo de selecção para as quatro vagas existentes na Junta, o Presidente Costa Gomes designou substitutos «interinos» para o membro da Junta, Almirante Rosa Coutinho (actualmente colocado como chefe da Junta em Angola) e o membro do Conselho de Estado, Tenente-Comandante Victor Crespo (Alto Comissário de Portugal em

¹² GENERAL PINHO FREIRE: Escolhido para a JSN depois do 28 de Setembro e para o Conselho da Revolução depois do 11 de Março, apoiaria o Grupo dos Nove, apesar de não o ter integrado. Renuncia ao Conselho da Revolução em Agosto de 1976 e passa à reserva em Maio de 1978.

¹³ GENERAL MENDES DIAS: Integrou a JSN depois do 28 de Setembro e o Conselho da Revolução depois do 11 de Março, sendo graduado em General e apontado como Chefe do Estado-Maior da Força Aérea. Sairia do Conselho da Revolução em Maio de 1975, regressando à carreira militar. Em 1991 seria novamente Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, passando à reserva em 1995, quando seria nomeado presidente do Conselho de Administração da ANA.

Moçambique). O substituto interino de Rosa Coutinho é o comandante Silvano Ribeiro¹⁴, nascido a 17 de Outubro de 1923, conhecido como especialista em submarinos. O relatório do DAO [adido militar dos EUA] indica que Ribeiro fala um excelente inglês, bem como espanhol, francês, alemão e italiano. Que viajou muito pela Europa ocidental e esteve nos EUA. (Actualmente está colocado como chefe de gabinete do Chefe do Estado-Maior da Marinha, Almirante Azevedo).

O substituto interino de Crespo é o jovem (nascido a 18 de Junho de 1948) Tenente da Marinha José Manuel Miguel Judas¹⁵. Ele entrou na Marinha em 1965 e foi promovido à actual patente em 11 de Janeiro de 1973. É um oficial do Estado-Maior com especialidade de engenheiro maquinista naval).

4. Comentário: Como os nomes dos dois seleccionados da Força Aérea apareceram impressos pela primeira vez a 9 de Outubro, é muito cedo para a imprensa começar a especular sobre as suas perspectivas políticas e históricas. As escolhas do Exército, no entanto, estão ambas ligadas ao general Spínola. Embora Fabião possa já não ser particularmente próximo de Spínola (os seus comentários favoráveis ao PAIGC enquanto Governador da Guiné não encontraram eco nas declarações de Spínola no período), o seu início de carreira foi integralmente ligado ao General. Lopes Pires foi recentemente referido como um possível substituto para o primeiro-ministro Gonçalves, caso o cenário pró-Spínola tivesse triunfado no fim-de-semana de 28 a 30 de Setembro. Os homens da Marinha são claramente orientados para o MFA.

¹⁴ COMANDANTE SILVA RIBEIRO: Foi ministro da Defesa Nacional no III (a partir de Fevereiro de 1975), IV e V Governos Provisórios.

¹⁵ JOSÉ MIGUEL JUDAS: Membro do Movimento das Forças Armadas (MFA), integraria a Comissão Coordenadora do MFA e, depois do 11 de Março, o Conselho da Revolução, do qual seria afastado depois do 25 de Novembro. Aderiu ao PCP.

TELEGRAMA	1974LISBON 04372_b
TÍTULO	Aparentemente, o governo fecha a porta à entrada do CDS, que como resultado pode retirar-se da política
DATA	10-10-74
ASSINADO	SCOTT
CONTEÚDO	Sumário: Face ao aparente ignorar da sua proposta de uma posição no novo governo, o conservador Partido do Centro Democrático e Social, liderado pelo membro do Conselho de Estado Freitas do Amaral, pode iniciar uma campanha internacional crítica da orientação ideológica do governo português, e eventualmente retirar-se da política, afirmando que não há espaço para uma actividade política moderada e conservadora no novo regime. Fim do Sumário. 1. Logo após a tomada de posse de Costa Gomes como novo Presidente de Portugal, funcionários da embaixada foram contactados por Adelino Amaro da Costa, secretário-geral do Partido de centro-direita Partido do Centro Democrático Social (CDS), para discutir a evolução da situação política. Durante a conversa, da Costa revelou as seguintes informações sobre os planos futuros do seu partido, que, salientou, devem ser mantidas em estrita confidência. 2. O CDS, disse da Costa, acabou de enviar uma carta secreta, no dia 30 de Setembro, ao Presidente, ao primeiro-ministro e aos sete membros do Movimento das Forças Armadas que estão no Conselho de Estado, na qual o partido afirma três pontos: a) que não tinha nada a ver com as recentes tentativas da extrema-direita de derrubar o Governo Provisório e repudiava tais acções; b) que o CDS evitaria alianças com os restantes grupos de extrema-direita;

c) que o partido apoia o programa do MFA na sua totalidade, defende a «legitimidade revolucionária» do MFA e não procuraria minar os seus esforços antes das eleições. Em troca, o CDS solicita que se lhe atribua um lugar no governo de nível suficientemente elevado (desejam um Ministério sem Pasta) para lhes mostrar, e ao resto do país, que há espaço para uma participação moderada e conservadora na política portuguesa.

3. O CDS, disse da Costa, sente que foi discriminado a nível oficial e que o governo nada está a fazer para ajudá-lo a ter acesso à imprensa. O facto de o presidente do CDS, Diogo Freitas do Amaral, ser membro do Conselho de Estado é, na sua opinião, um reconhecimento do facto de que o partido não é «fascista», e que representa pelo menos um segmento da opinião pública. Portanto, o partido acredita que não deve ser excluído do Governo. Sente que, com a recente mudança de governo, os líderes da nação têm uma oportunidade perfeita de mostrar, deixando-os entrar no governo, que o novo Portugal é democrático, e que a todos os partidos democráticos e não violentos será permitido participar na construção de uma nova ordem democrática em Portugal.

4. A direcção do CDS aprovou o seguinte plano de acção secreto: se for recusada uma posição no governo ou se não tiver resposta ao seu pedido até ao final desta semana, começará a viajar pela Europa e pelos EUA para explicar aos líderes políticos e empresariais o que acontece em Portugal, salientando que a tendência dos eventos não é para uma maior participação popular na tomada de decisões, mas para o totalitarismo. Não farão protestos abertos em Portugal, mas espalharão silenciosamente a mesma mensagem. A segunda fase do seu plano entrará em efeito por volta de Dezembro e implicará a dissolução do partido e o exílio voluntário dos principais líderes para França, de onde criticarão o governo aberta e duramente.¹⁶

¹⁶ Edificante raciocínio.

5. Até 4 de Outubro, o CDS ainda não tinha recebido uma resposta positiva ao seu pedido. O primeiro-ministro Gonçalves ligou a Freitas do Amaral nesse mesmo dia para dizer que o pedido do CDS ainda estava a ser considerado por ele, mas que surgira oposição por parte dos outros partidos da coligação.

6. A edição de 9 de Outubro do *República* tem como título de primeira página a alegação de que um informador do gabinete do presidente negara «rumores» de que se queria criar um quarto ministro sem Pasta para um representante do CDS. Álvaro Cunhal, líder do Partido Comunista, declarou em conferência de imprensa no mesmo dia que se opunha à ampliação, especialmente pelo facto de o Movimento Democrático (MDP) não estar representado no gabinete.

7. Comentário: Não temos como verificar se o pedido do CDS foi ou não oficialmente recusado, pois os principais líderes do CDS estão fora do país, mas acreditamos que provavelmente foi, já que da Costa foi a Roma discutir a situação política com os políticos italianos. (Em caso de recusa da sua oferta, o plano do CDS era começar a fase um da sua estratégia visitando a Itália e depois a Holanda.)

8. Cremos que a rejeição da oferta do CDS é outra indicação da mudança à esquerda na política portuguesa e um sinal da força do Partido Comunista, que provavelmente insistirá na inclusão do MDP dominado pelo PCP no governo antes de permitir que o CDS esteja representado. O CDS é o único partido conservador com algum peso que resta em Portugal e o seu desaparecimento seria uma infelicidade, pois os eleitores ficariam apenas com a opção entre partidos de centro-esquerda nas próximas eleições. Além disso, líderes do partido como Xavier Pintado e Victor Sá Machado estão bem relacionados com a elite económica moderada e têm importantes contactos comerciais internacionais. Se iniciassem uma campanha na Europa contra o actual governo e abandonassem a política como se fosse um jogo sem esperança, as possibilidades de investimento estrangeiro significativo em Portugal seriam diminuídas e a confiança em Portugal diminuiria.

TELEGRAMA 1974LISBON 04379_b

TÍTULO Recepção dada pela embaixada da Alemanha de Leste em Lisboa

DATA 10-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A embaixada da Alemanha de Leste promoveu uma recepção na noite de 7 de Outubro no salão de baile do Hotel Ritz para comemorar o 25.º aniversário da República Democrática Alemã. Grande participação, incluindo responsáveis do governo português. Entre os presentes estavam: o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares; o ministro da Justiça, Dr. Francisco Salgado Zenha; o ministro da Economia, Dr. Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar; o ministro da Educação e Cultura, prof. Victorino Magalhães Godinho; o ministro do Trabalho, Capitão José Inácio da Costa Martins; o ministro sem Pasta, Melo Antunes; o ministro dos Serviços Sociais e Meio Ambiente, Coronel José Augusto Fernandes; o secretário de Estado do Trabalho, Dr. Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas, e o secretário de Estado do Emprego, José Guerra Balseiro Fragata.

2. Comentário: Há poucas dúvidas de que o governo português compareceu em número incomum a este evento, sugerindo um esforço especial da parte do governo para mostrar amizade com os alemães de Leste.

TELEGRAMA 1974LISBON 04380_b

TÍTULO Nomeado membro «cidadão» do Conselho de Estado

DATA 10-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A 10 de Outubro, a imprensa de Lisboa divulgou que o Prof. José Joaquim Teixeira Ribeiro¹⁷, reitor da Universidade de Coimbra, aceitou o convite do presidente Costa Gomes para se tornar um dos (sete) membros «cidadãos» do Conselho de Estado. Espera-se que Ribeiro participe na reunião do Conselho agendada para 15 de Outubro. Ele preencherá, assim, uma das duas vagas no conselho criadas pelas renúncias do Coronel Rafael Durão e do Tenente Coronel Almeida Bruno, apoiantes de Spínola que insistiram em sair após a renúncia de Spínola à presidência.

2. Teixeira Ribeiro nasceu perto de Braga a 4 de Outubro de 1908. Foi educado no Norte, licenciando-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Relatos da imprensa indicam que, enquanto professor de Direito em Coimbra, ele apoiou a posição estudantil durante os distúrbios da universidade em 1969 e novamente em 1971/72. Foi «eleito» reitor da Universidade depois do 25 de Abril.

3. O Cônsul do Porto relata que Teixeira Ribeiro é muito conhecido e altamente respeitado pelos membros do Partido Popular Democrático (PPD) no Norte. A sua reputação é a de um homem de integridade inquestionável, competência (como um distinto professor de direito), politicamente do centro e um democrata completo. Ele participou activamente na vida da Primeira República portuguesa, sendo o

¹⁷ Professor Catedrático de Direito, reitor da Universidade de Coimbra, viria a ser vice-primeiro ministro do V Governo Provisório.

autor do código fiscal escrito antes do advento da era Salazar. Foi nomeado reitor interino da universidade a 29 de Abril pelo Comandante militar de Coimbra, uma nomeação que foi mais tarde confirmada e aceite com elogios dos membros do corpo docente e dos alunos.

4. Comentário: Esta nomeação é consistente com a tendência já aparente de manter as principais posições no corpo governante do governo português nas mãos de indivíduos sólidos e respeitados, cujas orientações políticas podem ser identificadas entre moderadas e liberais.

TELEGRAMA 1974LISBON 04399_b

TÍTULO Assistência sueca aos socialistas portugueses

DATA 11-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Os socialistas suecos tentam ajudar o Partido Socialista português (PS), mas constatam que o PS ainda não é capaz de absorver muita ajuda externa. Fim do sumário.

1. Kai Falkman, primeiro secretário da embaixada sueca em Lisboa, disse a um funcionário da nossa embaixada que os socialistas suecos estão ansiosos por ajudar o Partido Socialista português. No entanto, eles têm tido dificuldades em fornecer ajuda porque o PS ainda não parece ter a capacidade orgânica de absorver a ajuda.

2. Falkman mencionou que Francisco Balsemão do Partido Popular Democrático (PPD) perguntou aos suecos por que não ajudavam o PPD também. Falkman observou que, embora o PPD esteja provavelmente um pouco mais próximo do verdadeiro programa dos socialistas suecos, ele sentia que Palme, face à condição subdesenvolvida de Portugal, tenderia a favorecer o PS.

3. Falkman disse que os suecos e outros socialistas europeus ficariam muito insatisfeitos com o PS numa frente comum com o Partido Comunista, e que essa era uma das principais razões pelas quais os socialistas suecos estavam a tentar ajudar o PS.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 04408_b

TÍTULO Centristas ganham ronda na Estação de TV

DATA 11-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Segundo Carlos Cruz, apresentador do Telejornal nocturno da RTP, alinhado com o PPD, houve uma batalha no departamento de notícias da TV sobre se a conferência de imprensa de 8 de Outubro do secretário-geral do Partido Comunista, Álvaro Cunhal, seria transmitida na íntegra ou se essa conferência seria tratada como as conferências de imprensa recentes de outros líderes políticos e teria apenas excertos na televisão.

2. Os funcionários do PCP lutaram duramente para incluir a conferência completa no noticiário. Os centristas e socialistas na equipa de notícias defenderam um tratamento igual. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves terá alinhado ao lado destes últimos. Resultado: o noticiário da noite de 9 de Outubro transmitiu apenas excertos da conferência de imprensa de Cunhal.

3. Comentário: Está a ocorrer uma luta dentro da estação de televisão pelo controlo do departamento de notícias. Os partidos políticos têm pressionado o governo a tomar medidas para restaurar o equilíbrio nas notícias. O noticiário na televisão ainda tem um caminho a percorrer antes que possamos caracterizá-lo como equilibrado, mas este passo de Gonçalves é a prova de que os centristas ainda estão no jogo, com resultado indeciso.

TELEGRAMA 1974LISBON 04411_b

TÍTULO Concessão de «bolsa líder» a Francisco Sá Carneiro

DATA 11-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. No jantar para dirigentes do PPD de 3 de Outubro, o embaixador convidou Sá Carneiro a visitar os EUA a convite do departamento. Sá Carneiro aceitou, em princípio, mas disse que tinha compromissos até ao final de 1974. O embaixador reforçou dizendo que Sá Carneiro tinha um convite permanente para visitar os EUA na hora da sua escolha.

2. Comentário: Prevemos que, se Sá Carneiro conseguir aceitar o convite, ele irá viajar entre Janeiro e as eleições constituintes agendadas para Março.

TELEGRAMA 1974LISBON 04413_b

TÍTULO Representantes do CDS visitam embaixadores de Lisboa com história sobre possível tentativa do PCP de proibir o partido

DATA 11-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Na noite de 9 de Outubro, o embaixador recebeu na sua residência dois representantes do conservador moderado Partido do Centro Democrático Social (CDS), Valentim Xavier Pintado (gerente do Banco Português do Atlântico) e Paulo Lowndes Marques¹⁸, advogado. Os dois visitantes disseram ao embaixador que estavam a contactar vários embaixadores em Lisboa para partilhar uma informação que o CDS recebeu, de que o Partido Comunista tentaria colocar armas na sede do CDS e depois informaria as Forças Armadas, que invadiriam o CDS, descobririam as armas e encerrariam o partido.¹⁹

2. O objectivo de informar os governos estrangeiros sobre esta informação era a de que, se tal cenário ocorresse, as potências estrangeiras soubessem o que realmente aconteceu. Os visitantes não fizeram nenhum pedido ao embaixador e deixaram a residência cerca de 15 minutos depois.

3. Comentário: O CDS acredita que a imprensa lhe é hostil e que se «fossem encontradas» armas nas suas instalações não seria capaz de dar a conhecer o seu lado

¹⁸ PAULO LOWNDES MARQUES: Fundador do CDS. Viria a ser secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros no governo da AD de Pinto Balsemão. Presidente da Câmara de Comércio Luso-Britânica e conselheiro da embaixada britânica.

¹⁹ Os filmes que esta malta fazia...

da história. Embora seja possível que o PCP possa tentar plantar armas na sede do CDS, nós duvidamos da acusação, que está impressa num comunicado do CDS de 11 de Outubro, publicado no *Diário de Notícias*. Os comunistas perderiam muito se fossem apanhados no acto de plantar as armas e o CDS tem guardas a tempo inteiro na única entrada da sua sede. Muito provavelmente, as visitas aos embaixadores estão relacionadas com o plano do partido, já mencionado, de «dizer como é», ou seja, de conduzir uma ofensiva de propaganda própria contra os perigos dos extremistas em Portugal.²⁰

²⁰ Até Carlucci acha a estória tonta..

TELEGRAMA 1974LISBON 04414_b

TÍTULO Comentários do ministro dos Negócios Estrangeiros Soares sobre a situação política portuguesa

DATA 11-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, descreveu o estilo de governo paternalista de Spínola e o desejo de autoridade do tipo «de Gaulle» como tendo provocado a sua queda do poder. Soares sente que as previsões de uma viragem à esquerda desde o 28 de Setembro são exageradas e aponta várias nomeações ao centro como refutação. Também descreve a força de Costa Gomes. Fim do sumário.

A 10 de Outubro, encontrando-se com o embaixador e com funcionários do Departamento de visita a Portugal, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, apresentou os seguintes pontos:

1. Spínola estava a tentar montar um *show* de um homem só, o que criou o caos no governo português. Há inúmeras ilustrações deste padrão de comportamento, mas alguns exemplos serão suficientes.

a) Ele não contou a ninguém com antecedência sobre o seu encontro com Mobutu. Deixou tanto o ministro dos Negócios Estrangeiros como o primeiro-ministro no escuro sobre essa reunião, que descobriram apenas um dia antes do encontro, quando o chefe do protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros informou Soares que estava indo com Spínola para a Ilha do Sal. Spínola nunca contou a ninguém o que aconteceu entre ele e Mobutu. Também nunca contou a ninguém o que aconteceu entre ele e Nixon, na reunião dos Açores.

b) Ele anunciou novas etapas importantes no processo de

descolonização sem consultar os seus ministros. Tendo resistido obstinadamente às exigências do governo para aceitar um programa por fases que levasse da autodeterminação à independência, de repente, a 27 de Julho fez um discurso vinculando a autodeterminação inevitavelmente à independência e, assim, indo além daquilo que os ministros estavam a solicitar.

2. Spínola queria governar Portugal como governara a Guiné portuguesa, de forma paternal. Ao fazê-lo, era muitas vezes inconstante, frequentemente mudando de posição em decisões-chave. Tentou, através de Palma Carlos, em Julho, ser eleito popularmente e atrasar as eleições para a Assembleia Constituinte. A manifestação da maioria silenciosa pretendia atingir o mesmo fim: obter para ele o forte poder presidencial que De Gaulle exerceu na França.

3. O resto do governo viu a manifestação da maioria silenciosa como um confronto político violento, que poderia desesperadamente dividir o país. O próprio Spínola não planeou nenhum tipo de golpe em conexão com a manifestação, mas outras forças da ala direita estavam planejando, pelo menos, tentativas isoladas por todo o país.

4. O MFA não apoiou Spínola na manifestação. Como perdeu a confiança deles e foi nomeado por eles, não eleito popularmente, ele escolheu renunciar. Ele ainda tem, no entanto, relações amigáveis com Costa Gomes, tendo almoçado com ele recentemente. Provavelmente, Spínola irá concorrer à presidência. Ainda é muito popular, particularmente entre as classes mais baixas que querem uma figura paternal de autoridade.

5. Os comunistas tentaram ficar com o mérito do cancelamento da manifestação e procuraram fazer parecer que estão a ganhar mais influência no governo. Isto é, no entanto, incorrecto. De facto, os partidos da coligação que estão mais próximos do centro continuam sendo a

chave. Portugal não será nem um Chile, nem uma Cuba, mas sim uma democracia socialista, espero que com uma leal oposição de direita. As relações entre o governo actual e a igreja estão em equilíbrio. Os líderes do governo não estão em pânico, mas sim prosseguindo com frieza os seus programas. No entanto, a direita ainda é um problema, como indicam os cartazes que apareceram no Norte a apelar a uma grande peregrinação a Fátima.

6. O novo governo é praticamente o mesmo que o anterior, apesar dos rumores de que virou claramente à esquerda. Dos spinolistas que deixaram o governo, Sanches Osório teve que sair porque emitiu um apelo em nome do Governo Provisório (que se opôs especificamente a essa declaração) para que as barricadas fossem removidas e a manifestação da «maioria silenciosa» pudesse ocorrer. O outro, o ministro da Defesa, Firmino Miguel, foi instado por todos os seus colegas de governo a permanecer, mas saiu por lealdade pessoal a Spínola. Ele, no entanto, acabou de ser nomeado pelo novo governo para participar numa missão a Kinshasa sobre o problema angolano, algo dificilmente conciliável com uma forte mudança à esquerda no governo. Outros sinais de um carácter mais centrista do novo regime: a probabilidade de dois nomeados por Spínola para membros «cidadãos» do Conselho de Estado, ambos entre os associados mais próximos de Spínola, os Coronéis Durão e Bruno, aceitarem o convite de Costa Gomes para permanecer no Conselho; a nomeação para o Conselho de Estado por Costa Gomes do dr. Teixeira Ribeiro, um socialista da ala direita, que no passado foi frequentemente consultado sobre questões financeiras por Salazar, não pode ser considerado um esquerdista.

7. O novo governo continuará orientado para o Ocidente e permanecerá na NATO enquanto mantém os outros compromissos internacionais. As próximas visitas de Brandt e Olaf Palme são indicações disso. A viagem aos EUA de Costa Gomes também é essencial para demonstrar a

continuidade da política externa. Costa Gomes tem uma posição sólida por causa do seu amplo apoio nas forças militares. Um membro do MFA disse recentemente a Soares que 30 a 40% dos militares são pro-Spínola, 30 a 40% são anti-Spínola, mas no mínimo 80% são pró-Costa Gomes.

TELEGRAMA 1974LISBON 04425_b

TÍTULO Conteúdo da reunião dos presidentes Ford – Costa Gomes

DATA 11-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Recomendação da embaixada para o conteúdo da reunião entre os presidentes Ford e Costa Gomes. Fim do Sumário.

1. Recomendamos que a reunião dos presidentes Ford – Costa Gomes seja usada para o seguinte:

a) Obter de Costa Gomes a sua avaliação franca sobre o rumo que Portugal está a seguir a nível político. Especificamente, devemos procurar a sua opinião honesta sobre se as tendências esquerdistas dentro do Movimento das Forças Armadas (MFA), reforçadas por pressões de fora do MFA, podem sob certas circunstâncias levar Portugal além das reformas socio-económicas obviamente essenciais e há muito adiadas para uma situação em que a influência comunista e/ou ultra-nacionalista seria tão dominante que poderia forçar os EUA a sair dos Açores e Portugal a sair da NATO. Ao discutir este assunto, pensamos que o lado americano deve deixar claro que não acreditamos necessariamente naqueles que profetizam a destruição de Portugal, que estamos preparados para julgar a nova liderança portuguesa pelo que eles fazem, não pelo que os outros dizem sobre eles (particularmente outros que se beneficiaram do sistema injusto do passado), mas que é simples prudência para os EUA ter em consideração o «pior cenário» ao elaborar as suas políticas para o novo Portugal.

b) Deixar claro a Costa Gomes que ele pode contar com o apoio dos EUA no que a assistência dos EUA possa ser útil aos esforços para transformar Portugal numa sociedade mais democrática, solidamente integrada na Europa Ocidental/NATO. Da parte dos EUA devemos perguntar a

Costa Gomes que tipo de assistência dos EUA ele consideraria mais eficaz para o conseguir. (A nossa própria estimativa é que, tanto política como economicamente, o que resultaria no maior retorno político para os EUA seria a habitação pública e qualquer assistência financeira, especialmente empréstimos de longo prazo a juros baixos, que proporcionarão mais empregos. Além do facto de que o regresso a Portugal de colonos e soldados de África aumentará o desemprego, e que a imagem dos EUA agora em Portugal é a de que as suas empresas em Portugal têm agravado o problema do desemprego desde o 25 de Abril. Devemos tentar mudar essa imagem).

c) Da parte dos EUA devemos apresentar o assunto da ajuda militar dos EUA a Portugal anunciando que os desenvolvimentos alcançados por Portugal no campo da descolonização nos levaram a concluir que qualquer assistência militar fornecida a Portugal pelos EUA será usada para melhorar a participação de Portugal na NATO e, em qualquer caso, não será usada para suprimir as aspirações africanas de independência e, portanto, os EUA decidiram cancelar o seu embargo de armas a Portugal. Além disso, sentimos que o lado dos EUA deve explorar com Costa Gomes até que ponto a ajuda com armas dos EUA pode contribuir para a adesão portuguesa, na verdade para uma participação reforçada na NATO, especificamente em relação ao acordo dos Açores. A ajuda militar dos EUA a Portugal pode também ser discutida no contexto do uso dessa ajuda para orientar as Forças Armadas portuguesas para os EUA e o Ocidente. Este pode não ser o contexto adequado para consideração desta proposta, mas há algum tempo que pensamos que uma fábrica ou várias fábricas estabelecidas em Portugal para montagem de tanques e/ou carros de combate e para reabilitação de uma variedade de armamentos da NATO seriam (a) mais baratas do que em outros lugares, apesar do aumento dos salários em Portugal: (b) úteis para a produção de equipamentos desejados pelo exército português; (c) úteis para oferecer oportunidades de emprego; e (d) contribuíam para a adesão portuguesa à NATO.

2. A imagem pública projectada pela reunião será de grande importância. Este será o primeiro encontro de Costa Gomes com um Chefe de Estado. O facto de ele se encontrar primeiro com o Chefe de Estado dos EUA tem vantagens óbvias e desvantagens não menos óbvias. A escolha de Washington como seu primeiro porto de escala não deve ser apresentada publicamente como simplesmente uma consequência da sua deslocação à ONU. Assim, o comunicado deve destacar que o Presidente Ford, devido ao seu grande interesse nos acontecimentos em Portugal, convidou Costa Gomes a vir a Washington para uma troca de pontos de vista, deixando a implicação de que o discurso na ONU foi incidental, e não vice-versa. Além disso, a reunião deve ser vista como resultando em mais do que a reunião de 20 de Setembro entre o secretário e Soares; ou deveria haver pronunciamentos concretos (fim do embargo de armas, dólares em auxílio à habitação de baixo custo, disposição em fornecer empréstimos de longo prazo e juros baixos para criação de empregos), ou deveria haver uma reafirmação presidencial da determinação dos EUA em ajudar economicamente Portugal a superar os efeitos de ter avançado para a descolonização em África, que era uma antiga exigência dos EUA. Para contrariar a propaganda divulgada pela esquerda intelectual de que os EUA estavam satisfeitos com o antigo *status quo*, de que no fundo do nosso coração, preferimos a certeza das políticas de Caetano à incerteza do novo Portugal, deveria haver uma afirmação presidencial que coloque os EUA firmemente ao lado da mudança construtiva.

3. Correndo o risco de dramatizar demais a nossa situação, estamos inclinados a acreditar que Portugal, por mais pequeno que seja, é de importância desproporcional em relação, não apenas a África, mas particularmente ao litoral do Sul da Europa. Na medida em que Portugal é importante neste contexto, Costa Gomes é um factor fundamental na nossa política do Sul da Europa. Achamos que ele basicamente está connosco e que devemos, portanto, fazer o melhor para apoiá-lo.

TELEGRAMA 1974LISBON 04429_b

TÍTULO Conversa com um assessor do Presidente

DATA 15-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Em conversa recente com um funcionário da embaixada, o assessor presidencial Tenente-Coronel Serafim Silveira Pinheiro apresentou vários pontos sobre os quais parecia ter sido informado com antecedência. Espera-se que Pinheiro acompanhe Costa Gomes na sua visita a Washington, e até certo ponto acreditamos que os seus pensamentos são compartilhados por Costa Gomes.

2. 28 de Setembro – Pinheiro disse que a mudança de 28 de Setembro não foi uma viragem à esquerda. Costa Gomes e o primeiro-ministro trabalham bem juntos e têm um bom entendimento. A selecção de Costa Gomes como Presidente deve acabar com a inacção causada pelas constantes disputas entre Spínola e a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (MFA).

3. Movimento das Forças Armadas – Sobre as visões políticas do MFA, Pinheiro disse que o MFA quer trazer a democracia a Portugal, mas deixou claro que a democracia pluralista na visão do MFA teria limites definidos – excluindo, por exemplo, o MRPP e o lado direito do espectro político. Pinheiro acredita que qualquer coisa à direita do PPD é perigoso e digno de suspeita. O MFA, mesmo após as eleições, permaneceria como árbitro dos verdadeiros interesses do povo português.

4. Eleição – Sobre eleições, Pinheiro disse que devido a motivos técnicos e ao facto de que o censo nem teria sido iniciado, as eleições não poderiam ser realizadas em Março.

5. Promoção do COMIBERLANT²¹ – Pinheiro sugeriu que o COMIBERLANT fosse promovido a um comando completo. Ele disse que essa ação teria um efeito tremendo entre aqueles que nas forças militares buscam sinais positivos de apoio a Portugal, e fortaleceria a ligação à NATO.

6. Conversa com o embaixador – Pinheiro observou que é muito significativo que Costa Gomes apenas tenha visto o embaixador dos EUA até agora. Ele disse que a Comissão Coordenadora do MFA ficou satisfeita quando soube que o embaixador dos EUA se estava a encontrar com Costa Gomes.

7. Ofensiva cultural da URSS – Pinheiro expressou a preocupação de que os russos estão a fazer um grande esforço cultural aqui, com as suas orquestras, atletas, equipas de dança e outras atracções culturais. Ele observou a total ausência de qualquer coisa semelhante da nossa parte, e disse que se, por exemplo, uma orquestra dos EUA viesse, as pessoas fariam fila para comprar bilhetes.

8. Para os serviços secretos – Pinheiro disse que o principal receio dos que cercam Costa Gomes é o de uma tentativa de assassinato pela extrema-direita. O funcionário da embaixada observou que as precauções normais de segurança em Portugal impressionaram os americanos por serem extremamente frouxas.

²¹ COMIBERLANT: Comando Conjunto das Forças Aliadas em Lisboa.

TELEGRAMA	1974LISBON 04439_b
TÍTULO	Empresa portuguesa reclama que uma entidade dos EUA está a atrasar a compra de equipamento até que a «instabilidade socio-política desapareça»
DATA	15-10-74
ASSINADO	SCOTT
CONTEÚDO	1. Sumário: Os ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Trabalho chamaram a atenção da embaixada para a reclamação da empresa portuguesa Sorefame de que uma entidade dos EUA está a atrasar o recebimento de um subcontrato até que a «instabilidade sociopolítica de Portugal desapareça». Fim do Sumário. 2. A Sorefame deu aos ministérios a seguinte informação: a) O distrito de utilidade pública n.º 1 (PUD) do Condado de Chelan, Washington, encomendou à empresa francesa Alstom oito turbo-geradores de 54 MV para equipar o centro hidráulico de Rock Island no Rio Columbia. b) A Alstom, accionista e licenciante da Sorefame, subcontrataria a Sorefame para uma parte importante do fornecimento da ordem acima descrita. c) Um representante da PUD visitou Portugal (na primeira semana de Outubro). Considerou a Sorefame tecnicamente sólida, mas, após o seu regresso aos EUA, a PUD decidiu atrasar a autorização à Alstom para usar a Sorefame como subcontratada até que «a instabilidade sócio-política desaparecesse». d) A Sorefame teme que a atitude da PUD possa ter um «efeito bola de neve», levando outras empresas no exterior a reter negócios da Sorefame. A Sorefame está preocupada, particularmente, com uma ordem de vagões ferroviários da Boeing Vertol Company para as autoridades

des de trânsito de Chicago. De acordo com a Sorefame, a Boeing Vertol e a PUD estão em contacto próximo.

3. Além do caso da Sorefame, o ministro do Trabalho chamou um funcionário da embaixada, que é seu amigo pessoal, para expressar a sua preocupação de que muitas «empresas multinacionais e americanas» estão a planejar sair de Portugal, um passo que ele diz que causará desemprego e impulsionará Portugal ainda mais para a esquerda. Pediu a ajuda do embaixador para tentar dissuadir as empresas americanas de saírem.

4. Comentário:

a) Caso Sorefame – Se a PUD estiver preocupada que a situação política em Portugal possa prejudicar as entregas de componentes subcontratadas, não acreditamos que tal medo tenha fundamento. A propriedade da maioria da Sorefame é do governo (deste modo a nacionalização não é um espectro), a Sorefame é uma grande empregadora e é uma importante fonte de divisas. É improvável que qualquer governo português, não importa qual a sua cor política, faça ou permita qualquer coisa que prejudique o cumprimento dos contratos da Sorefame.²²

b) Planos de saída para empresas americanas – Parece-nos que os medos do ministro do Trabalho quanto a uma saída iminente são exagerados, embora muitas empresas tenham planos de contingência caso a situação aqui, na sua opinião, piore. Nesta fase, no entanto, embora possamos entender a relutância das empresas em realizar novos investimentos, acreditamos que é prematuro que elas considerem retirar-se.

²² Devia ser assim. Infelizmente, os governos entreguistas pelos quais os EUA tanto trabalharam acabaram por levar à liquidação da Sorefame com a entrada na União Europeia, a liberalização do sector e total privatização da empresa.

5. Acção solicitada:

a) Caso Sorefame – Consultar a PUD para determinar se eles de facto pediram à Alstom para atrasar um subcontrato com a Sorefame e, se sim, com base em que é que fizeram este pedido. Se eles têm medo de que as condições políticas atrasem ou cancelem as entregas, sugerimos que sejam tranquilizados conforme já explicado.

b) Planos de saída de empresas americanas – Se e quando as empresas americanas com investimentos em Portugal entrarem em contacto com o Departamento para aconselhamento, sugerimos que sejam informadas de que não vemos nenhuma razão no momento para que elas devam fechar as suas operações: o governo afirma o seu interesse em continuar o investimento estrangeiro e tomou, e continua a tomar, medidas para melhorar o ambiente económico.

TELEGRAMA 1974LISBON 04450_b

TÍTULO Soares entrevistado sobre política externa e estratégia do Partido Socialista

DATA 16-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, numa longa entrevista ao *Expresso* alude às futuras restrições ao uso das Lajes, à necessidade de um acordo bilateral com a China sobre o *status* de Macau e à posição do seu partido sobre alianças com outros partidos políticos. Fim do sumário.

1. Numa longa entrevista concedida ao *Expresso*, e publicada na sua edição de 12 de Outubro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, fez as seguintes declarações sobre a política externa portuguesa e a estratégia do Partido Socialista.

2. Não-alinhamento – Soares foi questionado sobre se sabia se existia ou não uma corrente de opinião no Movimento das Forças Armadas (MFA) favorável ao não-alinhamento militar de Portugal. Ele respondeu que existe tal corrente, que ele acha perfeitamente respeitável, mas que todos no MFA respeitam o programa do MFA, deixando claro que os acordos internacionais existentes serão respeitados, incluindo o acordo da NATO. Pessoalmente, acrescentou Soares, como socialista acredita que o actual sistema de segurança de blocos militares concorrentes não é o melhor, e que num momento de detente pode ser prejudicial. No entanto, ele lembrou ao entrevistador que não se pode ignorar a localização geográfica de Portugal e o passado histórico que influenciam as opiniões portuguesas.

3. Base de Lajes – Em relação às Lajes e às supostas observações recentes do secretário de Defesa, de que o seu

valor estratégico declinou em virtude da perfeição dos EUA no reabastecimento em voo, Soares disse que sempre que o «problema das Lajes» vem à discussão há quem afirme que o seu valor estratégico diminuiu. Na realidade, afirmou, a base continua a ser importante para os americanos, e os americanos terão que dar a Portugal uma compensação justa pelo seu uso. A permissão para deixar os EUA usarem a base não comprometerá Portugal junto dos árabes? Não necessariamente, respondeu Soares, já que a Alemanha Ocidental, por exemplo, tem bases americanas no seu solo e durante a recente guerra árabe-israelita não permitiu que os americanos as utilizassem. A política portuguesa a este respeito será decidida de acordo com as condições prevaletentes em qualquer momento particular, advertiu. «Não sei se numa (futura) ocasião como essa (a guerra árabe-israelita) a nossa atitude seria favorável ou não ao uso da Base das Lajes.» Em qualquer caso, o interesse nacional português e a independência seriam os únicos critérios orientadores.

4. Macau – Sobre Macau, Soares observou que Portugal está na China como resultado de um acordo entre Portugal e a velha China, e Portugal entende que a sua presença na região, «nos termos em que é hoje praticada», terá que ser o resultado de um acordo bilateral com a República Popular da China. «Até agora, a China não quis ter relações connosco porque não concluímos o nosso processo de descolonização, no entanto, demos provas suficientes da nossa boa fé, e as relações mútuas são do interesse de ambas as partes.»

5. Partidos de direita – O ministro dos Negócios Estrangeiros foi questionado sobre se na sua opinião os partidos de direita têm ou não lugar na política portuguesa. A sua resposta foi que os partidos de direita que aceitam as regras democráticas do jogo devem ser naturalmente permitidos e respeitados como partidos que representam uma corrente de opinião, «mesmo que minoritária» na sua opinião.

6. Frente Popular – Uma Frente Popular entre o PS e o PCP é viável para as próximas eleições? Isto ainda não foi decidido, mas Soares disse que a actual coligação (PPD, PS, PCP) deveria ser mantida até, e mesmo depois das eleições, se as circunstâncias o permitirem. Esta coligação não é obviamente uma Frente Popular. No entanto, não se desliga uma aliança de tipo mais íntimo e orgânico entre o PCP e o PS. Para que isso aconteça deve existir necessariamente um acordo sobre os objectivos a médio e longo prazo e os meios de acção. Deve existir também um programa comum subscrito e conhecido por todo o povo. Tal discussão programática ainda não ocorreu, embora em várias ocasiões tenhamos proposto que seja realizada. Enquanto isso, acreditamos que a coligação deve ser mantida e que a coligação deve preservar a unidade com o MFA.

7. Papel do PPD – O PPD é um obstáculo ao socialismo em Portugal? Em princípio, não. O PPD faz parte da coligação e apoia, juntamente com os outros partidos da coligação, um programa comum que é o programa do MFA, um programa que não é socialista. Após as eleições, no entanto, um novo programa terá de ser formulado, e nós socialistas vamos propor um programa para renovar a sociedade portuguesa. Este será um verdadeiro «contrato para o progresso» e será proposto por ocasião das eleições. Se for aceite pelos partidos da coligação, por outros partidos e pelo MFA, então estamos certos de que o nosso caminho, uma via original portuguesa para a liberdade e o socialismo, será indestrutível.

8. O MFA após as eleições – O MFA continuará a ter um papel a desempenhar após as eleições? Elas estão determinadas a garantir a consolidação da democracia em Portugal, e isso pode não ter sido concluído até Março. Pode ser, portanto, necessário que o MFA continue a existir após Março que vem. Isso será algo para o MFA decidir, e os partidos democráticos terão que tornar conhecidas as suas posições. Os socialistas, em princípio,

não se opõem a isso, desde que o respeito ao pluralismo democrático seja mantido e as liberdades fundamentais sejam asseguradas.

9. Adiamento das eleições? – O PS apoiaria um adiamento das eleições se não existissem condições para a realização de uma votação? Achamos que as eleições devem ser realizadas dentro do calendário, a menos que surja um problema excepcionalmente grave e imprevisto que justifique o seu adiamento. Caso contrário, o calendário eleitoral descrito no calendário do MFA deve ser seguido.

10. Aliança com o PPD? – É possível uma aliança com o PPD? Uma aliança entre estes dois partidos direccionados contra o PCP não é possível, assim como uma aliança entre o PS e o PCP contra o PPD está fora de questão. Estamos numa coligação tripartida que gostaríamos de ver ampliada para a esquerda e até para a direita. A que partidos da esquerda se refere? Não vejo por que o MES (Movimento de Esquerda Socialista) não poderia participar do governo. O MRPP e o PRP, que se colocam numa posição de oposição radical ao governo, não podem participar por esse motivo.

11. Liberdade de imprensa – Que restrições devem ser impostas à imprensa? Acredito que a informação deve ser objectiva e não sujeita a condições, e que todos os sectores, mesmo os que se oponham ao actual governo, incluindo a direita, devem ter garantido acesso à comunicação social.

12. Comentário: O director-adjunto do *Expresso* disse-nos que Soares ligou para o jornal quando ele ia para a imprensa e perguntou se poderia adicionar um parágrafo à sua resposta sobre a viabilidade de uma frente popular entre o PS e o PCP. Ele conseguiu assim incluir na sua resposta a noção de que uma aliança orgânica com o PCP não poderia ser descartada sob certas condições. A

resposta dada originalmente dizia apenas que a actual coligação deveria ser mantida. A pressão sobre Soares para formar tal aliança com os comunistas, especialmente desde 28 de Setembro, é intensa. Embora não tenhamos como verificar uma conexão, é curioso notar que a mudança de ideia de Soares em relação a uma frente popular ocorreu apenas algumas horas antes de Mitterrand fazer o seu apelo em Paris para uma aliança de partidos socialistas e comunistas em Itália, França, Espanha e Portugal. Em qualquer caso, esta questão de uma aliança PCP-PS provavelmente não será resolvida até depois do congresso do partido, em Dezembro.

TELEGRAMA 1974LISBON 04454_b

TÍTULO As visões de Otelo Saraiva de Carvalho sobre a NATO, a CIA e outros assuntos, expressas numa série de entrevistas à imprensa

DATA 16-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Otelo Carvalho, numa série recentes de entrevistas à imprensa, mostrou a sua suspeita face à NATO e à CIA; a sua predilecção pelo socialismo do tipo europeu; a sua desconfiança do capitalismo; e as suas visões sobre nacionalizações, Champalimaud e a purga do exército em andamento. Fim do sumário.

2. CIA e NATO - Otelo demonstrou a sua falta de entusiasmo pela NATO e as suas suspeitas da CIA ao abordar os perigos internos e externos que o país enfrentaria no período anterior às eleições de Março. Internamente, previu Otelo, o país pode esperar que a direita tente outro, mas provavelmente mais forte, golpe antes das eleições. O MFA está alerta para essa probabilidade, mas também vê perigos de fora. «Sabemos que a CIA é um problema sério. Os americanos têm um medo mórbido do comunismo e, portanto... têm uma série de organizações específicas para combatê-lo. A CIA, que usa os métodos mais incríveis - olhe para o Chile - não se importa se milhares de pessoas são mortas, é provavelmente a mais perigosa, mas não a única organização: a NATO é outro exemplo de uma organização criada especificamente para a luta anti-comunista.»

3. Futuro político de Portugal - «Temos que orientar o país para um socialismo de tipo europeu, uma perspectiva que o general Costa Gomes e os 2000 oficiais do MFA enfrentam com tranquilidade.»

4. Grandes negócios e bancos - «O capital é sempre um inimigo que deve ser mantido sob vigilância.» Na sua

opinião, grandes empresas e bancos, «que demonstram claramente que não estão interessados em instalar liberdades democráticas em Portugal e que se opõem a todo o progresso», devem ser nacionalizados. Ele declarou especificamente que as empresas que param de investir devem ser nacionalizadas, e os seus donos «se necessário, expulsos ou enviados para o exílio».

5. O MFA e os seus aliados – Agora existe uma certa aliança entre o MFA e os partidos de esquerda e de centro-esquerda, porque neste momento os partidos de esquerda são nossos aliados. Isto é, porque eles estão interessados em instalar a democracia. Em Portugal, os aliados que ele nomeou são os comunistas, os socialistas e o PPD («na medida em que mostre que é de centro-esquerda»). Os inimigos são os partidos da extrema-direita. (Comentário: Otelo não fez referência ao CDS, o único partido conservador moderado que existe).

6. Champalimaud – Otelo destaca Champalimaud como um «génio industrial» sobre cujas actividades na esfera industrial ouviu apenas coisas boas. Na sua opinião, Champalimaud aceita desafios, é audacioso e é um homem que, se assim desejar e receber incentivos, será capaz de provocar um ressurgimento industrial em Portugal.²³

7. Saneamento no exército – O saneamento ainda está a ser realizado nas Forças Armadas e está quase terminado no exército. Um certo atraso neste processo surgiu da necessidade de cuidar dos interesses económicos dos excluídos, muitos dos quais, sob a lei existente, são inelegíveis para pensões porque não estão no serviço o período de tempo necessário para se qualificar. Este problema está em estudo, mas, enquanto isso, o processo não deve parar. Deixou claro que os afastados não são

todos ultra-reaccionários ou fascistas, que de facto constituem uma minoria, mas a maioria incompetentes, homens que perderam a confiança dos seus pares, aqueles que são desonestos ou de qualquer outra forma inadequados para serem militares.

8. Comentário: Esta é a primeira vez que qualquer membro do MFA ou do governo lança publicamente acusações sobre a NATO ou a CIA. Embora Otelo tenha deixado claro nas suas entrevistas que estava a falar a título pessoal, e não em nome do governo, não podemos deixar de nos perguntar se não virá mais a seguir. Em qualquer caso, os comentários sobre a CIA são inquietantes. A suspeita sobre a CIA é generalizada e os comentários de Otelo reflectem muito provavelmente as suspeitas que muitas pessoas em posições responsáveis têm sobre essa organização.

²³ Este parágrafo diz tanto sobre Otelo...

TELEGRAMA 1974LISBON 04455_b

TÍTULO Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas inicia o que parece ser uma campanha para desacreditar Spínola

DATA 16-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Otelo Saraiva de Carvalho e outros membros da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas começaram a conceder uma série de entrevistas à imprensa nas quais descrevem as acções do General Spínola na noite de 28 de Setembro. O retrato de Spínola é desfavorável, e é o de um homem que não conseguiu manter o controlo das unidades militares e que se tornou psicologicamente desequilibrado sob stress. Estas e outras acusações parecem projectadas para prejudicar a imagem mítica do General, talvez para diminuir o seu apoio eleitoral, caso ele decida permanecer na política, e para minar o seu apoio dentro das Forças Armadas. Fim do Sumário.

1. A Comissão Coordenadora Política (CCP) do Movimento das Forças Armadas (MFA), que até agora manteve um silêncio quase total sobre o papel de Spínola nos acontecimentos de 28 a 30 de Setembro, começou o que parece ser uma campanha projectada para desacreditar Spínola aos olhos do público em geral e aos olhos dos seus camaradas militares. Um dos membros mais importantes da CCP, o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho (líder operacional do COPCON e governador militar de Lisboa), deu quatro entrevistas à imprensa em Portugal e outras à imprensa estrangeira nos últimos dias, nas quais forneceu um relato detalhado dos acontecimentos no Palácio presidencial de Belém na noite do dia 28, e nas quais Spínola é retratado sob uma luz extremamente desfavorável.

2. Otelo Saraiva retrata Spínola na noite do dia 28 como nervoso, extremamente agitado, fora de si com o

medo de que Otelo dê um golpe de esquerda usando forças do COPCON, e psicologicamente «desequilibrado» pela sua preocupação excessiva com a «ameaça» do comunismo. Otelo, discutindo a sua suposta prisão por Spínola no dia 28, disse que, embora não tenha sido formalmente preso, ele foi de facto chamado a Belém para ser detido. Ele foi duas vezes impedido por Spínola ou por auxiliares da Junta de sair sob vários pretextos, e conseguiu sair somente após repetidos avisos aos seus «anfitriões» de que COPCON o libertaria à força se necessário.

3. Embora Otelo não declare claramente que Spínola tentou dar um golpe, ele alegou que estava «tentando alinhar todas as forças ao seu lado», mas que, no final, várias unidades militares naquela noite se recusaram a obedecer ao Presidente, e só acederiam às ordens de Otelo. Spínola, afirma Otelo, não conseguiu controlar o MFA, que se provou grande demais para alguém «não respeitado pelo Movimento» e «não sintonizado com ele». Quando percebeu esse facto, deixou Otelo voltar para o COPCON e tomou a decisão de renunciar.

4. Otelo acusou especialmente os pobres conselheiros de que Spínola se cercou como os grandes responsáveis pelas acções de Spínola durante a crise. Eles não eram conselheiros imparciais, mas idolatravam o Presidente. Alertavam-no constantemente para o espectro comunista e não o informaram completamente sobre o que estava a acontecer ao seu redor. Otelo criticou especificamente Galvão de Melo como o porta-bandeira dos reacconários e uma ferramenta da alta finança.

5. Comentário: É crença generalizada que o General Spínola não abandonou a política para sempre, que apoiará o PPD ou o CDS nas eleições de Março e que será candidato à presidência na próxima ronda de eleições. Até agora, os jornais portugueses, por ordem directa do primeiro-ministro Gonçalves, não foram autorizados a publicar um relato completo do que eles vêem como uma tentativa abortada

de golpe por parte de Spínola, e não foram autorizados a criticar Spínola directamente, provavelmente porque fazê-lo ampliaria as divisões existentes no MFA e ofenderia o seu bom amigo Costa Gomes. No entanto, parece que o MFA acredita, talvez agora que as eleições para preencher as vagas da Junta já ocorreram, que pode começar a prejudicar a imagem pública do General com segurança. Para tal irá questionar o carácter de Spínola, questionar o seu julgamento e atacar a sua fidelidade ao programa do MFA e aos processos democráticos, presumidamente para reduzir o seu apoio popular e minar o seu apoio restante nas Forças Armadas. Parece que o MFA tem medo e quer reduzir as chances de o General poder ser eleito presidente no ano que vem, o que, na sua opinião, iria parar ou desacelerar o ritmo de progresso social que eles consideram necessário para Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 04456_b

TÍTULO Victor Alves sobre a situação em Portugal

DATA 16-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro Victor Alves solicita uma forte expressão de apoio dos EUA durante a visita de Costa Gomes aos EUA; diz que o governo português quer boas relações connosco; Alves apoia a NATO e diz que o Presidente também; advertiu contra a colocação de rótulos no que estava a acontecer em Portugal, porque até mesmo Alves não sabia qual seria o resultado; enfatizou que o MFA estava no controlo com ele mesmo, Antunes e o primeiro-ministro como os principais tomadores de decisões; disse que levaria muito tempo até que os civis estivessem preparados e capazes de assumir o comando da nação, embora previsse que as eleições seriam na Primavera como programado; disse que Cunhal tinha uma influência mínima dentro do governo; e descreveu Gonçalves como um homem certamente de esquerda, humanista progressista, mas incapaz de ser comunista. Fim do Sumário.

1. A seguinte conversa decorreu a 12 de Outubro entre o funcionário do Departamento de Estado, Peter de Vos, que estava de visita a Portugal e que conhecia bem o líder do MFA, Major Victor Alves, desde que ambos estiveram colocados em Angola. As opiniões de Alves são importantes porque é cada vez mais evidente que ele, junto com o primeiro-ministro e o ministro sem Pasta Melo Antunes, são as figuras-chave na orientação, tanto da Comissão Coordenadora do MFA como do Governo Provisório.

2. Assistência dos EUA – Alves disse que uma das mais prementes necessidades de Portugal neste momento é a assistência dos EUA. Respondendo a uma pergunta sobre que tipo de assistência dos EUA ele tinha em mente, disse que o que era agora essencial – ainda mais im-

portante do que a ajuda material ou financeira – era o apoio firme dos EUA, mas apropriadamente subtil, ao novo regime em Portugal. Alves sugeriu que este inequívoco selo de aprovação deveria ser colocado durante a visita de Costa Gomes.

3. Relações connosco – Alves disse que, enquanto tivesse alguma palavra sobre o assunto, o governo procuraria manter boas relações com os EUA. Ele expressou o desejo de melhorar o contacto com a embaixada dos EUA e comentou sobre as suas relações positivas com os funcionários da embaixada.

4. NATO – Embora o assunto da Base dos Açores não tenha sido tocado durante a conversa, Alves comentou várias vezes que a NATO era um factor-chave na estratégia de defesa de Portugal, área da qual era agora o ministro responsável no governo. Além da sua própria predilecção pela continuação de Portugal na NATO, apontou que a elevação de Costa Gomes era um indicador favorável a esse respeito. Embora o General Spínola não estivesse necessariamente inclinado para a NATO e tenha havido comentários sobre a possível retirada de Portugal, Costa Gomes serviu na NATO e encarava favoravelmente a aliança ocidental. Pela sua parte, Alves disse que, agora que tinha a responsabilidade pela defesa, estava ansioso para trabalhar em assuntos da NATO. Partiria no final do mês para a Alemanha Ocidental, a fim de dar garantias a um aliado da NATO sobre os desenvolvimentos em Portugal. Mencionou que visitaria a França com o mesmo propósito.

5. O MFA e a Comissão Coordenadora – Portugal hoje, enfatizou Alves repetidamente, era uma nação num estado de fluxo rápido. O objectivo doméstico principal da Revolução de 25 de Abril era estruturar uma nova forma de governo onde todos os vários elementos da sociedade poderiam «participar». Ele alertou, cuidadosamente, contra tentativas de colocar rótulos no que estava a acontecer, porque ele mesmo não sabia qual seria o re-

sultado. Havia muitas forças, às vezes contraditórias, em acção e levaria algum tempo até que a situação se estabilizasse.

6. Alves admitiu que durante o período de transição a base de poder do governo é inquestionavelmente militar. Ele descreveu o MFA como uma coligação amorfa de oficiais, a maioria, mas não exclusivamente, em faixas de meio de carreira, que eram essencialmente humanistas com mentalidade reformista. Não havia estrutura fixa no MFA e nenhuma contagem precisa de membros, já que diferentes componentes eram consultadas conforme a questão em causa. Embora fosse verdade que a maioria das unidades militares realiza as suas próprias reuniões para discutir questões relevantes, não havia cadeia de comando formal dentro do MFA. Em vez disso, o MFA consistia em homens com o objectivo comum da reforma, embora eles muitas vezes não estivessem de acordo sobre a melhor forma de atingir os seus objectivos. Ele denegriu aqueles que rotularam o MFA como «comunista», preferindo chamar-lhe um corpo mutável de homens, inspirado pelas ideias de reforma.

7. O MFA foi consultado pela Comissão Coordenadora (CCP), que foi usada como um funil para sonorizar reacções a possíveis iniciativas do governo ou como um canal para os militares apresentarem as suas visões perante os tomadores de decisão. Teoricamente, a CCP consiste apenas em três oficiais do Exército e dois oficiais da Marinha e da Força Aérea, respectivamente; de facto, disse Alves, o Almirante Crespo em Moçambique, o primeiro-ministro Gonçalves, o ministro Melo Antunes e ele próprio também eram membros da CCP.

8. Tomada de decisões – Na opinião de Alves, os principais decisores eram ele mesmo, Melo Antunes e o primeiro-ministro. O general Spínola como Presidente recusou-se a aceitar outra autoridade que não a sua, comportando-se como se ainda fosse o comandante militar

na Guiné-Bissau. Essa atitude não criou apenas caos administrativo, mas reacendeu antagonismos a uma autoridade absoluta nas mãos de um único indivíduo. Isso levou aos eventos de 28 de Setembro e à exclusão de Spínola de Presidente, embora Alves afirme que Spínola continua a fazer parte do MFA.

9. Existiram consideráveis diferenças de opinião no MFA, às vezes dentro da CCP e ocasionalmente entre Gonçalves, Melo Antunes e ele próprio, disse Alves. Se as diferenças pareciam irreconciliáveis, elas eram levadas a Costa Gomes, que possuía uma enorme capacidade de reconciliação, o que segundo Alves, nas presentes condições, era o maior atributo que um Presidente deveria ter, além do prestígio e respeito que desfrutava como líder militar. No entanto, a tomada de decisão final foi deixada com a troika Gonçalves-Alves-Melo Antunes. Uma vez estabelecida a política básica, esta era entregue aos respectivos ministérios para que pudessem tomar as medidas necessárias.

10. Eleições e comunismo – Olhando para o futuro, Alves disse que os militares esperavam, eventualmente, devolver as rédeas do poder aos civis e as eleições propostas para a Primavera do próximo ano serão o passo inicial do processo. Observou ainda que as primeiras eleições serão uma indicação preliminar do sentimento público para com a revolução de 25 de Abril, através dos partidos políticos. Quando desafiado, no entanto, Alves concordou que, em essência, havia apenas um partido político, o Partido Comunista (PCP), capaz de organizar uma campanha eficaz. Reconheceu ainda que, embora negando qualquer pretensão política para si próprio, levaria muito tempo até que o elemento civil estivesse «preparado e capaz» de assumir o comando da nação.

11. Como as forças militares continuariam a ser o factor estabilizador em Portugal por um período indefinido, Alves negou a ideia de que o país esteja pronto para uma tomada de poder comunista. Ele disse que o líder do

PCP, Cunhal, era um ministro do governo para satisfazer a necessidade de representação nominal comunista, mas Alves disse que Cunhal exercia uma influência mínima dentro do governo, especialmente desde que perdeu a sua posição como coordenador para assuntos laborais. Ele negou categoricamente que o primeiro-ministro esteja ligado a qualquer ideologia, descrevendo-o como um homem «definitivamente de esquerda», no sentido em que era um humanista progressista desejoso de trazer mudanças. Alves acrescentou que Gonçalves é incapaz de ser comunista porque ele é incapaz de mentir – ele pode falar de vez em quando de forma apaixonada, mas sempre sinceramente e directamente do coração. «A verdade é a única ideologia do primeiro-ministro».

12. Comentário: As declarações de Alves podem representar um esforço egoísta para acalmar os EUA criando um estado de falsa segurança sobre a situação em Portugal. Ele pode, no entanto, estar a dizer a verdade, e de facto nada na sua apresentação contradiz os factos observados. Esta última possibilidade reflecte a necessidade de reter o julgamento sobre o regime pós-28 de Setembro até que as acções deste regime tenham dado sinais mais claros do que os disponíveis agora sobre sua orientação política.

TELEGRAMA 1974LISBON 04512_b

TÍTULO Governo português retira-se; PAIGC controla Bissau

DATA 18-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A imprensa de Lisboa de 15 de Outubro relata a rápida assumpção de controlo pelo PAIGC sobre as instalações estratégicas em Bissau, à medida que as últimas tropas portuguesas são removidas. Os artigos afirmam que a influência do PAIGC em Bissau tem sido limitada devido à força reportada do grupo rival do PAIGC, a FLING, e devido à presença de tropa portuguesa.

2. As estórias especulam que Bissau, e não Madina do Boé, será a capital por causa do grande subdesenvolvimento e da remota localização desta última cidade. A capital designada pode ser alterada assim que Bissau seja considerada segura pelo PAIGC.

3. Um artigo especula, e a embaixada confirmou, que todas as tropas portuguesas foram retiradas da Guiné-Bissau desde 15 de Outubro, algumas das quais estão agora em Cabo Verde.

4. Na noite de 15 de Outubro, o *República* traz um anúncio do sindicato médico solicitando urgentemente médicos para se voluntariarem para serviço na Guiné-Bissau sob um «Programa de Cooperação» entre Portugal e a Guiné-Bissau.

5. Comentário: A evacuação das tropas pode ter sido acelerada para 15 de Outubro face ao prazo anteriormente anunciado de 31 de Outubro, a fim de adocicar o ambiente para a viagem do presidente português Costa Gomes à ONU, em Nova Iorque.

TELEGRAMA 1974LISBON 04518_b

TÍTULO Trabalho: delegação social-democrata escandinava para ajudar os sindicatos portugueses

DATA 18-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO A embaixada acredita que a visita da delegação de líderes sindicais escandinavos poderia ser muito útil neste momento e deseja que encoraje estas iniciativas. Se for apropriado, queiram informar os membros da delegação que o adido laboral da embaixada estará disponível para os assistir durante a visita.

TELEGRAMA 1974LISBON 04524_b

TÍTULO Trabalho: possível visita de Leonard Woodcock²⁴ a Portugal

DATA 18-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO A embaixada soube que Leonard Woodcock, Presidente da United Auto Workers, está a considerar uma visita a Portugal. Agradeceria qualquer confirmação que o Departamento possa fornecer sobre a visita. A embaixada acredita que a visita de Woodcock pode ser útil e teria o prazer em ajudar de qualquer forma possível.

²⁴ Nesta altura, era presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Automóvel. Em 1979 seria o primeiro embaixador dos EUA na China.

TELEGRAMA 1974LISBON 04525_b

TÍTULO Formação de governo português no exílio

DATA 18-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A 16 e 17 de Outubro a imprensa de Lisboa deu ampla difusão a notícias sobre a publicação pelo jornal de Madrid *Nuevo Diario* de um artigo sobre a formação em Espanha de um «governo português da maioria silenciosa no exílio». A 16 de Outubro, os jornais da tarde publicaram declarações oficiais do governo português sobre a política de Espanha de não interferir nos assuntos do seu vizinho ou permitir que o território espanhol seja usado para tais fins. Na manhã de 17 de Outubro, além de publicar a declaração do governo português, a imprensa trouxe também uma série de desmentidos da história por várias personalidades, supostamente envolvidas no governo do exílio. O pedido de desculpas público do *Nuevo Diario* e a negação da história também foram publicados na imprensa da manhã, que transmitiu a conclusão do jornal de Madrid de que a história foi plantada por pessoas interessadas em prejudicar as relações luso-espanholas.

2. Comentário: Do ponto de vista dos interesses dos conservadores portugueses (ou, de uma parte significativa da população que não se considera conservadora, mas ainda assim está nervosa com a aparente inclinação para a esquerda do governo português), a formação de tal «governo no exílio» seria um desastre completo. A direita já está sobrecarregada com a herança de quase meio século de ditadura desacreditada, e os seus esforços de organização pós-25 de Abril não foram muito longe no superar desse fardo. Os acontecimentos de 28 de Setembro, centrados na tentativa de manifestação da «maioria silenciosa», constituem mais um retrocesso para a sorte da direita.

3. Dadas estas circunstâncias, e dada a probabilidade de uma reacção nacionalista portuguesa a qualquer tentativa de usar o apoio espanhol ou uma base espanhola para afectar os desenvolvimentos políticos aqui, um «governo do exílio» em Madrid só faz sentido a uma conspiração da esquerda para desacreditar ainda mais a sua oposição de direita antes que essa oposição se possa organizar com sucesso.

4. O que não deve ser esquecido, no entanto, é que a política portuguesa actual nem sempre é regida por regras de lógica. Uma estratégia de direita envolvendo operações de uma base em Espanha, embora irracional ao ponto do absurdo, não é necessariamente algo a ser descartado como impossível. Numa conversa com um funcionário da embaixada na tarde de 16 de Outubro (pouco antes da publicação no jornal da história sobre o governo no exílio), um advogado de direita bem conectado falou sobre a formação de um grupo no exílio. De acordo com o advogado, as condições em Portugal hoje tornam impossível para a direita portuguesa organizar-se para uma campanha eleitoral dentro do país; o esforço organizacional deve ser feito de fora. O advogado recusou-se categoricamente a entrar em detalhes, citar nomes ou revelar as estratégias futuras. Dado o seu histórico, no entanto, parece provável que o que disse seja baseado em mais do que um mero palpite ou ideia.

5. Para Madrid: agradecemos qualquer informação adicional que possam obter sobre os antecedentes da história do *Nuevo Diario*, bem como a vossa avaliação da pós-publicação, que explicava que a história se destinava a ser apresentada como uma mera curiosidade, «tal como o anúncio do aparecimento de uma tartaruga pesando 500 quilos».

TELEGRAMA 1974LISBON 04529_b

TÍTULO Governo aprova primeira parte da lei eleitoral que agora vai ao Conselho de Estado e ao Presidente para promulgação

DATA 19-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A parte da legislação eleitoral que estabelece critérios de voto e de inelegibilidade e os procedimentos de recenseamento para o voto nas eleições da Assembleia Constituinte foi aprovada pelo governo e enviada para aprovação final. O projecto de lei conforme elaborado dá direito de voto aos maiores de 18 anos, aos analfabetos e aos emigrantes que saíram de Portugal nos últimos cinco anos. Ainda não foi publicada uma lista das pessoas inelegíveis para votar por terem participado em instituições «não democráticas» antes de 25 de Abril.

1. O governo aprovou e enviou a parte da nova lei eleitoral que estabelece requisitos gerais para o sufrágio e define as qualificações para candidatos à próxima Assembleia Constituinte (que redigirá a nova Constituição). A lei, elaborada pela comissão de direito eleitoral que começou a trabalhar a 3 de Julho, vai agora para o Conselho de Estado para aprovação ou modificação, e depois para o Presidente Gomes para promulgação.

2. O Major Victor Alves, um dos membros dirigentes do Movimento das Forças Armadas, entregou cópias do projecto de lei aos directores da imprensa de Lisboa a 16 de Outubro, salientando que o governo está ansioso que o projecto de lei seja rapidamente aprovado como lei para que as listas de votação possam ser elaboradas até ao final deste ano, tornando possível o cumprimento da parte da constituição que prevê eleições até 31 de Março de 1975.

3. O preâmbulo do projecto de lei prevê que, ao contrá-

rio das últimas eleições em 1973, quando 1,8 milhão de pessoas foram registadas, nesta eleição para deputados à Assembleia Constituinte cerca de 5,5 milhões serão recenseados para votar. As disposições do projecto de lei que se seguem, observa o preâmbulo, referem-se somente às eleições para a Assembleia Constituinte, e não à ronda subsequente de eleições para deputados da Assembleia Nacional e para a presidência. Presumivelmente, uma legislação especial e separada, que pode ou não ser adoptada antes da Assembleia Constituinte ser eleita, regulará a segunda ronda de eleições.

4. Para que um cidadão vote nas eleições da Assembleia Constituinte, o projecto de lei estabelece que ele ou ela tenha mais de 18 anos de idade até 28 de fevereiro de 1975 e seja residente em Portugal metropolitano ou nas ilhas adjacentes (Açores e Madeira). Aqueles que vivem fora do Portugal metropolitano e das ilhas ainda podem votar se até à data da publicação desta lei tiverem «saído do Portugal metropolitano ou das ilhas há menos de cinco anos» ou se tiver um filho menor ou cônjuge habitualmente residente em Portugal. Podem votar analfabetos, bem como diplomatas e outros funcionários públicos no exterior em missões oficiais. Finalmente, podem votar os emigrantes que estejam em Portugal no dia das eleições e que tenham estado no país nos seis meses anteriores às eleições. (Comentário: este projecto de lei efetivamente afasta uma boa percentagem dos dois a três milhões de emigrantes em geral, e torna impossível para tal pessoa retornar à metrópole apenas para votar, por causa do requisito de residência de seis meses. Mesmo se um emigrante no exterior há mais de cinco anos retornasse hoje para obter residência temporária para o fim de votar, ele não seria elegível, já que as eleições serão realizadas dentro de cinco meses. Esta disposição da lei não é inteiramente satisfatória para o PCP (que entendemos que teria preferido que os emigrantes fossem inteiramente impedidos de votar), mas parece ser um compromisso entre a posição extrema daqueles que queriam que todos os emigrantes pudessem votar, e o PCP.

5. Outra categoria de pessoas, «aquelas que antes do 25 de Abril ocuparam certos cargos públicos ou participaram de organizações “antidemocráticas”», não podem votar nas eleições da Assembleia Constituinte. Um decreto-lei será aprovado mais tarde, indicando especificamente quem está nesta categoria e deixará claro também aqueles que por vários motivos perderam o seu direito de ser candidatos nas eleições. (Comentário: o governo não conseguiu chegar a um consenso sobre quem deve ser incluído nesta categoria inelegível, e este impasse é principalmente responsável pela longa demora na aprovação da lei eleitoral. As partes em disputa concordaram em abordar este problema delicado e crucial numa lei separada para acelerar a aprovação do resto da legislação).

6. A próxima secção da lei trata de quem pode e não pode ser candidato à Assembleia Constituinte. Elegíveis são todos os cidadãos legalmente capazes de votar e que tenham pelo menos 21 anos de idade. Não são elegíveis aqueles que sejam cidadãos há menos de 15 anos, que não sabem ler e escrever português e que não tenham residido em Portugal nos seis meses imediatamente anteriores às eleições.

7. Os membros da Assembleia Constituinte não podem integrar o Conselho de Estado nem ocupar um cargo no governo durante o seu mandato. Enquanto membro da Assembleia Constituinte não pode servir como funcionário público ou membro de uma «entidade pública».

8. Digna de nota é a disposição de que um deputado perde o seu lugar se for expulso do seu partido ou se o deixar voluntariamente. (Comentário: esta cláusula de disciplina partidária rigorosa parece beneficiar mais os socialistas e o PCP do que outros partidos).

9. O resto do projecto de lei trata da mecânica do recenseamento para votar e as penalidades por fraude eleitoral. As características mais importantes são que

o recenseamento de eleitores em Portugal continental é obrigatório e pode ser feito pelo próprio eleitor, outro eleitor ou pelos partidos políticos em seu nome. O recenseamento é feito por «freguesias» (das quais existem cerca de 4000), que por sua vez integram municípios. O presidente do respectivo município escolhe uma comissão de recenseamento de eleitores de cinco homens em cada uma das freguesias sob sua jurisdição, levando em conta nomes, submetidos pelos partidos políticos, de personalidades «representantes de grupos e correntes políticas, bem como independentes que se identificam com o programa do Movimento das Forças Armadas». O governador civil escolherá entre este grupo um Presidente. A Comissão, auxiliada pelos partidos políticos, tem um período de tempo especificado para recensear todos os eleitores da freguesia, e é um garante contra a fraude e o abuso do sistema.

10. Comentário: Em termos da mecânica de recenseamento para votar, este projecto de lei é muito semelhante às leis eleitorais anteriormente promulgadas, mas, em relação a quem pode votar e ser candidato, este projecto de lei é muito mais liberal do que qualquer coisa até agora estabelecida. O princípio do sufrágio universal que foi estabelecido no programa do MFA é mantido, embora certas restrições às qualificações para votar sejam criadas. Essas limitações têm sido objecto de um debate acalorado entre os partidos políticos e na imprensa. Elas têm a ver com a idade para votar, o voto do emigrante e se pessoas nos territórios não descolonizados podem ou não ter opinião na redacção da nova constituição. A resposta à última pergunta é não, o que realmente não surpreende a maioria das pessoas. O PS e o PCP foram mais a favor do voto de 18 anos (que esperam que os beneficie) e o PPD seguiu-os, mas sem entusiasmo. Os pequenos partidos conservadores tendem a preferir um mínimo de 21 anos.

11. As qualificações dos emigrantes para votar foram as mais controversas. Tanto o PPD como o PS, assim como o CDS, esperavam beneficiar de uma política não restritiva

em relação aos emigrantes, embora o PS temesse que os emigrantes conservadores no Brasil, nos EUA, etc., pudessem votar contra eles. Somente o PCP não tomou uma posição pública sobre esta questão, o que é amplamente interpretado como significando que o partido se opõe a uma política liberal, presumidamente com base em que o emigrante tem mais probabilidade de ser conservador do que «progressista». Aparentemente, as restrições no presente projecto de lei parecem beneficiar o PCP ao limitar os emigrantes que podem votar aos que saíram recentemente (provavelmente pessoas mais jovens). Não temos dados precisos para tirar uma conclusão sobre o número de emigrantes que serão elegíveis para votar com este projecto de lei, nem pesquisas de opinião sobre as preferências dos eleitores emigrantes. Em resumo, as disposições neste projecto de lei favorecem mais as forças «progressistas» do que as conservadoras, o que não é surpreendente, dada a tendência predominantemente socialista dos redactores. Aguardamos com interesse a lista dos inelegíveis para votar, bem como a regulamentação relativa a partidos políticos, antes de chegarmos a uma conclusão definitiva quanto à inclinação ideológica do sistema eleitoral.

TELEGRAMA 1974LISBON 04531_b

TÍTULO Relações portuguesas com a Índia

DATA 18-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O jornal oficial do governo português publicou o texto da lei constitucional revogando formalmente a parte da Constituição de 1933 que proclama a soberania portuguesa sobre Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar Aveli. Estes territórios são agora oficialmente reconhecidos pelo governo português como sob a «soberania plena da União Indiana».

2. O preâmbulo do texto citado acima refere-se ao acordo de 24 de Setembro celebrado na 19.^a Assembleia Geral da ONU pelos ministros dos Negócios Estrangeiros portugueses e indianos, que inclui uma declaração de que ambas as partes cooperarão na promoção da preservação da língua portuguesa, cultura e monumentos histórico-religiosos nos antigos territórios indianos portugueses.

TELEGRAMA 1974LISBON 04532_b

TÍTULO O Governo português destaca a sua reentrada nas boas graças da ONU

DATA 18-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A imprensa portuguesa explora uma terceira grande oportunidade de levar ao público português o tema de que o regime pós-25 de Abril regressou à comunidade mundial. A visita no início de Agosto do secretário-geral da ONU Waldheim, a ida do ministro de Negócios Estrangeiros Mário Soares em meados de Setembro perante a Assembleia Geral e a actual visita do Presidente Costa Gomes a Nova Iorque são eventos que tiveram sempre grande cobertura dos média.

2. A par destas histórias principais, a imprensa também tem relatado eventos mais de rotina associados às Nações Unidas e que ilustram ser Portugal agora um participante ativo nos assuntos internacionais em substituição do seu antigo papel de pária:

a) Uma notícia de 17 de Outubro sobre o envio de uma delegação portuguesa à 18.^a Conferência Geral da UNESCO, a ser liderada pelo ministro da Educação e Cultura Magalhães Godinho, que salientou que Portugal estava a retomar ao seu lugar de pleno direito nas Assembleias internacionais após uma retirada «voluntária» de tais actividades pelo antigo regime (o governo português saiu oficialmente da UNESCO em Julho de 1971 em protesto à ajuda dessa organização aos movimentos de libertação que operavam nos territórios africanos portugueses). O artigo declarou que a renovada participação de Portugal será realizada «com os aplausos dos outros participantes nessas reuniões».

b) A 13-17 de Outubro, a visita do director do escritório de serviços de informação da ONU em Genebra,

Erwin Baumgarten, também recebeu uma boa cobertura. Artigos de imprensa falaram dessa visita como um movimento «para reforçar contactos entre a organização mundial e Portugal». A cobertura destacou as observações de Baumgarten de que o seu gabinete acompanha de perto os acontecimentos em Portugal através da imprensa portuguesa, que uma publicação emitida quinzenalmente pelo seu gabinete em Genebra poderá ter brevemente uma edição em língua portuguesa, que ele sugeriu a inclusão de material sobre as Nações Unidas nos livros didáticos escolares de português e que a ONU pode criar um centro de informações em Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 04537_b

TÍTULO Programa EDX-FY 75 IV - Responsáveis de campanha portugueses

DATA 18-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Seguem biodados dos responsáveis de campanha portugueses segue:

a) Nome: António Corte-Real. Nascimento: 13 de Fevereiro de 1939, Lisboa. Ocupação: assistente do chefe do centro de relações públicas do Partido Social Democrático. Endereço: Lisboa. Inglês: excelente.

b) Nome: Caetano de Cunha Reis. Nascimento: 13 de Fevereiro de 1954, Lisboa. Ocupação: líder da organização de juventude do Partido Social-Democrático do Centro. Estudante da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Inglês: justo.

c) Nome: Luís Filipe Lagrifa Neto Vasco. Nascimento: 26 de Dezembro de 1929, Lisboa. Ocupação: proprietário de agência de publicidade. Endereço: Rua Martins Barata 5-6-d, Lisboa. Inglês: justo.

d) Nome: António Patrício Gouveia²⁵. Nascimento: 28 de Agosto de 1948, Lisboa. Ocupação: membro da delegação portuguesa na ONU (actualmente nos EUA). Inglês: excelente.

²⁵ ANTÓNIO PATRÍCIO GOUVEIA: Funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros desde 1971, membro da SEDES, fundador do *Expresso*, fundador do PSD, chefe de gabinete de Sá Carneiro, viria a falecer no acidente de Camarate em 1982.

e) Nome: Bernardino do Carmo Gomes. Nascimento: 13 de Maio de 1944, Lisboa. Ocupação: secretário do ministro dos Negócios Estrangeiros. Inglês: excelente.

2. As bolsas foram aprovadas para fins de visto.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 04538_b

TÍTULO Representação Khmer na ONU

DATA 18-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO O Ministério das relações Exteriores disse hoje à embaixada que Portugal votará connosco em todas as questões Khmer, a menos que haja desenvolvimentos e que a maioria dos países ocidentais esteja votando contra nós, momento em que Portugal se absterá.²⁶

²⁶ A rastejante subserviência perante os EUA...

TELEGRAMA 1974LISBON 04556_b

TÍTULO Declarações de Costa Gomes no aeroporto, ao regressar dos EUA, enfatizam a NATO

DATA 22-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Presidente Costa Gomes, regressando da sua visita aos EUA, fez uma breve declaração à chegada ao aeroporto de Lisboa. Em quatro pontos, descreveu o alcançado com a sua viagem e, ao fazê-lo, deu uma indicação da importância que o Presidente atribui à ligação de Portugal com a NATO. Fim do sumário.

1. O Presidente Costa Gomes regressou a Lisboa a 20 de Outubro da sua visita combinada aos EUA/ONU, entre 16 e 19 de Outubro. A cobertura da imprensa portuguesa registou a presença no aeroporto de Lisboa de altos membros do governo português e do embaixador Scott. A imprensa e os *media* também registaram, através de fotografias e cobertura ao vivo, a aparência excepcionalmente exuberante do Presidente.

2. Falando sem notas, Costa Gomes apresentou quatro pontos aos jornalistas:

a) Foi recebido com extraordinário calor nas Nações Unidas, prova da nova aceitação que Portugal desfruta naquele organismo mundial e entre os representantes do Terceiro Mundo;

b) As suas conversas com o presidente Ford e o secretário Kissinger foram da maior importância. Aproveitou a ocasião para enviar agradecimentos públicos ao presidente Ford e ao secretário Kissinger pela boa recepção e pela amizade «que nunca poderei esquecer». Ele enfatizou a importância de suas conversas em Washington que «abriram as portas para negociações nas quais tanto os

EUA como, especialmente, nós estamos interessados, já que a ajuda que podemos obter deste grande país será certamente dada como desejamos».

c) Em relação à sua visita a Norfolk, Costa Gomes lembrou aos ouvintes que Portugal faz parte da NATO, e expressou a opinião de que é necessário que Portugal assim continue. A adesão às obrigações internacionais faz parte do programa do MFA e além disso, «temos uma posição geoestratégica que nos obriga a tomar uma opção, e sinto que a opção tomada é aquela que está absolutamente dentro (*sic*) da nossa situação, do nosso pensamento e desejada pelo povo português».

d) Ele ficou impressionado com a recepção que lhe foi concebida pelos membros da comunidade luso-americana, alguns dos quais viajaram de São Francisco e Los Angeles para Nova Iorque para cumprimentá-lo. Ele encontrou-os profundamente preocupados com os recentes acontecimentos em Portugal e esperava que este contacto tivesse servido para mostrar a verdadeira situação num país ao qual eles permanecem fortemente apegados e ao qual ele também esperava que eles continuassem apegados.

3. Comentário: A incomum alegria pública do Presidente, combinada com o calor e a convicção com que falava, transmitiram a impressão de um homem eminentemente satisfeito com o que sua viagem alcançou. Considerando que os temas iniciais da viagem foram apenas dois (Portugal e a ONU, relações bilaterais de Portugal com os EUA), o acréscimo gratuito da ligação de Portugal com a NATO e os raramente mencionados vínculos culturais com os Estados Unidos assumem um significado especial. No que diz respeito aos interesses dos EUA, não podíamos esperar melhor evento de relações públicas do que esta visita altamente promovida.

TELEGRAMA 1974LISBON 04565_b

TÍTULO PPD realizará o primeiro Congresso em Novembro

DATA 22-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Numa recente conferência de imprensa, os líderes do PPD anunciaram o Congresso do partido; apelaram a que as eleições fossem realizadas na data prevista; definem o partido como social-democrata, não liberal; exigem menos restrições de voto para os emigrantes; exigem que o MDP seja proibido de apresentar candidatos às eleições; dizem que Portugal está na Europa e não no Terceiro Mundo; e anunciam a possível candidatura do PPD para integrar a Internacional Socialista. Fim do sumário.

1. Os líderes do Partido Popular Democrático (PPD) revelaram durante uma conferência de imprensa em Lisboa, no dia 18 de Outubro, que o partido realizará o seu primeiro Congresso em Lisboa, nos dias 23 e 24 de Novembro. O objectivo do congresso será definir com mais precisão os objectivos do PPD, fortalecer o partido internamente e consolidar em bases claras as alianças do PPD com os partidos dentro e fora do Governo Provisório. (Comentário: o PPD ainda não tem um programa formal, mas sim «linhas» de políticas gerais que entendemos que devem ser ratificadas no Congresso sem grandes alterações. O Congresso deveria ser realizado originalmente a 26 e 27 de Outubro, mas foi adiado para levar em conta as posições adoptadas pelo PCP e pelo MDP/CDE nos seus congressos de 20 a 21 de Outubro e de 1 a 3 de Novembro, respectivamente.)

2. Um dos principais propósitos da realização da conferência de imprensa foi destacar mais uma vez a insistência do partido de que as eleições para a Assembleia Constituinte sejam realizadas antes de 31 de Março de 1975. O líder do partido, Sá Carneiro, disse que sabia

que certas pessoas estavam interessadas num adiamento das eleições. Ele recusou-se a especificar quem eram essas pessoas, dizendo simplesmente que um adiamento só poderia ser vantajoso para aqueles que não aceitam o programa do Movimento das Forças Armadas. Na opinião do PPD, «não há motivos válidos para adiar as eleições».

3. Um segundo ponto importante nas observações feitas pelos líderes do PPD foi que o partido deseja que o Movimento das Forças Armadas (MFA) regresse aos quartéis após as eleições «para preservar e defender a pureza da revolução de 25 de Abril». As eleições, na sua opinião, substituirão a legitimidade revolucionária pela legitimidade democrática.

4. Em relação à primeira parte do projecto de lei eleitoral, Sá Carneiro observou que o partido defende o direito de votar dos maiores de 18 anos, dos analfabetos e dos emigrantes. O PPD não concorda com as restrições contidas no projecto de lei sobre o voto dos emigrantes e acredita que tais restrições devem ser reduzidas para que mais emigrantes possam votar.

5. Noutro ponto da conferência de imprensa, Sá Carneiro rejeitou a definição de Mário Soares do PPD como um partido «liberal». O partido é social-democrata, não liberal, afirmou, e acredita que «não há verdadeira democracia sem socialismo, nem socialismo autêntico sem democracia». O PPD não é um partido de massas, nem um partido de quadros, nem procura, pela ideologia ou composição social de seus filiados, representar uma classe contra outra. Em vez disso, o PPD é, por definição, um partido de todo o povo, o que vai ficando claro pela «enorme» recepção que está a ter em todo o país. O partido tem agora representantes em 100 locais de Portugal e nas ilhas adjacentes, que cobrem todos os 22 distritos e 60% dos municípios. Como exemplo do seu crescente apoio, afirma ter falado recentemente, numa só semana, para 13 500 pessoas em 54 reuniões.

6. Como já tinham colocado, os líderes do PPD voltaram a defender a exclusão do Movimento Democrático Português (MDP) das eleições, já que os movimentos deste tipo não se definem ideologicamente de forma clara e pedem um «cheque em branco» àqueles que votam neles. Eles acreditam que tais movimentos amorfos são apenas uma fachada para um único partido (leia-se comunista) que manipula as massas.

7. Qual é, perguntou um repórter, a posição do PPD em relação à entrada do partido do Centro Democrático e Social (CDS) na coligação governamental? Em resposta, o porta-voz do PPD disse que, em princípio, o PPD não se opõe à inclusão de qualquer grupo democrático que se tenha definido claramente como um partido, mas neste momento não há vagas no número legal de ministros sem pasta estabelecido por lei (4), e seria mais inconveniente do que vantajoso reformular a coligação neste momento. O CDS poderá entrar no governo de coligação, mas somente depois das próximas eleições, concluiu Sá Carneiro.

8. Na opinião do PPD, três situações devem ser prioritariamente evitadas pois reduzem a liberdade de escolha e, portanto, um processo eleitoral verdadeiramente democrático: o colapso da economia; a manipulação do voto por movimentos unitários sem linhas políticas claramente diferenciadas (leia-se MDP/CDE); a manipulação de informações em benefício de um partido, ou em nome de um pretenso interesse nacional.

9. Em termos de política externa portuguesa, o PPD é fortemente a favor do estreitamento dos laços com a Europa e o Mercado Comum. Ele afirma que, ao contrário de outros partidos (leia-se socialista e comunista), não considera o mercado comum simplesmente como a organização de monopólios num estágio avançado do capitalismo, mas simplesmente e acima de tudo vê nele a base a partir da qual os povos europeus podem encontrar-se e expressar a sua solidariedade com o resto do mundo. O lugar de Portugal é na Europa, e tentativas de ligar Portugal ao

Terceiro Mundo ou imitar experiências socialistas como a cubana, chilena ou peruana, são baseadas em graves erros de análise e ignorância das estruturas sócio-económicas portuguesas.

10. Finalmente, Francisco Pinto Balsemão, responsável pelas relações externas do partido, fez um relato de sua recente passagem pela Escandinávia (Suécia e Noruega) e relatou que participou, a convite do Partido Socialista Francês, como observador, nas «assises du socialisme²⁷». Ele insinuou que o PPD poderia candidatar-se e ser admitido na Internacional Socialista após o Congresso do partido. Balsemão apontou que há exemplos de países onde os dois partidos «de inspiração socialista» estão na Internacional Socialista, citando a Venezuela, Israel e a Itália.

11. Comentário: O aspecto mais notável da conferência de imprensa foi o número de referências dos líderes do PPD aos aspectos «socialistas» do partido. Pela primeira vez foi abordada em público a possibilidade de se juntarem à Internacional Socialista, embora os rumores de que estava negociando a adesão com a Internacional Socialista existam há mais de um mês. Não é de forma alguma certo que todas as bases do PPD apoiarão a adesão à Internacional Socialista, e pode perder por isso alguns apoiantes para o CDS. No entanto, a liderança do partido está aparentemente disposta a pagar esse preço, se necessário, para obter as credenciais internacionais que agora não tem.

12. O programa do Movimento das Forças Armadas exige que as Forças Armadas (após a eleição da Assembleia Nacional e do novo Presidente da República) restrinjam

²⁷ Debates realizados em França, sob a égide de Mitterrand, para discutir a cooperação com outros partidos.

sua missão à defesa da soberania nacional. O desejo de Sá Carneiro de que o MFA deixe a política e regresse aos seus quartéis após as eleições está, portanto, de acordo com o programa do MFA. No entanto, parece haver um movimento dentro do MFA, apoiado publicamente pelos partidos socialista e comunista, para institucionalizar um papel para o MFA na nova Constituição, o que de facto os manteria na política após as eleições. A justificação para este movimento por parte do MFA é o receio de que as eleições resultem numa vitória para a direita e que a continuação da sua presença seja necessária para garantir que os seus objectivos sociais reformistas não sejam abandonados. Portanto, o PPD (se as observações de Sá Carneiro foram citadas com precisão na imprensa) colocou-se publicamente contra o PCP e o PS (e, por consequência, contra uma facção do MFA) em relação a um futuro papel político para o MFA. Não é certo se o PPD votaria ou não contra a inclusão na Constituição de uma função especial para o MFA e provavelmente dependerá do que acontecer até à redacção final da constituição.

TELEGRAMA	1974LISBON 04594_b
TÍTULO	Conversa com Victor José Costa da Cunha Rego ²⁸
DATA	23-10-74
ASSINADO	SCOTT
CONTEÚDO	Sumário: Socialista com altas responsabilidades expressa preocupação com a influência comunista no Movimento das Forças Armadas (MFA), a participação da direita nas eleições e a desordem no Partido Socialista. Fim do sumário. 1. Victor José Costa da Cunha Rego falou com um funcionário da embaixada a 20 de Outubro. Rego é o chefe de gabinete de Soares. Ele é um socialista e jornalista de carreira que regressou do Brasil em Janeiro de 1974, após 16 anos no exílio. Ele morou na Jugoslávia e em Itália. Cunha Rego trabalha para Mário Soares desde que este se tornou ministro dos Negócios Estrangeiros. 2. Rego expressou preocupação com a consolidação progressiva do poder do MFA dentro das Forças Armadas. Ele achava que o MFA estava sob uma pesada influência comunista. Rego disse que preferiria que as Forças Armadas permanecessem divididas. Disse que os «saneamentos» (demissões resultando na reforma ou passagem à reserva) de oficiais não totalmente de acordo com o MFA contribuí para uma eventual unidade das Forças Armadas sob influência comunista. (Discutindo a cor política do MFA com o DCM a 22 de Outubro, Cunha Rego ampliou o que foi

²⁸ VICTOR CUNHA REGO: Jornalista, resistente anti-fascista, exilado, esteve na criação do PS, foi chefe de gabinete de Mário Soares, director do *Diário de Notícias*, secretário de Estado adjunto do I Governo Constitucional. Apoiou a candidatura de Soares Carneiro à Presidência da República, esteve com a AD e depois com Marcelo Rebelo de Sousa no Semanário, foi um dos impulsionadores do Congresso «Portugal que futuro?».

exposto acima ao dizer que os «jovens capitães» ainda eram desconhecidos politicamente. Certamente a vasta maioria, sendo oficiais profissionais, eram centristas ou até mesmo de direita, mas eram inocentes políticos e, portanto, sujeitos à manipulação).

3. Ao falar do fim-de-semana de 28 de Setembro, Rego disse que foi parado e revistado nas barricadas de Lisboa por membros do PCP, apesar do seu cartão de identidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Rego disse que a maneira mais fácil de passar pelas barricadas era possuir um cartão da Intersindical ou do PCP.

4. Rego disse que temia pelo futuro da esquerda e do seu partido se a direita não se organizasse e não entrasse no combate político. Disse que o Partido Socialista teria muito mais chances de ganhar as eleições se a direita participasse. Rego disse que a direita não tinha cérebro e liderança, mesmo que tivesse dinheiro. Disse que Spínola perderia de vez se tentasse regressar antes das eleições. Somente como candidato político nas eleições Spínola poderia voltar à política, disse Rego. Perguntado sobre as eleições, ele foi pessimista e disse que não acreditava que houvesse eleições em Março-Abril de 1975. Disse que achava que os militares se viam, a cada dia que passava, mais como os guardiões da política portuguesa. Sobre o seu próprio partido, Rego disse que eles estavam terrivelmente fraccionados e desunidos. E que tem os mesmos problemas que o comandante militar que não conseguia fazer com que os seus subordinados lhe obedecessem.

5. Rego disse que hoje não há imprensa livre em Portugal. Disse que esperava que, de alguma forma, as pessoas conseguissem ver para além dos media, mas que ele não era muito optimista.

6. Comentário: As preocupações de Rego sobre os esforços comunistas para influenciar o MFA, as eleições e a desordem do Partido Socialista reflectem algumas das prin-

cipais preocupações dos socialistas de hoje. No entanto, a embaixada gostaria de salientar que Cunha Rego é um pessimista confesso e com tendência para ver sempre o lado negro da maioria das situações, mesmo daquelas sobre as quais ele está em posição de saber bastante (o que não é necessariamente o caso nas questões do MFA). Por exemplo, em meados de Junho previu a renúncia iminente de Mário Soares, de quem é extremamente próximo. Consequentemente, muito do que ele diz deve ser tomado com cautela.

TELEGRAMA 1974LISBON 04598_b

TÍTULO Possíveis visitas do líder do PCP Cunhal a Moscovo, e do primeiro-ministro Gonçalves à Líbia

DATA 24-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Em conversa com um funcionário da embaixada a 22 de Outubro, o chefe do gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros Cunha Rego declarou *off the record* que entendeu que o secretário-geral do Partido Comunista Português (PCP), Álvaro Cunhal, faria em breve uma viagem a Moscovo. Ele presumiu que este regressaria anunciando a disponibilidade de ajuda soviética para Portugal em vários campos.

2. Cunha Rego acrescentou que entendeu que os líbios parecem muito ansiosos por falar com o primeiro-ministro Gonçalves. Ele não sabia se a pretensão era os líbios virem cá ou Gonçalves ir lá, mas suspeitava da última. Também observou de passagem que o ministro sem Pasta Victor Alves iria em breve fazer uma viagem pela Alemanha, França e Itália.

3. Ele vê estas possíveis visitas de líderes portugueses, pelo menos as viagens de Cunhal e Gonçalves à Rússia e à Líbia, respectivamente, como esforços para compensar a viagem do Presidente Costa Gomes aos Estados Unidos.

4. Comentário: Cunha Rego tem tendência a ser um alarmista e pode simplesmente estar reflectindo rumores criados sem base e circulando em certos círculos socialistas. A imprensa de Lisboa anunciou a 23 de Outubro a próxima viagem a Moscovo de Álvaro Cunhal, junto com o secretário de Estado da Comunicação Social, Comandante Conceição e Silva. A viagem é anunciada como uma missão governamental projectada para estimular o intercâmbio cultural entre os dois países. Cunhal poderia regressar com ofertas de ajuda, mas isso poderia ser-lhe desvantajoso, reflectindo

a sua subserviência a Moscovo. O convite para a visita de Gonçalves à Líbia poderia muito bem ter sido estendido durante a recente visita a Lisboa de uma missão líbia (como já relatado). No contexto de conversas persistentes sobre uma possível oferta árabe para compensar Portugal pelo cancelamento dos direitos da Base dos EUA, tal visita seria motivo de considerável preocupação. No entanto, ainda não tivemos confirmação de nenhuma outra fonte.

TELEGRAMA 1974LISBON 04604_b

TÍTULO Governo assume gestão de grande banco

DATA 24-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O governo português assumiu a gestão do Banco Intercontinental Português através de um decreto-lei. A acção foi rotulada como temporária e não implica a nacionalização. O banco e o grupo industrial associado vão receber o apoio governamental necessário, e todas as obrigações e depósitos do banco estão garantidos. A aquisição do governo tornou-se necessária devido à sobre-exposição do banco a investimentos ilíquidos de longo prazo, particularmente acções, que o deixou com dinheiro insuficiente para cumprir as obrigações. Um funcionário do Banco de Portugal destacou que os outros bancos não estão com dificuldades semelhantes. Fim do sumário.

1. A 14 de Outubro, o governo anunciou que havia suspenso a gestão do Banco Intercontinental Português (BIP) e nomeado dois novos administradores do Estado. A acção, tomada no sábado anterior, foi autorizada por um decreto-lei datado do mesmo dia, que introduziu certas alterações no papel do governo na superintendência, coordenação e controlo das actividades das instituições de crédito. O governo enfatizou, no entanto, que a sua intervenção foi apenas temporária, causada por uma crise de liquidez no banco, e que não havia nenhum pensamento de nacionalização.

2. O novo decreto-lei, n.º 540-a/74, de 12 de Outubro, estipula que quando o ministro das Finanças verificar uma situação de desequilíbrio susceptível de afectar o regular funcionamento de uma instituição de crédito, com repercussão no mercado financeiro, pode isentar temporariamente a instituição do cumprimento de determinadas obrigações legais e estender-lhe o apoio financeiro. Esta

acção implica a suspensão de um ou mais administradores e a sua substituição por delegados governamentais.

3. O BIP é o mais recente banco em Portugal, criado em 1972 através da fusão de dois outros bancos. Era também o banco com maior risco, confiando em publicidade, promoção e investimentos de maior risco. Ele tinha mais investimentos em acções e outras formas ilíquidas de longo prazo do que qualquer outro banco, e foi particularmente afectado pelo encerramento da bolsa de valores desde o 25 de Abril, e sua consequente incapacidade de transformar investimentos em dinheiro. O capital total do BIP aumentou de 320 milhões de escudos (aproximadamente 12,4 milhões de dólares) em 1972 para 800 milhões de escudos (32 milhões de dólares) no final de 1973. O BIP ocupava o 2.º lugar em capital total e as reservas eram de 2065 mil milhões de escudos (82,6 milhões de dólares). Entre os bancos portugueses, ocupava o 4.º lugar em fundos totais (2237 mil milhões de escudos) (89,5 milhões de dólares), e o 9.º lugar em depósitos (5397 mil milhões de escudos ou 215,9 milhões de dólares).

4. Foi anunciado que o apoio técnico e financeiro do governo ao BIP seria estendido, conforme necessário, às empresas associadas do «grupo BIP». O grupo, controlado por Jorge de Brito, inclui a Abrigada (cerâmica), a Brisa (construção civil), a Cerarinha (cerâmica), a Bonança (seguros), a cerâmica do fojo, a Insular (transporte marítimo), a Cargar (vidro), a Palmares (imobiliário), a sociedade nacional de tipografia (proprietária do jornal *O Século*), a Socinfra (imobiliário), a Sofamar (transporte) e a Boa Viagem (transporte). Ao mesmo tempo que nomeou os ex-directores do Banco de Angola e do Banco Nacional Ultramarino como novos administradores do BIP, o governo nomeou um delegado do governo para a BRISA.

5. O governo citou a falta de apoio bancário internacional, a má gestão, os investimentos ilíquidos e o encerramento da bolsa de valores como contribuintes para os

problemas do BIP. O governo enfatizou que as dificuldades do BIP começaram antes de 25 de Abril. A situação atingiu o pico na sexta-feira, 4 de Outubro, quando o Banco de Portugal foi notificado de que o BIP não tinha dinheiro para pagar os saques e cheques apresentados por outros bancos para pagamento. Consta que o banco tinha apenas 7 milhões de escudos (dólares 280 000) em dinheiro em mão.

6. O governo garantiu todas as obrigações e depósitos do banco, de modo que, apesar dos rumores que voam sobre o BIP, bem como sobre a posição de liquidez de certos outros bancos, parece não ter havido nenhum surto excessivo de saques. Um funcionário do Banco de Portugal informou um funcionário da embaixada que, embora a queda de liquidez seja compartilhada por todos os bancos actualmente, nenhum dos outros bancos é afetado em qualquer grau próximo ao do BIP. Este último é um caso isolado cujos problemas são em grande parte devido à sua sobre-exposição a investimentos ilíquidos.

TELEGRAMA 1974LISBON 04611_b

TÍTULO Congresso especial do PCP aprova «plataforma de emergência»

DATA 24-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O congresso extraordinário do Partido Comunista Português (PCP) aprovou um «Programa de Emergência» que visa a defesa das liberdades e o reforço da democracia portuguesa, a continuação da descolonização e, com efeito, o avanço de uma versão portuguesa da «nova política económica» de Lénine, em 1921²⁹. O secretário-geral do PCP, Cunhal, fala do obstáculo que o general Spínola representava para o desenvolvimento da democracia portuguesa. Cunhal também explicou longamente a retirada do slogan «ditadura do proletariado» da ladainha convencional do Programa, já que ele podia ser facilmente mal interpretado após anos de ditadura de diferente sinal. Cunhal avisou que não poderia haver barreiras dentro da liderança do partido entre os militantes (clandestinos) pré-25 de Abril e aqueles que emergiram desde então. Foram emitidas estatísticas sobre a composição dos delegados do congresso e a filiação no partido, e a composição completa do Comité Central foi revelada pela primeira vez. Relatos da imprensa de Lisboa sugerem que muitos delegados ao congresso ficaram descontentes com a retirada do slogan sobre a ditadura do proletariado. A discordância dentro das fileiras também pode resultar do ênfase dado no programa de emergência ao fortalecimento da economia nacional e à obtenção de reformas sociais e económicas, em vez da denúncia de males e desigualdades sociais herdadas do desacreditado passado. Fim do sumário.

²⁹ Apesar das aspas, o PCP não usa esta expressão nos seus documentos congressuais.

1. Em reunião aberta com a participação de 7000 pessoas (das quais 1000 eram delegados eleitos), o PCP adoptou a 20 de Outubro uma «plataforma de emergência» elaborada pela liderança e apresentada aos membros como orientação sobre os objectivos do partido no Portugal pós-25 de Abril.

2. Fortalecimento da democracia: O apelo do programa para o fortalecimento da democracia tem dois aspectos: reforçar as liberdades individuais conquistadas, em princípio, após o 25 de Abril e ainda não formalizadas legalmente, e reforçar o aparelho do Estado, nomeadamente através do «saneamento» (expurgo) de elementos ligados ao antigo regime e garantir que unidades militares e policiais fiquem sob controlo das forças democráticas. O programa também apela à proibição de ameaças antidemocráticas de fascistas e reaccionários e à punição dos culpados por actos de sabotagem económica. (Comentário: o PCP considera que não são apenas os monopólios económicos e os proprietários de terras tradicionais que se estão a envolver em sabotagem económica, mas também aqueles na extrema-esquerda que têm fomentado a agitação económica e as greves).

3. Descolonização: Referindo-se a Macau, o PCP apela às negociações com a RPC [República Popular da China] para garantir a sua «integração na China» com eventual acordo para salvaguardar a presença histórica e cultural portuguesa.

4. Política económica: O caos económico traria alegria àqueles que buscam a queda da democracia portuguesa. O PCP apela, portanto, ao fortalecimento da economia através de uma combinação de medidas, incluindo a redução das despesas do Estado em sectores não essenciais, aumento das receitas do governo (especialmente através de impostos progressivos que atingem mais duramente os grandes, de modo a permitir que os pequenos no comércio, indústria e agricultura vivam mais facilmente) e

impostos sobre as rendas e capital que não são reinvestidos. Créditos públicos e outras formas de assistência a empresas – pequenas e grandes – que contribuem positivamente para o desenvolvimento económico, aumento da produção e criação de empregos também são solicitados, juntamente com o auxílio estatal a pequenos e médios agricultores. São solicitadas sanções para os grandes proprietários de terras e proprietários ausentes que deixem as suas propriedades sem cultivo. A secção económica também solicita acordos de «boas-vindas» com o mercado comum e acordos paralelos com os países do Leste europeu com o objectivo de expandir o comércio e garantir aumentos salariais «periódicos» para acompanhar o aumento do custo de vida.

5. Cunhal abordou a ameaça das forças reaccionárias no pós-25 de Abril. O secretário-geral do Partido, Cunhal, focou o conflito contínuo entre o General Spínola e as forças conservadoras que tendem a agrupar-se à sua volta versus as forças democráticas centradas em torno do Movimento das Forças Armadas. Spínola e três outros membros demitidos da Junta tinham dificultado os processos de descolonização e democratização. A primeira tentativa conspiratória dos conservadores de sabotar a descolonização/democratização foi o caso Palma Carlos, com o objectivo de alargar os poderes do Presidente. A manifestação da «maioria silenciosa» foi a segunda. Em ambos os casos, a base para a realização de objectivos contra-revolucionários foi lançada por meio de agitação social estimulada artificialmente, pelas chamadas «greves» realizadas sem justa causa, por distúrbios nas ruas provocados por fascistas e esquerdistas. Cunhal condenou particularmente os trabalhadores grevistas da TAP, que, a 27 de Setembro, procuraram estimular a falta de confiança pública nos voos da TAP por motivo de dificuldades laborais que eles próprios fomentaram.

6. A «ditadura do proletariado» abandonada. Cunhal explicou que o slogan «ditadura do proletariado» estava

a ser retirado de um texto oficial do partido. Tendo em conta as circunstâncias actuais, esta frase está sujeita a interpretações deliberadamente erradas. Na terminologia marxista, «ditadura» significa a força ou predominância de uma classe ou classes. A mais livre das democracias burguesas é (por definição) uma ditadura da burguesia. Uma ditadura da classe trabalhadora, na qual os trabalhadores e seus aliados detêm o poder, pode tomar muitas formas. Pode ser multipartidária. A diferença principal é que a ditadura dos trabalhadores é mais democrática do que as formas burguesas mais democráticas. As circunstâncias em Portugal (nas quais o termo ditadura é comumente usado para se referir a 50 anos de fascismo) não se prestam a uma compreensão imediata do que o Partido tem em mente, e o uso consequente do slogan não ajuda os interesses do Partido. Cunhal enfatizou que abandonar o slogan não significa qualquer mudança na doutrina do PCP.³⁰

7. Disciplina partidária: Ao descrever os objectivos da plataforma de emergência, Cunhal expressou a «convicção» de que os membros do PCP fariam todos os possíveis para permitir que o Partido cumprisse as suas responsabilidades. Destacando a natureza da democracia interna do Partido, garantiu que este seria o que seus membros desejassem que fosse, e avisou que não poderiam ser permitidas divisões entre os líderes pré e pós-25 de Abril, pois todos tinham direitos iguais.

³⁰ A capacidade da embaixada perceber as coisas é extraordinária. Esta explicação podia ser escrita por um dirigente do PCP. Mesmo que depois a embaixada nada aprenda, pelo anti-comunismo em que opera.

8. Estatísticas do Congresso e do Partido: Numa tentativa aparentemente deliberada de não retratar o PCP como estando à beira de alcançar o poder político decisivo³¹, Cunhal misturou afirmações sobre o crescimento do Partido com outras que apontavam para dificuldades. Não fez, porém, nenhuma afirmação sobre a força do PCP em relação a outros partidos. Pela primeira vez, o PCP divulgou os nomes do seu Comité Central. Cunhal disse que a militância activa do PCP «duplicou» entre Junho e Setembro de 1974, e que metade dos novos membros são trabalhadores. Quanto aos delegados ao congresso, 51,5% vinham da «classe trabalhadora», 23,8% eram «colarinhos brancos», 12% intelectuais, 2% camponeses e 5,4% estudantes. As mulheres representavam 12,5%. Em matéria de idade, 45,8% dos delegados tinham menos de 30 anos, 21,2% entre 30-40, 17,3% entre 40-50 e 5,9% acima de 50. (Comentário: nenhuma explicação foi fornecida para que o total destes conjuntos de números não totalize 100%).

9. Comentário: O Congresso apresentou uma fachada previsível de unidade do partido, com todas as votações decididas por maioria tradicional (99%). No entanto, a referência de Cunhal sobre não haver lugar para as divisões na liderança e a sua garantia de que todos os membros saberiam seguir a linha reinterpretada, lembram a sua recente referência sobre fumaça, fogo e a CIA. O descontentamento com a dessacralização da ditadura do proletariado como palavra de ordem claramente não foi do agrado de alguns delegados ao congresso. Mais importante é a questão de saber quão bem-sucedida será a liderança do PCP em manter as palavras e as acções dos seus membros numa política económica mais próxima do *new deal* de FDR³² do que do conceito marxista-leninista de luta

³¹ Mas onde é que o PCP estava ou poderia estar convencido de estar «à beira de ter o poder político decisivo»?

³² FRANKLIN DELANO ROOSEVELT: Único presidente dos EUA eleito para quatro mandatos, conduziu o processo de saída da Grande Depressão com uma política de tipo keynesiano, que ficou conhecida como «New Deal».

de classes³³. No Portugal contemporâneo, o PCP tenta marchar ao lado das forças democráticas; resta ver se consegue fazê-lo sem ceder perante as forças não «responsáveis» que podem reunir-se nas suas costas.

10. O partido está a seguir uma linha inteligente projectada para garantir a sua conquista de legitimidade e respeitabilidade no novo Portugal. No que diz respeito aos interesses de longo prazo dos EUA, esta é provavelmente a tática mais perigosa que o PCP poderia empreender.

³³ Em bom português, chama-se a isto comparar o cu com as calças.

TELEGRAMA	1974LISBON 04613_b
TÍTULO	Declaração do Governo português sobre o futuro de Timor
DATA	24-10-74
ASSINADO	SCOTT
CONTEÚDO	1. Na conferência de imprensa de 22 de Outubro após o regresso do Extremo Oriente, o ministro português da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, falou sobre o futuro do Timor português. 2. Santos disse que a Indonésia e a Austrália não têm ambições territoriais em relação a Timor, e observou o receio de Jacarta de que «a independência prematura poderia trazer com ela uma forma de neocolonialismo». 3. Santos disse que o governo planeia realizar uma «consulta popular» em Timor, provavelmente através de eleições para uma Assembleia Constituinte para elaborar uma Constituição em vez de um referendo. Depois de observar o «verdadeiro amor por Portugal» dos timorenses, Santos acrescentou: «devemos prosseguir com o processo de descolonização que não envolve uma solução federativa, mas uma integração de Timor numa comunidade portuguesa. Esta solução está destinada a salvaguardar os laços que unem esse território à pátria-mãe.» 4. Comentário: O Ministério dos Negócios Estrangeiros declarou que a Assembleia Constituinte poderia ser eleita já em 1975. O governo português preocupa-se com o alto grau de analfabetismo que tornará todo o processo muito difícil. O ministério acha que Portugal está bastante disposto a ver Timor tornar-se independente ou associar-se à Indonésia se esse for o verdadeiro desejo dos timorenses. A intenção de Portugal é simplesmente garantir que a descolonização seja realizada de forma honrosa. No entanto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Almeida Santos compartilham a visão e a esperança de

muitos portugueses de que, devido à longa associação com Portugal, os timorenses optarão por algum tipo de relacionamento especial com Portugal. O governo português não compartilha da visão, aparentemente detida pela Indonésia, de que há apoio significativo em Timor ao ingresso deste na Indonésia.

TELEGRAMA 1974LISBON 04618_b

TÍTULO Ministro Victor Alves visitará a França, a Alemanha e a Itália

DATA 24-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro sem pasta Victor Alves visitará a França, a Alemanha e a Itália. Alves é uma figura-chave no governo português. A embaixada está preocupada com um possível afastamento de Portugal face à Europa e recomenda que o departamento instrua os postos que Alves visitará para encorajarem os governos anfitriões a dar a Alves uma recepção calorosa e a fazer o máximo esforço para manter Alves e Portugal comprometidos com o Ocidente. Fim do sumário.

1. Sabemos que o ministro sem pasta, Major Victor Alves, visitará a França, a Alemanha e a Itália em breve para informar esses países sobre a situação actual em Portugal, reassegurar-lhes o compromisso do governo português com a NATO e talvez solicitar assistência.

2. A embaixada acredita que seria útil que os destinatários soubessem da importância de Alves no actual cenário político português. Alves, 39 anos, é um Major do Exército com um vasto serviço em África, foi uma figura-chave na criação do Movimento das Forças Armadas e agora é um dos três principais oficiais na Comissão Coordenadora do Movimento. A Comissão Coordenadora é provavelmente o centro de poder mais importante no governo nos dias de hoje. As responsabilidades formais de Alves incluem as de chefe interino dos ministérios da Defesa e da Informação. Acreditamos que, depois do primeiro-ministro, Alves é a figura mais influente no Governo Provisório.

3. Alves, que fala um excelente inglês, foi o principal porta-voz do governo para a imprensa estrangeira. É in-

teligente, rápido e articulado. Alves tem sido amigável e acessível a esta embaixada. Nunca esteve nos EUA.

4. No passado, Alves disse-nos que acredita que Portugal deve manter-se na NATO e renovar o acordo da Base dos Açores. Afirmou ainda ser a favor da social-democracia nas linhas do modelo alemão. Por outro lado, temos ficado preocupados com recentes declarações feitas por Alves e outros no governo sobre o papel especial que Portugal poderá ter no Terceiro Mundo. Estas declarações podem ser interpretadas simplesmente como referências a algum tipo de vínculo vago com o Terceiro Mundo, servindo como intermediário entre este e a Europa ou, mais perigosamente, um movimento para rejeitar a associação económica e política com a Europa³⁴. Em Portugal há quem defenda que Portugal deve tomar uma posição não alinhada, sair da NATO, rejeitar uma integração económica mais estreita com a Europa e não renovar o acordo da Base das Lajes, substituindo estas associações por contactos não alinhados e com o Terceiro Mundo – uma transição implicitamente lubrificada com petróleo e dinheiro árabes.

5. A embaixada acredita que os europeus, com laços culturais tradicionais e de longa data com Portugal, têm uma forte influência aqui. Os países que Alves visitará estão em posição de exercer uma influência importante, se não decisiva, sobre os caminhos internos e externos que Portugal toma. Ficamos satisfeitos com a visita a Portugal de Brandt e com a planeada visita de Palme e do grupo nórdico. Esperamos que os países que Alves vai visitar lhe dêem uma recepção calorosa e um forte incentivo para construir o futuro de Portugal como Ocidente.

6. Para o departamento: a embaixada recomenda que o departamento instrua os postos que Alves visitará a transmitirem as informações acima dadas aos altos funcionários locais. Os países anfitriões devem ser incentivados a conceder a Alves a recepção que a sua importância aqui merece e a envidar o máximo esforço durante a visita para manter Alves e Portugal firmemente no caminho do Ocidente.

³⁴ As coisas que os EUA acham perigosas...

TELEGRAMA 1974LISBON 04619_b

TÍTULO O Partido Socialista pede um «programa de emergência» para superar a crise económica

DATA 25-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Alguns dias antes da abertura do Congresso do Partido Comunista, o Partido Socialista publicou o que chamou de «Programa de Emergência» com medidas de curto prazo que apelou que o governo português adoptasse para superar a crise económica. Estas medidas são de conteúdo muito semelhante à plataforma económica do PCP, que também é rotulada de «emergência». Seguem os destaques deste programa do PS. Os dois partidos estão agora muito próximos programaticamente, mas não se pode prever neste momento se isso levará a uma aliança formal. Fim do sumário.

1. Para combater a crescente crise económica, o Partido Socialista português elaborou um «Programa de Emergência» anti-monopolista para a acção governamental no curto prazo. As medidas que ele apela a que o governo português adopte são desenhadas para transferir o fardo da necessária austeridade económica para os «monopolistas» e não para as costas das classes mais baixas, na medida do possível. As seguintes acções imediatas são solicitadas: a) um vasto programa de investimentos públicos, especialmente em habitação e obras públicas, a fim de proporcionar emprego; b) a reorganização do sistema bancário para aumentar a poupança e estimular os investimentos produtivos – seria emitida uma Obrigação [do Tesouro] para a reconstrução nacional, dinamizando a economia e reduzindo o excesso de poder de compra dos consumidores, que produz inflação; c) intervenção directa do Estado nos sectores básicos; d) aumento da ajuda às pequenas e médias empresas; e) criação de parques industriais; f) criação de empresas estatais de comercialização por ata-

cado, especialmente na agricultura, e lançamento de uma empresa pública de importação e exportação; g) controlo de preços; h) início de uma primeira fase de reforma agrária, expropriação de latifúndios e terras improdutivas; i) estabelecimento de cláusulas de subida rotativa automática nos salários dos trabalhadores; j) proibição de demissão de trabalhadores sem justa causa.

2. O programa de emergência do PS atribui grande importância aos sindicatos e acima de tudo ao Movimento das Forças Armadas (MFA) na construção de um «Estado de direito socialista» e de estruturas democráticas estáveis que afirma serem necessárias para superar a crise económica. Ao MFA e aos partidos da coligação é atribuída a tarefa de realizar transformações estruturais fundamentais em Portugal. Se a aliança entre o MFA e os partidos políticos patrióticos se consolidar, prevê o PS, a «via portuguesa para o socialismo não será um sonho utópico indefinido», mas uma realidade, e a única forma viável de enfrentar a crise do país.

3. A «via portuguesa para o socialismo» é uma alternativa aos extremos de uma «democracia meramente formal» e de um «autoritarismo sem perspectivas». Este novo caminho pressupõe a adopção de uma política externa independente e o progressivo afastamento dos blocos políticos e militares, mas com os acordos internacionais actualmente existentes a serem respeitados, como precisa o programa do MFA. (As pressões esperadas das grandes potências contra esta posição terão que ser enfrentadas com firmeza e calma). As relações económicas e políticas externas de Portugal são hoje orientadas para a Europa, o que tem os seus aspectos positivos. Mas, diz o programa, para expressar uma política externa progressista e independente, é necessária uma rápida abertura das relações com o Terceiro Mundo – que é explorado como nós somos.

4. O PS, que deseja manter as relações mais cordiais com os partidos da coligação, tem, no entanto, ciúmes da sua

autonomia e não tem «relações bilaterais privilegiadas» com qualquer outro partido. «Todas as correntes de esquerda que se vão aproximando progressivamente do PS encontrarão no nosso partido compreensão e apoio».

5. Comentário: Este Programa surgiu no dia 15 de Outubro, apenas 5 dias antes do Congresso Extraordinário do PCP que se reuniu para decidir sobre uma nova «plataforma de emergência» do partido e novos objectivos. Em muitos aspectos, os dois programas partidários são idênticos, especialmente em relação às medidas económicas de curto prazo. Existe a forte suspeita de que o PS decidiu tentar «furar» o PCP ao emitir o seu Programa de Emergência antes que o PCP emitisse o seu. O PS pode não ter tido acesso à plataforma do PCP com antecedência, mas (a acreditar em fontes do PPD) o PS não está acima de usar as ideias de um oponente e publicá-las sob o seu próprio nome. (Isto terá acontecido no passado quando o PS obteve o texto de um programa agrícola do PPD e o publicou como sendo seu, com apenas uma ou duas palavras alteradas).

6. Independentemente da origem das ideias do PS, os programas de acção de curto prazo do PS e do PCP estão agora muito próximos em vários aspectos. Os partidos ainda diferem no que diz respeito aos objectivos finais para a sociedade, ao papel das liberdades individuais e às tácticas. (O PS apresenta-se cada vez mais como um partido militante de esquerda para conter forças centrífugas e manter no rebanho a sua volátil ala esquerda, enquanto o PCP impulsiona uma imagem moderada em contraste). A criação ou não de uma aliança pré ou pós-eleitoral é ainda uma questão em aberto, e não será decidida até, pelo menos, depois do Congresso do PS, a 14 e 15 de Dezembro.

TELEGRAMA 1974LISBON 04640_b

TÍTULO Apresentada a segunda parte do novo projecto de lei eleitoral

DATA 25-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO A segunda parte da nova lei eleitoral estabelece um sistema proporcional de representação: estabelece votação apenas em partidos, excluindo votação partilhada³⁵; só os partidos podem apresentar candidatos; garante tratamento igualitário de todos os partidos pelos *media*; atribui igual tempo de publicidade gratuita a todos [tempo de antena], e proíbe anúncios políticos pagos; proíbe a publicação de pesquisas de opinião pública; restringe as despesas de campanha; e barra o financiamento estrangeiro dos partidos.

Esta parte da legislação estabelece de forma precisa o cronograma e as várias etapas da campanha eleitoral, cria uma Comissão Nacional de Eleições (CNE) e detalha os procedimentos para se apresentar uma candidatura.

Destaca-se que a lei parece projectada para garantir estrita justiça e igualdade de oportunidades para todos os partidos que participem nas eleições da Assembleia Constituinte.

³⁵ Referir-se-á à não possibilidade de votar em vários candidatos.

TELEGRAMA 1974LISBON 04644_b

TÍTULO Campanha de propaganda anti-CIA

DATA 25-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. No final da chamada com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, solicitada para discutir outros assuntos, o embaixador mencionou a insatisfação da embaixada com os artigos recentes a atacar a CIA e alegando existir uma grande intervenção da CIA em Portugal. Antes que o embaixador terminasse a primeira frase sobre este assunto, Soares interrompeu declarando que os artigos no *Diário de Lisboa* e na *Vida Mundial* deixavam bem claro que os comunistas estavam a lançar uma campanha orquestrada de difamação contra a CIA para prejudicar as boas relações entre os EUA e Portugal e impedir as negociações dos Açores. Era óbvio para ele que o momento foi escolhido para contrariar a imagem favorável das relações EUA-Portugal resultantes da visita de Costa Gomes e dele próprio a Washington e, como tal, representavam ataques contra ele e contra Costa Gomes, bem como contra os EUA. Disse que tinha um encontro marcado com o Presidente Costa Gomes uma hora depois e que pretendia, antes que o embaixador mencionasse o assunto, tratar este tema com o Presidente e também levantá-lo no Conselho de Ministros.

2. O embaixador observou que não estava a fazer um protesto oficial formal sobre esta campanha de propaganda, mas apenas queria levar à atenção do ministro dos Negócios Estrangeiros que a aparição de tais artigos será, é claro, observada por jornalistas americanos e outros estrangeiros em Lisboa, cujos relatórios complicarão a tarefa da embaixada de apresentar a Washington um quadro equilibrado dos eventos em Portugal. Soares indicou ter consciência plena da questão. Não indicou precisamente o que pretendia fazer ou o que poderia ser

feito, mas deixou a impressão de que algumas medidas poderiam ser tomadas para rectificar a situação.

3. Na mesma tarde, Soares ligou para o DCM para informar que havia discutido o assunto com o Presidente Costa Gomes e o primeiro-ministro Gonçalves, os quais lhe comunicaram a sua preocupação sobre o assunto. Eles decidiram que o Ministério da Comunicação Social entraria em contacto com os editores dos jornais³⁶ e realizaria uma investigação para saber a fonte da campanha. O primeiro-ministro também deseja uma consulta no início da semana que vem para discutir o assunto com o embaixador.

4. A consulta com o primeiro-ministro será agendada não antes da próxima terça-feira, 29 de Outubro, caso o Departamento deseje fornecer orientação sobre este ou qualquer outro assunto a ser levantado com Gonçalves.

³⁶ Os EUA lutam por uma imprensa tão livre que nela nunca sejam publicados artigos a expor a realidade dos seus crimes. Educativo.

TELEGRAMA 1974LISBON 04647_b

TÍTULO Discurso do Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho no American Club

DATA 26-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Num discurso franco no American Men's Club, o Brigadeiro Carvalho revela que acredita que as Forças Armadas portuguesas têm um papel permanente a desempenhar para garantir que qualquer governo escolhido pelo povo português em 1975 executará a vontade do eleito-rado e que as Forças Armadas não tolerarão o estabelecimento de uma ditadura pela direita ou pela esquerda. Fim do sumário.

1. O Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, Governador Militar de Lisboa, Vice-Comandante do Comité Operacional Continental das Forças Armadas (COPCON) e Comandante militar do Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril (MFA), falou para uma casa lotada de 400 membros do American Men's Club a 25 de Outubro. O seu discurso começou com uma citação da declaração de independência dos EUA e dele destacamos os seguintes pontos:

a) O objectivo do MFA é criar condições que permitam à sociedade portuguesa avançar rapidamente para uma democracia pluralista autêntica.

b) Após meio século de governo não representativo, é necessário um período de transição para que o povo português possa escolher livremente o seu próprio futuro em 1975.

c) O MFA estabeleceu um programa de transição com três pontos principais:

- a democratização progressiva das instituições;
- a resolução dos conflitos coloniais;

- uma política económica conducente a maior justiça social.

d) O MFA é a vanguarda activa do processo de democratização e está hoje identificado com a totalidade das Forças Armadas Portuguesas.

e) O MFA assegurará este processo de democratização, ou por órgãos civis ou pela participação directa na reconstrução nacional.

f) Os direitos humanos foram restaurados em Portugal e as pessoas sabem que as Forças Armadas garantem a sua liberdade. Portanto, já não é necessário que os indivíduos privados assumam para si as responsabilidades específicas das Forças Armadas, uma vez que as liberdades democráticas são agora reconhecidas, por exemplo, o direito à greve, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião. (Comentário: isto é aparentemente uma indicação de que actividades de milícia popular não oficial, como as que ocorreram a 28 de Setembro quando a milícia impediu a realização do comício da «maioria silenciosa», não são vistas favoravelmente pelas Forças Armadas.)

g) Os conflitos coloniais estão sendo resolvidos e outro país de língua portuguesa, a Guiné-Bissau, foi criado. Moçambique é uma experiência única e Angola um problema complexo e difícil de ser resolvido.

h) Ainda existem esforços constantes das forças reaccionárias para subverter os processos democráticos, especialmente através do uso dos *media* e através de pressões económicas.

i) As forças armadas garantem que Portugal fará a sua escolha livremente e que o país construirá uma democracia com justiça social pela qual o povo português aspira há tantos anos.

2. Após o seu discurso preparado, o Brigadeiro Carvalho respondeu a uma série de perguntas dos assistentes. Em resposta às perguntas sobre a provável atitude das Forças Armadas se uma ditadura de esquerda ou direita chegasse ao poder como resultado das eleições de 1975³⁷, o Brigadeiro Carvalho afirmou que as Forças Armadas manteriam o papel de guarda para impedir o restabelecimento de uma ditadura, seja de esquerda, direita ou militar. Em resposta à pergunta sobre se previa um papel contínuo da NATO para Portugal, o Brigadeiro respondeu que a NATO foi projectada para contrariar a ameaça comunista. Somente no caso muito hipotético de um governo comunista ser eleito em Portugal, o que criaria incompatibilidades políticas com a NATO, ele imaginaria Portugal a deixar a aliança atlântica. Questionado se o governo português tinha provas de supostas actividades da CIA, o Brigadeiro respondeu que a CIA é uma organização enormemente poderosa com cerca de 14-16 mil agentes em todo o mundo e, assim, é de se esperar que alguns destes agentes estejam em Portugal.

Tal como muitos outros, condenou qualquer intervenção da CIA nos assuntos internos de outros países. Pessoalmente, não está preocupado com as actividades de monitorização da CIA, mas ficaria muito preocupado se essas actividades em Portugal fossem como as alegadas nos artigos de imprensa citados. Neste momento, o governo não está preocupado com as actividades da CIA, tendo preocupações muito mais importantes. Se, no entanto, a CIA se envolver em intervenções activas, então passaria a prioridade número um.

³⁷ Esta pergunta é brilhante e revela as convicções democráticas de quem a acha normal: que uma ditadura fosse o resultado das eleições? Ou seja, se ganhassem aqueles que nós definiríamos como ditadores...

TELEGRAMA	1974LISBON 04669_b
TÍTULO	Governo português planeia uma única empresa nacional de petróleo
DATA	29-10-74
ASSINADO	SCOTT
CONTEÚDO	Sumário: O governo português iniciou negociações com o objectivo de fundir as empresas portuguesas (com excepção das subsidiárias de empresas estrangeiras) que refinam e distribuem petróleo. Tendo em conta os fortes vínculos já existentes entre estas empresas e a forte posição de capital público, tal passo não significaria um ataque à iniciativa privada. Fim do sumário. 1. A 16 de Outubro, o governo português anunciou o início das negociações imediatas para a fusão da Sacor e da Petrosul, duas das três empresas nacionais de petróleo. Os negociadores do governo, que têm 45 dias para fazer o seu relatório inicial, também poderão estender as negociações à terceira empresa portuguesa, a SONAP, sempre que o considerem oportuno. 2. A intenção anunciada do governo é obter a racionalização interna e uma fortalecida posição de negociação internacional através da reestruturação da indústria petrolífera nacional numa única empresa portuguesa. De acordo com o anúncio, a nova empresa estará «naturalmente subordinada ao controlo do sector público», mas não está explicado se o governo pretende continuar apenas com as suas actuais e fortes participações accionistas e exercer uma supervisão próxima, ou se pretende assumir o controlo directo completo. 3. O governo já controla fortes acções minoritárias nas três empresas, e as próprias empresas de petróleo têm fortes participações no capital uma das outras. As acções da Sacor são detidas em 33,3% pelo governo, 10,5% pela Fundação Gulbenkian, 25% pela Sonap, 4% pela Aristides Sain e os

27,2% restantes por vários bancos e accionistas individuais. A Petrosul é de propriedade pública em 34%, 15% por accionistas individuais e 51% estão divididos entre a Sonap e a CUF (a gigante companhia união fAbril). As acções da Sonap são divididas em 20% públicas, 25% da Sacor e da CUF, 13,2% da Fundação Gulbenkian e 16,8% para accionistas individuais. Daqui se pode ver como os interesses do governo, das três empresas petrolíferas, da CUF e, em menor grau, da Fundação Gulbenkian, estão já fortemente interligados.

4. A Sacor e a Sonap são duas das cinco empresas petrolíferas com redes de postos de abastecimento em Portugal (as outras são a Shell, a BP e a Mobil). A Sacor é dona das únicas refinarias de petróleo actualmente em operação no país – uma grande perto do Porto (actualmente em expansão de uma capacidade de 90 000 para 170 000 barris por dia, com planos para 220 000), e uma menor perto de Lisboa (capacidade de 45 000 barris por dia). A Sonap não tem refinaria, mas é sócia da Petrosul que está a iniciar a construção de uma grande refinaria em Sines. Quando a refinaria da Petrosul entrar em operação, ela suprirá 60% das necessidades nacionais e a Sacor 40%. Um funcionário da Sacor disse a um funcionário da embaixada, na semana passada, que a pequena refinaria da empresa na área de Lisboa, originalmente programada para ser desactivada, estava agora planeada para modernização e expansão. Não se sabe de que forma a proposta de fusão do governo afectará os planos das várias empresas.

5. O director-geral de combustíveis Moura Vicente informou-nos que a decisão de fusão das empresas é baseada em considerações nacionais e estrangeiras. Internamente, disse, Portugal é pequeno demais para ter empresas nacionais concorrentes. A fusão, acredita, tornará a indústria do petróleo mais racional. Do ponto de vista internacional, considera que não faz sentido para a indústria nacional do petróleo falar a mais de uma voz. As empresas portuguesas separadas acabam a competir uma com a outra, em vez de apoiar uma posição nacional.

6. Moura Vicente disse que o capital a deter pelo governo português na empresa fundida não foi determinado. Ele observou, entretanto, que o governo não precisa de uma posição maior do que a que já detém para moldar as políticas da empresa resultante da fusão.

7. Sobre as três empresas estrangeiras que distribuem produtos através de postos de serviço em Portugal (Mobil, Shell e BP), Moura Vicente disse que a fusão esperada não afectaria a sua posição. Essas empresas continuariam a comercializar um volume fixo de produto igual ao que distribuem agora.

8. Comentário: Dado o já elevado grau de ligação entre as empresas nacionais e a força da participação pública, uma fusão não deve ser considerada um passo muito grande. Embora tenhamos que aguardar os termos da fusão para ver como ela afecta os actuais accionistas, não acreditamos que tal medida possa ser interpretada como um movimento hostil à indústria privada.

TELEGRAMA 1974LISBON 04673_b

TÍTULO Partida do secretário-geral do PCP, Cunhal, para a União Soviética

DATA 30-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O ministro sem pasta e secretário-geral do Partido Comunista Português (PCP), Álvaro Cunhal, à frente de uma delegação composta pela secretária de Estado da Comunicação Social, Conceição e Silva, e outros «técnicos» partiu para Moscovo a 28 de Outubro. O objectivo da visita, segundo Cunhal, é «examinar as perspectivas para o desenvolvimento das relações entre os dois países em termos gerais, mas com bases concretas». A equipa estudará questões relacionadas com intercâmbios comerciais, económicos, turísticos, culturais e científicos.

2. Presentes na despedida do aeroporto de Lisboa estavam o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, representantes do governo a nível de trabalho e alguns membros do Comité Central do PCP. Ao responder às perguntas dos repórteres, a ênfase foi colocada nos aspectos culturais da viagem.

3. Comentário: É possível que o governo esteja esperançoso de que Cunhal possa retornar de Moscovo com algumas indicações positivas sobre futuras possíveis ajudas económicas soviéticas a Portugal. Cunhal deve ser bem recebido em Moscovo e provavelmente tem algum poder de negociação, considerando a sua posição no PCP e a sua adesão rigorosa à linha do partido soviético.

TELEGRAMA 1974LISBON 04688_b

TÍTULO PPD e a visita de Balsemão à Escandinávia

DATA 30-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. As seguintes informações são fornecidas como antecedentes, para ajudar à compreensão pelos destinatários, dos esforços do Partido Popular Democrático (PPD) para ganhar apoio europeu sob a bandeira da social-democracia.

2. O editor português mencionado é o Dr. Francisco Pinto Balsemão, 35 anos, editor do semanário *Expresso*, considerado pela maioria o melhor jornal português. Balsemão é um dos três fundadores do Partido Popular Democrático (PPD), um partido de centro-esquerda criado em Maio passado sobre os restos da ala liberal da Assembleia Nacional sob o regime de Caetano. Desde a sua criação, o PPD cresceu consideravelmente, tanto geograficamente (tem agora 60% das 3000 freguesias continentais abrangidas) como no número de membros. O PPD é, junto com os socialistas e os comunistas, um dos três partidos no governo de coligação. É um dos quatro partidos verdadeiramente viáveis em Portugal.

3. Desde o golpe abortado de 28 de Setembro e a alegada descoberta de uma tentativa da extrema-direita de derubar o governo, o PPD começou uma campanha concertada para se apresentar como um partido social-democrata «humanista» com raízes socialistas. O Partido Socialista de Soares também se tem movimentado para a esquerda, e o PPD decidiu, aparentemente, que é a oportunidade certa para ir atrás da ala social-democrata ou direita do Partido Socialista, na esperança de atrair os socialistas moderados, talvez antecipando uma divisão nas fileiras socialistas no próximo congresso, em Dezembro.

4. Um dos principais pontos da estratégia do PPD a este

respeito é obter apoio moral e financeiro social-democrata e socialista a nível internacional e particularmente europeu. Os líderes do partido começaram uma série de viagens mais amplas pela Europa para obter esse apoio. Balsemão acabou de regressar de uma viagem à Escandinávia e o editor assistente do *Expresso* e apoiante do PPD, Marcelo Rebelo de Sousa, está na Alemanha ao serviço do PPD. Outras viagens estão planeadas para o futuro, e o partido pode tentar juntar-se à Internacional Socialista após o Congresso do PPD, no mês que vem.

5. O PPD teve dificuldade em criar um espaço «de esquerda» para si mesmo e está a encontrar oposição do Partido Socialista. Os socialistas têm estado particularmente desagradados com o PPD nas últimas semanas, porque o PPD enviou militantes seus, com bandeiras e cânticos, ao aeroporto para a chegada de Willy Brandt e Olof Palme (ambos convidados por Soares), numa tentativa de chamar a atenção para o PPD e convencê-los de que o partido é digno de apoio.

6. A embaixada aprecia a informação e acharia útil mais relatórios sobre as actividades das delegações do PPD e do Partido Socialista, caso elas visitem os seus países no futuro, e especialmente qualquer informação que possam obter sobre o apoio estrangeiro, financeiro ou outro, aos partidos portugueses.

TELEGRAMA 1974LISBON 04690_b

TÍTULO Ministro sem pasta Victor Alves analisa os resultados do Governo Provisório português

DATA 30-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Major Victor Alves, um dos líderes militares do Movimento das Forças Armadas de 25 de Abril (MFA) e actualmente ministro sem pasta, apresentou na televisão um relatório à nação, a 28 de Outubro, analisando os três meses de trabalho do Segundo Governo Provisório, que substituiu o do primeiro-ministro Palma Carlos. O discurso do ministro Alves retratou as realizações do presente governo como extensas em alcance, moderadas na orientação, projectadas para melhorar a justiça social e eliminar os abusos arbitrários dos regimes de Salazar/Caetano. Fim do sumário.

1. Num discurso à nação moderadamente fraseado, o ministro Alves declarou que o Segundo Governo Provisório dirigiu os seus esforços para as seguintes áreas principais (somente destaques):

a) limpeza, por comissões interministeriais, das estruturas do regime anterior (Caetano), como foi exemplo a substituição dos anteriores governadores civis e o desmantelamento das organizações típicas do aparelho corporativo do Estado. A corrupção está a ser combatida e foi estabelecida uma comissão nacional de inquérito para corrigir as injustiças e abusos de poder do passado.

b) fortalecimento das liberdades civis e do poder judicial através da reforma do sistema judicial e de lhe dar maior independência, e por uma série de decretos concedendo liberdade de associação, uma nova lei de imprensa, o reconhecimento do direito de greve e de lock-out. Uma lei eleitoral foi enviada ao Conselho de Estado para

aprovação. Foi ampliado o reconhecimento dado aos cursos estrangeiros e à formação profissional.

c) combate à inflação e renacionalização da economia através de programas projectados para aumentar as poupanças com taxas de juros mais altas, reduzir as entradas para a habitação (actualmente chegam a 50% do preço de compra), encorajar cooperativas de habitação de baixo custo e eliminar vantagens comerciais discriminatórias e a protecção dada às empresas favoritas. Alguns preços tiveram que ser aumentados para encorajar o sector agrícola e os produtos petrolíferos.

d) uma reforma fiscal moderada foi implementada e a evasão fiscal desencorajada através do aumento das penalidades por fraude e evasão fiscal.

e) os três bancos autorizados a emitir moedas, o Banco de Angola, o Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Portugal, cada um anteriormente de propriedade privada, foram nacionalizados. O complexo petroquímico proposto para Sines terá uma maioria de propriedade pública para criar uma indústria com escala europeia.

f) a atenção dada à melhoria da justiça social inclui o estabelecimento do «13º mês» para os assalariados, a manutenção do direito a benefícios sociais e serviços de saúde para os trabalhadores desempregados e a revogação das pensões excessivas concedidas a ex-funcionários pelo regime anterior. Os serviços de saúde e bem-estar estão a ser melhorados, combinando-os num sistema integrado de segurança social.

g) a política externa do Governo Provisório foi tipificada pela expansão das relações com os países comunistas (URSS, Checoslováquia, Roménia, RDA, Bulgária, Jugoslávia, Hungria, Polónia), bem como com a Índia, o Senegal, a Tunísia e a Guiné-Bissau. As relações estão prestes a ser estabelecidas com Marrocos, Líbia, Mongólia,

Indonésia e, eventualmente, com a República da China. Ao mesmo tempo, as negociações com os Estados Unidos continuam sobre os direitos da base nos Açores em troca de benefícios técnico/económicos. Estão em estudo acordos comerciais, culturais e técnicos com «países do Oriente, Cuba e países africanos». Portugal tem o respeito nas Nações Unidas e nas organizações internacionais em resultado da sua nova política de descolonização.

h) a descolonização foi exemplificada pelo reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, o acordo de Lusaka com a Frelimo sobre a independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975, os contactos com os movimentos de libertação em Angola para organizar um cessar-fogo, bem como os decretos visando a democratização e auto-determinação de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Macau e Timor.

i) em resumo, a democracia deve ser conquistada dia-a-dia pelo MFA e pelo povo português, e só é viável quando a liberdade de cada indivíduo se baseia no respeito pela lei e pelos direitos dos outros. Destaques no fim do discurso.

2. Comentário: O discurso do ministro Alves foi obviamente projectado para chamar a atenção sobre as acções do Governo Provisório, para que possa ser julgado pelo que fez. Considerando as condições nas quais começou, é um registo sobre o qual o governo pode expressar algum orgulho justificado.³⁸

3. Texto completo do discurso de Alves enviado.

³⁸ As coisas que se reconhecem em privado, mas nunca em público!

TELEGRAMA 1974LISBON 04692_b

TÍTULO Partido centrista realiza comício bem-sucedido em Lisboa

DATA 30-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O primeiro comício público realizado em Lisboa pelo Partido Popular Democrata (PPD), politicamente moderado³⁹, provocou uma resposta pública entusiástica. O comício, realizado na noite de 25 de Outubro no pavilhão dos Desportos de Lisboa, atraiu uma multidão estimada em dez a doze mil pessoas, muitos dos quais não conseguiram encontrar espaço no auditório e ouviram as intervenções através de altifalantes. Os líderes do PPD, Francisco Sá Carneiro, Carlos Mota Pinto⁴⁰ e Magalhães Mota, foram interrompidos várias vezes por aplausos e cânticos da multidão. Outros oradores incluíam representantes da juventude, sindicais e mulheres. Os temas do comício incluíam o rápido crescimento do PPD, a sua abordagem pragmática e não doutrinária, o seu apoio a processos democráticos e a moderação política. Foi defendida a legalização do divórcio e um movimento sindical livre (pluralista).

2. Comentário: O comício do PPD pareceu atrair uma alta proporção de casais jovens de classe média com ensino elevado. O grau de apoio evidente destes elementos para a marca de moderação política do PPD é um desenvolvimento encorajador.

³⁹ O «centro-esquerda» passa a «moderado»...

⁴⁰ CARLOS MOTA PINTO: Professor de Direito, foi fundador do PPD, deputado do PPD à Constituinte, ministro do Turismo do I Governo Constitucional, primeiro-ministro do IV Governo Constitucional (de iniciativa presidencial) e vice-primeiro-ministro do IX Governo Constitucional (Bloco Central).

TELEGRAMA 1974LISBON 04693_b

TÍTULO A liderança do MDP/CDE recomenda a conversão da organização num partido e a participação nas eleições de Março

DATA 30-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Na recente reunião de alto nível dos líderes do MDP foi feita a recomendação de transformar o movimento num partido político e de concorrer às próximas eleições. O Congresso de Novembro do MDP tomará a decisão final, que provavelmente será favorável à recomendação. Tanto o MES quanto o PS criticaram a iniciativa, que, se se concretizar, beneficiará o PCP e reduzirá a força eleitoral do PS. Fim do sumário.

1. Reunido em Lisboa a 27 de Outubro, o órgão da direcção nacional do Movimento Democrático Português (MDP) (conhecido como «encontro nacional» e que é composto por cerca de 100 delegados no total de cada um dos 22 distritos administrativos do país) decidiu recomendar ao próximo congresso do MDP que o movimento se converta num partido político para poder participar das eleições da Assembleia Constituinte de Março. O Congresso acontecerá de 1 a 3 de Novembro nas dependências do Instituto Superior Técnico de Lisboa, com a previsão de cerca de 4000 pessoas. Se o MDP/CDE se tornar um partido, como esperado, terá que aprovar os estatutos do partido e o programa de governo para cumprir com o novo projecto de lei eleitoral (que permite que somente partidos e não movimentos como o MDP apresentem candidatos às eleições.) (O Encontro Nacional, antecipando uma decisão favorável do Congresso, discutiu possíveis estatutos e debateu um programa de governo.)

2. Ao explicar a recomendação de participação nas eleições da Assembleia Constituinte, Gilberto Lindim Ramos⁴¹, membro do Conselho Executivo do MDP, disse aos jornalistas que «o futuro político de Portugal será decidido nestas eleições» e o Encontro Nacional quer que a participação do MDP nas eleições seja um factor decisivo na luta contra a reacção. «Interesses unitários, democráticos e populares exigem que o MDP concorra às eleições.»

3. O Partido Socialista português, que há muito tempo se opõe à participação nas eleições do MDP dominado pelos comunistas, expressou o seu desagrado com a decisão do MDP ao colocar um membro da sua Comissão Política a escrever um artigo no *República*, com o título «15 reflexões sobre o MDP». O artigo acusa o MDP de ser uma «força unitária» dominada pelos comunistas e não um verdadeiro partido com as suas próprias ideias, independentes das do PCP. É, portanto, um segundo PCP, que, se concorrer nas próximas eleições, equivalerá a uma dupla representação disfarçada do PCP. O artigo conclui com a esperança de que o governo e o Movimento das Forças Armadas não deixem este «falso partido político» participar nas eleições de Março. Como era de esperar, o artigo atraiu uma tempestade de críticas do MDP, juntamente com acusações de que o seu autor ajudou as forças reacçãoárias com essas acusações «insidiosas, sectárias e divisionistas».

4. O MES (Movimento de Esquerda Socialista), que é independente do Partido Socialista e activo no MDP, avisou o MDP que, se se converter em partido, o MES retirará os seus militantes. O MES não se opõe à sua conversão em partido, mas pergunta qual o nicho político que planeiam ocupar. Na sua opinião, o MDP é particularmente

útil na sua forma actual como uma organização para unir diversos grupos de esquerda (e não como outro partido sectário de esquerda.)

5. Na preparação para o Congresso do MDP, cerca de 800 sessões políticas locais foram realizadas em todo o país nas últimas semanas. Participaram vários ministros do governo, incluindo os secretários de Estado das Pescas (Mário Ruivo), do Trabalho (Carlos Carvalhas), da Agricultura (Esteves Belo) e do Desporto (Avelãs Nunes).

6. Comentário: Há poucas chances de que o MDP não se torne num partido e não participe nas áreas do país, como a zona rural do Norte, onde o PCP é mais fraco e o MDP concomitantemente mais forte e menos sujeito a suspeitas locais do que os comunistas. Antes dos eventos de 28 de Setembro, parecia que os socialistas e o PPD conseguiriam provocar a dissolução do MDP, ou pelo menos mantê-lo fora das eleições. No entanto, desde aquela época, ele ressurgiu, provocado em parte pelo apoio verbal dado pelo primeiro-ministro Gonçalves e pelos líderes do MFA (que estão gratos pelo seu apoio na crise de 28 de Setembro e pelas informações de inteligência que os seus militantes forneceram ao MFA), e porque os seus oponentes naturais se sentiram constrangidos em atacar por causa das acusações do MDP de que tais ataques apenas favoreceram a direita e tornaram possível a tentativa de golpe «fascista» de 28.

7. A existência do MDP como partido irá, sem dúvida, cortar a força de voto dos socialistas e, em menor grau, a do PPD, e tornar mais difícil para os primeiros permanecerem como um partido unificado. Se o MDP decidir disputar as eleições, o PCP provavelmente manterá nele uma liderança de baixo perfil na esperança de atrair apoiantes eleitorais moderados que não votariam no PCP. Pode-se esperar que o PPD e o PS, por sua vez, tentem convencer os eleitores de que o MDP não passa, de facto, de uma frente do PCP.

⁴¹ Economista, dirigente do MDP/CDE e, depois, da Associação Intervenção Democrática.

TELEGRAMA 1974LISBON 04701_b

TÍTULO Primeiro-ministro sueco Olaf Palme lidera delegação socialista escandinava em Portugal

DATA 31-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A convite do Partido Socialista português e do ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares, uma delegação escandinava de socialistas, liderada pelo primeiro-ministro sueco Olaf Palme, chegou a Lisboa ao meio-dia de sábado, 26 de Outubro, e partiu 24 horas depois. Os representantes suecos incluíam Tage Peterson, secretário-geral adjunto do primeiro-ministro; Sven Anderson, secretário-geral do Partido Social-Democrata; Rune Molin, secretário-geral da Confederação Sindical sueca; e Pierre Schorri, assessor do primeiro-ministro. O contingente norueguês foi liderado pelo ministro das relações Exteriores Knut Frydenlund e incluía Reiulf Steen, vice-presidente do Partido Trabalhista, e Kaare Sandegren, secretário internacional da Federação Sindical.⁴²

2. A delegação encontrou-se com o Presidente português Costa Gomes, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, juntou com o ministro dos Negócios Estrangeiros Soares, deu uma conferência de imprensa e visitou a sede do Partido Socialista. Posteriormente, a imprensa portuguesa publicou uma notícia, vinda de Estocolmo e citando Palme como tendo dito que a visita confirmou a sua impressão de que os líderes do Movimento das Forças

Armadas portuguesas (MFA) são os autores do único golpe militar que ele consegue aceitar, que as suas conversas forneceram um quadro ainda mais positivo do que acontece em Portugal e que ele estava convencido de que o MFA realmente queria defender a democracia. Em resposta às especulações dos repórteres de que poderia não ser possível realizar as eleições em Portugal no cronograma previsto, Palme responderia ter «toda a esperança de realizar eleições livres em Março de 1975».

3. Comentário: A visita foi projectada para dar um impulso ao Partido Socialista português e provavelmente fê-lo de forma limitada. No entanto, o facto de ter sido de duração muito curta e ter ocorrido num fim-de-semana diminuiu certamente o seu impacto em termos de relações públicas. A real importância da visita será determinada pelo valor da ajuda que os socialistas portugueses possam receber dos escandinavos como resultado dos encontros.

⁴² Notarão, com certeza, a saudável e democrática mescla de dirigentes partidários e de sindicatos, que seguramente veio explicar aos trabalhadores portugueses que o movimento sindical tem que ser independente

TELEGRAMA 1974LISBON 04706_b

TÍTULO Campanha de propaganda anti-CIA

DATA 31-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Em reunião com o embaixador e o DCM a 30 de Outubro, o primeiro-ministro Gonçalves deplorou a imagem errónea e sombria de Portugal que aparece na imprensa mundial e as irritantes histórias anti-CIA que aparecem na imprensa portuguesa. Ele considerou ambas as situações particularmente infelizes, pois ambas tendem a desacreditar a cobertura equilibrada e precisa da situação portuguesa que a embaixada em Lisboa fornece a Washington. O governo falou com os jornalistas nesta linha, e está a empreender uma investigação para descobrir a fonte das histórias anti-CIA. Ele salientou, no entanto, que a imprensa mundial (incluindo a americana) está cheia de histórias sobre a CIA. Dada a alta sensibilidade portuguesa em relação a qualquer possibilidade de Portugal ser desviado do caminho para a democracia, no qual foi firmemente colocado pela revolução de 25 de Abril, é natural que a atenção internacional dada à CIA seja reflectida na imprensa portuguesa, que, dada a nova liberdade de imprensa, o governo não consegue controlar. Fim do sumário.

1. Num encontro com o embaixador, marcado por iniciativa do governo português a 30 de Outubro, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves começou com uma longa descrição do tratamento que Portugal tem recebido na imprensa mundial, incluindo na imprensa americana. De acordo com a imprensa, a situação em Portugal era de caos, com Portugal deslizando rapidamente para a esquerda em direcção ao comunismo, preparando-se para deixar a NATO e planeando cancelar os direitos de base dos americanos nos Açores. Nada disso é verdade. O governo está seguindo firmemente o caminho para a democracia e está

totalmente comprometido em permanecer nesse caminho. Naturalmente, quando o país está emergindo de cinquenta anos de fascismo, haverá dificuldades em colocá-lo no caminho da democracia, e Portugal tem problemas, mas isso não significa que esteja num estado de caos ou rumo ao comunismo. No que diz respeito à NATO, o governo é absolutamente sincero quando diz que honrará escrupulosamente os seus compromissos internacionais. Quanto às Lajes, o governo é sincero no seu desejo de negociar um acordo e está extremamente ansioso por assegurar a ajuda americana. Relatórios em contrário simplesmente não são verdadeiros. Infelizmente, muitas destas alegações falsas sobre Portugal são divulgadas não apenas na imprensa mundial, mas até o secretário de Estado Kissinger expressou, tanto em particular como em público, a sua preocupação com a situação em Portugal.

2. O primeiro-ministro disse que a aparição de artigos na imprensa portuguesa contra a CIA complicam as coisas. Ele estava plenamente consciente do facto de que tal série de histórias sobre a CIA tendiam a dar uma impressão infeliz sobre a atitude de Portugal para com o mundo. No entanto, assinalou que esses artigos na imprensa portuguesa eram reflexos em Portugal do que está sendo dito na imprensa mundial e, na verdade, na imprensa americana. Ele observou que um dos artigos ofensivos recentes, na *Vida Mundial*, consistia, em grande parte, em citações de um artigo numa revista francesa. Ele referiu-se também a um artigo do *Washington Post* que tinha lido no dia anterior. Ele disse que o povo português estava muito satisfeito com a revolução de 25 de Abril e muito ansioso para que ela tenha sucesso no seu objectivo de colocar Portugal no caminho da democracia. O povo está, portanto, terrivelmente sensível a qualquer coisa que lhe pareça querer ameaçar os objectivos da revolução. Foi difícil para o povo português não ficar altamente desconfiado quando ocorreram situações como o aparecimento em Setúbal, e depois em Lisboa e na Madeira, do iate Apollo. De facto, o governo português,

a 26 de Abril, tendo tomado consciência da presença do iate Apollo, colocou-o sob muito próxima observação e após uma extensa fase de estudo ainda estava perplexo sobre o que de facto era, mas estava confiante de que não representava qualquer instrumento político subversivo. Ele reconheceu também que a CIA era demasiado sofisticada para usar um mecanismo como o iate Apollo para montar operações, mas que mesmo assim foi difícil convencer o povo português de que uma coisa como o iate Apollo não era um reflexo de actividades do tipo CIA. O povo português ouve falar sobre o Chile diariamente e isso deixa-os muito apreensivos. Não foi a imprensa portuguesa, mas sim a americana, que publicou histórias indicando que o secretário Kissinger desempenhou um papel nas actividades contra o governo Allende no Chile. E, portanto, não é anormal que essas apreensões sobre a CIA se reflectam na imprensa portuguesa.

3. O primeiro-ministro afirmou então que o governo português estava firmemente convencido de que a embaixada de Lisboa estava a relatar os desenvolvimentos em Portugal com total objectividade. Disse que a embaixada tem um papel importante a desempenhar na correcção de impressões falsas sobre Portugal, e estava certo de que a embaixada estava a desempenhar esse papel da melhor maneira possível. Estava consciente do facto de que artigos tão frequentes sobre a CIA na imprensa local prejudicam os esforços da embaixada em dar uma imagem equilibrada do que está a acontecer em Portugal. Com isso em mente, o governo português chamou os jornalistas no último sábado e indicou-lhes que o governo estava confiante de que a embaixada americana em Lisboa estava a apresentar a Washington um quadro equilibrado da situação em Portugal, mas que uma pesada campanha da imprensa portuguesa contra a CIA e tudo o que é anti-americano torna difícil que as reportagens equilibradas da embaixada sejam ouvidas em Washington. Ele não sabia as palavras precisas que foram usadas pelo porta-voz do governo à imprensa, mas sabia que a intenção do governo

em chamar os jornalistas era tentar persuadi-los de que Portugal tinha um aliado na embaixada americana – não que a embaixada americana tivesse qualquer preconceito a favor de Portugal, mas que estava agindo como um observador imparcial da situação – e que se a tarefa deles se tornasse extremamente complicada por causa do que acontece na imprensa portuguesa, o resultado poderia até ser a demissão daqueles que na embaixada são responsáveis por esta reportagem objectiva. O primeiro-ministro disse que o governo tinha uma investigação em andamento para descobrir a fonte dos artigos anti-CIA na imprensa portuguesa. Mas, acrescentou, o que mais podemos fazer: agora que Portugal é uma sociedade livre, o governo não pode controlar a imprensa.⁴³

⁴³ Voltem atrás e leiam agora a resposta de Mário Soares à mesma questão. Que grande primeiro-ministro! E que premonitórias palavras sobre o futuro do embaixador dos EUA.

TELEGRAMA 1974LISBON 04710_b

TÍTULO Visita de delegação jugoslava a Portugal

DATA 31-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A convite do Partido Socialista português (PS), uma delegação de figuras políticas jugoslavas está a visitar Portugal de 30 de Outubro até 4 de Novembro. A delegação conversará com o Presidente Costa Gomes, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares. A delegação também deverá encontrar-se com vários representantes do PS, e visitará a cidade do Porto, no Norte, a 1 de Novembro.

2. Os membros da delegação são: Narin Cetinic, Vice-Presidente da Conferência Federal da Aliança Socialista; Moma Markovic, membro da Comissão Central da Liga Comunista; Milan Rajacic, membro da Presidência da Conferência Federal da Aliança Social e Presidente da Aliança Socialista de Belgrado; Yvon Yvekovic, secretário da Comissão para Amizade e Cooperação Internacional da Liga Socialista Federal; Veroljub D. Spasie, responsável pelos assuntos jugoslavos em Lisboa; e Juric Ivcevic, intérprete.

3. Comentário: Mário Soares e o PS continuam os seus esforços para ganhar apoio internacional para o Partido Socialista.

TELEGRAMA 1974LISBON 04712_b

TÍTULO Aumentos nos dividendos serão parcialmente pagos em títulos do Tesouro⁴⁴

DATA 31-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O decreto-lei 480/74 de 25 de Setembro, conforme descrito, descongelou os salários, mas estipulou que metade de certas categorias de aumentos de salários tinham que ser pagas em títulos de poupança do governo a cinco anos. Além das disposições sobre salários, o decreto-lei também afecta os dividendos de acções. A partir de 1 de Setembro, metade de qualquer aumento sobre o mesmo período de 1973 em dividendos de acções de empresas deve ser pago em títulos de poupança.

2. As penalidades por violação das novas regras são quatro vezes o valor dos pagamentos ilegais em dinheiro para as empresas e duas vezes esse valor para os beneficiários.

⁴⁴ Quando a austeridade se applicava aos ricos...

TELEGRAMA 1974LISBON 04717_b

TÍTULO Aprovada Lei que regulará os partidos políticos

DATA 31-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A nova lei sobre partidos políticos que acabou de ser promulgada estabelece certos requisitos legais para a existência de partidos, como um mínimo de 5000 apoiantes, 4000 filiados, etc. Determina benefícios fiscais para partidos que recebem mais de 100 000 votos. Restrições ao financiamento de partidos por estrangeiros e empresas nacionais. As frentes são permitidas, bem como os laços políticos internacionais. As disposições da lei podem efetivamente manter fora da política a muitos partidos menores, como os democratas cristãos, os monárquicos e os dispersos grupos de extrema esquerda. Fim do sumário.

1. A lei sobre os partidos políticos, tão atrasada, foi aprovada tanto pelo governo como pelo Conselho de Estado e promulgada pelo Presidente Costa Gomes. A nova lei estabelece deveres e obrigações dos partidos políticos e concede aos partidos legalmente reconhecidos certos benefícios fiscais. Seguem os destaques:

2. A lei começa por definir os partidos políticos como organizações permanentes cujos objectivos fundamentais são participar da vida política e servir como expressões da vontade popular, que é realizada principalmente através da concorrência ou patrocínio de candidatos nas eleições. Os partidos definem programas para o governo, participam dos órgãos decisórios estaduais e do governo local, estudam, debatem, propõem e criticam políticas nacionais e internacionais do governo e promovem a educação política da população. Os grupos políticos que não sejam partidos (por exemplo, o Movimento Democrático (MDP), o MES, o MRPP, etc.) não podem participar nas eleições ou

no governo nacional ou local. (Comentário: Este é um poderoso incentivo para os vários "movimentos" existentes se converterem em partidos, especialmente o MDP, do qual muitos membros ocupam cargos governamentais locais.)

3. Os partidos não podem existir sem autorização governamental, que só será concedida aos partidos capazes de recolher 5000 assinaturas autenticadas de cidadãos residentes em Portugal continental e nas ilhas adjacentes, que estejam recenseados para votar, tenham mais de 18 anos de idade e estejam na plena posse dos direitos civis e políticos. (Comentário: todas as organizações, excepto as de papel, deveriam ser capazes de atingir este mínimo. Entendemos que o PCP favoreceu um mínimo de 5000 e não de 15 000 – o que poderia ter eliminado alguns dos partidos menores – porque não queria divulgar nomes e endereços de muitos dos seus apoiantes e membros.)

4. Os tribunais declararão um partido extinto: quando o número dos seus membros cair abaixo de 4000; se o seu objectivo real for ilícito ou contrário à moral ou à ordem pública; se usar sistematicamente meios ilegais, imorais ou recorrer à desordem pública para atingir os seus objectivos; ou se perturbar a disciplina das Forças Armadas. (Comentário: esta última disposição é dirigida ao MRPP, que foi acusado no passado de incitar à indisciplina no Exército. Não é declarado como os tribunais estabelecem que um partido tem menos de 4000 membros. Este recurso de extinção deve ameaçar seriamente a existência dos monárquicos (PPM), do PSDI, dos democratas cristãos (PDC), bem como do MRPP e outros pequenos partidos de esquerda.)

5. Os partidos que adquirem estatuto legal, em virtude do acima exposto, estão isentos de vários impostos. Se o partido, no entanto, não concorrer às eleições gerais, ou se os seus candidatos obtiverem menos de 100 000 votos, esses benefícios cessam.

6. Os partidos são obrigados a funcionar com princípios democráticos internos. Eles não podem discriminar com base na raça ou no sexo, e os seus estatutos e programa de governo devem ser aprovados por todos os membros ou por uma assembleia representativa, que também elegerá a sua liderança. Os partidos devem perseguir os seus objectivos de forma aberta, não secreta; as suas actividades, programa, estatutos, fonte de apoio financeiro, e também os nomes da direcção devem ser publicados.

7. As receitas e despesas dos partidos serão publicadas anualmente no *Diário do Governo*. Nenhuma entidade estatal ou empresa pública, nem institutos ou empresas nacionais podem subsidiar ou financiar partidos políticos. É proibido o apoio monetário estrangeiro de indivíduos ou grupos. (Comentário: presumivelmente, a assistência técnica é permitida, bem como formas não monetárias de ajuda. Se os partidos políticos estrangeiros podem fornecer apoio financeiro não fica claro pela redacção. Se não, os principais perdedores serão o PCP, o PS e, em menor grau, o PPD e o CDS.)

8. Os partidos podem associar-se a outras organizações e estabelecer ligações com outros partidos em coligações ou frentes, desde que os órgãos representativos dos partidos aprovem, e seja dada indicação precisa sobre os objectivos da frente. Cada parceiro de uma frente mantém a sua identidade separada. (Comentário: esta última característica pode significar que os pequenos partidos não podem unir-se para cumprir os requisitos legais de filiação.) Os partidos podem colaborar com sindicatos, cooperativas ou quaisquer outras associações, mas não podem interferir na vida interna de tais organizações.

9. Os partidos nacionais podem afiliar-se a outros partidos no exterior e a organizações internacionais, mas não podem obedecer a «modelos, ordens ou directivas» estrangeiros (uma disposição que parece ser direccionada ao PCP).⁴⁵

10. Uma pessoa só pode pertencer a um partido se tiver os seus direitos políticos, e só se pode aderir a um partido. Não pode jurar lealdade a um líder partidário. (Comentário: até onde sabemos, nenhum português foi privado dos seus direitos políticos desde o 25 de Abril, embora isso possa ocorrer quando for publicada a lista de inelegíveis para votar. Esta disposição parece ter sido concebida para manter essas pessoas, geralmente da extrema-direita, fora da actividade política legal organizada. Esta disposição poderia também ser usada para tentar separar o trigo do joio, ou seja, o PCP do MDP, assim que o MDP se tornar um partido).

⁴⁵ Passados 50 anos, já deve estar claro que quem recebeu sistematicamente ordens do estrangeiro foram exactamente o PS, o PSD e o CDS...

TELEGRAMA 1974LISBON 04718_b

TÍTULO Tratamento do Presidente português no Aeroporto JFK

DATA 31-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Departamento deve tomar conhecimento, apesar dos assessores presidenciais terem sido contidos, mas há indicações evidentes do desgosto e da raiva com que os orgulhosos e sensíveis portugueses reagiram ao mau tratamento recebido pela delegação de Costa Gomes no aeroporto JFK. Está bem claro para nós que somente a intervenção forte e de estadista de Costa Gomes impediu que este lamentável assunto se desenvolvesse até ser uma grande questão em destaque na imprensa portuguesa e um impedimento significativo para as relações EUA-Portugal.

2. Entendemos que Themido terá levantado esta questão junto do Departamento. A embaixada agradecerá qualquer informação sobre o assunto, como responderam os EUA e como podemos responder para melhorar a situação. Caso sejam oferecidos pedidos de desculpas, recomendamos que eles venham do mais alto nível e tomem nota da forma excepcionalmente compreensiva como o presidente Costa Gomes respondeu a este insulto extraordinário.

TELEGRAMA 1974LISBON 04720_b

TÍTULO Comentários do *Expresso* sobre a viagem do Presidente aos EUA

DATA 31-10-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Comentário: O *Expresso* destaca a importância da visita de Costa Gomes aos EUA, dando-lhe o mesmo significado do 25 de Abril e do 28 de Setembro, sublinhando a importância do apoio de Costa Gomes à aliança atlântica e sugere que a URSS não deseja um confronto connosco em relação a Portugal e, portanto, é improvável que seja uma fonte alternativa de ajuda.

1. O prestigioso semanário *Expresso* publicou uma matéria de página inteira sobre a visita do Presidente Costa Gomes aos EUA. Por causa da influência do *Expresso* e das suas visões distintas sobre a viagem, damos a seguinte sinopse:

2. O artigo começa equiparando a importância do 20 de Outubro, data do regresso do Presidente Costa Gomes a Portugal após a visita aos EUA, com o 25 de Abril e o 28 de Setembro, observando que não pode haver dúvidas de que Portugal foi e é um elo na cadeia mundial americana, tanto do ponto de vista económico como político.

3. O artigo afirma que Kissinger, alarmado com o 28 de Setembro, enviou uma comissão especial de quatro homens a Portugal para relatar qual o caminho político que estava a ser seguido. Kissinger mostrou com este gesto «que não confiava suficientemente nos serviços da sua embaixada em Lisboa, que certamente estava a enviar pontualmente a essência da situação.» «Este relatório pintou Portugal de preto ou, melhor dito, de vermelho, muito próximo de uma ditadura popular.» «Podemos descobrir através de fontes diplomáticas africanas, que merecem total confiança, que Mobutu tem uma cópia do relatório.»

4. O *Expresso* informa que tanto o comunicado formal como a declaração de chegada de Costa Gomes a Lisboa poderiam ter resultado de uma visita de Spínola aos EUA – excepto que, sem o dia 28 de Setembro, o homem que viajou até nós não teria sido o «representante inconteste do povo português».

5. O artigo cita novamente de Costa Gomes a agora famosa declaração na chegada a Lisboa sobre a aliança atlântica, na qual disse «que temos uma posição que nos obriga a tomar uma opção, e julgo que a opção seleccionada (adesão à NATO) é aquela que é absolutamente apropriada à nossa situação, à nossa forma de pensar e aos desejos do povo português.» O *Expresso* comenta que, com o realismo que o caracteriza, Costa Gomes viu que esta era a única solução viável dentro do equilíbrio das forças internas e externas.

6. O artigo conclui observando que as opções de Portugal são limitadas. Deixar a NATO e cancelar o acordo das Lajes significaria recorrer à URSS para apoio económico, comercial, financeiro e técnico. No entanto, a União Soviética não estará interessada num confronto com os americanos, o que poderia prejudicar as suas negociações com os EUA sobre a limitação de armas, o trigo e o status de nação mais favorecida. Assim, não é necessário⁴⁶ que a CIA monte um golpe ou uma contra-revolução em Portugal.

7. Comentário: O artigo do *Expresso* é importante porque salienta o grande impacto que as declarações de Costa Gomes à chegada sobre a aliança atlântica tiveram nos líderes de opinião aqui e enfatiza a legitimidade inerente que se acredita que Costa Gomes desfruta no seu posto por causa do apoio generalizado tanto do povo quanto das elites.

8. Ao prever que a URSS não seria uma alternativa viável como fornecedora de ajuda, o *Expresso* está a realizar uma análise que é cada vez mais discutida e aceite aqui – uma análise que não prejudica a nossa posição negociada na Base das Lajes, mas que, por outro lado, tende a aumentar o quadro de aceitação por alguns portugueses de uma posição beneficente, responsável e não intervencionista por parte dos comunistas.

⁴⁶ Porque se fosse...

1974LISBON

Novembro



TELEGRAMA 1974LISBON 04727_b

TÍTULO Relatório da situação da Blue Bell de Portugal

DATA 04-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Um funcionário da embaixada conversou com o administrador-geral da Blue Bell (BB) a 29 de Outubro. Ele parecia estar mais optimista do que em qualquer outro momento desde que os problemas laborais começaram. A fábrica está a operar com mais de 85% de eficiência e o escritório regional de Bruxelas está a reter qualquer decisão de encerramento. Eles, no entanto, reduziram o tamanho e o tipo de pedidos para a BB, o que deixa a fábrica com alguns trabalhadores em excesso.

2. O motivo para o optimismo é que a Comissão de Trabalhadores da fábrica desistiu, pelo menos por enquanto, da sua exigência de que o sistema de pagamento fosse completamente revisto (este era o problema pendente mais sério). Essa decisão foi, de acordo com o gerente da BB, o resultado de discussões entre a comissão e o ministro do Trabalho, que disse à comissão para parar de causar problemas e adiar a questão do sistema de pagamento para mais tarde, quando houvesse um governo permanente. Ele disse também à comissão que as suas acções ameaçavam levar a BB para fora de Portugal, o que não é do interesse do país. O ministro, segundo o gestor da BB, está agora muito preocupado com a continuidade das operações da BB em Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 04731_b

TÍTULO Aprovada lei que regulamenta as associações

DATA 04-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A 30 de Outubro, em conjunto com a nova lei sobre os partidos políticos, foi aprovada a lei que regula a liberdade de associação. A lei revoga a legislação anterior que limitava severamente o direito de liberdade de reunião e controlava as associações cívicas, e estabelece no preâmbulo que «o direito de livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal na vida em sociedade». Num governo baseado no estado de direito e respeito pela pessoa, não podem ser impostos limites à liberdade de formar associações, excepto quando estritamente necessários para salvar interesses gerais superiores da comunidade.

(...)

7. Comentário: A lei é suficientemente ampla e liberal para satisfazer a maioria das pessoas, excepto, talvez, as da extrema-esquerda e da extrema-direita que podem vir a ser alvo da parte da lei que proíbe associações que procuram derrubar instituições democráticas e que defendem a violência. O principal alvo que vem à mente é o MRPP maoista, que tem sido atacado pelos militares devido ao seu proselitismo nos quartéis e aos apelos para que os soldados desertem.

TELEGRAMA 1974LISBON 04744_b

TÍTULO Dados biográficos sobre parentes do Presidente Costa Gomes

DATA 05-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Um artigo de destaque na edição de 15 de Outubro do tablóide independente *A Capital* traz uma entrevista com Idalina da Costa Gomes Teles Grilo, uma das duas irmãs do Presidente Costa Gomes. Ela é moradora na cidade de Chaves, no Norte, onde o Presidente passou a infância até ir para a escola militar aos dez anos.

2. A irmã descreve o pluralismo político dentro da família Costa Gomes da seguinte forma: citação: nunca me interessei por política, mas agora acho que chegou a minha vez. Vou escolher e será um dos partidos da esquerda. Acho que também é hora de as mulheres falarem. Cada pessoa deve escolher livremente o que é melhor para o país. Entendo que é assim que as coisas são e, portanto, permito que uma das minhas filhas, que é professora de ensino médio e licenciada em química e física, seja simpatizante do Partido Comunista, facto que ela não esconde. Outra filha, mais jovem, simpatiza com um dos grupos da extrema-esquerda. Também, o meu genro, Manuel Freire, é comunista e líder do Partido aqui em Chaves. O meu irmão (o Presidente) é uma pessoa inteligente e por isso entende que cada pessoa deve escolher de acordo com o seu próprio julgamento. Fim da citação.

3. Comentário: Acredita-se que o artigo é uma tentativa d'*A Capital* de tomar emprestado um pouco da aura e respeito do Presidente Costa Gomes em benefício dos partidos de esquerda. Os escritores não alegam que o próprio Presidente compartilha as opiniões das suas sobrinhas, mas apenas que ele lhes reconhece o direito de terem essas opiniões.

TELEGRAMA 1974LISBON 04764_b

TÍTULO Militantes do MRPP atacaram sede do CDS, causando grandes danos

DATA 05-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O MRPP assaltou a sede do CDS, causando grandes danos. O primeiro-ministro encontrar-se-á com os líderes do CDS ao meio-dia local, momento em que o CDS perguntará, entre outras coisas, por que é que as forças do COPCON não forneceram a protecção repetidamente solicitada pelo partido. Fim do sumário.

1. Uma grande multidão de militantes do MRPP, estimada por observadores em mais de 500, invadiu a sede em Lisboa do partido conservador moderado CDS às 21:00 da noite de 4 de Novembro, após uma primeira tentativa falhada de interromper um comício do grupo de jovens do CDS. O forte contingente policial que guardava o comício impediu os militantes do MRPP de entrar no Teatro São Luís, local do comício que teve a participação de 1000 apoiantes do CDS. Houve vários feridos nas tentativas de os militantes do MRPP furarem as filas policiais.

2. O grupo maoísta dirigiu-se para a sede nacional do CDS, que fica a uma dúzia de quarteirões de distância. Aproximadamente 40 funcionários do CDS estavam no prédio quando o MRPP chegou. Apesar das repetidas chamadas do secretário-geral do CDS, Adelino Amaro da Costa (que estava entre os que estavam dentro do prédio na altura), apenas um carro de polícia estacionou fora da sede. Dois polícias também estavam dentro da sede. À chegada da multidão, o carro de polícia fugiu. A multidão derrubou sinais de rua em cimento que usou para derrubar a porta principal da sede, enquanto destruíram todas as janelas do prédio, bem como os carros próximos. Ao entrar no prédio, a multidão destruiu equipamentos de escritório. Dois polícias dentro do edifício dispararam dois tiros de

aviso e fugiram, deixando a sede desguarnecida enquanto a multidão a saqueava à vontade. De acordo com Amaro da Costa, que junto com a sua equipa conseguiu escapar para um prédio próximo através das janelas, foram roubados aparelhos de televisão e cheques no valor de 500 000 escudos. No entanto, os arquivos do CDS e os caros equipamentos de impressão *offset* escaparam aos ataques.

3. Unidades do exército chegaram à sede do CDS só meia hora depois de esta ter sido assaltada pela multidão. Nessa altura os estragos já estavam feitos. As forças do COPCON, de acordo com testemunhas oculares, carregaram equipamentos de escritório e televisões em veículos do exército. O CDS afirma ter dois guardas seus que podem testemunhar isso. (É possível que o equipamento tenha sido levado pelo Exército para uma «custódia protectora», mas isso não é certo.)

4. Nos tumultos da noite ficaram cerca de 40 pessoas feridas, sendo metade delas polícias. Houve extensos danos na área do Chiado onde o teatro está localizado. Nenhuma morte relatada, três dos feridos supostamente por tiros de arma. Miraculosamente, nenhum membro do CDS ficou ferido no corpo a corpo.

5. Depois da sede roubada, o CDS telefonou ao primeiro-ministro que concordou em receber três membros do partido ao meio-dia de 5 de Novembro. O CDS planeia solicitar que o governo pague pelos danos, que emita uma declaração pública condenatória e que permita ao CDS cinco minutos em horário nobre de televisão para apresentar ao público o seu lado dos acontecimentos. O CDS exigirá que o governo cumpra com a nova lei sobre partidos políticos que proíbe partidos e grupos que defendem a violência, e assim proibir o MRPP.⁴⁷

⁴⁷ Fixem este pedido. Mais à frente, a embaixada dirá que a ilegalização do MRPP é fruto da acção do PCP.

6. O aspecto mais perturbador de todo o incidente é a falha das forças do COPCON em fornecer a protecção solicitada ao CDS. Dois membros do CDS falaram pessoalmente com o comandante operacional do COPCON, o Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, na tarde anterior ao comício, para solicitar a protecção do COPCON, tendo em conta que o MRPP tinha distribuído pela cidade folhetos a apelar ao boicote ao comício do CDS, a que chamaram de tentativa fascista de contra-atacar o povo. O MRPP apelou aos seus militantes para cerrarem fileiras e destruírem os «fascistas», o que foi um sinal claro da sua intenção de entrar em conflito com o CDS. Apesar do perigo de violência nas ruas, não houve protecção do COPCON até que o dano fosse feito, o que exigirá uma explicação considerável de Otelo Carvalho.

7. Líderes do CDS prometeram entrar em contacto com funcionários da embaixada, logo após a reunião com o primeiro-ministro, para nos informar sobre a sua resposta a este episódio. Os jornais matutinos deram ampla cobertura factual aos incidentes, mas não fizeram nenhum comentário editorial. O CDS afirma que a televisão local deu uma ampla cobertura dos incidentes da noite passada, mas responde que nenhuma menção ao conflito foi relatada na última edição do Telejornal. Eles esperam uma condenação pública generalizada do MRPP e da violência de rua como resultado dos incidentes, e também que surjam problemas dentro das forças militares pela falha do COPCON em defender um partido pacífico, mesmo que conservador.

TELEGRAMA 1974LISBON 04776_b

TÍTULO Movimento democrático converte-se em partido e apela ao MFA para participar na Assembleia Constituinte

DATA 05-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Como esperado, o Movimento Democrático Português (MDP) converteu-se em partido político para poder apresentar candidatos nas próximas eleições para a Assembleia Constituinte. O tema da reunião de três dias que tomou a decisão foi que o MDP deve manter a unidade rigorosa com o Movimento das Forças Armadas (MFA), cujo programa deve ser adaptado e interpretado de forma mais progressista. O MDP apelou ao MFA para participar na Assembleia Constituinte e gostaria de ver os membros do MFA apresentarem-se como candidatos sob a sua bandeira. O Partido Socialista é o mais prejudicado com a nova competição. Fim do Sumário.

1. Com 855 delegados presentes, o Movimento Democrático Português (MDP/CDE), reunido no Instituto Superior Técnico de Lisboa de 1 a 3 de Novembro, converteu-se, como esperado, num partido político. A decisão (tomada por 850 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções) significa que o MDP competirá contra os socialistas e o PPD pelos votos de centro-esquerda nas eleições da Assembleia Constituinte de Março que vem. O MDP, que é o «cavalo de Troia» do PCP, beneficiará os comunistas (e não reduzirá os seus votos como reduzirá o apoio de outros partidos), atraindo eleitores que de outra forma não apoiariam directamente o PCP.

2. Nesta reunião de três dias dos delegados do MDP estiveram presentes representantes do PCP, do Movimento da Juventude Trabalhadora, do Movimento da Esquerda Socialista, do Movimento Democrático das Mulheres e da Intersindical, bem como membros do Movimento das Forças

Armadas (MFA). Estavam visivelmente ausentes o PPD e os socialistas. Estiveram presentes seis secretários de Estado que simpatizam com o MDP: Trabalho (Carlos Carvalhas); Emprego (Balseiro Fragata); Pesca (Mário Ruivo); Agricultura (Esteves Belo); Habitação (Nuno Portas); e Juventude e Desporto (Avelãs Nunes). Outras pessoas destacadas que participaram de uma ou mais sessões foram o Governador Civil de Lisboa, Mário Bruxelas, e o ministro do Trabalho, Capitão Costa Martins, que também é membro da Comissão Coordenadora do MFA.

3. Os delegados foram divididos em 7 grupos de trabalho, lidando com vários aspectos – luta democrática, inflação, táticas apropriadas do MDP, etc. As conclusões dos grupos foram todas aprovadas por unanimidade e serão enviadas por correio.

4. Conforme exigido pela nova lei eleitoral e pela lei dos partidos políticos, o MDP aprovou o projecto de Programa e os Estatutos, que se tornarão permanentes após a ratificação por outra reunião (17 de Novembro) do Encontro Nacional, a liderança nacional do partido. O tema principal do Programa do MDP e dos três dias de sessões é que a unidade do MDP com o MFA deve ser reforçada e deve ser uma constante em todas as actividades futuras do MDP. Especificamente, o MDP disse que o seu Programa é uma «acção de vinculação das pessoas com a acção do governo», o que, traduzido, aparentemente significa que o MDP existirá para apoiar o MFA de qualquer forma possível. Os objectivos do Programa do MFA, na visão do MDP, são «suficientemente amplos para que os interesses de vastos sectores da população possam ser realizados a partir do seu apoio». O MDP exorta, no entanto, a que o Programa do MFA seja adaptado e interpretado de forma mais progressista. Devem ser adoptadas pelo MFA «medidas urgentes e firmes, e necessariamente radicais», para superar o poder económico dos monopólios, o principal objectivo de curto prazo do MDP.

5. Uma das conclusões dos grupos de trabalho é que «o MFA deve participar do trabalho da Assembleia Constituinte», directamente ou através de interacção próxima com forças democráticas. O líder do partido, Rui Luís Gomes, comentando isto à imprensa, disse que, na sua opinião, o facto de o MFA não ter sido autorizado a apresentar candidatos nas eleições para a Constituinte foi «um erro grave». (Comentário: segundo o editor-adjunto do *Expresso*, o líder do MFA, Melo Antunes, em almoço com o editor do *Expresso*, Balsemão, manifestou a sua convicção pessoal de que os membros do MFA deveriam ser candidatos e deveriam apoiar o MDP).

6. De acordo com o preâmbulo do Programa do MDP, o partido será «original», na medida em que será a expressão dos «objectivos mais gerais, mais importantes e mais precisos do povo». Interesses políticos partidários estreitos devem ser deixados de lado, e todos os esforços devem concentrar-se na unidade e na organização do povo para esmagar os vestígios do Estado fascista. A história portuguesa, afirma o preâmbulo, mostra que o povo não precisa de partidos que não se subordinam à sua vontade. «Os jogos capitalistas de partidos a competir entre si» podem ser mortais para o novo Portugal e o esforço supremo deve ser dedicado à criação de uma ampla unidade popular para transformar o Estado e trazer o Socialismo democrático. (Comentário: aparentemente, o MDP tem em mente a formação de uma frente supra-partidária entre o MFA, por um lado, e socialistas, comunistas e MDP por outro, a fim de escrever uma nova constituição popular «anti-monopolista» que, entre outras coisas, institucionalizaria o papel político do MFA).

7. Tacticamente, a palavra de ordem do MDP é «nenhum problema do povo é pequeno demais para nós lidarmos». Todos os tipos de organizações locais, como associações de vizinhos, grupos de pequenos agricultores, clubes de consumidores e cívicos, etc., serão arregimentados na luta contra os monopólios e pela unidade antifascista.

8. Como esperado, tanto o PPD como o Partido Socialista condenaram severamente a transformação do MDP em partido político como uma «violação frontal» da lei sobre partidos políticos, anti-democrática e um abuso da imaturidade política de pessoas que não percebem que o MDP é um cavalo de Troia do PCP. Ambos os partidos reconfirmaram a sua decisão anterior de se retirar do MDP e começaram o que provavelmente será uma tentativa concertada de levar a mensagem às áreas rurais de que MDP é apenas outro nome para comunista.

9. O partido que mais tem a perder com a competição do MDP é o socialista, que está cada vez mais dividido internamente e sob ataque da esquerda e da direita. Sintomática dos problemas que resultarão da competição do MDP com os socialistas é a situação no *República*, um jornal pró-socialista que tem sido cenário de uma amarga disputa entre o MDP e os apoiantes da equipa socialista na sequência de um artigo pró-socialista que apareceu numa edição recente e apresentava o MDP como uma mera frente do PCP. Provavelmente, as tentativas socialistas de atacar o MDP abalarão a volátil ala esquerda do PS, enquanto o PPD continua a sedução dos sociais-democratas de direita do PS. (O secretário-geral do PS, Mário Soares, partiu de repente na semana passada para o Norte para tentar travar as divisões e a deserção de um grupo para o PPD).

10. Comentário: Factor crucial e ainda desconhecido é a atitude que o MFA tomará. Fontes do MFA indicaram-nos, em privado, que o MFA tem medo de que as eleições livres e justas façam regressar uma maioria de direita e que isso poderia frustrar o principal objectivo doméstico do MFA, de uma reforma social de longo alcance. Para se proteger contra essa eventualidade, o MFA tem procurado uma fórmula que permita que o processo democrático genuíno continue, mas que coloque o MFA em posição de garantir que o seu resultado não desvia Portugal do caminho da reforma social. Houve conversas sobre as

formas de «institucionalizar» o MFA para monitorizar os resultados do processo eleitoral, e isso pode muito bem ser parte do propósito por trás da recente formação do Conselho Superior das Forças Armadas. Outra conversa foi sobre a apresentação de candidatos, directamente pelo MFA, o que, no entanto, foi considerado incompatível com o papel dos militares. A alternativa mais perigosa seria aquela que é claramente desejada pelo MDP (e PCP), que seria o aparecimento de membros do MFA nas listas eleitorais do MDP, o que daria a essas listas um apelo eleitoral tremendo (e de facto injusto⁴⁸). Na sua inocência, o MFA poderia estar a assumir que, com seu poder, ele e a actual liderança do MDP (ou o PCP) controlariam o MDP. Podem estar certos, mas a possibilidade de o MFA ser superado pelo PCP é um perigo óbvio. O que está claro é que, hoje e no futuro previsível, o MFA é a maior força política em Portugal. A questão é saber se vai ficar à margem, influenciando os acontecimentos com a ameaça de outro 25 de Abril se as questões se desviarem dos seus desejos, ou se participará directamente na definição do futuro político/económico/social de Portugal. Em qualquer caso, a questão adicional é saber até que ponto o MFA pode manter-se acima da política partidária.

⁴⁸ Injusto, porquê? O povo iria votar em apoio do MFA, como votou, mesmo quando votou nos partidos que estavam no Governo Provisório para travar a revolução. O que a embaixada temia era que o voto popular não fosse desviado para o PS e o PSD.

TELEGRAMA 1974LISBON 04783_b

TÍTULO Partido Comunista diz aos seus militantes (na brincadeira?) para escolher entre filiação no PCP e no MDP/CDE

DATA 06-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Secretariado do Partido Comunista emitiu um comunicado a 4 de Novembro no qual recorda que os militantes do PCP que agora trabalham para o MDP/CDE terão, de acordo com o artigo 7 dos estatutos do PCP, de escolher entre continuarem como membros do PCP ou passarem a estar filiados no MDP/CDE. Aqueles que optarem pela primeira hipótese (de acordo com o comunicado) terão que cessar todas as actividades no MDP e aceitar outras tarefas que o partido lhes atribuirá. Aqueles que «escolherem» (*sic*) continuar no MDP, terão que desistir da filiação no PCP.

2. O PCP continua a dizer que acredita que essa escolha é um direito do indivíduo. Deseja aos que optarem pelo MDP «o melhor sucesso nas suas actividades no novo partido».

3. Comentário: Só os ingénuos acreditarão neste comunicado e o levarão a sério. A intenção óbvia da declaração é cumprir com a parte da nova lei sobre partidos políticos que diz que uma pessoa pode pertencer somente a um partido. O comunicado é o início do esperado esforço do PCP para se dissociar publicamente do MDP, (o seu cavalo de Tróia) cujo sucesso ainda está para se ver. Tito Morais, um dos fundadores do Partido Socialista, disse a um funcionário da embaixada a 4 de Novembro que está optimista quanto à capacidade do PS para contrariar este esforço comunista, que, na sua opinião, não terá sucesso porque as pessoas não são tão ingénuas como o PCP pensa. O PCP, obviamente, pensa que elas são.

TELEGRAMA 1974LISBON 04801_b

TÍTULO Cunhal regressa de Moscovo

DATA 06-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Álvaro Cunhal regressou de uma missão a Moscovo com o relatório de uma recepção favorável pelos soviéticos e de horizontes abertos para o comércio luso-soviético. As observações de Cunhal e o texto do comunicado oficial deixam a impressão pública de que o compromisso soviético estará próximo. Porém, a falta de detalhes e o comentário de Cunhal, de que «tudo depende de nós», sugerem que os soviéticos podem não estar preparados para dar aos portugueses tudo o que eles querem. Seguir-se-ão outras discussões luso-soviéticas. Entretanto, a chegada de Cunhal a Lisboa foi partilhada na imprensa ao mesmo tempo que o regresso do ministro da Economia da conferência da EFTA [Associação Europeia de Comércio Livre] em Helsínquia, onde Portugal recebeu expressões de boas-vindas semelhantes, mas gerais, de interesse europeu em fornecer apoio económico. Fim do Sumário.

1. Álvaro Cunhal, chefe do Partido Comunista Português e ministro sem pasta, regressou a 3 de Novembro da missão a Moscovo que ele liderava. Numa declaração realizada no aeroporto de Lisboa, destacou que a delegação portuguesa foi «magnificamente recebida» e que existiam perspectivas comerciais frutíferas para o futuro. No entanto, não trouxe nenhum acordo específico, pois «fomos para examinar perspectivas, não para negociar».

2. Ao apresentar a ideia de futuras grandes oportunidades comerciais, Cunhal colocou o fôlego da responsabilidade por essa expansão sobre os próprios portugueses: «tudo depende de nós». Deve ser estabelecida primeiro a base jurídica para a expansão comercial e, depois, poderão ser elaborados acordos específicos. Pressionado

por jornalistas a declararem se achava ou não que tais acordos poderiam ser feitos antes do fim do ano, Cunhal disse que sim. Enquanto o comunicado oficial luso-soviético falava apenas de uma (segunda) delegação portuguesa a visitar Moscovo em Novembro, Cunhal sugeriu que várias delegações acabariam por viajar de ambos os países.

3. O comunicado oficial refere-se à conclusão, em Dezembro, do acordo comercial que regula as relações comerciais dos dois países. O comunicado também se refere a planos para acordos de cooperação científica e técnica, a serem preparados pelas autoridades competentes em cada um. A delegação portuguesa manifestou esperança de que as exportações tradicionais portuguesas (vinho, amêndoas, cortiça) encontrariam mercado na União Soviética; os soviéticos concordaram em considerar este desejo «positivamente».

4. As extensas discussões entre Portugal e a União Soviética sobre assuntos culturais, abordadas genericamente no penúltimo parágrafo do comunicado, podem ser o motivo para o atraso na partida de Moscovo do secretário de Estado da Informação, Conceição e Silva, que deve regressar a Lisboa no fim da semana.

5. Comentário: Cunhal obteve dos soviéticos tudo o que os portugueses queriam? Enquanto o comunicado falava de discussões sobre cooperação económica, científica e técnica, além da expansão do comércio, os comentários de Cunhal à imprensa portuguesa foram notáveis, principalmente pela sua natureza resguardada. Os soviéticos mostraram «boa vontade»; além disso, Cunhal deu a ideia geral de que os soviéticos estão prontos para comprar produtos portugueses que actualmente não são amplamente exportados. A imprensa de Lisboa pegou no comentário de Cunhal na televisão soviética que os soviéticos respondem favoravelmente a «quase» todas as solicitações da delegação do governo português e especularam que isso se refere à incapacidade soviética de fornecer a

Portugal os cereais necessários. Outras conversações luso-soviéticas podem resultar em ofertas de ajuda soviéticas concretas. Mas se, de momento, a missão de Cunhal em Moscovo não produziu resultados espectaculares, ela não difere a este respeito de outras missões de líderes do governo português que mantêm conversações com autoridades europeias. A Conferência da EFTA em Helsínquia, com a participação do ministro da Economia, Rui Vilar, também produziu expressões gerais de interesse em ajudar Portugal. As declarações de Vilar no regresso a Lisboa, que a imprensa cobriu de forma similarmente proeminente, referiram-se à intenção da EFTA de empreender estudos urgentes sobre formas de expandir a cooperação económica com Portugal. Vilar espera discutir as especificidades das relações comerciais de Portugal com a comunidade europeia durante as reuniões de meados do mês, em Bruxelas. Em resumo, neste momento parece que o governo português continua uma ampla busca por ofertas de assistência económica, enfatizando (tanto para o público interno como, talvez, para benefício dos EUA) que o regime pós-25 de Abril garante uma nova posição internacional e uma ampla gama de opções.

TELEGRAMA 1974LISBON 04816_b

TÍTULO Substituição do embaixador

DATA 07-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Nos últimos dois dias, a imprensa de Lisboa tem publicado histórias baseadas em informações emanadas de fontes da imprensa de Washington de que o embaixador seria substituído por Frank Carlucci. Várias histórias sugeriram que a substituição se deve ao desacordo político entre a embaixada e Washington, e que a mudança de embaixador é resultado directo da visita a Portugal da equipa de quatro homens.

2. A embaixada respondeu às perguntas da imprensa sobre a nomeação de Carlucci, indicando que tais anúncios são feitos pela Casa Branca e não pela embaixada. A embaixada também negou à imprensa que as divergências entre o relatório da equipa e o relatório da embaixada pudessem ser a causa da mudança relatada nos embaixadores, já que as conclusões da equipa confirmaram a avaliação da embaixada.

TELEGRAMA 1974LISBON 04818_b

TÍTULO Cancelado o treino previsto do Exército Português para o ano de 75

DATA 07-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Exército Português cancelou o treino previsto para o ano de 75. O Chefe do Estado-Maior do Exército diz que Portugal não pode dispensar oficiais neste momento crítico e, além disso, o Exército estuda o seu futuro e, assim, seria impraticável enviar oficiais agora. A embaixada está preocupada que o cancelamento possa dar um sinal negativo aos EUA – embora as razões do Chefe do Exército sejam plausíveis e um alto funcionário do gabinete do Presidente garanta que o cancelamento não é anti-americano. Fim do sumário.

1. A 30 de Outubro, o novo Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Carlos Fabião, confirmou ao Chefe do MAAG que as informações anteriormente transmitidas informalmente ao MAAG de que o Exército Português desejava cancelar o programa de treino do ano corrente eram correctas. O Exército Português seguiu com a notificação por escrito, recebida pelo MAAG a 5 de Novembro.

2. O treino cancelado era um programa relativamente modesto que custaria aos EUA cerca de 40 000 dólares e envolvia 10 oficiais em cursos que variavam de 12 a 40 semanas, 5 oficiais numa viagem de 3 semanas aos EUA e 20 oficiais para 3 semanas de treino como observadores na Alemanha, em manobras da unidade dos EUA.

3. Fabião deu as seguintes razões para o cancelamento:

a) O Exército Português está envolvido na criação de um novo país, esses oficiais são necessários em Portugal neste momento e o Exército Português quer enviar apenas os melhores oficiais para os EUA.

b) O Exército Português está a promover estudos para determinar que tipo de Exército Portugal precisaria no futuro; estes estudos ainda não foram concluídos e, portanto, é impraticável enviar oficiais para a escola em matérias que podem não ser necessárias.

4. Comentário: É possível que o Exército Português mude de ideias, especialmente face ao evidente desânimo transmitido pelo MAAG e pela embaixada sobre esta decisão. O DCM consultou o director-geral político do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cruz. Cruz disse que não sabia do cancelamento. Tanto a Marinha como a Força Aérea estão a avançar com os seus programas regulares de treino sem nenhuma indicação de que o cancelamento se aproxima.

5. Além da nossa preocupação de perdermos oportunidades valiosas de ganhar amigos e influenciar oficiais num Exército⁴⁹ que está a desempenhar um papel político fundamental e muito provavelmente continuará a desempenhar um papel fundamental num futuro previsível, perguntamos-nos se estamos a receber algum tipo de sinal do Exército Português. Embora as relações com o Exército Português tenham esfriado ao longo dos anos por causa da contínua irritação criada pelo embargo de armas, o MAAG achou que tinha notado um recente aquecimento.

6. Ainda é muito cedo para dizer qual o significado desta decisão em termos das relações EUA-Portugal. É possível que as razões de Fabião para o cancelamento sejam completamente precisas. Certamente, dado o papel do Exército hoje em Portugal, há todas as razões para manter os melhores homens no país. É verdade que, no passado, os portugueses tenderam a enviar oficiais de

primeira classe para estes programas de treino. Além disso, Fabião disse ao chefe do MAAG que queria manter laços próximos com os EUA e que o recomeçar do programa de treino seria considerado para breve. O chefe da casa militar do Presidente disse ao DAO que o cancelamento não tem um aspecto anti-americano.

7. No entanto, a embaixada deseja alertar o Departamento sobre este desenvolvimento perturbador, à medida que buscamos recolher mais informações sobre os motivos.

⁴⁹ Não há almoços grátis com os EUA. Tudo é realizado para servir os seus interesses.

TELEGRAMA 1974LISBON 04828_b

TÍTULO O MFA reafirma a sua posição independente em relação aos partidos políticos

DATA 07-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Face às recentes declarações dos líderes do movimento democrático (MDP/CDE) de que é o partido do MFA, e também reagindo às apreensões decorrentes da presença no Congresso do MDP do ministro do Trabalho Costa Martins, a Comissão Coordenadora do MFA, através da Quinta Divisão do Estado-Maior General, emitiu um comunicado à imprensa, a 4 de Novembro, reafirmando que é independente de todos os partidos. O MFA, diz a declaração, fez a sua revolução para destruir o fascismo, o que significa que o seu programa deve ser considerado «progressista». À esquerda do fascismo (que é definido como uma fórmula desesperada para garantir a manutenção do capitalismo monopolista) existe uma ampla gama de possíveis «soluções», (sic) todas girando mais ou menos em torno de tendências socialistas. Estas são as tendências que representam o sentido progressista da Revolução na medida em que se baseiam no reconhecimento de que o Estado terá que intervir para garantir o caminho para uma maior justiça social.

2. O MFA, continua a dizer o comunicado, não tem um partido político próprio, nem é um partido político. Além disso, o MFA não está comprometido com qualquer movimento (leia-se MDP). O MFA está acima dos partidos políticos e aceita todos aqueles que não se opõem ao seu programa. Ainda que abrace e incentive as forças antifascistas, não está ligado a elas, uma vez que as formas democráticas de expressão são variadas e necessárias, e o Programa do MFA procura garantir uma democracia pluralista autêntica em Portugal.

TELEGRAMA 1974LISBON 04831_b

TÍTULO Líderes do CDS reúnem-se com o primeiro-ministro

DATA 07-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Como resultado do violento ataque à sua sede, o CDS pode, ironicamente, ter encontrado novas oportunidades para estabelecer um lugar legítimo na política. Fim do sumário.

1. Conforme relatado antes, os líderes do CDS reuniram-se com o primeiro-ministro Gonçalves sobre os incidentes ao meio-dia de 5 de Novembro. De acordo com o secretário-geral do CDS, a reunião de uma hora e meia com o primeiro-ministro foi muito encorajadora. O primeiro-ministro, após ouvir o relato dos acontecimentos em primeira mão, prometeu tentar fazer com que o governo, que se reuniria mais tarde naquele dia, emitisse um comunicado a condenar todo o episódio (o que fez mais tarde). O primeiro-ministro, em promessa emocional aos líderes do CDS, disse que se o gabinete não emitisse tal declaração, ele o faria pessoalmente. O primeiro-ministro também concordou em deixar o CDS aparecer na TV naquela noite para explicar à população o que o partido defende, e para clarificar que ele não é fascista, mas sim um partido democrático legítimo.

2. O CDS não pediu (como planearam) ao primeiro-ministro para proibir o MRPP, pois depois da conversa com o funcionário da embaixada eles souberam que membros de outros grupos também poderão ter participado na multidão que assaltou a sede (eles acreditam que o grupo de jovens socialistas está entre os envolvidos, o que torna a proibição somente do MRPP pelo governo politicamente impossível).

3. Fiel à sua palavra, o primeiro-ministro permitiu que o CDS fizesse a apresentação após o telejornal da noite.

O subsecretário da Comunicação Social deu início a uma série de declarações criticando o ataque ao CDS e prometendo que os responsáveis seriam presos e obrigados a pagar pelos danos. O COPCON fez várias prisões com base em dados fornecidos pela polícia e nos números das matrículas de pessoas vistas a fugir da sede do CDS com equipamentos roubados, etc. Entre os presos está o líder do MRPP, Saldanha Sanches, que se feriu na batalha com a polícia. Líderes de outros partidos da coligação (Sá Carneiro do PPD, Mário Soares do Partido Socialista e Blanqui Teixeira do PCP) também fizeram curtas declarações contra os extremistas e as acções não democráticas de minorias violentas, após a apresentação do CDS.

4. O CDS, embora grato pelo apoio pessoal e pela simpatia fornecidos pelo primeiro-ministro, está decepcionado porque:

a) apenas um subsecretário de Estado de baixa classificação fez a declaração do governo, em vez de alguém de classificação ministerial ou alguém do Movimento das Forças Armadas;

b) o primeiro-ministro esqueceu-se da questão sobre quem pagaria pelos danos estimados em \$120 000 (na declaração do governo, foi dito que «os envolvidos» pagariam pelos danos);

c) o MRPP não foi proibido;⁵⁰

d) a questão do porquê de as forças do COPCON não terem chegado a tempo para proteger a sede do CDS não foi respondida. (O editorial de 6 de Novembro no *Diário de Notícias* faz a mesma pergunta).

⁵⁰ Meia dúzia de linhas antes, foi o CDS quem deixou de pedir essa ilegalização, depois de convencido pela embaixada...

5. Diogo Freitas do Amaral, líder do CDS, foi convidado a voltar a ver o primeiro-ministro pela segunda vez a 5 de Novembro. Durante a reunião, o primeiro-ministro disse que tinha decidido tomar certas medidas que acreditava que agradariam ao CDS. Embora não tenha apresentado nenhum detalhe sobre o que tinha em mente, o secretário-geral do CDS, Amaro da Costa, acredita que o primeiro-ministro pode tentar obter-lhes um acesso mais liberal à imprensa, e que pode reabrir a questão anteriormente encerrada sobre a sua participação no governo de coligação (até agora reservada apenas ao PPD, PCP e PS). O CDS pensa que o primeiro-ministro pode usar este incidente para colocar o Movimento Democrático Português (MDP) na coligação, que é o que o Partido Comunista não conseguiu até agora, e que ele «trocaria» ao permitir um lugar ao CDS. O líder do CDS informava o primeiro-ministro já no final de Outubro que o CDS estava preparado para o MDP entrar no governo se esse fosse o preço para a entrada do CDS.

6. Comentário: Apesar dos danos à sua sede, o CDS não foi colocado fora de acção; na verdade, pode ter recebido um impulso muito necessário devido ao incidente em si e ao consequente apoio que recebeu dos três partidos da coligação. Eles salientam, a este respeito, que, pela primeira vez desde a sua incorporação como partido, em Julho último, foram autorizados a falar na televisão. Também pela primeira vez foram objecto de palavras amáveis e reconhecimento por parte de outros partidos da coligação «legítima», bem como da imprensa, que publicou artigos favoráveis ao CDS. Da mesma forma, a longa visita ao primeiro-ministro aumentou o seu prestígio e tornará mais difícil para os seus inimigos de esquerda atacá-los no futuro.

7. O ponto forte do CDS é o facto de ser a única força conservadora a concorrer às eleições. Se eles desistissem (o que consideraram seriamente fazer), as eleições não teriam significado aos olhos dos observadores in-

ternos e estrangeiros. O CDS aludiu a essa possibilidade num comunicado à imprensa de 6 de Novembro, no qual afirmou que uma repetição dos ataques anteriores contra eles os forçaria a reconsiderar se poderiam participar eficazmente nas eleições e na política.

8. Em resumo, apesar do alto custo que pagaram, o CDS tem novas oportunidades pela frente em resultado dos ataques sofridos. Uma questão-chave ainda sem resposta é o porquê de o COPCON não ter protegido o CDS. Cresce a suspeita de que o seu fracasso foi deliberado.

TELEGRAMA 1974LISBON 04856_b

TÍTULO Situação sindical em Portugal

DATA 08-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A principal questão na área sindical é se o próximo decreto-lei que regula as organizações sindicais exigirá uma confederação sindical unitária ou permitirá a livre formação de grupos sindicais. O Governo Provisório não conseguiu chegar a um acordo sobre esta questão e o resultado permanece em dúvida. O actual grupo sindical que mais se aproxima de uma federação sindical – a Intersindical – é dominado pelo Partido Comunista. Se um movimento sindical unitário fosse decretado, a Intersindical receberia um grande impulso. Acredita-se que o controlo comunista da Intersindical se deve às habituais manobras e não é um reflexo do seu verdadeiro peso entre os trabalhadores portugueses. Existe um número substancial de activistas sindicais não comunistas, tanto dentro como fora da Intersindical. Mesmo que a futura lei permita a formação de organizações sindicais pluralistas, alguns líderes sindicais não comunistas estão aparentemente indecisos quanto a se poderiam fazer melhor tentando capturar a Intersindical por dentro ou organizando uma confederação para competir com ela. Fim do sumário.⁵¹

⁵¹ Assim demonstrando que o divisionismo antecede a questão da central única e é, sempre, anti-comunista

1. O seguinte baseia-se amplamente na visão de Manuel Simon⁵², representante residente em Lisboa da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (ICFTU)⁵³ durante os últimos seis meses. A embaixada acredita que as visões de Simon são uma declaração objectiva da situação.

2. O programa do Governo Provisório propõe-se a regular a organização e operação de sindicatos e regulamentar o processo de negociação colectiva. Um projecto de decreto-lei sobre a organização sindical está aguardando uma decisão formal no Conselho de Ministros, mas a sua consideração foi adiada várias vezes. A questão que o Conselho de Ministros aparentemente não é capaz de resolver é se a lei deve exigir uma única confederação sindical, abrangendo todos os sindicatos organizados, ou se a lei deve permitir a livre formação de sindicatos, federações e confederações sindicais. O Partido Comunista, juntamente com as suas várias organizações de fachada e os grupos sindicais que controla, está a pressionar fortemente para que o decreto-lei do governo aponte para uma confederação única. Em contraste, os socialistas, o PPD e outros grupos políticos não comunistas estão a insistir fortemente para que o governo permita um movimento sindical pluralista.

⁵² Manuel Simon esteve em Portugal destacado para implementar uma estratégia anti-comunista no movimento sindical. Desempenharia similar papel em Espanha, como dirigente da UGT. Em Portugal partilhou a representação da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) com Dieter Wagner da DGB, que desempenhara papel similar no Chile até à vitória de Pinochet.

⁵³ A Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) existiu entre 1946 e 2006, altura em que se dissolveu para formar a Confederação Sindical Internacional (CSI). As suas ligações com a CIA e com a embaixada dos EUA ilustram bem o valor daqueles «livres» no título: livres de defenderem os interesses de classe dos trabalhadores.

3. O projecto de decreto-lei está actualmente a aguardar a decisão do Conselho de Ministros e foi preparado pelo ministro do Trabalho quando estava sob a direcção do anterior ministro, um membro do Partido Comunista. Embora o projecto original não tenha sido divulgado, ele é tido como um documento mal escrito com várias contradições internas.⁵⁴ No entanto, uma secção do projecto original fala claramente da «confederação». Se a lei for promulgada com esta redacção, os comunistas argumentarão que ela representa um apelo a uma organização sindical única e a maioria dos trabalhadores portugueses provavelmente concordaria com tal interpretação. A forma final da lei será uma indicação importante da tendência política do Governo Provisório e contribuirá muito para determinar a orientação inicial do movimento sindical organizado.

⁵⁴ Caracterizar o que se admite não conhecer... mas é preciso? Foi feito por um comunista...

⁵⁵ É isto que a embaixada nunca querará entender. A Intersindical já existe, foi construída no tempo do fascismo por homens que arriscaram a vida e a liberdade. Não é o resultado das conspirações de uma embaixada estrangeira com os partidos políticos que dão suporte à contra-revolução – PS, PSD e CDS –, como será a UGT. Por muito que a palavra liberdade seja conspurcada em defesa do divisionismo.

4. A Intersindical é actualmente a organização que mais se aproxima de uma confederação sindical em Portugal.⁵⁵ É dirigida por uma Comissão Executiva de 36 membros, dos quais 27 são apontados como comunistas. A Comissão Executiva é actualmente composta por três representantes (em grande parte auto-designados) de cada um dos doze sindicatos auto-designados, na sua maioria organizações com sócios exclusivamente na área de Lisboa.⁵⁶ A Intersindical reivindica a afiliação de 240 sindicatos, mas apenas 78 sindicatos são reconhecidos como tendo o direito de representação nas sessões plenárias intersindicais. As sessões plenárias têm apenas uma função consultiva e não podem anular a Comissão Executiva, facilitando assim o controlo do Partido Comunista.

5. A situação é complicada pelo facto de o movimento sindical em Portugal estar a começar com uma quase total falta de organização, liderança experiente e tradição de negociação colectiva⁵⁷. Organizações sindicais locais de base ocupacional existem principalmente em Lisboa e na área industrializada ao redor do Porto. No entanto, há uma falta quase total de coordenação entre os sindicatos individuais e nenhuma federação eficaz, que uma sindicatos semelhantes. Os sindicatos variam muito no âmbito das profissões que representam e no número de membros que possuem.

6. Se o decreto-lei do governo convocasse um movimento sindical unitário, a Intersindical quase certamente tornar-se-ia a confederação sindical designada. No entan-

⁵⁶ Tudo isto é falso e calunioso. É verdade que não foram eleitos por Caetano nem pela embaixada, mas a história da Intersindical assenta nos trabalhadores portugueses e na sua luta contra o fascismo e contra a exploração.

⁵⁷ Nem isto é verdade. A negociação colectiva era uma realidade em muitos sectores antes do 25 de Abril.

to, alguns líderes sindicais não comunistas não estão convencidos de que a Intersindical esteja irremediavelmente perdida para a dominação comunista e estão a ponderar se ela poderia ser capturada⁵⁸ por sindicatos não comunistas. Na última sessão plenária da Intersindical, realizada a 13 de Outubro, as moções apoiadas pelos comunistas ganharam por 40 a 20 e 40 a 14, indicando que existe uma opinião não comunista significativa dentro da organização. Além disso, numa reunião separada, realizada esta semana, um grupo anteriormente identificado com os jovens trabalhadores católicos relacionados com a igreja (JOC) decidiu permanecer na Intersindical para trabalhar numa organização mais representativa, encorajando outros sindicatos não comunistas a filiarem-se. Há vários sindicatos não comunistas com potencial de liderança, como, por exemplo, o sindicato dos marítimos, que actualmente recusa todos os laços com a Intersindical.

7. Acredita-se que a insistência dos comunistas num movimento sindical unitário é um reflexo da sua preocupação relativamente à possibilidade de não conseguirem controlar os sindicatos e as federações sindicais que se desenvolveram como resultado de um crescimento natural do trabalho organizado em Portugal.⁵⁹ Ao institucionalizar a Intersindical como a Confederação Sindical em Portugal, eles esperariam capitalizar o seu actual controlo auto-designado desta organização para influenciar a massa de trabalhadores despolitizados. O Governo Provisório está, obviamente, a tratar esta questão com cuidado. Decidir a favor de um movimento pluralista é

⁵⁸ É este o espírito que se quer transportar para dentro do movimento sindical. Onde as confederações se capturam em vez de se construírem em unidade para lutar contra o inimigo de classe. Que belo serviço a esse inimigo.

⁵⁹ Como se os comunistas tivessem esta lógica divisionista do movimento sindical, que é a da embaixada.

correr o risco de perder o actual apoio comunista para manter a agitação sindical controlada. Decidir a favor de um movimento unitário arrisca-se a entregar aos comunistas o controlo eficaz da confederação sindical do país num momento em que Portugal passa por um período eleitoral crítico.

TELEGRAMA 1974LISBON 04863_b

TÍTULO Victor Alves, Portugal e a NATO

DATA 08-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Todos os seis jornais diários de Lisboa (edições de 7 a 8 de Novembro) destacaram os comentários feitos em Bona pelo ministro sem pasta Victor Alves sobre o relacionamento de Portugal com a NATO. Embora redigidos de forma diferente, todos os artigos noticiaram a declaração de Alves de que a NATO não está a submeter Portugal a qualquer tipo de discriminação.

a) a declaração de primeira página do *República* destaca que «Portugal participará do trabalho da NATO», desenhando que Alves negou que Portugal não participará no grupo de Planeamento Nuclear (NPG) da NATO.

b) de manhã o *Diário de Notícias* citou a explicação de Alves, de que a reunião do NPG não foi cancelada, mas apenas adiada. O mesmo jornal e o vespertino *A Capital* também noticiaram as inferências, elaboradas pelos «círculos da NATO em Bruxelas», durante a semana anterior, segundo as quais o cancelamento da reunião do NPG se deveu à planeada participação de Portugal. Supostamente, os EUA foram o principal oponente à participação de Portugal, temendo que os comunistas portugueses tivessem acesso aos segredos da NATO.

2. *A Capital* apresentou um relato a 4 de Novembro, com base em informações de Bruxelas, que dizia, embora sem carácter oficial, que não poderiam ser encaradas como mero rumor ou hipótese. Sobre o relacionamento Portugal-NATO, *A Capital* apontou que:

a) sob o regime pré-25 de Abril, as relações Portugal-NATO foram marcadas por pressões exercidas (princi-

palmente por holandeses e escandinavos) para mudar a política colonial do governo português;

b) em contrapartida, a delegação portuguesa de jornalistas que visitou a sede da NATO a convite da embaixada dos EUA em Lisboa foi recebida com elogios entusiásticos pela mudança de condições em Portugal – que agora finalmente permitem que Portugal pertença à NATO e aos seus ideais;

c) o programa do Movimento das Forças Armadas e as declarações do Presidente Costa Gomes após a recente visita aos EUA reafirmaram o compromisso de Portugal com a NATO;

d) o espírito da guerra fria ainda não foi eliminado, e a aliança militar com «planos de defesa» e «segredos» não pode permanecer indiferente à presença de comunistas num governo aliado. A reunião de Dezembro dos ministros da Defesa da NATO pode, portanto, servir para negar a veracidade dos relatórios sobre a falta de confiança da NATO em Portugal ou para os confirmar.⁶⁰

⁶⁰ Ligeira contradição: que agora é que estão mais próximos dos ideais democráticos da NATO, mas por isso agora passam a estar afastados de um conjunto de informação que podia ser partilhada com os fascistas, mas não pode ser com um governo onde existam comunistas. Ou, o que valem de facto os ideais democráticos da NATO...

TELEGRAMA 1974LISBON 04870_b

TÍTULO Reunião com o Presidente Costa Gomes

DATA 09-11-74

ASSINADO MCCLOSKEY

CONTEÚDO 1. Chamei o Presidente Costa Gomes às 11:00 locais de 8 de Novembro, acompanhado pelo embaixador Scott, o DCM Post, o Director Ibérico Lukens e o assistente especial Pezzullo. No início da visita, o embaixador Scott apresentou a sua mensagem sobre a reunião do NPG, que Costa Gomes apreciou.

2. Inicieei a reunião explicando as minhas responsabilidades nas negociações da base e sintetizei-lhe a reunião com Soares em Setembro, quando foi acordado que procuraríamos definir uma compensação justa em troca da continuação do uso das instalações das Lajes. Disse-lhe que esperava prosseguir as negociações nessa base. Avancei com os nossos planos de enviar uma equipa de especialistas económicos para pesquisar as necessidades do governo português, dentro das restrições que o senhor estabeleceu no seu almoço com Costa Gomes em Washington.

3. Costa Gomes respondeu que, como já lhe tinha dito em Washington, Portugal precisava mais de ajuda económica do que militar. No entanto, em resposta à minha sugestão de que poderia haver lugar para assistência militar relacionada com a NATO no pacote dos Açores, Costa Gomes disse que o governo dos EUA já tinha sido aconselhado através de oficiais do MAAG [chefe de segurança da embaixada] sobre os tipos de assistência militar que tornariam Portugal um melhor parceiro da NATO. Ele observou que 14 anos de guerras em África deixaram as Forças Armadas Portuguesas mal preparadas para cumprir os requisitos da NATO.

4. Costa Gomes continuou dizendo que, no que diz respeito aos Açores, os dois governos poderiam cooperar juntos

em missões de vigilância e de busca e resgate, desde que Portugal tivesse o equipamento adequado. Ele lembrou que o almirante Moorer foi informado do desejo do governo português de adquirir quatro aviões P-3 (Irons) para a fase inicial da cooperação na vigilância, a ser realizada tanto nos Açores como na Madeira. Ele observou que a Base Aérea da Madeira está sob a alçada da NATO e que, nesse contexto, Portugal poderia desempenhar um papel na protecção das rotas marítimas que levam ao Mediterrâneo, bem como à zona a sul.

5. Indiquei, então, que iríamos analisar a questão do equipamento militar mais necessário a Portugal, no âmbito do nosso pacote para os Açores. Quanto à ajuda económica de longo prazo, analisei os problemas do Congresso, o status do projecto de lei de ajuda externa e, finalmente, que o governo dos EUA precisa de saber mais sobre os desenvolvimentos políticos em Portugal antes de podermos tomar qualquer decisão sobre um programa de ajuda económica.

6. Costa Gomes respondeu que a situação estava a «esclarecer-se» desde 28 de Setembro. Mencionou como exemplos a redução do número de greves dos trabalhadores, a maior harmonia entre os membros da coligação no campo político e o facto de a violência por grupos maoístas de extrema-esquerda ter sido repudiada por todos os partidos do governo, incluindo o PCP. Prosseguiu, dizendo que estava genericamente encorajado e esperava que a situação melhorasse, mas temia que a crise económica provocada pelo desemprego e a inflação pudesse ameaçar a estabilidade política se não fossem tomadas medidas desde já. Destacou que, apesar da inflação estar «a galopar», ela é um problema secundário face ao grave problema do desemprego. Declarou que as eleições se realizariam conforme planeado, primeiro para a Assembleia Constituinte em Março, depois para a Assembleia Nacional e Presidente, dentro de 3 a 6 meses depois disso. Finalmente, Costa Gomes referiu-se ao problema da reabilitação envolvido na absorção de 100 000 soldados de África.

7. Eu sugeri que, quando os especialistas dos EUA chegassem, o governo português lhes indicasse as suas necessidades prioritárias, advertindo-o novamente sobre o longo prazo burocrático necessário para que o governo dos EUA decidisse e se iniciassem os novos programas, além das restrições políticas. Costa Gomes respondeu que esperava que o governo dos EUA e outros governos amigos reconhecessem que Portugal precisava de ajuda rapidamente e que seria mais barato ajudar agora do que corrigir as coisas mais tarde. A este respeito, expressou a esperança de que Victor Alves, agora em visita a Bona, recebesse ofertas específicas de ajuda da Alemanha Ocidental.

8. Em resposta a uma pergunta sobre as prioridades para a ajuda económica, Costa Gomes mencionou o complexo industrial de Sines e a necessidade de uma ligação ferroviária de lá para Lisboa, bem como o desenvolvimento agrícola e pecuário, e a rede rodoviária. Ele associou estas prioridades ao combate ao aumento do desemprego resultante do retorno de soldados e colonos, e à necessidade de projectos do tipo de mão-de-obra intensiva.

9. No encerramento da reunião, perguntei se o embaixador Themido e eu poderíamos retomar as negociações da Base das Lajes nas linhas sugeridas acima e ele concordou.

TELEGRAMA 1974LISBON 04897_b

TÍTULO Embaixador McCloskey chama primeiro-ministro Gonçalves

DATA 11-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O primeiro-ministro Gonçalves deixou a reunião do Conselho de Ministros a que estava a presidir para se encontrar com o embaixador McCloskey por uma hora na noite de sexta-feira, 8 de Novembro. O embaixador McCloskey estava acompanhado pelo director ibérico Lukens, o assistente especial Pezzullo e o DCM Post.

2. Gonçalves abriu a reunião com uma saudação cordial e expressou esperança no sucesso da missão, que, segundo ele, seria benéfica para ambos os países. McCloskey explicou o motivo da visita e expressou apreço a Gonçalves por interromper a reunião do governo. Em seguida, resumiu o que tinha dito a Costa Gomes sobre os Açores e disse ao primeiro-ministro que, na sua opinião, o Governo dos EUA deveria prosseguir com as negociações e que ele (McCloskey) continuaria em contacto.

3. McCloskey perguntou então a Gonçalves se achava que haveria oposição dentro do governo português à prorrogação do acordo. Gonçalves respondeu com um enfático «não». Respondeu o seguinte: «Todos (ele repetiu todos) os membros do governo entendem que respeitamos as promessas que fizemos. Isto está escrito no Programa do MFA. Não temos dúvidas dentro do governo de que as relações com os EUA devem ser fortalecidas». Gonçalves reiterou que Portugal permaneceria um membro fiel da NATO.

4. McCloskey respondeu que a resposta de Gonçalves fora reconfortante, mas adicionou que seriam úteis mais explicações, pois a actual estrutura política do governo português não é completamente compreendida nos EUA. Gonçalves passou então a apontar as dificuldades que

o governo português teve em estabelecer a democracia, após 48 anos de ditadura. Ele disse que Portugal queria uma «democracia pluralista», mas que levaria tempo para alcançar-nos, que há muito tempo tínhamos o direito à greve e outras liberdades que eram completamente novas para Portugal. Ele observou que, na época em que os EUA tinham FDR e o new deal, já Portugal tinha Salazar.

5. A conversa então voltou-se para a liberdade de imprensa. McCloskey observou que havia várias histórias na imprensa sobre as supostas actividades da CIA. McCloskey declarou categoricamente que elas não tinham fundamentação. Gonçalves disse que estava satisfeito com essa garantia, mas que foi culpa dos próprios jornais americanos, que tanto tinham falado sobre as actividades da CIA em Portugal e em Espanha. Disse que a imprensa dos EUA tinha trazido à tona o assunto das actividades da CIA em todo o mundo, incluindo no Chile, e isso tinha sido repetido na imprensa estrangeira, tendo um grande impacto na opinião pública portuguesa. McCloskey observou que, numa sociedade livre, a imprensa é muitas vezes irresponsável, mas observou que isso era preferível à repressão da imprensa. Gonçalves concordou, mas prosseguiu explicando que após 50 anos de repressão em Portugal, a imprensa tinha «explodido». Ele sentia que a imprensa estava a melhorar, mas que os jornalistas locais tinham pouca experiência em trabalhar sob um regime liberal.

6. McCloskey perguntou então qual o grau de influência comunista na imprensa portuguesa. A resposta de Gonçalves foi que o PCP tem um órgão semanal, assim como cada um dos outros partidos políticos; no entanto, os escritores individuais reflectem as suas próprias tendências políticas, e é bem possível e até provável que tendências opostas apareçam no mesmo jornal. Gonçalves acredita que, em geral, a imprensa apoiava o MFA e o desejo do governo português em desenvolver um Portugal democrático. Ele observou novamente que após 50 anos de fascismo – o único lugar na Europa onde durou tanto tempo – era natural que

o país reflectisse tendências políticas do centro para a esquerda, em vez da direita. Prosseguiu dizendo que, após 48 anos sem vida política, o governo português estava a tentar «consolidar tendências em todos os campos». Ele disse que isso era difícil, na medida em que há «inimigos» em todos os campos que favorecem os seus próprios interesses contra a vontade do povo. Ele disse que esses «inimigos» corriam por toda a gama do espectro social, dos trabalhadores à burguesia.

7. A conversa voltou-se então para a Base dos Açores. McCloskey explicou que o governo dos EUA desejava retomar as negociações e identificar e propor ao governo português uma compensação justa pelo uso contínuo da base. McCloskey prosseguiu dizendo que o governo dos EUA ia enviar uma equipa técnica para discutir as prioridades portuguesas no campo da assistência económica, não relacionadas com a questão da base, mas que nenhuma decisão seria tomada sobre se continuariam estas conversas até que uma nova avaliação dos desenvolvimentos políticos tivesse sido feita. A este respeito, McCloskey perguntou sobre um relatório que tinha ouvido em Espanha, que os árabes tinham oferecido dinheiro ao governo português. Ele apontou que algumas pessoas nos EUA também poderiam traçar uma relação entre esses relatórios e a visita de Soares à Líbia. Gonçalves disse que não havia base alguma para esses rumores e que Soares só iria para a Líbia em resposta às iniciativas líbias no campo da cooperação económica. Gonçalves disse que não se colocava a questão de discutir as bases com os líbios. Acrescentou, no entanto, que Portugal desejava ter boas relações com todos os países do mundo e queria ser particularmente aberto com os árabes e os africanos. Considerou, portanto, que o governo português poderia ser receptivo à ajuda da Líbia, se for do interesse nacional do governo português e se não houver condições nessa ajuda que possam restringir a liberdade de escolha do governo português. Ele disse especificamente que nenhum acordo seria feito com a Líbia, que prejudicasse as relações com os EUA.

8. McCloskey então repetiu para benefício de Gonçalves a essência da conversa do secretário em Washington com Costa Gomes, na qual o secretário apontou que não temos nenhum desejo além de ajudar Portugal, mas que estávamos preocupados com um aparente desvio para a esquerda e não queremos ver um aumento da influência comunista. McCloskey prosseguiu dizendo que tal aumento da influência comunista seria uma grave preocupação para os interesses nacionais dos EUA, seria prejudicial à aliança e tornaria o apoio legislativo à assistência dos EUA a Portugal quase impossível. Ele indicou, no entanto, que, perante estas restrições políticas, o secretário havia concordado que o governo dos EUA enviasse uma equipa de especialistas a Portugal para identificar as prioridades necessárias. McCloskey deixou claro que esta discussão sobre uma possível assistência económica não estava de forma alguma relacionada com a questão da base.

9. Gonçalves agradeceu a McCloskey e disse que estava satisfeito que a equipa técnica viesse a Portugal e que gostaria de se encontrar com eles.

TELEGRAMA 1974LISBON 04900_b

TÍTULO Reuniões de McCloskey com o ministro interino dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jorge Campinos, e o ministro sem pasta Major Ernesto de Melo Antunes, a 8 de Novembro

DATA 11-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Após reuniões com o Presidente Costa Gomes e o primeiro-ministro Gonçalves, McCloskey, acompanhado pelo director ibérico Lukens, o assistente especial Pezzullo e o DCM Post, reuniu-se com dois outros ministros no mesmo dia.

2. O primeiro foi o ministro interino dos Negócios Estrangeiros, o Dr. Joaquim Jorge Pinho Campinos. Ele explicou o quanto o ministro Soares lamentava não poder receber o próprio McCloskey. McCloskey descreveu a sua missão e explicou que era responsável pelas negociações da Base. Em resposta, Campinos admitiu que houve um hiato nas negociações, mas disse que isso não era culpa do governo dos EUA, mas antes que o governo português não fora capaz de montar a sua posição nem de fazer a adequada preparação sobre o tipo de ajuda necessária. Ele, no entanto, acreditava que o governo português estava pronto a avançar rapidamente nas negociações. Prosseguiu dizendo que Soares sempre quis que a nossa cooperação se estendesse para além da mera compensação pelos Açores. Disse que o governo português queria democracia e queria permanecer parte do mundo ocidental. Então, aludindo às duas visitas de Soares a Washington, Campinos disse que detectara uma certa reticência na posição do governo dos EUA face a Portugal. Disse que apreciava a nossa preocupação com a infiltração comunista no governo e admitiu que havia um forte apoio comunista em Lisboa. Acreditava que havia menor influência comunista fora de Lisboa. Além disso, sentia-se confiante de que as eleições de 1975 dariam prova de que os portugueses permaneciam com o mundo ocidental. Ele ficou satisfeito que os socia-

listas tivessem recusado unir-se aos comunistas para as eleições. Campinos disse que era contra uma coligação e achava muito melhor se todos os partidos tivessem que seguir sozinhos e manter-se pelos seus próprios méritos.

3. McCloskey agradeceu a Campinos a sua explicação e reiterou algumas das preocupações do governo dos EUA. Ele disse que os EUA não se opõem ao pedido de assistência do governo português e, de facto, uma equipa de especialistas técnicos era esperada na próxima semana. A esse respeito sugeriu, porém, que seria útil saber sobre os pedidos de ajuda de Portugal a outros países amigos. Campinos respondeu que a ideia de ajuda do mundo ocidental foi apoiada por todas as correntes de opinião que apoiam a democracia. Ele disse que um dos propósitos da viagem de Costa Gomes a Washington era demonstrar aos partidos políticos a ligação portuguesa com o Ocidente. Ele mencionou a viagem de Alves à Europa e disse que o governo esperava obter apoio económico da Alemanha, da Holanda e da França e aprimorar os seus laços com o Mercado Comum. McCloskey respondeu que esse tipo de política fazia sentido e teria apoio do governo dos EUA.

4. Voltando-se para os Açores, McCloskey perguntou se houve oposição dentro do governo ao nosso uso contínuo da base. Campinos disse que responderia francamente, afirmando que Soares não permaneceria no seu trabalho se os laços com os EUA não fossem mantidos. Campinos disse que o MFA concordou que Portugal tinha que cumprir as suas obrigações internacionais, entre estas estava o Acordo das Lajes.⁶¹ O papel dos EUA era o mais importante para a

⁶¹ Toda a postura de Campinos é rasteira. Mas reparem na construção desta frase. O Programa do MFA já existia, e já expressava o compromisso de Portugal respeitar os acordos internacionais, ainda Soares e Campinos sequer sonhavam com a existência do MFA. De repente, até parece que foram estes quem impôs ao MFA essa sua posição.

estabilidade mundial e disse «sabemos quais serão as consequências se os EUA deixassem as Lajes e Portugal saísse da NATO». Disse que a posição de Soares não era isolada, mas reflectia a vontade do povo português, que ele estava confiante que seria expressa nas próximas eleições. McCloskey respondeu que apreciava muito a franqueza de Campinos.⁶² Ele perguntou se Campinos tinha ouvido algo sobre o boato de que os árabes queriam oferecer dinheiro a Portugal em troca da interdição das Lajes aos EUA. Campinos negou que tal oferta tivesse sido feita e disse que tinha a certeza de que ela nunca seria aceite. Disse que o país não toleraria esse tipo de chantagem. Em comentários finais, Campinos disse que queria explicar que não devemos interpretar mal o cancelamento pelo exército português de várias vagas para treino nos EUA. Disse que Portugal estava actualmente com falta de quadros para o exército e precisava de seus oficiais em casa, mas que os oficiais da Força Aérea iriam conforme planeado. Então, fez um pedido formal para que o programa de treino da Força Aérea fosse agilizado.

5. Em breve visita ao ministro sem pasta, Major Ernesto de Melo Antunes, após reunião com Gonçalves, McCloskey perguntou sobre o Programa do MFA. Antunes respondeu com emoção que o MFA tinha desempenhado um papel legítimo no 25 de Abril e planeava instalar «para sempre» um sistema democrático em Portugal. Disse que o MFA seria a garantia da democracia no país e planeava consolidar o processo já iniciado, continuando mesmo após as eleições a ser a garantia da democracia. Para ter a certeza de que Antunes queria dizer que o papel do MFA continuaria após as eleições, McCloskey fez a pergunta novamente e a resposta de Antunes foi bastante categórica. Disse que as Forças Armadas já estavam institucionalizadas nos

órgãos de soberania, que o MFA agora incluía todas as Forças Armadas e que uma vez que as eleições tivessem produzido uma democracia funcional, as Forças Armadas então voltariam aos deveres militares normais. McCloskey perguntou sobre o papel de Antunes na descolonização. Negou um papel pessoal e disse que era apenas delegado pelo MFA para executar o programa do MFA. Disse que o governo português ainda enfrenta grandes problemas com a descolonização, especialmente em Angola. Que não achava que o problema poderia ser resolvido abruptamente e não queria que os problemas de Angola se espalhassem para outras partes de África. Disse que tinha conversado com Nyerere e Kaunda e eles tinham concordado com ele sobre um cronograma cuidadoso.

6. Quando McCloskey sugeriu que os 800 milhões de dólares que Antunes disse serem gastos anualmente para fins militares em África poderiam ser reprogramados, Antunes concordou, mas sentiu que levaria muito tempo até que esses recursos estivessem disponíveis. Disse que o exército seria necessário por pelo menos mais um ano em Angola, onde mais da metade das Forças Armadas agora estão estacionadas, e que parte dos 800 milhões de dólares teria de ser usada para apoiar os novos governos africanos. Concluiu dizendo que a situação económica portuguesa o preocupava, mas que qualquer preço que tivesse que ser pago valeria a pena, pois significava que a liberdade estava a ser reconquistada por Portugal.

⁶² Mais precisamente, apreciava o facto de estar, finalmente, a falar com um anti-comunista.

TELEGRAMA 1974LISBON 04910_b

TÍTULO Sinais da ajuda soviética a Portugal durante a visita de Cunhal a Moscovo

DATA 12-11-74

DATA SCOTT

ASSINADO

CONTEÚDO Sumário: A recente missão do governo português a Moscovo, embora não tenha resultado em nada definitivo em termos de ajuda, pode ter sido realizada por iniciativa da esquerda a fim de lançar as bases para uma opção de ajuda soviética se o governo dos EUA recusar o pedido de ajuda do governo português. Apesar do abrandamento das tensões, os soviéticos podem responder favoravelmente ao pedido de ajuda do governo português a fim de parecerem «amigos na hora da necessidade», caso os EUA não o façam. Os eventos podem-nos deixar para trás, a menos que os EUA forneçam em breve sinais convincentes e concretos da sua intenção de prestar assistência financeira. Fim do sumário.

1. Numa conversa a 5 de Novembro com o embaixador Magalhães Cruz, director político do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o DCM observou que muitas pessoas em Washington estavam preocupadas com os desenvolvimentos em Portugal e certos acontecimentos recentes tenderiam a reforçar esses sentimentos. Obviamente, um desses acontecimentos foi a recente missão a Moscovo, liderada pelo ministro Álvaro Cunhal.

2. O embaixador Cruz (que acompanhou Cunhal na viagem) disse que as principais realizações da missão foram no campo do comércio e do turismo. Mas mesmo nesses campos nada definitivo foi realizado. Portanto, não deve haver grande preocupação sobre isso em Washington.

3. O DCM tomou nota das notícias publicadas na imprensa sobre as reuniões de Moscovo, que embora enfatizando assuntos comerciais e o turismo, também mencionaram a

cooperação nos campos económico, financeiro e técnico, o que indicava ajuda soviética a Portugal. Isso obviamente complicaria qualquer possibilidade de ajuda dos EUA se Portugal, como membro da NATO, aceitasse ajuda soviética. O embaixador Cruz disse que o comunicado emitido em Moscovo não contém nada, além da linguagem diplomática padrão, e não implica necessariamente nada, além da fraseologia diplomática habitual.

Adicionou, no entanto, que Portugal precisa agora de toda a ajuda que puder obter de qualquer origem. É claro que Portugal se voltou primeiro para o seu amigo tradicional, os Estados Unidos. Mas os Estados Unidos parecem estar um pouco reticentes. É, portanto, natural que Portugal procure outras opções.

4. O DCM reconheceu que os EUA podem parecer um pouco reticentes, e que, possivelmente, poderiam tornar-se ainda mais se Portugal se tornar um ponto de interrogação. O embaixador Cruz observou que parecemos estar num círculo vicioso. O DCM sugeriu que os resultados da missão de Moscovo poderiam muito bem ser interpretados em Washington como um virar de Portugal para o Leste ou como uma tática de negociação para pressionar os EUA para uma acção mais rápida e mais eficaz. O embaixador Cruz reconheceu que isso era um perigo. No entanto, duvidou que as questões se movimentassem muito rapidamente com os soviéticos, se não por outra razão, pelo facto de que o governo português seria tão incapaz de apresentar pedidos concretos aos russos como foi no caso dos EUA.

5. Mais tarde, no mesmo dia, o embaixador Cruz disse ao DCM britânico John Ure que uma equipa soviética, que ele descreveu como «missão económica», estaria de visita a Lisboa na semana de 11 de Novembro. Disse que a missão iria analisar a possibilidade avançada por Cunhal de que a economia russa poderia facilmente absorver todos os produtos de exportação de Portugal, incluindo especificamente calçados, Vinho do Porto e têxteis.

6. A imprensa de Lisboa do fim-de-semana especula que as questões discutidas em Moscovo por Cunhal podem ter incluído o fornecimento de petróleo (presumivelmente, a um preço promocional) e de trigo, tendo a imprensa observado que isso, provavelmente, significaria que a URSS compraria cereais dos EUA para fornecer a Portugal.

7. Comentário: A visita de Cunhal a Moscovo está a ser vista como uma resposta à visita de Costa Gomes a Washington. A visita pode ter sido um esforço para pressionar os EUA a responderem ao pedido de ajuda do governo português, de forma rápida e generosa. No entanto, isso implicaria uma viagem de Cunhal estimulada por Costa Gomes. Achamos mais provável que a iniciativa tenha vindo da esquerda, possivelmente do próprio Cunhal, com Costa Gomes incapaz de negar o seu acordo, dada a nova política do governo português de buscar relações amigáveis com todos os países.

8. Se esta interpretação estiver correcta, o objectivo pode ter sido lançar as bases para uma opção de ajuda soviética a ser aceite caso os EUA demorem a agir. Outro objectivo poderia ter sido o esforço de injectar mais dúvidas na visão dos EUA sobre a situação portuguesa, levando assim os EUA a atrasarem-se e assim convencer os líderes e o povo português de que Portugal não pode contar com os EUA para ser seu amigo na necessidade. Isto prejudicaria seriamente Costa Gomes e a sua tese de que factores geoestratégicos forçam Portugal a aderir à sua orientação ocidental tradicional, e ampliaria a receptividade para ajuda de soviéticos, árabes, etc.

9. Seria confortável aceitar a tese de que os soviéticos estão ansiosos para evitar carregar demais as suas mãos, sendo adversos a perturbar o equilíbrio estratégico, comprometer o abrandamento das tensões e prejudicar os esforços dos partidos comunistas da Europa Ocidental para manter a imagem de respeitabilidade. Ao mesmo tempo, não podemos desconfiar da atractividade de

Portugal para a URSS como um alvo de oportunidade. No mínimo, acreditamos que não devemos subestimar a possível percepção soviética do impacto no eleitorado português e no Movimento das Forças Armadas de uma oferta soviética para se tornar amigo de Portugal em necessidade (ou seja, antes das eleições de Março). A rapidez com que Moscovo está a enviar a missão económica tende a apoiar esta visão. Neste contexto, a chegada de uma missão de estudos económicos dos EUA, mesmo que o seu propósito seja protegido por isenções de responsabilidade, é psicologicamente importante para impedir que a iniciativa de ajuda passe de Costa Gomes para Cunhal.⁶³

⁶³ Tanta especulação... e a possibilidade de a visita ser o que pretende ser? A tentativa de desenvolver relações frutuosas mutuamente vantajosas com a URSS, como deveria ser normal entre todos os Estados do mundo (que não se deixem raptar pela submissão neocolonial disfarçada de «tomar partido» na guerra que o imperialismo trave nesse momento).

TELEGRAMA 1974LISBON 04914_b

TÍTULO Comunistas nomeados para cargos influentes nos média e na cultura

DATA 12-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Dois cargos importantes foram preenchidos nas últimas duas semanas por comunistas.

CONTEÚDO 2. A Agência Nacional de Imprensa (ANI), a agência de notícias portuguesa, foi assumida pelo governo a 8 de Novembro e o jornalista Alberto Vilaverde Cabral foi nomeado director da agência.

3. Vilaverde Cabral, 32 anos, disse a um funcionário da embaixada que foi preso pela DGS há cinco anos por suspeita de circular literatura comunista e foi privado de sono por cinco dias e cinco noites. Ele disse a um correspondente do New York Times, algumas semanas após a revolução, que é comunista e que é membro do Partido há alguns anos. Até à sua nomeação como director da ANI, ele era um escritor de assuntos internacionais para o vespertino de esquerda *Diário de Lisboa*. Após o golpe de 25 de Abril, ele foi colocado no comando da programação de notícias na estação de televisão portuguesa (RTP), mas perdeu este emprego para um socialista na luta contínua pelo poder na RTP. Ele escreveu extensamente sobre assuntos económicos e políticos dos EUA. Ele participou da viagem aos EUA de jornalistas económicos de fevereiro último e, de acordo com a acompanhante, foi um membro destacado do grupo. É resistente, articulado e comprometido. A sua nomeação como director da ANI equivale a que um comunista seja nomeado em França director da agência *France Presse*.

4. O facto de o governo ter assumido a ANI tem pouco significado real. Antes do 25 de Abril, a ANI só era uma agência de notícias privada em ficção. De facto, era o

porta-voz do regime de Salazar-Caetano. A assunção do governo em 8 de Novembro torna claro um relacionamento que não enganou ninguém no passado. Como uma das notícias afirma, «a ANI foi transformada num órgão anti-fascista», ou, como um observador português disse, «o governo português tem agora a sua própria TASS».

5. A Fundação Nacional para a Felicidade no Trabalho (FNAT), uma instituição criada por Salazar no final da década de 1940 para manter a mente dos trabalhadores longe do seu cada vez pior padrão de vida, anunciou a 30 de Outubro uma nova direcção. Entre eles está o actor Rogério Paulo.

6. A FNAT tem, entre outras coisas, um estádio de futebol e um teatro, o Trindade. Paulo será o responsável pelas actividades teatrais no Trindade.

7. Durante o período de Salazar, Paulo teve problemas com a polícia política. Há relatos de que ele foi preso, espancado e proibido de actuação em público.

8. Durante a «Primavera de Caetano», de 1968-69, Paulo conseguiu ir para Cuba, onde encenou uma peça do dramaturgo português de esquerda Bernardo Santareno e deu cursos de actuação. Hoje, ele é considerado em Portugal como o herói do mundo do teatro e o promotor número um dos laços culturais portugueses com Cuba. Ele é um excelente actor e desempenhou o papel de Willy Loman em A morte de um caixeiro-viajante, de Miller. Poucos observadores aqui duvidam que ele é comunista.

9. Com Paulo responsável pelas actividades teatrais da FNAT há poucas dúvidas de que a FNAT se tornará um instrumento de propaganda nas províncias por meio de peças políticas, palestras, colóquios e coisas similares.⁶⁴

⁶⁴ Vilaverde foi afastado da RTP, onde foi substituído por um não comunista para a ANI, e isso é considerado uma infiltração comunista... Rogério Paulo é um excelente actor e director, mas é comunista e como tal não pode ser nomeado para nada, nem sequer para uma direcção da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), onde muitos outros não seriam comunistas (ou estariam aqui referidos). A cegueira...

TELEGRAMA 1974LISBON 04915_b

TÍTULO Viagem de Francisco Sá Carneiro

DATA 12-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Sá Carneiro prefere viajar para os EUA com a equipa do PPD e com as despesas pagas pelo PPD, na primeira semana de Dezembro, em vez de aceitar o convite do Departamento para receber uma bolsa para líderes. Ele espera pela oportunidade de se encontrar com o presidente Ford e o secretário Kissinger e com outros funcionários-chave da administração que o governo dos EUA sugerir. Sá Carneiro também espera por encontros com os presidentes das Comissões de Relações Exteriores do Senado e da Câmara. Também deseja encontrar-se com o congressista Diggs, os senadores Jackson, Percy e outros senadores proeminentes, especialmente aqueles de potencial presidencial reconhecido.

2. Sá Carneiro seria acompanhado por Francisco Pinto Balsemão, editor do semanário *Expresso* e um dos três fundadores do PPD; António Pinto Barbosa, especialista económico do PPD; Rui Machete, editor do jornal *Povo Livre* do PPD; e um secretário. Sá Carneiro e companhia chegariam a Washington a 1 de Dezembro e ficariam lá até 3 de Dezembro.

3. Sá Carneiro vai encontrar-se com o senador Edward Kennedy durante a escala do senador em Lisboa, de 19 para 20 de Novembro, e discutirá com ele a possibilidade de visitar a comunidade portuguesa em Massachusetts a 4 de Dezembro.

4. Sá Carneiro seguiria para Nova Iorque de 5 a 6 de dezembro, lá passaria o dia e regressaria a Lisboa.

5. Comentário: Embora seja uma proposta ambiciosa, a

embaixada recomenda que o Departamento faça tudo o que estiver ao seu alcance para satisfazer os desejos de Sá Carneiro, embora, obviamente, a reunião na Casa Branca seja difícil. Como o Departamento sabe, o PPD é um partido de centro-esquerda que é do interesse dos EUA promover na medida do possível. O PPD está a disputar com o Partido Socialista de Mário Soares o apoio da esquerda democrática. Soares, pelo facto de usar dois chapéus, o de ministro dos Negócios Estrangeiros e de líder do Partido Socialista, teve uma oportunidade única de visibilidade, incluindo quatro reuniões com o secretário Kissinger e uma com o Presidente Ford. Para contrabalançar isto, e também porque foi ministro sem pasta e vice-primeiro-ministro no Primeiro Governo Provisório, Sá Carneiro considera razoáveis os seus pedidos de reunião com o Presidente e o secretário. Ele deseja claramente evitar dar a impressão ao eleitorado português de que é menos levado a sério pelo governo dos EUA do que Soares.

6. Solicito reacção do Departamento a esta proposta o mais breve possível.

TELEGRAMA 1974LISBON 04931_b

TÍTULO Federação Internacional de Transportes realiza seminário bem-sucedido de trabalhadores portuários

DATA 12-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Três representantes da Federação Internacional de Transportes (ITF) realizaram um seminário sobre sindicalismo de 4 a 8 de Novembro para cerca de vinte e cinco trabalhadores portuários dos principais portos de Portugal. Embora os representantes da ITF (dois do Reino Unido e um da Bélgica) tivessem que trabalhar por meio de tradução simultânea, houve uma boa recepção por parte dos trabalhadores portuários portugueses e o seminário foi considerado muito valioso.

2. Comentário: Programas como este, promovidos pelos secretariados de Comércio Internacional, são actualmente a melhor ferramenta dos sindicatos livres no combate ao domínio do movimento sindical organizado pelo Partido Comunista Português. A embaixada está ciente da tradicional independência das secretarias do Comércio, mas espera que outros possam ser encorajados a patrocinar seminários nas suas respectivas áreas profissionais.

TELEGRAMA 1974LISBON 04934_b

TÍTULO Solicitação de material sindical em língua portuguesa

DATA 12-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO O departamento pode fornecer material em língua portuguesa semelhante ao volume, em língua espanhola, *Cartas Obreras?* A embaixada tem necessidade urgente de material sindical em língua portuguesa desta natureza e agradeceria qualquer coisa disponível. Por favor informe.

TELEGRAMA 1974LISBON 04937_b

TÍTULO O Partido Socialista prepara o Congresso de Dezembro

DATA 13-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Estão em andamento os preparativos para o Congresso do PS, com o debate dos cinco pontos do Programa. Espera-se luta em torno do programa e da selecção de delegados ao congresso, no qual a política do PS em relação ao PCP será formulada. O PCP tenta conseguir uma atitude mais cooperante por parte do PS ao apontar os perigos de uma nova conspiração reaccionária e contra-revolucionária. Fim do sumário.

1. Os líderes do Partido Socialista (PS) iniciaram na zona de Lisboa (que será seguida por sessões semelhantes em todo o país) uma intensa preparação para o Congresso do PS de 14 de Dezembro. Reuniões convocadas pela direcção do PS, composta por 49 membros, para ganhar apoio à linha política do PS («Um caminho democrático original para o socialismo») elaborada em Outubro, e que servirá de base para a elaboração do programa final do PS no Congresso.

2. Estão cinco temas para discussão na agenda destas sessões: a definição de uma política económica e social eficaz e progressista; a política sindical; o conceito do PS de uma democracia pluralista; a unidade com o MFA; e as relações externas de Portugal. Os líderes do partido declararam que, através de amplo debate sobre estes itens, o partido espera unir-se e ganhar energias com um programa aprovado em Congresso.

3. Embora o documento da direcção mencionado acima não tenha sido divulgado, parece, a julgar pelas entrevistas na imprensa com membros da direcção, que a essência da linha política em cinco pontos é a seguinte: apoio à

política económica anti-monopolista baseada na aliança entre os trabalhadores e os pequenos comerciantes; a unidade dos trabalhadores, mas não uma unidade imposta de cima – os sindicatos devem ser independentes dos partidos políticos e organizados pelos trabalhadores de acordo com as suas próprias necessidades particulares; a defesa do conceito de que a democracia requer a existência de mais de um partido para ser real; a crença de que mesmo após as eleições o MFA deve continuar a existir para garantir o movimento rumo a uma sociedade progressista; em relação à política externa, o PS é a favor da retirada progressiva de Portugal de todos os blocos. O porta-voz do partido chamou de «caluniosas»⁶⁵ as afirmações dos seus críticos de que o PS é defensor da manutenção de Portugal na NATO e até mesmo defensor do imperialismo americano.

4. Parece que haverá uma luta intensa entre várias facções no PS sobre a questão do conteúdo do programa do PS e sobre a selecção de delegados ao Congresso. A luta sobre este último já começou na região do Porto. Mário Soares foi obrigado a viajar até lá na semana passada para resolver uma disputa sobre os procedimentos para a selecção dos delegados. O resultado foi a criação de uma comissão de coordenação sob a Secretaria do Norte para supervisionar o processo de selecção.

5. Na opinião do PPD, a única forma de impedir que o partido adopte políticas relativamente radicais é distorcer os delegados para dar maior peso aos representantes das áreas rurais. O PPD acredita que se a maior parte de delegados do PS vier de áreas urbanas, então o resultado das deliberações do Congresso levará, provavelmente, o PS a uma cooperação mais estreita com o

⁶⁵ A vida encarregou-se de demonstrar que as calúnias eram verdadeiras e os desmentidos hipócritas.

PCP, talvez incluindo a decisão de trabalharem juntos num novo projecto de Constituição para apresentar à Assembleia Constituinte. O PPD, que espera manter PS e PCP separados, apoia a selecção cuidadosa de delegados do PS e aconselha os moderados do PS a dar a devida atenção à selecção de delegados.

6. Os comunistas, por sua vez, procuram influenciar os socialistas a aceitar uma cooperação mais estreita com eles. Num grande comício de Lisboa, a 11 de Novembro, em homenagem a Georges Marchais, na visita do secretário-geral do Partido Comunista Francês, Álvaro Cunhal fez uma das ofertas mais abertas até ao momento para a cooperação entre o PC e o PS. Avisando que nenhum partido deve cometer o erro «muito perigoso» de sobrestimar a sua força eleitoral, Cunhal exorta à unidade das forças de esquerda. Ele avisou que os reacçãoários estão a preparar mais uma operação contra-revolucionária, perante a qual a continuada divisão das forças democráticas é «criminosa».

7. Talvez esperando influenciar aqueles que no PS são a favor da aliança com o PCP, Cunhal disse que o PCP, por sua vez, está aberto ao PS para melhorar as relações inter-partidárias, que ele admitiu terem sofrido recentemente por causa de tendências anticomunistas, divisionistas e eleitoralistas, por parte do PS. O PCP aprecia o apoio ocasional que recebe do PS, mas aprecia ainda mais quando o PS desiste da campanha anticomunista. Maior cooperação «tudo depende dos socialistas... Se eles quiserem, podemos ir longe juntos em programas de acção comuns, unidos até através das eleições.»

8. Comentário: Um dos pontos mais interessantes da discussão da agenda das reuniões do PS é a parte relacionada com as relações externas e a posição do partido em relação à continuação da participação portuguesa na NATO. Soares, como ministro dos Negócios Estrangeiros, garante constantemente ao seu público da Europa Ocidental que

Portugal respeitará o seu compromisso com a NATO, mas, por outro lado, o programa do PS, tal como está agora redigido, apela à eventual retirada da NATO. Embora os membros do círculo interno de socialistas próximos de Soares no Ministério indiquem que o item anti-NATO no programa será descartado no próximo Congresso, isto pode ser apenas a sua esperança e preferência pessoal. A julgar pela referência adversa à NATO na agenda, não é de forma alguma uma conclusão predeterminada que as forças pró-NATO no PS sairão vitoriosas no Congresso. Se os moderados do partido forem derrotados nas votações ou manobrados, o actual ponto do programa do PS a favor da retirada do bloco será provavelmente mantido na nova versão.

TELEGRAMA 1974LISBON 04940_b

TÍTULO Governo recusa-se a atender ao pedido de alunos para uma política de admissão aberta nas Universidades

DATA 13-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Alunos que foram obrigados a fazer testes de aptidão em 7/8 de Novembro para admissão às universidades recusaram-se a fazer os exames em quatro instituições em Lisboa e no Porto, de um total de cerca de trinta instituições em Portugal onde havia exame. Os alunos exigiram o estabelecimento de uma política de admissão aberta para as universidades.

2. O Ministério da Educação e Cultura respondeu em comunicado oficial de 11 de Novembro que a política de admissão limitada continua necessária devido à incapacidade das universidades portuguesas de lidar com os estimados 15 000 alunos a mais que a capacidade existente. De facto, os alunos foram informados de que teriam mais uma oportunidade de fazer o exame, mas se não o fizessem, seriam considerados como tendo optado por não tentar a admissão à universidade este ano. O ministro do Trabalho Costa Martins ofereceu aos estudantes a oportunidade de "construir uma nova nação" trabalhando em projectos de obras públicas se não conseguissem admissão na universidade.

3. Comentário: a repressão rápida e firme do governo aos estudantes⁶⁶ em greve é uma indicação de que ele não vai permitir que as suas universidades já superlotadas sejam sobrecarregadas com alunos adicionais marginalmente preparados e politicamente motivados.

⁶⁶ O que esta gente gosta de repressão sobre as massas em luta...

TÍTULO Reunião de McCloskey a 9 de Novembro com o ministro das Finanças Lopes e o ministro da Economia Vilar

DATA 13-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O embaixador McCloskey, acompanhado pelo diretor ibérico Lukens, o assistente especial Pezzullo e o conselheiro económico White, reuniu-se com o ministro das Finanças Silva Lopes e o ministro da Economia Rui Vilar antes de deixar Lisboa a 9 de Novembro.

2. Na reunião com Lopes, McCloskey explicou o propósito da equipe de conversas técnicas e que Lukens permaneceria em Lisboa para a liderar. Lopes disse que ofereceria todas as facilidades à equipe e que criaria um grupo de trabalho para corrigir a contribuição do governo português e ajudar a estabelecer prioridades.

3. Em resposta à pergunta de McCloskey sobre ajuda a Portugal de outras fontes, Lopes relatou sobre a missão do Banco Mundial que tinha acabado de sair e expressou esperança de que o Major Alves e o Secretário de Estado do Planeamento Constâncio retornariam da Alemanha e da Holanda com algumas ofertas de ajuda. Lopes disse que não sabia o que poderia resultar da visita de Soares à Líbia, mas achou que poderia envolver empréstimo a juros baixos.

4. Na discussão geral sobre economia, Lopes disse que as reservas cambiais, que eram de US\$ 2,8 bilhões no início de 1974, caíram US\$ 500 milhões. O valor das importações aumentou 52 por cento e as exportações 29 por cento em valor nos primeiros oito meses de 1974 em comparação com o mesmo período do ano passado, mas a maior parte disso foi devido à inflação, especialmente às importações de petróleo. Ele esperava um aumento de algum comércio com a CEE, ou através do acordo CEE-EFTA actualizado.

5. Em resposta à pergunta sobre investimento privado, Lopes admitiu que a situação não melhorou e que as pessoas ainda estavam guardando o dinheiro em colchões. Ele não sentiu que a saída de algumas famílias ricas afetasse a economia particularmente, embora tenha observado que a fuga de capitais obviamente reduziria os investimentos nacionais. Disse que a pressão inflacionista de fora (importações de petróleo, açúcar, cereais e fosfatos aumentaram 500 por cento em relação ao ano anterior) foram a causa dos problemas de Portugal mais do que o aumento da procura interna ou os aumentos salariais.

6. Em reunião com o ministro da Economia Rui Vilar, McCloskey explicou novamente a missão da equipe técnica e obteve a concordância de Vilar para cooperar. A conversa abrangeu muito do mesmo terreno que a tida com Lopes, referindo-se à inflação, desemprego, balança de pagamentos e falta de novos investimentos. Quando McCloskey perguntou sobre ajuda de outras fontes, Vilar respondeu que a maior necessidade era de ajuda financeira e ajuda com os subsídios agora necessários para carne, açúcar e pão. Ele não explicou onde o governo português esperava obter outra ajuda. Voltando-se para o turismo, Vilar disse que o governo esperava encher os hotéis na temporada baixa com grupos de classe baixa e média de países nórdicos e da Europa Oriental.

7. Vilar falou então por algum tempo sobre o problema do regresso de colonos e soldados e a necessidade de lhes fornecer empregos com projectos de mão de obra intensiva. Ele disse que o mercado de trabalho estava sendo saturado pelo facto de que a emigração havia diminuído em 30 por cento.

8. No balanceamento, ambos estavam bastante sombrios e deram a impressão de procurar ajuda externa em todos os lugares possíveis. Ambos demonstraram interesse nas conversas da equipe técnica e pediram para ser informados sobre o progresso da equipe.

TELEGRAMA 1974LISBON 04963_b

TÍTULO Comentários do ministro Victor Alves sobre a NATO e as Lajes

DATA 14-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O *Diário de Notícias* de 14 de Novembro traz um relato de um correspondente especial sobre a visita do ministro sem pasta Victor Alves a Bruxelas. O relato da conferência de imprensa realizada a 13 de Novembro, cita Alves afirmando que Portugal só deixará a NATO se a maioria de seu povo se opuser à continuação nessa associação, um problema que, no entanto, não será discutido até depois das eleições gerais de 1975. Diz o ministro: «mas se o povo português desejar a nossa retirada após as eleições, a vontade do povo será cumprida».

2. O mesmo jornal traz um relato da *France Presse* citando Alves como tendo declarado que a Base das Lajes, que é uma base da NATO, só pode ser utilizada dentro dos limites dessa aliança. Efectivamente o relato afirma que Alves indicou que Portugal está em processo de negociação com os EUA das condições para a utilização dessa base à luz dos eventos de 25 de Abril. As condições que estamos a propor são muito diferentes das postuladas pelo anterior regime, desactivado, teria dito Alves. A *France Presse* comenta que os especialistas em assuntos do atlântico consideram esta declaração como um sinal inequívoco de que o governo português proibirá no futuro qualquer uso da base para fins diferentes dos de defesa de países-membros da NATO. O relatório conclui que se uma nova guerra no Médio Oriente estourasse, aquela base não poderia, portanto, servir como um ponto de reabastecimento para o fornecimento de armas americanas a Israel.

TELEGRAMA 1974LISBON 05000_b

TÍTULO Encontro de Lukens com o Tenente-Coronel Ferreira da Cunha, chefe do gabinete de informações do Presidente, em casa de Cunha

DATA 15-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Cunha tinha com ele uma fotocópia do acordo proposto entre os Soviéticos e Portugal que foi assinado em Moscovo como resultado da visita de Cunhal. Cunha perguntou novamente se o assunto de Portugal foi levantado durante a visita do Secretário a Moscovo. Lukens disse que tinha verificado com Washington e que o assunto não tinha sido levantado. Ele repetiu que as relações entre os aliados da NATO nunca foram assunto de discussões com a URSS. Apesar de sua aparente infelicidade ao ouvir isso, Cunha ainda mostrou a Lukens o projecto de acordo com os soviéticos.

2. O acordo parece ser um pacto de amizade, navegação e comércio bastante padrão. A introdução inclui frases usuais sobre a amizade e uma cooperação projetada para beneficiar ambos os países. As disposições do acordo de navegação não eram claras, mas Cunha disse que isso significava que a frota soviética poderia começar a usar os portos portugueses com pouca burocracia e que se projectava uma cooperação entre as frotas da marinha mercante. Os acordos culturais referiam-se ao intercâmbio de cientistas e à necessidade particular de pesquisa no campo da metalurgia. A este respeito, o acordo disse expressamente que os nefelina sienito e as piritas portuguesas serão enviadas para a URSS. Estes são metais dos quais a URSS aparentemente precisa. (Entendemos que as nefelina sienito são encontradas apenas no Canadá, Noruega e Portugal.⁶⁷ As piritas vêm do mesmo minério

⁶⁷ E são uma rocha de usos ornamentais, essencialmente...

que o cobre, enxofre e ferro, e já são exportadas por Portugal, cuja produção deverá ser grandemente expandida como parte do projecto Sines). Havia disposições para aumentar a cooperação aérea civil e uma secção sobre habitação urbana e turismo prevendo a vinda de especialistas soviéticos a Lisboa. Está incluída uma secção sobre problemas administrativos, prevendo que um comité conjunto seja criado sobre intercâmbio e que reuniões regulares sejam realizadas para administrar o programa. O acordo prevê que as despesas de viagem dos grupos viajantes sejam administradas pelo país receptor. O acordo foi assinado no lado português por Álvaro Cunhal, o Comandante Guilherme Conceição e Silva, Secretário de Estado para a Comunicação Social, e Mário Neves, embaixador português na URSS. Foi assinado do lado russo por cerca de 20 pessoas cujos nomes era impossível escrever.

3. Cunha disse que o governo português ficou impressionado com a velocidade com que os soviéticos se movimentaram e que, como parte do acordo, um navio português cheio de amêndoas já estava a caminho para a URSS. Cunha passou a expressar o desejo, que disse também ser do Presidente Costa Gomes, de que o governo dos EUA se movimente com a igual rapidez para ajudar o novo Portugal.

4. Lukens explicou-lhe a missão da equipa técnica, mas advertiu-o que era contra a nossa política entrar no tipo de competição que ele estava a descrever. Lukens apontou alguns dos buracos no acordo soviético e tentou dar a Cunha alguma ideia das realidades da vida e do facto de que os soviéticos não assinam pactos culturais sem querer algo em troca. Ele disse a Cunha que a abordagem do governo dos EUA para um possível apoio a Portugal depende de muitos factores e que não seriam e não poderiam ser impulsionados por táticas soviéticas a fazer contra-ofertas a Portugal. Lukens lembrou-lhe que Portugal ainda é membro da NATO e não é habitual com países da NATO ter de igualar as ofertas soviéticas. Cunha deixou claro que levaria esta mensagem de volta a Costa Gomes.

5. Noutros comentários, Cunha explicou que trabalha com Costa Gomes desde 1939, quando eles estavam em Macau, e que são próximos desde então. Desde o 28 de Setembro, Cunha é o membro mais responsável da equipa de Costa Gomes, servindo como chefe de gabinete. Ele disse que os gabinetes civil e militar foram combinados para que todo o trabalho de papel passasse por ele. Disse que habitualmente escreve as respostas de Costa Gomes a todos os pedidos de entrevistas por escrito da imprensa, bem como que elaborou o discurso na ONU. Manifestou interesse em manter um canal direto de informações, observando que o Ministério dos Negócios Estrangeiros e outras possíveis ligações com os americanos não são confiáveis por causa da infiltração comunista. Aliás, ocorreu uma animada conversa política ao jantar com os três filhos em idade universitária de Cunha; um membro do CDS, um PPD e um socialista.

6. Comentário: acredito que Cunha é sincero, mas terrivelmente ingénuo. O quadro que ele pinta de Costa Gomes deixa a impressão de um homem que é um declarado anti-comunista, mas que está sujeito a muitas pressões, o que o impede de exercer muita liderança. Por exemplo, quando perguntado por que Costa Gomes recebeu Georges Marchais, o líder comunista francês, Cunha respondeu que a pressão comunista dentro do governo tornou necessário parecer parcial.

7. Estão a ser tomadas medidas para manter o canal aberto para Cunha, o que poderia ser útil no futuro.

TELEGRAMA 1974LISBON 05007_b

TÍTULO Relatada crise dentro das forças militares portuguesas

DATA 16-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Fontes confiáveis da embaixada (Salgueiro, Sá Carneiro, Andresen, secretário-geral do Ministérios dos Negócios Estrangeiros) confirmam que uma crise está agora em andamento dentro do Movimento das Forças Armadas (MFA). Os sinais externos e visíveis foram a publicação no Boletim do MFA de 12 de Novembro de um ataque ao governo português por não encontrar políticas económicas eficazes, um ataque elaborado ou inspirado pelo ativista do MDP Pereira de Moura (que esperava ser ministro da Economia e Finanças no primeiro Governo provisório, concordou ser ministro sem pasta, e foi retirado do governo quando o segundo governo provisório foi formado em Julho). Este ataque foi publicamente refutado a 13 de Novembro pelo ministro sem pasta Melo Antunes e pela Comissão Coordenadora do MFA num comunicado emitido a 14 de Novembro. As fontes citadas acima indicam que o ataque às políticas económicas do governo trouxe ao de cima a controvérsia entre os jovens de cabeça quente do MFA, incentivados por elementos do MDP / comunistas, e membros mais moderados do MFA (entre os quais, surpreendentemente, as fontes listam Melo Antunes). A extensão da controvérsia não está clara para as fontes, mas uma (Sá Carneiro) sugeriu que elementos pró-Spínola no MFA podem estar a tentar retificar o que consideram ser um desequilíbrio em direção à esquerda.

2. Uma fonte do DAO relata que o Conselho Superior das Forças Armadas reuniu para exigir que a Comissão Coordenadora do MFA fosse dissolvida, um movimento há muito tempo defendido por membros mais moderados do MFA. Esta fonte afirma que a posição do Presidente Costa Gomes é precária e que a renúncia do primeiro-minis-

tro Vasco Gonçalves é iminente. Fonte separada do DAO confirma o esforço em andamento para abolir a Comissão Coordenadora do MFA e adiciona que os planos incluem a demissão do Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, comandante militar de Lisboa e adjunto do COPCON. (Uma esposa da embaixada relata que as forças do COPCON estão incommumente ativas na área próxima ao quartel-general do COPCON nesta tarde). Os contactos militares do DAO relatam que nenhum alerta militar está em andamento, o que foi verificado junto dos principais estabelecimentos militares de Lisboa. No entanto, o DAO relata atividade significativa no Instituto de Estudos Superiores de Defesa onde estão em andamento reuniões de alto nível às 22h30 locais de 15 de Novembro.

3. O Partido Comunista Português (PCP), ecoado pela frente comunista MDP, emitiu um comunicado aconselhando calma e aconselhando os seus seguidores a não recorrer às barricadas (isto é interpretado por Anderesen como uma admissão de que o PCP foi avisado pelo COPCON para não fazer barricadas).

4. De possível significado é a notícia da imprensa de que o primeiro-ministro Gonçalves passou por Viana de Castelo (a norte do Porto) esta manhã, supostamente a caminho de um local não especificado no norte para descanso. O DAO tem um relatório não verificado de que Gonçalves está no norte para mediar problemas entre elementos de esquerda e direita.

TELEGRAMA 1974LISBON 05010_b

TÍTULO Planeada nacionalização da ferrovia

DATA 16-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Secretário de Estado dos Transportes anunciou em discurso de fim-de-semana que o governo português planeia nacionalizar a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (CP), a companhia ferroviária nacional, antes do final do ano. Como a anterior nacionalização dos bancos emissores, este movimento não é realmente de grande significado, já que 62,5% das acções da CP já são detidas por entidades governamentais (44% só pelo tesouro). Como várias outras empresas nacionais vitais, as suas actividades são cuidadosamente supervisionadas e controladas pelo governo.

2. O governo também está profundamente envolvido na CP por meio de subsídios necessários para mantê-la em operação. O sistema ferroviário, antiquado e necessitando de fortes injeções de capital para manutenção e modernização, terá um défice estimado de 50 milhões de dólares e necessidades de 120 milhões de dólares em capital só em 1974. Só as despesas com salários da CP excedem a receita bruta total do ano. Os atuais planos de desenvolvimento em preparação pelo governo dão uma alta prioridade à melhoria da ferrovia.

TELEGRAMA 1974LISBON 05012_b

TÍTULO Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas

DATA 16-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Descrição do Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas. Fim do Sumário.

1. Conforme relatado, o Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas (CSMFA) pode estar a desempenhar um papel fundamental na actual crise dentro das Forças Armadas. A existência do conselho foi anunciada primeiramente a 28 de Outubro sem aviso prévio na imprensa ou nos boatos de Lisboa.

2. O conselho é liderado pelo Presidente Costa Gomes, inclui os sete membros da Junta, os sete membros da Comissão Coordenadora do MFA, o primeiro-ministro, o ministro do Trabalho Costa Martins, o ministro da Administração Interna Costa Brás, os ministros sem pasta Alves e Antunes, e o vice-comandante Carvalho do COPCON.

3. O papel do CSMFA nunca foi adequadamente explicado ao público em geral fora das descrições vagas de jornais que o apresentavam, nomeadamente, como um órgão de estudo do tipo de *brain-storming* destinado a facilitar as acções da Junta na realização de sua missão constitucional. Dois papéis plausíveis, mas diferentes, foram atribuídos ao CSMFA por contatos conhecidos da embaixada. Um descreve o CSMFA como meio pelo qual o Presidente pode alcançar maior controlo sobre os militares através da diluição da liderança dos radicais da Comissão Coordenadora através da adição de membros mais moderados da JSN e do governo provisório. Esta visão do CSMFA foi descrita a funcionários da embaixada por dois assessores presidenciais. O segundo ponto de vista sobre o CSMFA foi apresentado por um dos repórteres mais bem

informados do país, Marcelo Rebelo de Sousa, do semanário *Expresso*, que pensa que o propósito do CSMFA é fornecer meios para acabar com as sessões plenárias do MFA - sessões que, devido ao peso de oficiais moderados, tendem a abrandar propostas mais radicais da Comissão Coordenadora. A embaixada está cética sobre esta versão porque até onde sabemos, não se realizam reuniões plenárias do MFA há meses, e os eventos do último dia parecem se encaixar na descrição do CSMFA como veículo anti-Comissão Coordenadora.

TELEGRAMA 1974LISBON 05013_b

TÍTULO O Ministério do Trabalho faz circular projecto de lei sindical para comentários

DATA 16-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Está a circular um projecto de lei sobre organização sindical junto dos sindicatos para recolher os seus comentários. O projecto contém disposições no sentido de uma confederação unitária do trabalho, uma proposta que os comunistas apoiam fortemente. A embaixada recomenda que não se realize uma possível visita do representante da AFL/CIO Irving Brown. Fim do sumário.

1. O Ministério do Trabalho fez circular como documento consultivo a proposta de um decreto-lei que regulamenta a organização sindical para que os sindicatos interessados possam fazer comentários até 30 de Novembro. O decreto proposto é, para todos os efeitos, idêntico ao projecto original preparado pelo Ministério do Trabalho que prevê a criação de uma confederação sindical global em Portugal. A criação por lei de uma confederação sindical única conta com a oposição, em grau variados, dos socialistas, do PPD, do CDS e de outros partidos políticos menores, bem como dos sindicatos não filiados na Intersindical controlada pelos comunistas. A distribuição do projecto de decreto-lei está sendo tratada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa, um pilar da Intersindical, o que é um indicador de que as respostas sindicais serão extremamente favoráveis, ou manipuladas de modo a parecer que o são, apontando para uma confederação unitária.

2. O texto do projecto de lei original foi enviado para o departamento a 14 de Novembro e análises posteriores serão enviadas separadamente ao departamento. É provável que agora haja uma campanha orquestrada pelos comunistas e seus amigos a favor de uma confederação unitária.

3. O tabloide independente de esquerda *Diário de Lisboa* de 15 de Novembro traz um artigo em caixa com o título "O pluralismo sindical do sr. Irving Brown", no qual se afirma que Brown visitou Portugal em Maio e que ele, como agente da CIA, financiou a divisão dos movimentos trabalhistas francês e italianos em 1948-49. O artigo continua, "Brown não é agora um agente da CIA ou assim ele diz. Ele é apenas, e isso também é sinistro, o representante europeu da reacçãoária AFL/CIO. Ele está actualmente em Itália, onde está trabalhando para impedir a unificação das três confederações sindicais de lá... Portugal está actualmente a causar preocupação ao Departamento de Estado. A visita de Brown deve ser vista nesse contexto. Tenham cuidado com o pluralismo sindical do sr. Irving Brown".

4. A referência (a) implica que Brown poderá visitar Portugal em breve. A embaixada acredita que tal visita seria contraproducente se se tornasse do conhecimento público, na medida em que faria o jogo dos comunistas para fins de propaganda. A embaixada reitera a sua crença de que os secretariados de relações internacionais representam agora o meio mais viável para trazer a influência do trabalho livre para Portugal.

5. Lukens foi informado sobre o conteúdo desta mensagem e concorda.

TELEGRAMA 1974LISBON 05014_b

TÍTULO Comentários de Soares sobre a ajuda dos EUA a Portugal

DATA 16-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO O ministro dos Negócios Estrangeiros Soares pediu aos membros da equipa técnica (Lukens, Patterson, Griffel) que lhe ligassem antes de sua partida a 16 de Novembro. No decurso de uma hora de conversa, cujo resumo está a ser preparada por Lukens, os principais pontos sobre a ajuda dos EUA a Portugal foram os seguintes: Soares falou com entusiasmo sobre sua reunião em Tunes com o Secretário, que o deixou (a Soares) com uma sensação optimista sobre as perspectivas para a ajuda dos EUA a Portugal. A equipa relatou a Soares sobre o grande número de reuniões realizadas durante a semana e declarou que o relatório seria entregue ao Secretário. Soares defendeu que um gesto a anunciar a ajuda dos EUA bem antes das eleições de Março é essencial para encorajar aqueles que estão a combater o comunismo. Na ausência de tal gesto, muitos anti-comunistas sentirão que os abandonámos e, portanto, desistirão da luta, sentindo que a vitória comunista é inevitável.

TELEGRAMA 1974LISBON 05026_b

TÍTULO O Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Lisboa protesta contra decreto do Ministério do Trabalho

DATA 18-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Um decreto do Ministério do Trabalho prejudicial ao Sindicato dos Trabalhadores Portuários foi a causa duma manifestação de protesto dos trabalhadores portuários de Lisboa a 14 de Novembro e duma greve de um dia a 15 de Novembro. O Ministério inicialmente manteve o decreto, favorecendo assim os trabalhadores portuários não sindicalizados cuja causa é defendida pela Intersindical controlada por comunistas, mas a intervenção direta do ministro do Trabalho Costa Martins e a criação de uma comissão de estudos para relatar o problema até 15 de dezembro arrefeceu a situação. Fim do sumário.

1. O Porto de Lisboa esteve paralisado a 14 de Novembro, quando estima-se que 3 500 trabalhadores portuários sindicalizados fizeram uma manifestação em frente ao Ministério do Trabalho em protesto contra uma decisão do Ministério que incorporava estivadores "casuais" não sindicalizados na União dos Sindicatos de Trabalhadores do Porto de Lisboa. A regulamentação do Ministério teria permitido que todos os "casuais" acima de 18 anos que trabalhassem como estivadores há pelo menos um ano se juntassem ao Sindicato dos Estivadores, anulando assim o sistema actual pelo qual os estivadores sindicalizados têm preferência na chamada para trabalho e recebem salários e benefícios preferenciais. Sob a regulamentação do Ministério, talvez uns 1000 novos estivadores teriam sido adicionados aos registos do sindicato e o trabalho disponível seria distribuído imparcialmente. A manifestação também foi uma demonstração de força para protestar contra a agressão ao presidente do Sindicato dos Estivadores, José Lino Figueiredo Ribeiro, por estivadores não sindicalizados frente ao Ministério do Trabalho a 13 de Novembro.

2. Os líderes sindicais não conseguiram ver o ministro do Trabalho, Costa Martins, mas foram recebidos pelo subministro João Amaral. As negociações de oito horas terminaram com a promessa de discutir o assunto novamente na semana que vem, mas o Ministério reafirmou sua posição de que todos os trabalhadores que exerçam uma ocupação têm o direito à sindicalização. O ministro do Trabalho convocou o sindicato dos trabalhadores portuários para 16 de Novembro e um novo decreto ministerial foi emitido suspendendo a integração dos "casuais" no sindicato e estabelecendo uma comissão conjunta para relatar a situação até 15 de dezembro.

3. A União dos Sindicatos de Trabalhadores do Porto de Lisboa é na verdade uma federação de cinco sindicatos, ou seja, estivadores (aproximadamente 1800), armazenistas portuários (1400), contadores (300), barqueiros fluviais (500?) E manipuladores de peixe fresco. O sindicato dos trabalhadores portuários não é filiado na Intersindical e representa o mais forte sindicato de oposição à Intersindical controlada pelos comunistas. Conforme observado anteriormente, o Sindicato dos Trabalhadores Portuários patrocinou recentemente um seminário bem-sucedido pela Federação Internacional de Transportes sobre organização sindical.

4. Comentário: a questão tem fortes implicações políticas, pois a Intersindical apoiou a causa dos estivadores não membros do sindicatos. Poderíamos fazer uma interpretação de boa fé⁶⁸ valorizando a decisão do Ministério do trabalho de favorecer os trabalhadores não sindicalizados e prejudicando o Sindicato dos Trabalhadores Portuários, mas a atmosfera prevalecente aqui favorece uma interpretação de que a Intersindical estava a tentar usar os seus contactos políticos no Ministério do Trabalho (por exemplo, João Amaral) para recompensar os seus amigos e punir os seus inimigos. A intervenção direta do ministro agora torna provável uma solução de compromisso aceitável para ambos os lados.

⁶⁸ Em vez disso, escolhem a má-fé...

TELEGRAMA 1974LISBON 05034_b

TÍTULO Mais sobre a crise no seio das Forças Armadas portuguesas

DATA 18-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Conforme informado anteriormente, várias fontes reportaram uma crise em ebulição dentro das Forças Armadas portuguesas. O alarme foi primeiro dado por Álvaro Cunhal no discurso de 11 de Novembro no qual ele alertou sobre uma nova conspiração contra-revolucionária. Depois disso, uma onda de rumores varreu o país, acompanhados por relatórios não confirmados sobre a doença mental de Gonçalves e a sua proposta de renúncia.

2. Duas fontes não citadas anteriormente (Marcelo Rebelo de Sousa do *Expresso*, e Caetano da Cunha Reis⁶⁹ da ala juvenil do CDS) confirmam a essência do antes reportado. Ambos dão como causa imediata da crise a precária saúde mental do primeiro-ministro. Dizem que Gonçalves estava sob uma grave tensão mental devido às longas horas de trabalho e está supostamente à beira de um ataque nervoso, motivo pela qual foi para o norte descansar.

3. As mesmas duas fontes mencionadas acima dizem que ouviram que o primeiro-ministro propôs-se a renunciar na sexta-feira, 15 de Novembro, presumivelmente por causa de sua saúde, o que provocou uma luta de poder dentro das facções de direita e esquerda do MFA sobre a escolha do sucessor, bem como sobre a direção futura da política do MFA. Entre os supostos líderes da facção "de direita" dentro do MFA está o tenente-coronel Rafael Durão, ex-membro do Conselho de Estado que agora comanda os pa-

⁶⁹ CAETANO DA CUNHA REIS: Fundador da JC, deputado do CDS em 1976, e secretário-geral da Associação Portuguesa de Centros Comerciais.

raquedistas de Tancos. O líder de esquerda supostamente Melo Antunes e outros. Durão disse ter feito um ultimato aos esquerdistas para trazer o programa de volta ao centro ideológico como constava no programa do MFA, o HSSBKS⁷⁰ quer seguir para Lisboa.

4. Ninguém com quem conversámos tem qualquer prova concreta irrefutável sobre uma "crise", mas todos têm mais ou menos a mesma versão dos rumores que reportamos antes. Os jornais declaram que tudo está calmo no país, e publicaram comunicados do PCP, do MDP e dos socialistas a apelar à calma e à vigilância. Os comunicados dos partidos e as reportagens nos jornais assumem a linha de que não há motivo para preocupação, culpam de tudo os rumores infundados, embora manchetes de primeira página a afirmar que nada está a acontecer parecem demasiado para tal. Um funcionário da embaixada que visitou Espanha este fim-de-semana, relatou que oficiais do exército uniformizados estavam a parar e revistar os carros que entravam em Portugal vindos de Espanha (mas não na direção oposta) nas estradas Lisboa-Badajoz e Lisboa-Beja-Sevilha a dois quilómetros da fronteira.

5. O estado de saúde do primeiro-ministro foi alvo de rumores nas últimas semanas. Camilo Mendonça, ex-vice-presidente da Assembleia Nacional, disse a um funcionário da embaixada há algumas semanas que ele tinha conversado com membros da família da esposa do primeiro-ministro que lhe disseram que ele trabalhava excessivamente e estava à beira de um ataque (Mendonça disse que o primeiro-ministro estava sob cuidados médicos antes de 25 de Abril por causa de um problema nervoso). O nosso cônsul no Porto disse-nos no último fim-de-semana que um amigo psiquiatra que tinha visto o primeiro-ministro fazer um discurso no Porto há pouco tempo

⁷⁰ É como está escrito no telegrama «HSSBKS'»

acreditou, pelo que viu, que o primeiro-ministro estava, pelo menos, sob grave tensão mental e talvez sofrendo de algo pior. Os jornais locais, que geralmente dão uma ampla cobertura às viagens do primeiro-ministro, quase não forneceram cobertura sobre a sua viagem de "descanso" ao norte. O primeiro-ministro, que deveria ter visto o senador Kennedy amanhã, à sua chegada, cancelou o encontro com a explicação de que não voltaria para Lisboa até ao dia seguinte.

6. Comentário: externamente Lisboa e aparentemente o resto do país estão calmos, sem movimentos incomuns de tropas. O facto de Melo Antunes ter partido para uma visita a Paris a 17 de Novembro sugere que qualquer tensão que exista dentro das Forças Armadas foi considerada suficientemente gerível para ser lidada pelo único membro do "triumvirato" agora em Lisboa, o Major Victor Alves, que regressou a 16 de Novembro.

TELEGRAMA 1974LISBON 05044_b

TÍTULO Equipa de cooperação económica com Portugal

DATA 19-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Após cinco dias de discussões com vários ministérios do governo português, a equipa Lukens / Patterson / Griffel concordou que os dois últimos apresentariam as suas opiniões a Lukens para a sua inclusão no relatório final. As seguintes observações de Patterson foram discutidas com Griffel:

1. De acordo com as discussões no Departamento, antes da partida, a postura da equipa era de «escuta criativa», projectada para melhor entender a natureza das solicitações e as prioridades do governo português nas áreas económicas, e relacionar propostas de projectos específicos com planos de desenvolvimento mais amplos e metas do Governo Provisório. Durante as discussões, a equipa enfatizou a natureza técnica da missão e, em resposta a perguntas sobre uma possível assistência dos EUA, declarou que existem vários mecanismos no governo dos EUA para desenvolver uma cooperação intensa nos campos económicos, como acordado pelos dois presidentes. O objectivo desta equipa era compreender as propostas do governo português de forma mais aprofundada, a fim de permitir ao governo dos EUA determinar os mecanismos de cooperação mais adequados.

2. Sobre o desempenho económico geral, os responsáveis do Ministério das Finanças apontaram nas sessões iniciais que, embora a economia não esteja à beira do colapso, a inflação, a balança de pagamentos, o desemprego e a falta de investimento são problemas sérios. A posição anteriormente saudável das reservas cambiais ocultava fraquezas estruturais básicas na economia portuguesa, com o custo das importações de Portugal a aumentar 60%, enquanto o valor das

exportações aumentou apenas 20%. O declínio nas remessas de emigrantes e no turismo, bem como a subida dos preços do petróleo e a recessão na Europa, estão a deteriorar rapidamente os resultados do comércio. De um *superavit* de pagamentos de 2,8 milhões de dólares em Janeiro de 1974, o défice até Outubro de 1974 é de 400 milhões de dólares e espera-se que seja de 600 milhões para o ano. Isto representa um declínio na cobertura de reservas de cerca de 10 meses de importações no final de 1973 para cerca de cinco meses no final de 1974. Projecta-se que o *superavit* no final de 1975 dará apenas para dois meses de importações.

3. As autoridades responsáveis pelo planeamento salientaram que o plano de desenvolvimento interino está agora em preparação, mas que será substituído por um plano mais trabalhado após as eleições de Março. No entanto, algumas prioridades gerais são claras: os investimentos futuros devem estar mais directamente relacionados com a melhoria do rendimento, da produtividade e do padrão de vida do cidadão português médio. Portanto, o emprego seria um grande objectivo, assim como a habitação de baixo custo, a modernização da agricultura, a melhoria da saúde e da educação rurais, e a modernização da base produtiva da economia portuguesa através de investimentos em grande escala nos transportes (especialmente transporte ferroviário), na modernização portuária e na geração e distribuição de energia.

4. Os projectos específicos discutidos nos respectivos ministérios foram:

- a) Cultivo e pecuária no Alentejo e no Norte;
- b) Projecto pecuário nos Açores;
- c) Reflorestamento e modernização da indústria da celulose;
- d) Ensino médio e profissional incluindo tecnologia educacional;

- e) Ensino rural;
- f) Clínicas de saúde rurais;
- g) Modernização ferroviária;
- h) Transporte ferroviário urbano nas áreas de Lisboa e do Porto;
- i) Instalações portuárias para contentores e expansão portuária nos Açores e na Madeira;
- j) Geração e distribuição de energia eléctrica.

Griffel detalhou estes projectos e discutiu em conjunto alternativas de possível envolvimento dos EUA.

5. As discussões através dos ministérios mostraram um alto grau de competência profissional e uma avaliação das prioridades de investimento. A maioria das propostas de projecto também foi apresentada à recente equipa do Banco Mundial, e a missão de acompanhamento do Banco está agendada para Janeiro.

6. Nas sessões finais com o ministro das Finanças, Lopes, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, a continuação do fardo do governo português com as colónias africanas foi destacado e a necessidade de amigos para ajudar a carregar esse fardo. Além disso, conforme relatado, o ministro dos Negócios Estrangeiros Soares destacou enfaticamente a necessidade política de evidências demonstrativas do apoio dos EUA bem antes das eleições de Março.

7. Na discussão da equipa, Griffel/Patterson identificaram várias opções para assistência dos EUA:

- a) Garantias de investimento em habitação que respondem a uma das maiores prioridades do governo português;

b) Serviços de consultoria e intercâmbio técnico em vários campos, cujo anúncio antecipado seria de grande benefício político;

c) Possível financiamento da importação-exportação de vários itens, bem como outras opções.

A equipa acredita firmemente que a responsabilidade pelo próximo passo na determinação da natureza das relações económicas cabe agora aos EUA e que o continuar das discussões de natureza sectorial específica deve realizar-se após os parâmetros do envolvimento dos EUA terem sido decididos. Devido à importância para a economia portuguesa da continuação das despesas em África, sugere-se que quaisquer planos de assistência do governo dos EUA sejam coordenados com os planos de assistência à metrópole portuguesa.

TELEGRAMA 1974LISBON 05059_b

TÍTULO O bem-estar e o paradeiro de Spínola

DATA 19-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O ex-presidente de Portugal, António Spínola, está discretamente hospedado na propriedade do irmão perto de Queluz, a cerca de 18 milhas de Lisboa. Spínola tem-se mantido discreto desde a sua renúncia em Setembro. O ex-assessor presidencial Nunes Barata⁷¹ informou um funcionário da embaixada a 14 de Novembro que Spínola está a escrever um livro e que recebe vários visitantes portugueses. Outra fonte, no ramo editorial, afirma que Spínola já terminou o seu livro, uma continuação de *Portugal e o Futuro*, mas que está relutante em lançá-lo neste momento.

2. O ex-assessor presidencial Barata também disse que Spínola está a acompanhar de perto os eventos políticos e assume que os seus movimentos são monitorizados. A imprensa relatou dois encontros de Spínola com o Presidente Costa Gomes. Às vezes, segundo Barata, Spínola almoça no Hotel Embaixador, a um quarteirão da embaixada.

3. Comentário: A postura deliberadamente discreta de Spínola levanta a questão de se a sua ausência fará com que os portugueses gostem mais dele. Embora fontes confiáveis afirmem que ele afastou muitos dos seus maiores apoiantes, continua a ser uma das poucas figuras da cena política portuguesa com seguidores no plano nacional.

⁷¹ JOÃO DIOGO NUNES BARATA: Diplomata de carreira, foi assessor de Spínola e, mais tarde, assessor diplomático de Mário Soares no I Governo Constitucional, e seu chefe de gabinete nos dez anos em que esteve na Presidência da República.

TELEGRAMA 1974LISBON 05065_b

TÍTULO Nomeado o Alto Comissário para Cabo Verde

DATA 19-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A nomeação do Alto Comissário para Cabo Verde pode significar a aceleração do ritmo de descolonização nas Ilhas, bem como a transferência do poder político para o PAIGC. O ex-ministro da Comunicação Social afirma que o PAIGC fez um acordo de princípio com a URSS para o uso de instalações navais e aéreas nas Ilhas. Fim do Sumário.

1. O governo português nomeou o Alto Comissário para Cabo Verde para substituir o Governador-geral Sérgio Duarte da Fonseca, que retornou a Lisboa a 6 de Novembro. O Alto Comissário é o Contra-Almirante Vicente Manuel de Moura Coutinho Almeida d'Eça, que serviu como adido naval nos EUA e Canadá entre 1961-67.

2. A nomeação de um Alto Comissário ocorre na sequência das discussões sobre o processo de descolonização nas ilhas, realizadas pela Comissão Nacional de Descolonização ao longo da semana passada. A delegação do PAIGC liderada pelo Major Pedro Pires está na cidade desde 12 de Novembro a discutir o ritmo e as modalidades da descolonização nas ilhas. Pires encontrou-se com o Presidente Costa Gomes e participou em vários comícios promovidos pelo Grupo de Acção Democrática Cabo Verde – Guiné (GADCG), organização local pró-PAIGC.

3. Na reunião do GADCG de 17 de Novembro, Pires elogiou a nomeação do Alto Comissário como evidência da vontade do governo português de descolonizar, já que a posição de um governador sempre foi «colonialista». Pires também apela à urgente purga da administração pública nas ilhas e à eleição da Assembleia Nacional cabo-verdiana com poderes constitucionais. Ele, como em declarações anteriores,

disse que se opõe ao referendo para decidir o futuro político das ilhas.

4. A embaixada ouviu de uma fonte no *Expresso*, e através de um cabo-verdiano bem informado, que o governo português tomou a decisão de acabar com a ideia do referendo e que a nomeação de um alto comissário é o primeiro passo na transferência de poder nas ilhas para o PAIGC. Entendemos que o governo português está a tentar fazer com que o PAIGC forme um governo de coligação com a União Democrática de Cabo Verde (UDC) ou a União dos Povos das Ilhas de Cabo Verde (UPIC), mas que, até agora, o PAIGC se opõe totalmente à ideia. (Comentário: ambos os outros partidos estão fracos, sem fundos e são constantemente assediados pelo PAIGC, de acordo com o líder da UDC que esteve na cidade há cerca de duas semanas.) De acordo com a nossa fonte do *Expresso*, o PAIGC ameaçou paralisar as ilhas com uma série de greves gerais se o governo português continuar com os planos de formar um governo de coligação em Cabo Verde. Para apoiar a ameaça, eles instigaram uma greve geral de 24 horas nas ilhas há poucos dias. No entanto, a questão aparentemente ainda não foi resolvida, e Pires disse em público que as negociações sobre o futuro das ilhas ainda estão em andamento.

4. Um factor que, segundo consta, está a influenciar as negociações sobre o futuro político das ilhas é o alegado desejo das tropas estacionadas em Cabo Verde de regressarem a casa até ao Natal. Depois de as tropas partirem será mais difícil para o governo português influenciar as modalidades da transferência do poder para o PAIGC, pelo que o governo português pode estar ansioso por conseguir que o PAIGC concorde agora com uma medida, o governo de coligação, que lhe permita salvar a face. A julgar pelas declarações de Pires, apoiando a eleição da Assembleia Nacional com poderes constitucionais, o PAIGC prefere esta forma de transferir o poder para eles.

5. O DATT [principal conselheiro militar do chefe de missão] foi informado pelo ex-ministro da Comunicação Social e ex-membro da Comissão Coordenadora do MFA, Sanches Osório, que, em princípio, o PAIGC já concordou em permitir o uso das instalações navais e aéreas das Ilhas de Cabo Verde pela União Soviética.⁷²

6. Comentário: Todos os indicadores sugerem que o governo português está a caminhar em Cabo Verde para uma solução tipo Moçambique, com uma entrega directa ao PAIGC. Se o PAIGC tiver de facto concordado em dar direitos de base aos soviéticos (como eles disseram que não fariam), isso teria implicações adversas óbvias para a vigilância em tempos de paz e para o transporte em tempo de guerra no Atlântico Sul. No entanto, Osório, tendo sido demitido do governo após o 28 de Setembro, pode não estar em posição de ter conhecimento de tais assuntos, e tem interesse em vender uma linha *“après Spínola, le déluge”* [após Spínola, o dilúvio]. No entanto, uma transferência de poder do governo português para o PAIGC poderia levar a tal resultado, dada a dívida do PAIGC para com a URSS pelo apoio recebido no passado. No mínimo, um Cabo Verde controlado pelo PAIGC não permitirá o uso do Aeroporto do Sal por aeronaves de vigilância da Marinha dos EUA.⁷³

⁷² Sim, claro. E só contaram para o reaccionário Sanches Osório...

⁷³ A preocupação com o futuro de Cabo Verde é enternecedora...

TELEGRAMA	1974LISBON 05069_b
TÍTULO	Boletim das Forças Armadas critica Ministério da Economia
DATA	19-11-74
ASSINADO	SCOTT
CONTEÚDO	Sumário: Um artigo na edição de 12 de Novembro do Boletim do Movimento das Forças Armadas (MFA) indica uma divisão dentro do movimento. O autor alega serem necessárias medidas anti-monopolistas excepcionais porque os beneficiários económicos do antigo regime ainda mantêm o poder. O desempenho do Ministério da Economia foi fortemente criticado, assim como a pouca informação sobre o novo grupo criado para apresentar o plano de acção económico-social. O artigo exortava a reformas estruturais fundamentais através do primeiro-ministro ou de um ministro sem pasta. O MFA emitiu uma declaração de apoio ao Governo Provisório após supostas ameaças de renúncia dos ministros da Economia e das Finanças. O artigo pode ter sido uma tentativa do MDP de forçar a renúncia do ministro da Economia e obter o seu cargo para Pereira de Moura. Fim do resumo.

2. A crise actual dentro do MFA, já relatada, tornou-se pública através de um longo artigo sem autoria na edição de 12 de Novembro do Boletim do MFA, «Movimento». O artigo aponta que, embora o movimento do 25 de Abril tenha sido uma revolução social profunda, não apenas um golpe, os «grandes beneficiários» do antigo regime, grandes grupos capitalistas e grandes proprietários de terras rurais, ainda mantêm o seu poder. A direita tem-se oposto a reformas fundamentais para sabotar ganhos políticos e sociais, e levar a economia à paralisação. Enquanto isso, o MFA esqueceu o seu programa económico, preocupado com a política. Foi lembrado que a democracia real só pode ser alcançada através de medidas anti-monopolistas excepcionais, tanto de curto como de longo prazo.

3. O artigo criticava fortemente o desempenho do Ministério da Economia. Se tivessem recebido meios suficientes, as direcções-gerais de Preços e Inspecção Económica poderiam ter obtido algum grau de controlo sobre a inflação, mas o controlo real exige mudanças nas estruturas produtivas para aumentar a produtividade e reduzir os preços. O autor também perguntou retoricamente que medidas foram tomadas para cumprir o programa do MFA em áreas como a intervenção do Estado nos sectores básicos, a reforma agrária e a promoção de cooperativas/revisão das estruturas de comercialização. O Ministério foi acusado de não ter uma política económica geral coerente e de lentidão na tomada de decisões.

4. O autor também declarou a falta de conhecimento sobre a composição ou os objectivos do grupo especial criado a 18 de Outubro pelo Conselho de Ministros para apresentar um plano de acção económico-social. Ele insiste que esse plano deve incluir não apenas medidas para melhoria de curto prazo da economia, mas reformas estruturais indispensáveis para dar ao Estado o controlo dos sectores básicos da actividade económica. A acção deve ser colectiva, dando um papel progressivamente maior ao Estado e aos trabalhadores, «verdadeiros criadores da riqueza nacional». O planeamento e a execução devem ser retirados dos «mecanismos burocráticos tradicionais» dos ministérios e passar para o primeiro-ministro ou um ministro sem pasta.

5. Relatos na imprensa não confirmados alegam que o ministro da Economia, Rui Vilar, e o ministro das Finanças, Silva Lopes, falaram pessoalmente com o primeiro-ministro Gonçalves e apresentaram conjuntamente as suas renúncias, a menos que o MFA publicasse uma rejeição do artigo. Por qualquer motivo, a 13 de Novembro o ministro sem Pasta e líder do MFA, Major Melo Antunes, emitiu uma declaração afirmando que o Movimento tem total confiança no ministro da Economia e expressou falta de compreensão sobre como o artigo poderia conter «tan-

tas especulações». No dia seguinte, a própria Comissão Coordenadora do MFA emitiu uma declaração oferecendo a sua confiança a todo o Governo Provisório.

6. O subsecretário de Administração Interna, Luís Carvalho, disse a um funcionário da embaixada que o artigo foi escrito ou inspirado por Mário Murteira ou Pereira de Moura, do MDP, ambos aparentemente comunistas. De acordo com esta versão, o MDP esperava forçar a renúncia de Rui Vilar para permitir a sua substituição por alguém do MDP. Comentário: Pereira de Moura esperava o cargo de ministro da Economia e Finanças antes da formação do Primeiro Governo Provisório, mas foi preterido em favor de Vasco Vieira de Almeida, e teve de se contentar com o cargo de ministro sem pasta. Foi afastado do governo com a formação do Segundo Governo Provisório. Aparentemente, está a tentar voltar ao governo através de críticas àqueles cujos cargos ele cobiça.⁷⁴

⁷⁴ Tanta especulação sobre as nefastas intenções dos autores do texto e tão pouca análise sobre aquilo que o texto diz.

TELEGRAMA 1974LISBON 05072_b

TÍTULO Situação sindical portuguesa

DATA 20-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Na actual situação sindical frouxamente estruturada, os sindicatos individuais podem escolher se se afiliam ou não na Confederação Sindical nascente controlada pelos comunistas, a Intersindical. Francisco Marcelo Curto, o funcionário do Partido Socialista mais activo em assuntos sindicais, identifica as seguintes indústrias como aquelas onde a maioria dos sindicatos não se afiliou à Intersindical: trabalhadores químicos; construção civil; marinha mercante; trabalhadores portuários; trabalhadores têxteis.

2. Comentário: A lista acima é enviada com o pedido de que, na medida do possível, o Secretariado do Comércio Internacional competente seja encorajado a realizar programas em Portugal, desenvolvidos para fortalecer as suas afiliadas locais.⁷⁵

3. Um funcionário da Intersindical admitiu ao adido sindical da embaixada que Canais Rocha, presidente da Intersindical, saiu da confederação há dois meses. Como a Intersindical se tem esforçado para manter a deserção de Canais Rocha em silêncio, é provável que as circunstâncias sejam constrangedoras para eles⁷⁶. Uma das poucas aparições relatadas de Canais Rocha nas últimas semanas foi na reunião de trabalhadores da construção civil. A embaixada fará o acompanhamento e informará mais.

⁷⁵ A essência do sindicalismo livre: serem comandados desde a CIA e o Departamento de Estado dos EUA.

⁷⁶ Como hoje é público, Canais Rocha saiu da Intersindical e do PCP por se ter descoberto que havia falado na PIDE aquando da sua última prisão. Facto que a embaixada já farejava para poder usar contra a Intersindical.

TELEGRAMA 1974LISBON 05085_b

TÍTULO Negociações sobre São Tomé e Príncipe

DATA 20-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O governo português confirma o relato da imprensa sobre a iminente abertura em Argel de negociações formais com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Fim do sumário.

1. Após a publicação, a 19 de Novembro, da notícia da *France Presse* sobre as conversações do governo português com o MLSTP sobre a descolonização das ilhas, o governo português emitiu uma nota formal reconhecendo que as negociações vão começar. A declaração diz: «após contactos preliminares entre o governo e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, delegações de ambos os lados reunir-se-ão no próximo sábado (23 de Novembro) em Argel para discutir o programa geral e o cronograma para a descolonização daquele território com base numa Assembleia Constituinte representativa a ser eleita por sufrágio directo e universal».

2. Um relato da *France Presse* de Libreville observou que os contactos preliminares entre o governo e o MLSTP ocorreram de 28 de Setembro a 3 de Outubro, com o comunicado final a declarar que a data e o local das negociações formais serão fixados posteriormente por acordo conjunto das partes.

3. A confirmação pelo governo português da notícia da *France Presse* não indica a identidade dos negociadores do governo português. No entanto, a imprensa de Lisboa de 18 de Novembro reportou sobre a partida para Paris e, possivelmente, para a capital de «um dos países árabes», do ministro sem pasta Melo Antunes. A 19 de Novembro (de manhã) a imprensa informou que Antunes estava em Argel para efeitos de contacto com funcionários dos «movimentos de libertação angolanos».

TELEGRAMA 1974LISBON 05088_b

TÍTULO Reduz-se a especulação e a atmosfera de crise

DATA 20-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Os rumores que inundaram Lisboa nos últimos dias e que foram objecto de conversa animada a vários níveis, dentro e fora do governo, diminuíram. A imprensa e a rádio abstiveram-se de alimentar a tensão com mais especulações e não mencionaram nos últimos dias quaisquer movimentos de tropas ou eventos indesejáveis no país. O nosso cônsul no Porto relata que tudo está calmo.

2. Dois factores contribuíram para acalmar a atmosfera de crise. Um é a partida para a Argélia do ministro sem pasta Melo Antunes, que se acha que não teria deixado o país se a crise fosse aguda. O segundo é a visita do senador Kennedy, cuja viagem bem-sucedida a Lisboa manteve, até certo ponto, o público afastado dos rumores. Embora o primeiro-ministro só tenha regressado esta manhã da sua viagem de descanso ao Norte (e por isso perdeu o encontro com Kennedy), o facto de ele voltar a Lisboa removeu a fonte de muita especulação (ou seja, que ele estava no Norte para acalmar a agitação nos militares).

3. Embora as especulações sobre a agitação nas forças militares tenham diminuído desde segunda-feira, as conversas sobre a alegada exaustão mental do primeiro-ministro ainda são desenfreadas. Os funcionários da embaixada ainda não conseguiram, até agora, identificar qualquer dado que confirme ou negue esse rumor.

TELEGRAMA 1974LISBON 05106_b

TÍTULO Preparativos finais em andamento para o Congresso do PPD de 23 a 24 de Novembro

DATA 21-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Conforme programado, o PPD de centro-esquerda (Partido Popular Democrático) realizará o seu primeiro congresso de 23 a 24 de Novembro em Lisboa. Espera-se que o congresso tenha a participação de cerca de 1200 delegados eleitos nas últimas semanas pelas filiais locais do PPD. Os três pontos da Ordem de Trabalhos são: a aprovação dos estatutos do partido, a discussão e aprovação do programa e a eleição de novos líderes.

2. Em conferência de imprensa na véspera do Congresso, três fundadores do partido e outros revelaram que os membros de um pequeno e recentemente extinto grupo social-democrata conhecido como Acção Democrática-Social, ingressaram no PPD. (Este é o primeiro grupo organizado a ingressar no Partido desde a sua fundação em Maio.) O principal propósito da conferência de imprensa foi declarar que a primeira fase da organização do PPD fora concluída, com o Partido estabelecido em 90% dos concelhos e mais de 60% das freguesias com «dezenas de milhares» de membros. (Comentário: entendemos que o PPD tem 120 sedes abertas – 95 a tempo integral – o maior número no Porto, seguido por Aveiro, Braga e Beja). Depois do Congresso, a primeira fase, a de construir uma organização e criar uma imagem para o partido, chegará ao fim, com caminho claro para o PPD concentrar esforços na «construção de uma sociedade socialista em liberdade».⁷⁷

⁷⁷ Incansáveis, esforços incansáveis...

3. O líder do Partido, Francisco Pinto Balsemão, ao discutir com os repórteres a orientação ideológica do PPD, reiterou que o socialismo através da democracia é o objectivo do partido, «apesar do que isso possa custar a Mário Soares, pertencemos à família (socialista) e queremos-nos juntar a ela.» Se o congresso do PPD aprovar, Balsemão disse que o partido fará todos os possíveis para se juntar à Internacional Socialista.

4. Comentário: Não se espera que o Congresso produza grandes surpresas, embora possa haver algumas mudanças de liderança no segundo escalão. A questão de solicitar a adesão à Internacional Socialista será, se levada à votação, provavelmente aprovada. Muitas pessoas no partido reconhecem que a admissão ao clube é uma apólice de seguro contra ataques da esquerda às credenciais ideológicas do partido, e que isso facilitará melhores relações com os partidos sociais-democratas na Europa.

TELEGRAMA 1974LISBON 05107_b

TÍTULO Boicote à empresa de propriedade americana Leo Burnett

DATA 21-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A empresa de publicidade de propriedade americana Leo Burnett, afectada por dificuldades económicas, procura sobreviver através da redução dos custos operacionais. Como os cortes envolvem a redução de pessoal, surgiram problemas laborais. A empresa enfrenta agora um boicote aos seus serviços de publicidade por funcionários dos meios de comunicação social, que a acusam de estar a reduzir o pessoal como parte de uma manobra reaccionária das multinacionais que conspiram para prejudicar a economia portuguesa. A embaixada discutiu o assunto com um funcionário do Ministério da Comunicação Social, apontando-lhe possíveis consequências sérias para Portugal e para os EUA, caso o encerramento da empresa seja atribuído a motivos políticos, em vez de económicos. Fim do Sumário.

1. A Leo Burnett Lda. é uma subsidiária integral da agência internacional de publicidade de Chicago, Leo Burnett International Inc. Ela opera em Portugal desde 1969, sendo a quarta maior agência em 1973. É a única agência de publicidade com a maioria de capital dos EUA (há uma empresa de maioria alemã).

2. Apesar do lucro líquido obtido em 1973, a posição da Leo Burnett até ao final de 1974 tem previsto um prejuízo cumulativo de 3,9 milhões de escudos (156 000 dólares); deste valor, aproximadamente 3 milhões de escudos representam o prejuízo previsto para 1974. Devido à recessão económica mundial e às circunstâncias particulares em Portugal, a Leo Burnett espera que 1975 seja um ano «sombrio» para a indústria da publicidade. A empresa decidiu reduzir prejuízos cortando despesas operacionais, ou seja, reduzindo pessoal (empresa diz que os salários representam mais de

70% das despesas). A decisão de demitir parte do pessoal foi comunicada aos funcionários a 24 de Outubro.

3. Desde 24 de Outubro, a empresa tem realizado discussões com os seus funcionários, com os representantes do sindicato envolvido e com funcionários do Ministério do Trabalho. A resposta inicial do sindicato foi a denúncia das demissões como «mais uma manobra do capitalismo multinacional». Desde então, o sindicato apelou ao boicote pelos *media* de toda a publicidade colocada pela Leo Burnett e notificou os clientes da empresa que a sua publicidade também será boicotada se forem feitas tentativas de colocar anúncios directamente. Artigos de jornais reportaram estes desenvolvimentos, colocando-os no contexto de tentativas de interesses estrangeiros (e o bicho-papão das «multinacionais») de prejudicar a economia portuguesa. Em reunião a 18 de Novembro com um funcionário da embaixada, o gerente da Leo Burnett declarou que o boicote, se continuar, forçaria a empresa a encerrar as portas à operação portuguesa. Ele declarou que, dadas as circunstâncias económicas da empresa, a decisão de continuar a operação até 1975 é marginal na melhor das hipóteses. Se o fluxo de caixa da empresa for interrompido pelo boicote, o encerramento será o próximo passo lógico.

4. Esse funcionário da embaixada levantou o caso Leo Burnett durante a discussão de 19 de Novembro com um funcionário do Ministério da Comunicação Social. Os dois pontos levantados foram:

a) A situação produzirá uma profecia auto-realizável, pois o boicote resultará na retirada de outra empresa «multinacional» de Portugal, adicionando assim problemas à economia e produzindo o resultado contra o qual o boicote pretende protestar;

b) Embora o fracasso de outra empresa operando em Portugal seja infeliz, o fracasso por boicote de inspiração política (não por razões económicas) poderia aumentar o clima de medo/incerteza entre os investidores

estrangeiros. Nem os interesses dos EUA, nem de Portugal são servidos pelo actual clima de investimento no qual o capital estrangeiro é automaticamente suspeito.

5. O funcionário do Ministério indicou compreensão para o problema, conforme descrito, e prometeu trazer o assunto à atenção de funcionários competentes. Ele sugeriu que a embaixada tratasse do assunto simultaneamente com os ministérios do Trabalho e dos Negócios Estrangeiros.

6. Para sua informação: a embaixada não está em posição de avaliar a posição comercial da Leo Burnett, nem a lógica ou equidade da sua decisão, de demitir parte considerável dos seus funcionários. No entanto, outras agências de publicidade decidiram, aparentemente, assumir perdas temporárias em vez de reduzir a equipa. Por causa da sua decisão de cortar pessoal, a Leo Burnett está isolada, uma posição que se torna ainda mais difícil por ser a única empresa de propriedade maioritariamente norte-americana. Há também algumas evidências de que os métodos da Burnett durante as negociações com os seus funcionários podem ter provocado uma forte reacção deles.

7. A nossa preocupação com as implicações políticas do boicote (e provável consequente encerramento da empresa) é aumentada pela impressão obtida durante a conversa com o gerente de Leo Burnett, de que a empresa não excluiria vir a tomar medidas de retaliação caso fosse forçada a encerrar as suas operações aqui. Dada a sua posição como Agência Internacional de Publicidade, a empresa poderia informar potenciais investidores estrangeiros que Portugal é uma má ideia, afastando capital e, de facto, ajudando a criar «a conspiração económica internacional» que a imprensa portuguesa constantemente descreve.⁷⁸

⁷⁸ Estes últimos dois parágrafos são uma boa ilustração do que são as multinacionais, do que estavam habituadas a ter e não abdicam de querer.

TELEGRAMA 1974LISBON 05111_b

TÍTULO Visita do senador Kennedy a Portugal

DATA 21-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O senador Kennedy passou 24 horas em Portugal, período em que se encontrou com o Presidente, o primeiro-ministro em exercício, Alves, o ministro dos Negócios Estrangeiros e membros do Movimento das Forças Armadas. Kennedy foi recebido calorosamente, especialmente pelo ministro dos Negócios Estrangeiros. As reuniões de Kennedy com as autoridades foram cordiais, mas geralmente de natureza protocolar. A cobertura da imprensa foi ampla e altamente favorável. Fim do Sumário.

1. O senador Edward M. Kennedy e a sua irmã Jean Kennedy Smith, bem como o conselheiro para os assuntos externos, Robert Hunter, chegaram a Lisboa na tarde de 19 de Novembro, tendo sido precedidos pelo assistente especial James King. No primeiro dia, encontraram-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, o Presidente Costa Gomes e o primeiro-ministro em exercício, Alves. À noite, o embaixador ofereceu uma recepção muito bem participada pelo governo, a Junta, o Conselho de Estado e seleccionadas figuras políticas, dos *media* e da cultura (a reunião regular do governo de terça-feira foi adiada para permitir que os seus membros participassem da festa). Mais tarde, à noite, o ministro dos Negócios Estrangeiros ofereceu um jantar informal com a maioria dos membros do governo, mais os líderes do PPD e do CDS. O ponto alto do jantar foi o cantar da música «Grândola Vila Morena», usada como sinal para o golpe de 25 de Abril; o canto foi conduzido pelo Brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho e pelo Major Victor Alves, acompanhados à guitarra pelos ministros Almeida Santos e Costa Brás.

2. No segundo dia, após um café da manhã com repre-

sentantes da imprensa, o senador encontrou-se com o ministro Alves e membros do MFA, incluindo o Brigadeiro Saraiva de Carvalho, o Tenente-Coronel Contreiras, o Tenente-Coronel Charais e o Capitão Pinto Soares. Após a reunião com o MFA, o senador Kennedy discursou num auditório na Gulbenkian sobre «O futuro de Portugal e os Estados Unidos», com palavras calorosas para Portugal (texto enviado por mala). O senador deu então uma conferência de imprensa e partiu ao início da tarde.

3. Ao longo do programa houve vários tipos de «encontros espontâneos com pessoas», incluindo uma caminhada pelo centro da cidade com paragem num café no Rossio, um passeio de Metro e o almoço final num modesto restaurante ao ar livre, na zona dos teatros.

4. A cobertura mediática durante a visita foi ampla e favorável. A imagem positiva de Kennedy também produziu uma imagem altamente positiva dos Estados Unidos na imprensa, um acontecimento único em Portugal nos dias de hoje, sem comparação com as visitas do Presidente Costa Gomes aos EUA e do Presidente Nixon aos Açores. A cobertura de página inteira, com manchetes laudatórias em praticamente todos os jornais de Lisboa, incluiu muitas fotografias de Kennedy com cidadãos comuns nas ruas. Os noticiários noturnos da televisão também deram um lugar de destaque à visita de Kennedy.

5. Embora praticamente nada de substancial tenha sido abordado na reunião do senador com membros do governo, ele deixou claro à imprensa, em discursos improvisados e no seu discurso na Gulbenkian, que apoiava o movimento de Portugal em direcção à democracia, que esperava que nem a extrema-direita, nem a extrema esquerda saíssem vitoriosas e que essa visão era compartilhada em geral pelo Congresso e pelo público americano. Em conferência de imprensa no Centro Cultural, Kennedy apoiou a ideia de os EUA prestarem ajuda a Portugal agora, em vez de o fazerem após a estabilização da situação política.

6. O ministro dos Negócios Estrangeiros Soares, ou melhor, o líder do Partido Socialista Soares, tirou o máximo proveito político da visita, como tinha feito anteriormente com as visitas de Mitterrand, Brandt e Palme. Soares esteve no aeroporto, tanto à chegada como na partida, encontrou-se com Kennedy no seu escritório, participou da recepção da embaixada, ofereceu um jantar, participou na sessão da Gulbenkian e fez-se notar pela imprensa em todas as oportunidades. Soares, no entanto, fez especial questão de solicitar que a embaixada convidasse os líderes do CDS e do PPD para a recepção e convidou Sá Carneiro e Freitas do Amaral para o seu jantar.

7. Uma nota amarga sobre a CIA foi dada por uma pergunta na conferência de imprensa, por parte de alguém que não era conhecido dos jornalistas presentes, mas apresentou um cartão de visita identificando-se como «Teresa Mendes, jornalista» e afirmou trabalhar para *O Século Ilustrado* (revista semanal de esquerda que faz parte do grupo que inclui o diário comunista *O Século* e a revista semanal *Vida Mundial*), tendo este último publicado recentemente um artigo sobre as supostas actividades da CIA em Portugal. Ela referiu-se ao facto de que o artigo da *Vida Mundial* descrevia a embaixada de Lisboa como um «centro de espionagem da CIA» e solicitou comentários do senador, já que a acusação não fora negada, nem pela embaixada, nem pelo governo português. O senador disse que tais acusações devem ser documentadas; caso contrário, serão irresponsáveis e prejudicam as relações entre os países. Ele expressou a sua indignação pela intervenção secreta da CIA nos assuntos de outros países e a sua opinião de que a CIA se deve limitar à recolha de informações de inteligência. Ele fez então uma declaração útil de que, tendo ouvido tais acusações em relação a Portugal, perguntou sobre elas em Washington e foi-lhe garantido por funcionários do governo dos EUA de que nenhuma actividade está a ser realizada em Portugal. Essa declaração foi neutralizada pelo seu comentário seguinte de que ele tinha recebido

garantias semelhantes anteriormente sobre o Chile, que depois se revelaram falsas. Ele terminou dizendo que qualquer suspeita de tais actividades em Portugal seria investigada pelo Congresso e prometeu verificar o assunto com o embaixador. Depois disso, Kennedy foi entrevistado pela televisão, que lhe fez a mesma pergunta, à qual ele respondeu dizendo que lhe tinha sido garantido por funcionários do governo dos EUA em Washington de que não há tais actividades em curso, em Portugal. Que tinha falado com o embaixador que o negara, assim como já tinha negado ao Presidente Costa Gomes e a outros funcionários do governo português, que a CIA estivesse envolvida em actividades intervencionistas em Portugal. Ele, portanto, negava com confiança essas acusações. Ele não fez nenhuma referência ao Chile na televisão. A pessoa que fez a pergunta original apareceu mais tarde na sala de embarque do aeroporto e recebeu a mesma resposta. Quando tentou debater o assunto mais a fundo, recebeu uma resposta um tanto acalorada do senador. Presumivelmente, *O Século Ilustrado* e/ou a *Vida Mundial* desta semana tentarão distorcer o assunto. A imprensa desta manhã (incluindo *O Século*) minimizaram, dando ao caso apenas uma breve menção escondida no meio da história.8. Comentário: A pergunta da CIA, que vemos como uma provocação comunista, não conseguiu prejudicar o efeito benéfico da visita. O apelo de Kennedy aos portugueses, seja em Lisboa ou em New Bedford, parece ser substancial, como até mesmo a imprensa comunista reconhece, a julgar pela ampla cobertura que lhe deram. Sentimos que a visita de Kennedy foi uma demonstração extremamente útil do alto interesse do Congresso e da simpatia pelo novo Portugal. Aliás, provavelmente fez mais por Mário Soares do que as visitas de Mitterrand, Palme e Brandt combinadas.

TELEGRAMA 1974LISBON 05114_b

TÍTULO Discussão com o ministro do Trabalho sobre o projecto de decreto sindical

DATA 22-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro do Trabalho foi informado sobre a preocupação do Departamento relativamente à probabilidade de uma confederação sindical unitária, conforme previsto no projecto de decreto, facilitar a dominação comunista do movimento sindical português. O ministro manteve um ponto de vista mais optimista. A reunião foi considerada uma útil troca de pontos de vista. Fim do Sumário.

1. A 18 de Novembro, o DCM contactou o ministro do Trabalho, Costa Martins, para apresentar o recém-chegado adido laboral. Embora a entrevista tenha sido realizada antes do recebimento do telegrama com instruções, o DCM mencionou as preocupações sobre o aspecto unitário do projecto de decreto sobre a organização sindical, tendo o ministro indicado que o projecto de decreto foi o resultado de um esforço para conciliar dois grupos irreconciliáveis, ou seja, aqueles que querem uma única confederação e aqueles que favorecem uma estrutura mais plural. O projecto de decreto que permite aos sindicatos que representam mais de 50% da força de trabalho sindicalizada criar uma confederação unitária aberta à participação voluntária de todos os sindicatos foi uma tentativa de compromisso.

2. Durante o almoço com o ministro do Trabalho a 20 de Novembro, o LABATT⁷⁹ levantou a questão da confederação

⁷⁹ O tal adido laboral, cargo criado na embaixada para a ingerência no Movimento Sindical Português.

única, referindo os pontos citados no telegrama. O ministro concedeu que os comunistas têm actualmente um papel dominante na Intersindical, mas afirma que a grande maioria dos trabalhadores portugueses não são comunistas. Ele não acredita que o decreto favoreça os interesses de qualquer partido em particular. Pessoalmente, não acredita na ideologia de qualquer partido, mas deseja criar uma organização suficientemente forte para representar os interesses dos trabalhadores.

3. O LABATT observou que as disposições do projecto de decreto, autorizando sindicatos e federações a ter «contactos» com organizações sindicais internacionais, mas permitindo somente à Confederação «filiar-se» em grupos internacionais, poderia limitar seriamente programas úteis, como os das Secretarias Internacionais de Comércio⁸⁰. O ministro parecia desconhecer a existência dessas secretarias e reafirmou que os seus contactos frequentes com os trabalhadores lhe mostraram que muitas vezes não é a Intersindical que é efectivamente a mais representada. Ele disse que o Ministério recebeu declarações de alguns sindicatos opondo-se a aspectos do decreto proposto. O ministro indicou que foram elaborados três projectos diferentes e o projecto actualmente em apreciação é o melhor compromisso.

4. O ministro não confirmou nem negou que os comunistas teriam a melhor hipótese de dominar qualquer futura Confederação Sindical. Ele, em vez disso, manteve que a situação não é tão grave quanto se projectou, porque os sindicatos portugueses estão fracos e desorganizados após 48 anos do sistema corporativo do Estado. Portanto, os trabalhadores recorrem a ele e ao Ministério, em vez de aos seus sindicatos, para resolver os seus problemas.

⁸⁰ As mesmas que a embaixada andava a mobilizar para se ingerirem na vida dos sindicatos portugueses.

Da mesma forma, os gestores viram-se para ele quando têm problemas laborais. Assim, é o Ministério que desempenha o papel-chave nas relações laborais em Portugal, e não os sindicatos. O LABATT expressou preocupação quanto à justificação do optimismo do ministro, tendo em conta a experiência de outros países europeus com Confederações Sindicais dominadas pelos comunistas. A conversa decorreu sem exaltações, embora o ministro se tenha irritado um pouco num determinado momento da conversa.

5. O ministro dá a impressão de uma pessoa jovem, vaidosa, ambiciosa, cheia de energia e boas intenções, mas sem sofisticação política, preparação académica ou consciência das suas próprias limitações. A sua aproximação simplista é reflexo das suas próprias convicções, em vez de uma máscara para motivos mais obscuros. O ministro é do Algarve, uma das regiões mais pobres de Portugal, e como sargento da Força Aérea foi seleccionado para frequentar o curso de 4 anos da Academia Militar. O ministro é popular devido à sua acessibilidade e frequentes aparições públicas. É também admirado pela sua «coragem» num cargo exigente que muitos achavam que rapidamente se tornaria grande demais para ele. Esta é a sua grande chance e ele está determinado a aproveitá-la ao máximo.

6. Embora a embaixada não esteja optimista quanto à possibilidade de o projecto de decreto-lei ser modificado com base nesta conversa, o ministro recebeu uma ideia clara das preocupações do Departamento.

TELEGRAMA 1974LISBON 05124_b

TÍTULO Preparativos para as eleições da Assembleia Constituinte em andamento

DATA 22-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O governo português começou os preparativos técnicos para as eleições da Assembleia Constituinte em Março. Representantes do Movimento das Forças Armadas denominam de «especulativos» os relatos de que o MFA já decidiu participar nos trabalhos daquela Assembleia. À medida que os preparativos finais para o recenseamento de eleitores começam, as indicações são de que a esquerda pode tentar tirar o partido conservador CDS do processo de registo. A reafirmação, na versão final da lei eleitoral, do dia 31 de Março de 1975 como o prazo final para realizar as eleições reforça a crença de que está tomada a decisão política de concretizar as eleições conforme programado. Fim do Sumário.

1. Nas últimas semanas começaram vários preparativos necessários para as eleições da Assembleia Constituinte de Março, para serem realizadas conforme programado. Cerca de 9 milhões de formulários de recenseamento de eleitores foram enviados para as 4029 secções eleitorais locais, e foram abertas licitações para a construção de 14 000 urnas.

2. Além disso, estão a ser formadas em todo o país as Comissões de Recenseamento Eleitoral de 5 pessoas que supervisionarão o recenseamento de eleitores a nível de cada freguesia. As expectativas são de que todas essas comissões estejam estabelecidas nas próximas semanas. No entanto, o recenseamento em si não pode começar até que o decreto-lei final sobre a eleição seja publicado no *Diário do Governo*, o que deve ocorrer nos próximos dias. A imprensa especula que o processo de recenseamento deve começar até à primeira semana de Dezembro, e durará 30 dias.

3. O Conselho de Estado reunir-se-á a 26 de Novembro para analisar a lei sobre aqueles que não podem votar por terem participado activamente no antigo regime. (Comentário: entendemos pelo subsecretário de Estado para a Administração Interna que no máximo 1000 a 2000 pessoas não poderão votar: todos os ministros do antigo regime, certos líderes da ANP e da Legião Portuguesa e todos os ex-funcionários da DGS. Não está claro se o embaixador na ONU Veiga Simão (antigo ministro da Educação) é afectado por esta lei, ou se será aberta uma excepção especial para ele).

4. Enquanto isso, um artigo de primeira página no *Diário de Lisboa* de alguns dias atrás especulava que o MFA tinha decidido desempenhar um papel activo na Assembleia Constituinte. Esse artigo foi denominado de «especulativo» por Victor Alves. O Brigadeiro Otelio Saraiva de Carvalho comentou: «Esta hipótese ainda não foi discutida e o assunto requer muita discussão.» O General Fabião, que foi contactado pela imprensa, por sua vez, disse desconhecer que quaisquer reuniões tivessem sido realizadas para discutir a possível participação do MFA nos trabalhos da Assembleia.

5. Por fim, temos em consideração no Conselho de Ministros a nova legislação para reservar lugares na Assembleia Constituinte aos portugueses que residem em Angola. A imprensa especula que talvez 2 ou 3 deputados sejam atribuídos a estes residentes, que, sob o projecto de lei eleitoral eram praticamente excluídos.

6. Os membros das Comissões de recenseamento de eleitores de 5 pessoas devem ser escolhidos pelo Presidente do Município ao qual a freguesia pertence, com base nas sugestões feitas pelos membros da freguesia. Os membros da Comissão devem ser «representantes de grupos e correntes políticas, bem como independentes que se identificam com o programa do Movimento das Forças Armadas». Essas comissões são encarregadas por lei de garantir a

justiça do processo de recenseamento eleitoral, que era muitas vezes fraudulento no passado. Na área de Lisboa parece que estão a ser exercidas pressões pela esquerda para excluir os representantes do partido conservador CDS de participarem nestas comissões. Na reunião de 9 de Novembro dos representantes das 53 freguesias de Lisboa, foi feita a recomendação de que, ao elaborar indicações para consideração pelo município, os distritos incluam um representante de cada um do PPD, PCP e PS, bem como um membro do MDP e uma outra pessoa a ser nomeada pelo distrito. Estas recomendações, embora não sejam vinculativas para o município de Lisboa, podem, se seguidas, definir precedente que será usado para tirar o CDS do processo de recenseamento noutros lugares do país. Esta exclusão será, por sua vez, adicionada como «prova» de que o CDS não se «identifica» com o Programa do MFA e que não é uma parte «representativa».

7. Comentário: O governo português decidiu, aparentemente, prosseguir com o cronograma eleitoral conforme descrito no Programa do MFA. A realização das eleições até 31 de Março de 1975 é um ponto essencial desse programa. Vários problemas técnicos, como a necessidade de recensear mais de 5 milhões de eleitores num mês, dificultarão o cumprimento deste calendário, mas acreditamos que a vontade política por parte do governo é suficiente para superar estas dificuldades. A reiteração do prazo de 31 de Março para a realização das eleições na lei eleitoral a ser publicada no final desta semana reforça essa convicção.

TELEGRAMA 1974LISBON 05137_b

TÍTULO O primeiro-ministro nega rumores sobre a sua saúde precária

DATA 22-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves regressou a Lisboa a 19 de Novembro. A 21 de Novembro, a televisão nacional portuguesa transmitiu uma entrevista com ele, gravada pouco antes do horário de transmissão, na qual o primeiro-ministro negou e denunciou rumores sobre a sua saúde precária. Observando que tais rumores não são nada mais do que mentiras postas a circular para obter determinados objectivos, o primeiro-ministro perguntou que interesses servem os rumores sobre a sua saúde e respondeu: os da reacção. A reacção, disse ele, está a atacar-nos em todas as frentes, mas não vai prevalecer.

2. Comentário: De maior interesse do que as palavras do primeiro-ministro negando histórias sobre a sua má saúde é a maneira como os comentários foram feitos. O primeiro-ministro começou com bastante calma, mas logo se tornou mais enérgico e teatral nos gestos. O pessoal da embaixada que assistiu à entrevista na TV teve diferentes impressões, mas o consenso geral é que a condição actual do primeiro-ministro é a «normal» para ele. Ou seja, Gonçalves não parece mais nervoso/excitável agora do que parecia há algum tempo. Ao falar em público ou para o público (TV) sobre assuntos nos quais acredita profundamente, Gonçalves tem tendência a falar com emoção e os seus gestos são animados. A sua aparição na TV depois das férias, portanto, não o mostrou nem mais nem menos «calmo» ou «relaxado» do que antes.

TELEGRAMA 1974LISBON 05170_b

TÍTULO Negociações sobre São Tomé e Príncipe

DATA 25-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Uma delegação do governo português está agora em Argel, em negociações com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). A imprensa de Lisboa especula que o acordo de independência é iminente, mas reconhece que a questão do referendo pode ser um grande obstáculo. Fim do sumário.

1. O ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, chefia a delegação do governo português que partiu para Argel a 23 de Novembro para negociar o acordo final sobre a independência de São Tomé e Príncipe com o MLSTP. Antes de partir para Argel, Almeida Santos expressou a esperança num acordo antecipado, com base em alguma forma de consulta popular. Santos disse que, embora o MLSTP seja o único movimento de libertação envolvido, isso não significa automaticamente que ele tenha o apoio da maioria das pessoas. Uma vantagem a ser obtida pelo MLSTP com o voto popular seria a confirmação do apoio popular e a sua própria legitimação.

2. A 25 de Novembro, a imprensa matutina de Lisboa coloca o acordo de independência como iminente, e que o documento final pode ser assinado durante o dia. No entanto, o correspondente do *Diário de Notícias* anota que há uma grande diferença por resolver entre as duas delegações: a questão da consulta popular. O MLSTP opõe-se à votação, alegando que no acordo entre o governo português e o MLSTP de 3 de Outubro o governo já reconheceu o MLSTP como único e legítimo representante do povo de São Tomé e Príncipe. Portanto, é desnecessário e ilógico para o governo ir agora perguntar às pessoas se elas desejam ser governadas pelo MLSTP.

3. O artigo do diário destaca a importância do precedente. O MLSTP está apontando para o precedente do acordo do governo português com o PAIGC, no qual o PAIGC foi reconhecido como parte certa para formar o governo da Guiné-Bissau sem realizar o referendo. Almeida Santos observou que Portugal tem mais do que apenas um território para descolonizar e que, além de «legitimar» o MLSTP através da realização do voto popular, a única forma de manter o princípio de que as pessoas dos territórios descolonizados devem ser consultadas é consultando-as, através do processo eleitoral.

TELEGRAMA 1974LISBON 05179_b

TÍTULO Partido Popular Democrático (PPD) realiza Congresso e afirma posição de centro-esquerda

DATA 26-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O primeiro Congresso do PPD concluiu-se, tal como programado, na noite de 24 de Novembro com a reafirmação da sua posição ideológica social-democrata de centro-esquerda e com a sua unidade interna intacta. Além disso, os líderes anteriores do partido foram reeleitos como esperado. Não houve surpresas reais no congresso de dois dias e a proposta de se juntarem à Internacional Socialista foi ratificada pelos delegados. Fim do Sumário.

1. O PPD, que se formou a 7 de Maio último, realizou o seu primeiro Congresso no Pavilhão dos Desportos em Lisboa, no fim-de-semana de 23/24 de Novembro. Estavam presentes 994 delegados de todo o país e das ilhas adjacentes e 1500 militantes sem voto. Também estavam presentes como observadores externos, na última sessão, representantes de várias embaixadas, bem como do Partido Republicano Italiano, da União Social Democrata de Espanha, da Sociedade Fabiana e do Partido Social Democrata dinamarquês. (Os partidos sociais-democratas alemão, sueco e norueguês, embora convidados, não compareceram, nem o Partido Trabalhista britânico, que retirou no último minuto os dois observadores que deveria ter enviado). Os partidos socialista e comunista portugueses, e a SEDES, enviaram representantes ao Congresso. O conservador CDS e o MDP, dominado pelos comunistas, no entanto, não foram convidados. O ministro do Trabalho, Costa Martins, serviu como representante do Movimento das Forças Armadas; a filha de Humberto Delgado e vários secretários de Estado também estiveram presentes.

2. A maioria dos delegados parecia ter entre trinta e quarenta anos, sendo a grande maioria do sexo masculino. Casacos, gravatas e camisolas de gola alta eram as roupas predominantes. Poucas barbas eram visíveis entre os participantes, que pareciam ser principalmente da classe média. Os participantes do congresso estavam entusiasmados e atentos, muitas vezes de pé, aplaudindo e cantando «PPD» e «Unidade».

3. A boa organização, pela qual o PPD é conhecido, ficou evidente na preparação dos materiais levados ao Congresso. Cada delegado recebeu uma pasta com os documentos de trabalho do PPD e propostas de rascunho (os quais tinham sido enviados à Comissão Política do PPD para sua consideração até ao prazo de 18 de Novembro, conforme exigido pelas regras do partido), e foram fornecidos serviços de tradução simultânea para a imprensa e observadores estrangeiros. Vários guias e voluntários estavam espalhados pelo pavilhão para ajudar os delegados e outras pessoas. A polícia e a polícia militar estavam estacionadas fora do pavilhão como medida preventiva, mas que se provou ser desnecessária, pois não ocorreu nenhum incidente.

4. O Congresso centrou-se principalmente na análise das linhas gerais do programa do partido e na aprovação dos estatutos do partido, conforme exigido pela nova lei sobre partidos políticos. Foram propostas cerca de 200 pequenas alterações e aditamentos ao documento de trabalho sobre o programa elaborado pela Comissão Política. O esboço do programa, que finalmente foi aprovado em versão preliminar, apela à eleição universal e directa do Presidente da República e a um sistema parlamentar de governo. (O sistema presidencial foi rejeitado por tender a concentrar, nas mãos de uma única pessoa, muito poder, tão pouco tempo após o fim de uma ditadura). O maior acesso à assistência médica pelas pessoas, uma alternativa civil ao serviço militar, bem como uma cláusula de objecção de consciência também foi apoiada.

Na frente económica, o programa inclui uma maior participação do Estado na economia, incluindo alguma nacionalização em sectores-chave, e o fim dos monopólios privados. A elaboração do programa final foi deixada para a nova Comissão Política, que espera publicar o programa completo nas próximas semanas.

5. O Congresso também deu à direcção o mandato para procurar a admissão à Internacional Socialista (IS). (No entanto, na véspera do Congresso, a imprensa local publicou o texto do telefonema do secretário-geral da IS, Hans Janitschek, para o líder do Partido Socialista, Mário Soares, reiterando que o Partido Socialista é o único membro português da IS. No telefonema disse que a IS não teve contactos com o PPD, nem tal está planeado. A IS dá o seu «apoio completo» ao Partido Socialista e nega «falsos rumores» de contactos entre a IS e o PPD).

6. O Congresso também elegeu novos líderes, que com poucas excepções são os mesmos de antes. Embora quatro listas de candidatos separadas tenham sido votadas, apenas um punhado de votos foi para três dessas listas. O apoio quase unânime foi dado às listas contendo os nomes dos líderes anteriores, que tendem a ser jovens (trinta e quarenta anos) e que apoiam a inclinação moderada à esquerda para o programa do Partido. (A lista de líderes e militantes do PPD foi enviada ao Departamento em separado). Sá Carneiro, popular em todas as sensibilidades do partido, reafirma-se como secretário-geral, e tanto Magalhães Mota como Francisco Pinto Balsemão estão de volta. Uma nova adição à liderança foi Marcelo Rebelo de Sousa, editor-assistente do *Expresso*, que poucos dias antes do Congresso ameaçou sair do partido se este não ratificasse a actual linha «socialista». O partido votou para apoiar «o socialismo em liberdade através de reformas graduais e no ritmo a ser decidido pela vontade do povo», o que satisfaz Rebelo de Sousa, que permaneceu no partido e assim evitou uma vergonhosa demonstração de desunião nas suas fileiras.

7. Comentário: Como esperado, o congresso não produziu surpresas. A orientação – esquerda moderada (social-democrata) – do PPD foi apoiada pelo Congresso, sem dúvida tanto por convicção quanto pelo desejo de adquirir o rótulo protector de «esquerda», que, pensam no partido, pode protegê-lo contra ataques futuros caso outro «golpe de 28 de Setembro» ocorra (ou seja inventado). A mesma preocupação está por detrás da proposta de juntar-se à IS. Muitos acreditam que esta questão foi mal tratada pela liderança do PPD, e que Soares teve tempo para mobilizar a oposição de velhos amigos na IS contra a admissão de recém-chegados à sua direita que buscam o conforto e a segurança de membros da IS. O telegrama de Janitschek para Soares deixa claro que o PPD terá que fazer muita política entre os socialistas europeus para que o seu pedido de admissão seja aceite face à oposição determinada de Soares. A candidatura formal não pode ser feita até depois das eleições de Março. A falha em ser aceite pela IS fará o PPD parecer tolo e fornecerá munição aos seus inimigos tanto à direita quanto à esquerda. (Qualquer informação que os destinatários possam fornecer sobre as atitudes do Partido Socialista local e do Partido Social-Democrata sobre a candidatura do PPD à IS seria apreciada).

8. De muito mais interesse do que o Congresso do PPD será o Congresso do Partido Socialista, marcado para meados de Dezembro. Se os moderados se separarem dos socialistas como alguns esperam e se juntarem ao PPD, podem ter uma oportunidade para permanecerem na IS e assim conseguir a admissão do PPD à IS. De qualquer forma, o Congresso socialista promete ser um assunto muito mais significativo e emocionante do que o do PPD, relativamente unificado e organizado.

TELEGRAMA 1974LISBON 05191_b

TÍTULO Portugal e a questão Khmer⁸¹ na 29.ª Assembleia-Geral da ONU

DATA 26-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A embaixada foi informada esta manhã pelo chefe do gabinete de Soares, Cunha Rego, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros fora avisado pelo gabinete do Presidente de que a decisão do Conselho de Ministros de se abster na resolução da ASEAN seria mantida. Ele, portanto, recomendou uma conversa com o primeiro-ministro.

2. O embaixador e o DCM tiveram uma hora de discussão com Gonçalves esta tarde. No decurso da discussão, o embaixador pôde apresentar todos os argumentos disponíveis, incluindo o argumento de que a posição de Portugal sobre esta questão poderia ser interpretada como um indicador de uma alteração na postura internacional de Portugal.

3. O primeiro-ministro afirmou que a posição de Portugal sobre esta questão não foi tomada de ânimo leve, mas somente após uma considerável discussão no Conselho de Ministros e com o Presidente. O governo português não tem nenhuma intenção de fazer qualquer coisa que prejudique os interesses dos seus amigos, sejam os seus

⁸¹ As dezenas de pressões realizadas sobre o governo português nesta questão têm uma explicação simples: em 1974, os EUA tentavam garantir que a ONU não retirasse a representação do Camboja ao governo militar aí colocado através de um golpe de Estado e a relação de forças na Assembleia-Geral da ONU estava muito equilibrada. Os EUA conseguiram o seu intento por apenas três votos. Em 1979, as mesmas pressões passaram a ser colocadas em manter como representantes os Khmer Vermelhos, mas essa é uma história ainda menos edificante.

amigos tradicionais, incluindo especialmente os Estados Unidos, sejam os novos amigos que está a conquistar no Terceiro Mundo. O governo português acredita que, ao abster-se, não prejudica os interesses dos EUA. O elemento mais importante na sua decisão de abstenção foi o reflexo de que um voto a favor poderia ter entre aquelas nações africanas e árabes cuja amigável assistência Portugal considera vital no processo crucial de descolonização. Ele pediu que o governo dos EUA se colocasse na posição do governo português. É da maior importância para Portugal que o processo de descolonização seja levado adiante da forma mais suave possível. Consequentemente, Portugal considera que não pode fazer nada que possa antagonizar os países africanos em geral e, especificamente, aqueles países que apoiam os vários movimentos de libertação. (Uma tentativa, neste momento, de lhe lembrar que o processo de descolonização em Timor poderia não ser ajudado pelo facto de o Governo de Portugal não apoiar uma resolução patrocinada pela Indonésia não obteve resposta). Em conclusão, o primeiro-ministro afirmou que ele e o seu governo iriam rever a sua posição sobre o assunto e procurar recolher o máximo de informação relevante possível, na sequência da diligência diplomática.

4. Assumindo o atraso no debate devido à morte de U Thant⁸² significa que nenhuma votação ocorrerá até 28 de Novembro, dando tempo para que o assunto seja discutido no Conselho de Ministros, amanhã, com Soares presente. Enquanto isso, solicito urgentemente a discriminação completa dos votos pro e contra esperados. O comentário do oficial de protocolo presente na reunião é muito pertinente; ele disse que se os EUA pudessem mostrar alguns países árabes e africanos como votando a favor, Portugal poderia muito bem apoiar a Resolução.

⁸² MAHA THRAY SITHU U THANT: Antigo secretário-geral da ONU.

TELEGRAMA	1974LISBON 05203_b
TÍTULO	Pedido português de assistência em questões policiais
DATA	27-11-74
ASSINADO	SCOTT
CONTEÚDO	1. A embaixada em Lisboa deseja legalmente restabelecer a ligação com a Polícia Judiciária portuguesa. 2. A embaixada deseja apoiar qualquer esforço que possamos fazer para melhorar as capacidades da polícia na aplicação da lei e na colecta de informações. No entanto, o apoio dos EUA precisará de ser realizado de forma discreta para não atrair a atenção da extrema-esquerda, que se tiver conhecimento da actividade dos EUA nesta área, sem dúvida começará a fazer muito ruído sobre a interferência dos EUA nos assuntos internos portugueses. 3. Já que a presença de conselheiros dos EUA seria provavelmente demasiado visível, talvez a melhor forma de podermos ajudar fosse através de treino nos EUA. 4. Pode ser útil programar formação nos EUA com ou sob a cobertura do Programa Internacional de Controlo de Drogas. 5. Ficaria muito grato por quaisquer comentários do Departamento e aguardo com expectativa a próxima visita do LEGAAT⁸³ Grimaldi.

⁸³ LEGAAT: Adido Legal do FBI, responsável pela interferência junto do sistema policial e de justiça de todo o mundo.

TELEGRAMA 1974LISBON 05204_b

TÍTULO Ataque soviético ao embaixador-designado Carlucci

DATA 27-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Em conversa de 25 de Novembro com o conselheiro político da embaixada, o chefe do gabinete presidencial, Tenente-Coronel Ferreira da Cunha, disse que um grupo de visitantes russos (talvez os líderes sindicais que estiveram aqui recentemente) lhes disseram que Portugal não deveria aceitar Carlucci como embaixador porque ele era perigoso. Os russos então fizeram um relato distorcido das actividades de Carlucci em Zanzibar, no Congo e no Brasil.⁸⁴

2. Ferreira da Cunha disse aos russos que isso não era da conta deles.

3. A embaixada inclina-se a levar este assunto a sério. A URSS pode ser uma fonte de informações para as especulações dos *media* de esquerda sobre o provável interesse e a actividade de alto nível da CIA em Portugal. Estes ataques tiveram algum sucesso em convencer até os nossos amigos de que a embaixada e o Governo dos EUA estão envolvidos em actividades clandestinas em Portugal. Por exemplo, algumas fontes da embaixada tornaram-se cuidadosas com o contacto público com a embaixada. A campanha de inspiração soviética contra o novo embaixador poderia ser prejudicial à sua eficácia aqui.

4. Pode ser útil para a embaixada procurar uma ocasião, como um almoço com um conselheiro russo, para avisar os soviéticos de forma discreta que estamos cientes do ataque soviético descrito acima. Solicito orientação do Departamento.

⁸⁴ Da Tanzânia foi expulso, no Congo era o DCM (vice-chefe da Missão), na altura em que o Ocidente assassinou Patrice Lumumba e colocou Mobutu no poder, ao Brasil chegou com o golpe militar consumado, mas a tempo de ser cúmplice de muita repressão e assassinatos. Depois, viria a ser vice-director da CIA. É normal que tenham vergonha de tais serviços...

TELEGRAMA 1974LISBON 05211_b

TÍTULO Portugal, Angola e o Zaire

DATA 27-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Embora a avaliação de Bula sobre a situação portuguesa seja basicamente correcta, os líderes do governo português, Alves, Antunes e Costa Gomes, não são unânimes na decisão ou inclinação de entregar Angola ao MPLA. Por outro lado, o governo português está firmemente comprometido com as eleições de Março. Fim do sumário.

1. O «Alvarez» de que fala Bula é, sem dúvida, o Major Victor Alves, que é, como o Major Melo Antunes, um ministro sem pasta, membro da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas e Conselheiro de Estado. Alves, Antunes e o primeiro-ministro Gonçalves são, para todos os efeitos, os membros mais influentes do governo português. Antunes recebeu responsabilidades especiais no campo da descolonização, enquanto Alves tem responsabilidade em vários campos, incluindo a Defesa e a Comunicação Social. Antunes é geralmente considerado o mais à esquerda dos três. Se isto o torna «orientado para Moscovo» pode depender do ponto de vista do observador. Ele deu provas claras de ser «orientado para o Terceiro Mundo» e parece partilhar a tendência do Terceiro Mundo a favor do MPLA entre os três grupos de libertação em Angola. Uma vez que Bula/Mobutu obviamente favorecem a FNLA e estão apreensivos com as ligações do MPLA a Moscovo, qualquer pessoa com uma tendência para o MPLA seria, na sua opinião, «orientada para Moscovo».

2. Após o golpe, as opiniões sobre Victor Alves foram inicialmente contraditórias (como acontecia com praticamente todos os desconhecidos do MFA), com alguns a chamá-lo de comunista e outros a insistir que era fascista. Agora, ele é geralmente considerado um moderado

dentro do MFA e, na medida em que influencia Antunes, é provável que seja uma influência restritiva. Alves, é claro, opera dentro da orientação política geral do MFA que está claramente à esquerda do regime anterior de Caetano, mas cada vez mais parece melhor caracterizá-lo como um socialista moderado com uma forte vontade de reforma social. Não descartamos a possibilidade de que essa aparente orientação do MFA possa ser um a pele de ovelha para um lobo comunista. As provas disso estão, nesta fase, longe de serem conclusivas, e baseiam-se em grande parte em declarações de pessoas que têm algo a perder materialmente mesmo que o objectivo do MFA esteja limitado a uma reforma social bastante substancial. A suposição de que o objectivo eventual da actual liderança do MFA é de extrema-esquerda poderia tornar-se auto-realizada se as acções dos poderes externos interessados, por acção ou omissão, se basearem nesta suposição neste momento.

3. Concordamos com a avaliação de Bula de que Costa Gomes é mais astuto politicamente do que Spínola. Se ele está ou não em posição de controlar a situação, não está claramente estabelecido. Além do seu prestígio entre os militares, a sua posição como Presidente e na presidência do Conselho de Estado fornece-lhe autoridade para exercer o controlo. O seu estilo de governar, no entanto, é totalmente diferente do de Spínola, que tomava decisões sem consultar ninguém e depois tentava impô-las a subordinados relutantes (por exemplo, nunca disse nada a Soares sobre a reunião do Sal com Mobutu, antes ou depois da mesma). O estilo de Costa Gomes é mais semelhante ao prescrito num curso de gestão da escola de negócios de Harvard: ouvir todos os pontos de vista, procurar um consenso, maximizar a delegação de autoridade e minimizar as ocasiões em que a sua própria autoridade final é exercida. Claramente, há riscos inerentes a este estilo: Costa Gomes pode achar que as acções são menos importantes do que a manutenção do consenso (como parece estarmos a testemunhar no momento

em relação à questão da representação cambojana na ONU); o não exercício contínuo da autoridade que sua posição lhe dá poderia resultar na atrofia dessa autoridade. Mas, até o momento, a autoridade de Costa Gomes continua basicamente por testar.

4. No que diz respeito à descolonização, Costa Gomes preside à Comissão Nacional de Descolonização, onde se definem as políticas. No caso específico de Angola, consideramos significativo que a viagem de Antunes a Argel para falar com Agostinho Neto tenha sido precedida pelo contacto de Soares em Tunes com o secretário dos Negócios Exteriores da FULA, Johnny Eduardo, e seguida pelas conversações de Soares em Kinshasa com Roberto e Savimbi. Na medida em que Alves e Antunes são pró-MPLA, isso tenderia a indicar que eles não estão a controlar tudo em relação a Angola, mas que o consenso de Costa Gomes está a ser bem-sucedido em obter uma audiência e, esperamos, uma parte da acção para a FNLA e para a UNITA, bem como para o MPLA.

5. Quanto à informação de Bula sobre eleições, ele subestima o grau em que o MFA, quer queira quer não, se comprometeu com o programa do MFA como a sua bíblia, cujo novo testamento pede eleições antes de 31 de Março. Acreditamos que o devoto MFA, se for fisicamente possível, cumprirá esse prazo. A declaração de Bula de que o MFA teme uma vitória de Spínola é numericamente precisa: o MFA teme que a direita saia vitoriosa das eleições para a Assembleia Constituinte e que isso poderia frustrar os seus objectivos sociais reformistas. Por estas razões, o debate está agora em andamento dentro do MFA sobre se eles devem ou não estar representados na Assembleia Constituinte para garantir que a assembleia não desvie Portugal do caminho da reforma social. Nos últimos dias, o General Fabião (Chefe do Estado-Maior do Exército, membro da Comissão Coordenadora do MFA, Conselheiro de Estado) disse ao DCM que se opõe firmemente à presença do MFA na Assembleia, enquanto o Major Seabra (membro

do MFA no Estado-Maior da Força Aérea) insistia que o MFA deve estar na Assembleia, mas somente como observadores sem voto. Isto indica que o debate sobre este assunto dentro do MFA ainda não está resolvido, embora com a tendência do MFA se afastar de disputar eleições para um papel mais passivo. Mas uma coisa parece clara: haverá eleições.

TELEGRAMA 1974LISBON 05236_b

TÍTULO Ministro sem pasta Melo Antunes visita Argel

DATA 29-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O ministro sem pasta Melo Antunes visitou Argel, reunindo-se com Agostinho Neto, o Presidente Boumedienne e outras autoridades argelinas. A visita promove o desenvolvimento dos laços Portugal-Argélia e pode ter servido para fortalecê-los. Fim do Sumário.

1. Regressando a Lisboa a 21 de Novembro, após uma breve visita a Argel, o ministro sem pasta Melo Antunes referiu-se à Argélia como «uma das chaves que nos podem abrir as portas do mundo árabe». Antunes considerou a Argélia «um dos nossos aliados naturais no Terceiro Mundo» e sugeriu que Portugal poderia aprender muito com os exemplos da Argélia no campo do desenvolvimento económico (Antunes descartou, ao mesmo tempo, a possibilidade de copiar as formas políticas argelinas, na medida em que Portugal é um «país europeu com outras características.»)

2. Antunes disse que as suas conversas com as autoridades argelinas correram bem, particularmente com o Presidente Boumedienne. Os assuntos tratados incluíram a descolonização, as relações económicas e culturais, bem como tópicos políticos mais gerais «de interesse para toda a área geopolítica (bacia do Mediterrâneo) em que os dois países se encontram.» Antunes lembrou a hospitalidade que a Argélia proporcionou aos antifascistas portugueses durante os anos anteriores à Revolução de 25 de Abril, da qual cresceram as actuais relações de amizade.

3. Antunes pouco disse sobre a natureza de suas conversas com o líder do MPLA, Agostinho Neto, além de re-

conhecer que elas trataram da descolonização angolana. Artigos da imprensa de Lisboa descreveram a visita de Antunes e Neto a Argel como envolvida em segredo, sem que nenhuma declaração prévia fosse prestada e sem que fosse permitido a algum jornalista contactar os homens durante as suas discussões. Antunes e Neto foram vistos separadamente por Boumedienne.

4. Comentário: A Argélia já desempenhou o papel de anfitrião e facilitador nas negociações do governo português com o PAIGC e o MLSTP. No caso de Angola e Moçambique, a Argélia terá transmitido a Marcelino dos Santos da Frelimo e Agostinho Neto do MPLA a sua opinião de que a «balcanização» de África deve ser evitada (no último caso, isso equivaleria a exortar a uma posição rígida contra os separatistas cabindenses.)

TELEGRAMA 1974LISBON 05253_b

TÍTULO Situação Sindical em Portugal

DATA 29-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Os seguintes factores são dominantes na situação sindical actual em Portugal:

a) Continua a existir a estrutura sindical anteriormente existente, construída sob o sistema corporativo de Salazar/Caetano, incluindo boas sedes sindicais, um sistema de quotas pagas directamente aos sindicatos e serviços de emprego e contratação de pessoal geridos pelo sindicato. A única mudança fundamental ocorreu na liderança sindical, à medida que novos grupos de jovens líderes (menos de 30 anos) com orientação política substituíram os antigos funcionários do governo.

b) A grande maioria desta nova liderança é fortemente orientada para a linha do Partido Comunista, particularmente nos maiores e mais importantes sindicatos. Aqueles que controlam eficazmente o trabalho organizado em Portugal praticamente não conhecem as organizações internacionais de trabalho de orientação ocidental. Embora o activismo político e a orientação dos líderes não sejam indicativos seguros das opções da maioria dos representados pelos sindicatos, há uma aceitação geral pelos trabalhadores das decisões tomadas em seu nome pela direcção.

c) O apoio ao decreto-lei proposto pelo governo, que prevê um movimento sindical unitário (leia-se Intersindical), varia do fervoroso ao tacitamente a favor, mas a direcção sindical e os *media* transmitem com sucesso a impressão de um apoio impressionante dos trabalhadores a favor de um movimento sindical unitário. Qualquer líder sindical que se opusesse publicamente ao decreto-lei seria vulnerável a acusações de ser reaccionário. O partido de centro-esquerda PPD e o Partido Socialista opõem-se a um movimento sindical unitário imposto pelo gover-

no, mas só conseguiram dar a conhecer a sua oposição através do partido, e não através de canais sindicais organizados. A Confederação Internacional de Sindicatos Livres (ICFTU) também teve um sucesso limitado (através do seu Centro de Estudos Sindicais – CES) em tornar conhecidos os seus argumentos contra as características da proposta de decreto-lei.

d) Grupos anteriormente relatados como possíveis fontes de oposição à Intersindical são actualmente ineficazes. Os trabalhadores portuários podem eventualmente formar um sindicato nacional independente da Intersindical, mas o Sindicato dos Estivadores está, actualmente, a passar por uma crise de liderança. Os trabalhadores têxteis do Porto realizam eleições a 8 de dezembro e a sua posição é duvidosa. As organizações dos trabalhadores católicos LOC e JOC têm um número limitado de membros dispersos em vários sindicatos. O seu grupo, o Movimento Sindical de Base, opõe-se à Intersindical como um movimento sindical unitário, mas não tem apoio significativo.

2. A recente viagem do adido sindical ao Porto confirma o controlo comunista da máquina orgânica dos principais sindicatos de lá. O Consulado do Porto relata separadamente o tratamento noticioso nada amigável da visita recebida. Segue informação com comentários sobre a situação sindical no Norte.

3. Comentário: Embora ainda exista a possibilidade de que o governo português não imponha um movimento sindical unitário por lei, tal decisão seria o resultado das pressões do PPD e dos socialistas dentro do Conselho de Ministros e do Conselho de Estado. Dentro do próprio movimento sindical organizado, aqueles que favorecem a posição apoiada pelos comunistas da imposição de um Movimento Sindical Unitário ganharam claramente.⁸⁵

⁸⁵ Mais uma importante lição democrática: os sindicalizados estão de acordo com a proposta do governo; a embaixada dos EUA não está; o que deve ser feito sobre as questões de como se organizam os trabalhadores? Se é para ser democrático, o que a embaixada dos EUA, e o PS e o PSD querem.

TELEGRAMA 1974LISBON 05255_b

TÍTULO Plano de descolonização do governo português para Angola

DATA 29-11-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Em conversa com funcionários da embaixada a 29 de Novembro, o secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, Jorge Campinos, confirmou que o governo português está esperançoso em convocar uma mesa redonda sobre o futuro de Angola para Dezembro, em Lisboa. A FNLA e a UNITA concordaram definitivamente em participar da reunião e a melhor informação disponível é que o MPLA (Neto) também estará disposto a participar. Campinos indicou que nem as facções Chipenda nem Andrade estariam na reunião, acrescentando que, na verdade, a facção Andrade agora parece estar dividida em três partes.

2. Campinos disse que a posição do governo português no momento é formar um governo de transição liderado por um Alto Comissário nomeado por Lisboa, que seria um português, com os três movimentos de libertação, cada um recebendo um secretário de Estado sem pasta. A principal tarefa do governo de transição seria organizar eleições para uma Assembleia Constituinte. Campinos enfatizou que esta era a solução que o governo esperava, mas que está preparado para negociar sobre este ponto. No entanto, eles estão determinados a ter algum tipo de consulta popular em Angola, seja através de eleições para a Assembleia Constituinte ou de alguma outra forma. O governo português espera que a fórmula negociada com o MLSTP, que contém uma disposição para a eleição de uma Assembleia Constituinte (um ponto sobre o qual houve as negociações mais difíceis), se torne um padrão para consultas populares, tanto em Cabo Verde como em Angola. Em confidência, afirmou que o governo português tem um acordo secreto para tal consulta em Cabo Verde. Concluiu observando que, se o governo português tiver sucesso neste esforço, poderá ser capaz de dar a África uma contribuição portuguesa original: um Estado multipartidário.



1974LISBON

Dezembro



TELEGRAMA 1974LISBON 05266_b

TÍTULO Novas leis autorizam intervenção governamental nas empresas

DATA 02-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Sumário: Na semana passada, o governo emitiu dois decretos-leis regularizando e ampliando a autoridade legal para a intervenção estatal em empreendimentos económicos. Na regularização de acções como a que foi tomada para acabar com a recente greve das TAP, uma nova lei autoriza a «requisição civil» temporária de actividades em certos sectores essenciais para garantir a operação normal. Ampliando o precedente estabelecido com a assumpção governamental da gestão do Banco Intercontinental Português (BIP), outra lei prevê a «assistência» do Estado a empresas privadas que não «contribuem normalmente» para o desenvolvimento económico do país. A assistência pode variar, desde uma assistência financeira com assumpção da gestão até à nacionalização. As reacções iniciais parecem calmas, mas as novas leis provavelmente não ajudarão à confiança nos negócios. Fim do sumário.

2. Requisição civil. O decreto-lei 637/74, emitido em 20 de Novembro pelo ministro da Defesa, legaliza em casos «excepcionalmente graves» a «requisição civil» de bens, serviços e empreendimentos essenciais de certos sectores fundamentais. A requisição, de natureza implicitamente temporária, é para assegurar a operação regular. Os sectores abrangidos são serviços públicos, como correios, telefone, telégrafo, água e electricidade, transporte (incluindo marítimo e aéreo), portos, aeroportos e terminais ferroviários (com ênfase na carga), indústrias químico-farmacêuticas, indústria alimentar (especialmente essenciais), mineração, combustíveis, construção e reparação de navios, indústrias de defesa, sistema de crédito, serviços médicos/hospitais e saneamento (incluindo serviços funerários).

3. A lei estende-se às águas territoriais, incluindo fundo marinho e subsolo, plataforma continental e navios e aeronaves de bandeira nacional. A requisição pode ser ordenada por decreto ministerial, sujeito à aprovação prévia do Conselho de Ministros. O decreto deve declarar o objecto e a duração da requisição, a autoridade responsável, o cronograma das actividades exigidas e (quando as forças armadas estão envolvidas) o método de intervenção militar e o comando da unidade. Se os militares intervierem, eles podem, concomitante ou separadamente, impor a disciplina militar, incorporar a empresa ou o serviço nas forças militares, assumir a gestão e substituir pessoal civil por militares. Sob o regime militar, o pessoal ausente de serviço é acusado de deserção. Nos termos da lei, o governo tem o poder de direccionar um serviço público ou uma empresa para um campo de actividade diferente do seu normal, e pode substituir o pessoal estrangeiro por português, se necessário.

4. Assistência do Estado. O decreto-lei 660/74 de 25 de Novembro prevê a «assistência» do governo ao desenvolvimento económico nacional e aos mais elevados interesses nacionais. Circunstâncias nos sectores que podem levar a tal assistência incluem o encerramento, ameaça de despedimentos significativos sem justa causa, abandono de instalações, descapitalização ou desinvestimento significativo e injustificado, lentidão repetida ou falha no cumprimento de obrigações, uso inadequado de fundos, redução na produção não justificada pelas condições de mercado, aumento injustificado nas despesas ou outras situações causadas por atividade de gestão fraudulenta ou gravemente negligente.

5. Quando houver razões fundamentadas, o Ministério pode iniciar uma investigação urgente. Os funcionários da empresa são obrigados a prestar assistência total ao investigador; tentativas de ocultar ou destruir documentos ou fornecer informações enganosas sujeitas a penalidades criminais. Se a investigação revelar que a empresa se encaixa nos critérios (parágrafo 3 acima)

e o interesse nacional ou regional justificar o evitar da liquidação ou da falência, o ministro que iniciou a investigação pode:

a) Propor ao Conselho de Ministros a nomeação de delegados do governo, nomear nova gestão ou mesmo, em casos excepcionais, a nacionalização;

b) Propor ao ministro das Finanças que o Estado contribua para a obtenção de assistência financeira;

c) Incentivar separadamente ou em colaboração com outros departamentos quaisquer acções necessárias, impondo reformas estruturais e económicas, incluindo aquelas relacionadas com o capital das empresas.

6. Se houver um delegado do governo, ele tem poder de veto sobre as decisões da empresa. Se as suas decisões não forem respeitadas, ele pode propor ao Conselho de Ministros a substituição do Conselho de Administração. O Conselho de Administração pode, após notificar o Conselho de Ministros, assumir os poderes da reunião de accionistas para se fundir com outras empresas, e tem amplos poderes de alteração estatutária. Se o investigador recomendar o auxílio financeiro deve fazer propostas concretas e justificadas, bem como nomear as garantias a serem consideradas. A intervenção financeira, independentemente da assembleia de accionistas, pode consistir na participação no capital social, subscrição de empréstimos convertíveis em acções, empréstimos ou títulos.

7. Quando as condições se normalizarem, os representantes do governo retiram-se, deixando para trás recomendações para acções futuras da empresa. O proprietário ou a maioria absoluta dos accionistas podem, se justificado, solicitar a devolução da empresa também. Mas, se for claramente contrário ao interesse público devolver uma empresa restaurada com recursos públicos «àqueles que a levaram à ruptura do seu equilíbrio económico e

financeiro», o governo pode declarar a nacionalização da empresa nos termos relacionados com a sua condição aquando da intervenção do Estado.

8. Comentário: A promulgação destas duas leis parece principalmente regularizar e expandir a autoridade legal para tipos de intervenção que já ocorreram em bases *ad hoc*. O precedente para a requisição civil foi a mobilização militar na companhia aérea portuguesa para acabar com a recente greve, enquanto o decreto-lei 540-A de 12 de Outubro, que forneceu autoridade para a assumpção governamental da gestão do Banco Intercontinental Português (BIP), foi subordinado pelo DL 660/74.

9. As leis não fazem diferenciação entre empresas portuguesas e estrangeiras. A existência do DL 660/74 pode colocar mais pressão dos trabalhadores sobre o Ministério do Trabalho para agir em casos de ameaças de despedimentos, mas a lei parece colocar a responsabilidade pela investigação e intervenção no Ministério específico responsável pela «actividade económica» da empresa, um local que esperamos esteja menos sujeito à pressão.

10. As reacções iniciais dos líderes empresariais contactados pela embaixada foram bastante calmas, embora um pouco negativas. Um proeminente banqueiro disse a um funcionário da embaixada que, mesmo que não tivesse igual autoridade legal, o regime anterior tomou as mesmas acções, especialmente para evitar falências e encerramentos. Ele mencionou a preocupação principal do governo com o desemprego e caracterizou as leis como um aviso às empresas para não pressionarem o governo através de despedimentos e despedimentos injustificados. Tanto ele como um responsável da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) esperavam que as leis fossem usadas com moderação. Dois dos três membros da Comissão Executiva da CIP são citados na imprensa a questionar se as leis são a melhor forma de «ajudar empresas em dificuldades». No entanto, a CIP ainda não tem uma posição oficial.

TELEGRAMA 1974LISBON 05270_b

TÍTULO Sindical: Visita de Leonard Woodcock e Herman Rebhan a Portugal

DATA 02-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos e a Federação Internacional dos Trabalhadores da Construção estão a enviar representantes residentes a Portugal num esforço muito necessário para reforçar os sindicatos não comunistas. Fim do Sumário.

1. Leonard Woodcock, presidente dos Trabalhadores Unidos do Automóvel, e Herman Rebhan, presidente da Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (FIM), visitaram Portugal de 28 de Novembro a 1 de Dezembro, a convite de Mário Soares, em nome do Partido Socialista português. Segue-se um resumo das suas opiniões, conforme declaradas ao adido laboral pouco antes da sua partida:

a) Eles afirmam que os comunistas controlam a Intersindical e compõem toda a direcção da Federação dos Metalúrgicos de Lisboa (Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos do Distrito de Lisboa), excepto o presidente, que é socialista. No entanto, acreditam que o grau de controlo comunista é desproporcional à sua força real entre os trabalhadores.

b) Com base nos seus contactos com os líderes sindicais do Partido Socialista, Francisco Marcelo Curto e outros jovens activistas, acreditam que existe uma ampla estrutura para uma organização sindical e formação sindical legítima e apolítica. Face à actual falta de organização dos socialistas, tais esforços devem começar em níveis básicos, tanto no conteúdo quanto no público-alvo. Foram bem recebidos durante as visitas às fábricas no maior estaleiro de Lisboa (Lisnave), na General Motors, na Ford

e na Timex e constataram um desejo real nos líderes sindicais locais de obter aconselhamento e formação.

c) A FIM vai enviar Carlos Pardo, um espanhol, para Portugal como representante residente por um período inicial de 6 meses, para ajudar com formação e organização e também fornecerá apoio ao Centro de Estudos Sindicais patrocinado pela ICFTU. A Federação Internacional dos Trabalhadores da Construção, que tem actualmente uma delegação a visitar Portugal, enviará da mesma forma um representante residente, um sueco que fala espanhol.

d) Com base na reunião com o ministro do Trabalho, realizada em conjunto com a delegação internacional dos trabalhadores da construção, eles consideram o ministro Costa Martins como «um inocente» que é em grande parte manipulado pelos comunistas no Ministério. O ministro dá a impressão de que, como não há greves actualmente, não tem problemas sindicais.

2. Comentário: Houve um grande contraste entre o tratamento recebido por Woodcock, Rebhan e a delegação internacional dos trabalhadores da construção, em comparação com o tratamento dado à recente delegação soviética de três homens, liderada por Vladimir Bogatikov, secretário do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos. Os russos foram saudados pela Intersindical, receberam ampla cobertura da imprensa e encontraram-se com o presidente Costa Gomes, bem como com o ministro do Trabalho e outras autoridades. A visita de Woodcock/Rebhan recebeu apenas um tratamento discreto no *Diário de Notícias* de Lisboa. Nenhum repórter compareceu na conferência de imprensa que estava agendada para 30 de Novembro, possivelmente por causa do feriado da imprensa a 1 de Dezembro.

TELEGRAMA 1974LISBON 05272_b

TÍTULO Leonard Woodcock pede ajuda imediata dos EUA a Portugal

DATA 02-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Leonard Woodcock, presidente dos Trabalhadores Unidos do Automóvel, disse ao adido laboral pouco antes da sua partida de Lisboa, a 1 de Dezembro, que ao regressar aos Estados Unidos entraria em contacto com o senador Edward Kennedy na expectativa de fazer uma abordagem conjunta ao Secretário Kissinger, solicitando que uma ajuda substancial dos EUA seja brevemente concedida a Portugal. Woodcock declara a sua convicção de que é importante que essa ajuda seja disponibilizada antes das eleições para a Assembleia Constituinte, em Março de 1975, como prova do apoio dos EUA a elementos moderados no governo português. Ele comparou o atraso de uma decisão sobre ajuda a Portugal a uma promessa de apoio financeiro a um candidato político, que só é feita após a sua eleição, e afirmou que, em ambos os casos, o momento é mais importante do que o valor.

2. Woodcock declarou que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, lhe indicou que estava insatisfeito com a sua própria apresentação ao secretário Kissinger durante a reunião em Washington, mas que Soares acredita ter chegado a um entendimento pleno com o secretário durante a reunião em Tunes.

TELEGRAMA 1974LISBON 05279_b

TÍTULO Visita da delegação do PPD aos EUA

DATA 02-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A delegação do PPD constituída por um total de seis pessoas partiu de Lisboa às 15h20 de 1 de Dezembro a caminho de Washington. Foram despedir-se do grupo, ao aeroporto, o DCM e o conselheiro político. A imprensa local deu pouca cobertura à visita, até agora.

2. A delegação é constituída pelo secretário-geral do partido, Francisco Sá Carneiro, de 40 anos, advogado que entrou na política pela primeira vez como deputado do Porto, nas eleições de Novembro de 1970. Líder da ala liberal na Assembleia Nacional, renunciou em Janeiro de 1973 em protesto contra a rejeição de todos os projectos de lei que apresentou como «inconvenientes» pela liderança da Assembleia. Após a sua renúncia, dedicou-se a tempo inteiro à prática privada da advocacia. Juntamente com os ex-deputados liberais Pinto Balsemão e Magalhães Mota, Sá Carneiro fundou o PPD logo após o golpe de 25 de Abril. Sá Carneiro fala inglês e francês fluentemente. Ele não viaja com a sua esposa. Esta é a primeira viagem de Sá Carneiro aos Estados Unidos.

3. Outros na delegação do PPD são o Dr. Francisco Pinto Balsemão, membro da Comissão Política de 15 pessoas do PPD e editor do influente semanário *Expresso*. Balsemão viaja com a sua esposa Mercedes, que, como ele, fala um excelente inglês. Balsemão viajou para os EUA em 1965 com uma bolsa parcial do *leaders grant* e fez várias viagens privadas posteriormente. Mercedes, que trabalha para o PPD e acompanha Balsemão onde ele viaja, não é conhecida por ter visitado os EUA anteriormente.

4. O restante da delegação é composto pelo Dr. Rui Machete, editor do semanário do PPD *Povo Livre*, e recém-eleito secretário-geral adjunto do PPD, e pelo Dr. Hernani Lopes, um funcionário do Banco de Portugal que já esteve conosco no passado e fala bem inglês. A secretária pessoal de Sá Carneiro, Maria da Conceição Monteiro, que sabe um pouco de inglês, também viaja.

TELEGRAMA 1974LISBON 05284_b

TÍTULO Ministro da Educação renuncia enquanto o caos universitário degenera em violência

DATA 03-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O sistema de ensino universitário português, que já enfrentava graves problemas antes de 25 de Abril, parou com a revolução e, desde então, tem feito apenas progressos simbólicos no sentido de voltar à normalidade. Estudantes com mente revolucionária procuram explorar a confusão e impedir o reinício das aulas. A turbulência no *campus* degenerou em violência nos últimos dias de Novembro, resultando na renúncia do ministro da Educação. O primeiro-ministro assumiu temporariamente a responsabilidade pelo Ministério. A mão forte do primeiro-ministro (ou de outra figura do MFA) será necessária para que o sistema universitário se recupere da actual crise. Fim do sumário.

1. O ministro da Educação e Cultura, Vitorino Magalhães Godinho, renunciou a 29 de Novembro. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves assumiu a responsabilidade do Ministério, enquanto as responsabilidades administrativas serão delegadas ao actual secretário de Estado para a Orientação Pedagógica Rui Grácio.

2. A renúncia de Magalhães Godinho ocorre na sequência (e foi provavelmente precipitada pelos) acontecimentos dos últimos dias na Universidade de Lisboa. A Assembleia-Geral dos Estudantes de Direito, convocada na noite de 25 de Novembro, foi um acontecimento desordenado, interrompido por brigas; a reunião de 26 de Novembro, que deveria incluir somente os alunos do primeiro ano, atraiu estudantes de toda a universidade e também terminou em violência. Os piores episódios ocorreram na noite de 28 para 29, quando a biblioteca da Faculdade de Economia se

tornou um campo de batalha para grupos de alunos, um dos quais sequestrou e interrogou (com alegações de tortura) três membros do grupo oposto.

3. Apesar do clima generalizado de confusão, os principais actores nas cenas de desordem recorrentes parecem ser três: os administradores universitários e funcionários do Ministério da Educação, que estão a tentar restaurar a ordem e a disciplina académica; os comunistas (através da sua própria organização, União de Estudantes Comunistas, bem como da União Nacional dos Estudantes Portugueses, de influência comunista), que estão a apoiar a posição do governo; e revolucionários liderados pelo MRPP, que parecem ter a intenção de explorar a turbulência para politizar e radicalizar ainda mais a comunidade estudantil. As violentas trocas de palavras e as acusações entre os membros dos últimos dois grupos aumentaram nas últimas duas semanas, culminando na violência física mencionada acima.

4. Uma das principais questões em disputa é a do «serviço cívico». Face às condições de superlotação nas universidades (a actual falta de vagas é de cerca de 15 000 – 20 000), o governo português propõe que os alunos excedentes se envolvam no serviço cívico. Em conformidade com a política geral do Partido Comunista (PCP) de se identificar com e apoiar o programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), os comunistas no corpo docente e no corpo estudantil da Universidade de Lisboa apoiaram o apelo; o MRPP opôs-se. Os estudantes comunistas intensificaram as denúncias do MRPP, afirmando que este antigo pequeno grupo de radicais anticomunistas pequeno-burgueses estava infiltrado por reaccionários e vinha tendo apoio activo da extrema-direita⁸⁶. Uma tentativa dos militantes

⁸⁶ Impossível não recordar Durão Barroso, futuro primeiro-ministro pelo PSD, futuro presidente da Comissão Europeia, e nesta altura activo dirigente revolucionário do MRPP na Faculdade de Direito.

comunistas de rasgar dois cartazes no recinto da universidade que insultavam o PCP, a União de Estudantes Comunistas (UEC) e a frente comunista Movimento da Juventude Trabalhadora foi o evento que deu início aos incidentes mais graves. (Militantes do MRPP capturaram três membros do último grupo, mantendo-os em cativeiro por seis horas antes que as forças do COPCON intervissem para restaurar a ordem.)

5. Comentário: Embora as condições universitárias antes de 25 de Abril estivessem longe de ser boas, nada do que acontecia então se aproxima do nível actual de confusão e caos. O ex-ministro da Educação tinha uma tarefa impossível de cumprir. Como já observado, os tecnocratas do Ministério da Educação há muito reconhecem a necessidade de nomear uma figura forte, possivelmente um oficial do MFA, para chefiar o Ministério. A vontade do primeiro-ministro em assumir, mesmo que temporariamente, a responsabilidade pelo Ministério dá a ideia de que o governo português também reconhece agora essa necessidade. O primeiro-ministro já emitiu um aviso público aos estudantes. A 21 de Novembro, em entrevista realizada na TV nacional, Gonçalves falou contra os grupos estudantis esquerdistas-anarquistas que não queriam ser estudantes (porque o sistema educacional actual é ferramenta da burguesia) nem trabalhadores (porque o fruto do trabalho dos trabalhadores é explorado pelo sistema capitalista). Gonçalves apelou aos estudantes para que dessem o exemplo à nação e participassem activamente na construção da democracia. Duvidamos, no entanto, que apenas esta aparição, mesmo de uma alta figura do MFA, seja suficiente. A situação nas universidades pode ficar ainda mais sombria antes que a esquina seja dobrada.

TELEGRAMA 1974LISBON 05300_b

TÍTULO Declaração do líder do PCP, Álvaro Cunhal, ao jornal *Kommunist* de Moscovo sobre a participação de Portugal na NATO e a presença militar dos EUA nos Açores

DATA 03-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O ministro sem pasta e secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, repetiu a sua declaração anterior à imprensa portuguesa de que o PCP não levantará a questão da participação continuada de Portugal na NATO nem da presença de uma base militar americana nos Açores. A declaração foi dada numa entrevista ao jornal *Kommunist* de Moscovo e reproduzida pela imprensa de Lisboa a 30 de Novembro. Cunhal acrescentou que estas questões serão levantadas no «momento adequado» e que ele é «paciente».

2. Comentário: O PCP continua a jogar o seu jogo político cauteloso e provavelmente continuará nessa posição sobre a NATO e as Lajes num futuro previsível.

TELEGRAMA 1974LISBON 05301_b

TÍTULO A censura, o governo e a imprensa portuguesa

DATA 03-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O *Diário de Notícias*, o maior jornal diário de circulação nacional, publicou um anúncio de duas páginas a 25 de Novembro com o programa do partido de centro-direita CDS. O seu jornal irmão no Porto, o *Jornal de Notícias*, é o único outro jornal até agora a fazer o mesmo.

2. Comentário: De acordo com uma fonte de alto nível no *Diário de Notícias*, o ministro sem pasta Victor Alves telefonou aos editores do jornal e disse que se o *DN* não publicasse o anúncio, o boletim do Movimento das Forças Armadas o faria. Alves tinha dito aos editores que se havia censura nos *media* portugueses, os editores deveriam ter claro sobre quem faria a censura. Seria o MFA, disse Alves, e não a própria imprensa. A questão de se o *DN* iria ou não publicar o Programa do CDS foi então colocada à votação dos funcionários do *DN*. Alguns apoiantes do MRPP na gráfica votaram por não publicá-lo, mas a equipa editorial, apoiada por outros trabalhadores pertencentes ao PCP, votaram por publicar o anúncio.

3. O *Diário de Notícias* é o jornal diário mais equilibrado do país.⁸⁷ É produzido por jornalistas do centro político e socialistas moderados. Dá as notícias de forma justa e evita o sensacionalismo. Os repórteres do *DN* estão a começar a verificar as histórias e o jornal é submetido a uma edição bastante rigorosa. Tem uma página de opinião onde uma variedade de opiniões é expressa, incluindo um

artigo recente sobre democracia pelo secretário-geral do CDS, Amaro da Costa. Jornalistas politicamente moderados e experientes de outros jornais, nomeadamente d'*O Século*, estão a juntar-se à equipa de reportagem do *DN*. O governo reconheceu esse desenvolvimento e está discretamente tentando apoiá-lo, tendo em mente a possibilidade de que, se o *DN* conseguir estabelecer uma reputação de objectividade, precisão e integridade, ele pode estabelecer um padrão a ser seguido por outros.

4. A embaixada tem acompanhado os desenvolvimentos da imprensa com grande interesse. O desenvolvimento de uma imprensa forte e livre é essencial para a criação de uma democracia constitucional de estilo ocidental em Portugal.

⁸⁷ Só para lembrar um telegrama anterior, que tratava o *DN* como «jornal comunista».

TELEGRAMA 1974LISBON 05308_b

TÍTULO Aprovada lei que especifica as categorias de pessoas inelegíveis para votar ou ser eleitas nas eleições da Assembleia Constituinte

DATA 03-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Poucas pessoas perderão os direitos de voto com a nova lei de inelegibilidade que acabou de ser aprovada. Muitos milhares, no entanto, serão proibidos de se candidatar. A lei foi manipulada para não incluir nas listas de inelegíveis os líderes do PPD e do CDS, e homens como o General Spínola e o embaixador na ONU, Veiga Simão. No geral, esta é uma lei notavelmente suave num país que emerge de meio século de ditadura. Fim do sumário.

1. O governo e o Conselho de Estado aprovaram, e o Presidente Costa Gomes promulgou, a tão aguardada lei que estabelece as categorias de pessoas que, pelo seu apoio activo ou altos cargos no antigo regime, são, por isso, inelegíveis para participar nas eleições para a Assembleia Constituinte de Março. (A lei refere-se apenas a esta primeira eleição e não à sequência de eleições que lhe devem seguir, de acordo com o editorial do *Diário de Notícias*.)

2. A primeira parte da lei lista certas categorias de empregos e declara que qualquer pessoa que tenha ocupado esses cargos entre 28 de Maio de 1928 e 25 de Abril de 1974 não pode votar nem ser eleito deputado à Assembleia Constituinte. Esses cargos são os seguintes: Presidente; primeiro-ministro; ministro; conselheiro de Estado; presidente e vice-presidente da Câmara Corporativa e da Assembleia Nacional; presidente do Supremo Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Administrativo e Supremo Tribunal Militar; procuradores e juizes politicamente nomeados em tribunais especiais militares e criminais (que julgaram crimes políticos); Chefes do Estado-Maior dos

três ramos das Forças Armadas; governadores civis; e governadores de distritos autónomos; comandante da PSP e da GNR; presidente e membros das Comissões Executiva e Central da ANP e da antiga União Nacional; vários líderes de nível superior da Legião Portuguesa, Brigada Naval, Liga 28 de Maio e Liga dos antigos graduados da Mocidade Portuguesa; presidente do Conselho de Censura; e director, funcionário ou «colaborador» da DGS e suas antecessoras.

3. Outra secção da lei estabelece quem não pode ser eleito deputado, mas poderá votar nas eleições: presidentes de câmara; membros da União Nacional, ANP, Legião Portuguesa, Brigada Naval e Movimento Nacional Feminino; director distrital da Mocidade Portuguesa e da sua secção feminina; membros da Comissão de Censura; informadores comprovados da DGS e de outras organizações paramilitares e seus predecessores; membros da Liga 28 de Maio e da Liga dos Antigos Graduados da Mocidade Portuguesa.

4. Estão isentas das disposições desta lei as pessoas que, desde 25 de Abril, foram indicadas para cargos de natureza política ou de interesse público pelo Presidente da República, o Movimento das Forças Armadas, a Junta de Salvação Nacional ou o Governo Provisório. Além disso, os tribunais locais no distrito de residência de um indivíduo podem constatar que uma pessoa coberta por esta lei, antes de 25 de Abril, mostrou pelas suas acções que repudiou inequivocamente o antigo regime ou de outra forma demonstrar que as suas acções não «apoiaram eficazmente» esse regime.

5. A lei está formulada de modo a que ex-deputados da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, bem como secretários e subsecretários de Estado não percam os seus direitos políticos. Entre aqueles que teriam perdido os seus direitos se estas categorias tivessem sido incluídas estão os principais líderes do PPD e do CDS, bem como homens como o tecnocrata e membro da SEDES, João Salgueiro, e Miller Guerra, do Partido Socialista,

e o Presidente Costa Gomes (ex-subsecretário do exército). As lacunas mencionadas no parágrafo quarto isentam o embaixador da ONU e ex-ministro da Educação Veiga Simão, entre outros, da inelegibilidade. A lei evita mencionar entre as categorias inelegíveis, especificamente, os governadores-gerais, vice-comandante da GNR, chefe e vice-chefe do Estado-maior das Forças Armadas, que se tivessem sido incluídos teriam afectado o General Spínola (governador-geral da Guiné, ex-vice-Chefe das Forças Armadas e vice-comandante da GNR) e o presidente Costa Gomes (Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas).

6. Comentário: A lei é notavelmente branda em relação àqueles que perdem os seus direitos de voto, e poderia ter sido muito mais severa. Parece que houve muito cuidado na redacção da lei para não afectar o General Spínola. Mais rigorosa, mas ainda assim justa, é a lista daqueles que não podem ser candidatos. É provável que poucos dos abrangidos por esta lei se tivessem candidatado, ou pelo menos nas listas dos principais partidos (a maioria dos partidos menores provavelmente não se qualificará legalmente devido à falta do mínimo de 5000 membros). Portanto, esta parte da lei terá pouco efeito prático. A aplicação da parte da lei sobre candidatos inelegíveis será mais fácil do que a relativa aos eleitores inelegíveis, já que os próprios partidos querem garantir que nenhum candidato inelegível apareça sob a sua bandeira e, por conseguinte, suportarão a maior parte do ónus da aplicação. Manter aqueles que perderam os seus direitos de voto fora das listas será mais difícil, já que o governo criou 4039 comissões de recenseamento local sem lista de nomes de eleitores inelegíveis. Todo o processo de recenseamento durará apenas 20 dias a partir de 9 de Dezembro, e as listas eleitorais definitivas serão publicadas em meados de Janeiro, o que tornará difícil fiscalizar adequadamente esta parte da lei. No entanto, apenas alguns milhares de pessoas são abrangidas e muitas ficarão em casa no dia das eleições, com toda a probabilidade. O impacto dos eleitores inelegíveis que votarem seria, de qualquer forma, insignificante.

TELEGRAMA 1974LISBON 05317_b

TÍTULO Reduções de emprego por multinacionais

DATA 04-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Após o encerramento de uma empresa multinacional de electrónica sediada nos EUA, mais duas grandes empresas de electrónica de propriedade americana e uma empresa alemã estão num processo de despedimento de um número significativo de trabalhadores. Elementos de esquerda nos sindicatos, nos *media* e noutros sectores importantes vêem isso como uma confirmação das acusações de que as empresas multinacionais estão a realizar uma sabotagem económica. A embaixada acredita que este é um problema sério para as relações EUA - Portugal e sugere um curso de acção. Fim do Sumário.

1. A Electronica Signetics de Portugal, Lda., uma subsidiária integral da Signetics Corp de Sunnyvale, Califórnia, que por sua vez é propriedade da Corning Glass Works, está actualmente envolvida em negociações com o Ministério do Trabalho para reduzir a sua força de trabalho de 600 para, aproximadamente, 130 funcionários. A empresa afirma que a redução da procura global pelos seus produtos é a razão para a redução e que também ocorreram despedimentos nas fábricas da Signetics noutros países. Estão previstos cerca de 300 despedimentos voluntários. As outras 200 pessoas serão objecto de negociações. A Signetics negociou anteriormente uma demissão significativa em Agosto, quando reduziu (supostamente de forma definitiva) a sua força de trabalho de 1300 para 600. A última acção da Signetics foi tomada após considerar seriamente o encerramento completo das operações em Portugal.

2. A ITT Semicondutores - Standard Electrica, SARL, é uma montadora de componentes electrónicos que acabou

de assinar um acordo com o sindicato dos trabalhadores eléctricos e o Ministério do Trabalho prevendo uma redução da força de trabalho de aproximadamente 1800 trabalhadores para cerca de 900. A redução da procura global foi citada como a causa. Nos termos do acordo, 800 trabalhadores renunciaram voluntariamente e receberam uma indemnização legal (no mínimo de 1200 dólares, dependendo do tempo de serviço). Outros 80 serão temporariamente dispensados, recebendo 60% do seu salário por um período de 14 semanas. Foi criada uma comissão de três pessoas para resolver outros problemas. A fábrica encontra-se a operar normalmente.

3. A Robert Bosch portuguesa, um fabricante e montador de propriedade alemã, está a tentar demitir 110 trabalhadores, 50% da sua força de trabalho. A empresa descontinuará a fabricação de várias linhas de electrodomésticos que exigem um grande uso de mão-de-obra e matérias-primas portuguesas. Esta redução na produção de componentes eléctricos irá, supostamente, prejudicar a produção de várias empresas nacionais que exportam. Os trabalhadores da Bosch portuguesa manifestaram-se diante da Embaixada da Alemanha em protesto contra os despedimentos.

4. A 27 de Novembro, o tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Eléctricos realizou uma conferência de imprensa «para alertar o público sobre a onda de despedimentos» por parte de empresas multinacionais. Ele pediu unidade na luta contra os despedimentos, mas admitiu que o governo português teria dificuldade em agir contra as empresas porque elas dependem de sedes no estrangeiro para as matérias-primas e os mercados. Entre as medidas que sugeriu aos trabalhadores estavam greves, manifestações e «a provocação de conflitos no país da empresa-mãe, para que ela seja obrigada a resolver o problema». Houve várias alegações nos *media* e é um princípio de fé entre a esquerda política e a maioria dos líderes sindicais que os despedimentos são uma conspi-

ração do capitalismo internacional contra a democracia portuguesa. Também se alega que as demissões só ocorreram depois do estabelecimento, após revolução, de um salário mínimo mensal de 132 dólares,⁸⁸ o que duplicou o nível salarial de muitos trabalhadores.

5. Comentário: Não está claro se a lei recentemente aprovada que permite ao governo português intervir e, em última instância, nacionalizar empresas que despedem um número significativo de funcionários será aplicada às multinacionais. É aparentemente fácil de perceber que o governo português seria incapaz de continuar a produção de fábricas de montagem que são dependentes das empresas-mãe para mercadorias e *marketing*. A embaixada foi informada por uma fonte no Ministério dos Negócios Estrangeiros que a legislação é direccionada contra empresas estrangeiras em geral, mas nenhuma em particular. O influente e moderado jornal *Expresso* afirma que a lei é a resposta do governo português aos esforços de sabotagem económica por empresas estrangeiras, incluindo subsidiárias de multinacionais.

6. Acção sugerida: O facto de a crise mundial na indústria electrónica, que provocou estes despedimentos e já contribuiu para o encerramento da Applied Magnetics, só se ter tornado evidente em Portugal pouco depois da Revolução de 25 de Abril, e o facto de as empresas serem multinacionais (e especialmente uma, uma subsidiária da ITT) está a ser apresentado aqui como uma confirmação clara de que as multinacionais e os Estados Unidos estão envolvidos num boicote económico para «desestabilizar» Portugal. A embaixada acredita que este é um caso onde as acções de empresas multinacionais sediadas nos EUA podem ter um impacto grave e desfavorável nas relações EUA - Portugal. Embora a embaixada esteja ciente das

⁸⁸ Uma fortuna! Como podem as multinacionais suportar tal loucura?

limitações da intervenção que o governo dos EUA pode ter, acreditamos que nas circunstâncias actuais há justificação para o Departamento exortar as empresas-mãe a considerar todas as medidas possíveis para minimizar o impacto do desemprego que a redução das suas actividades terá em Portugal. A embaixada manterá o Departamento informado sobre outros casos onde também se acredita que tal intervenção poderia ser útil.

TELEGRAMA 1974LISBON 05321_b

TÍTULO Admitido na União Democrata Cristã Europeia, CDS revela planos para realizar Congresso do partido este mês

DATA 04-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Além de anunciar a aceitação na União Democrata Cristã, os líderes do CDS revelaram numa recente conferência de imprensa os seus planos de realizar um congresso do partido, lançar o primeiro número do jornal do CDS e elaborar um projecto de Constituição para consideração da Assembleia Constituinte. Denunciaram ainda a existência de uma conspiração da extrema-esquerda contra o PPD e o CDS. Fim do sumário.

1. O partido conservador CDS realizou uma conferência de imprensa em Lisboa, no dia 2 de Dezembro, para anunciar a aceitação na União Democrata Cristã Europeia a 22 de Novembro e para chamar a atenção para a primeira edição do semanário do partido *Democracia* 74. Durante a conferência, o líder do partido, Diogo Freitas do Amaral, revelou os planos para um congresso extraordinário do CDS este mês para discutir e aprovar o programa recém-publicado, a ser seguido por um congresso ordinário em Janeiro de 1975. O CDS, disse Do Amaral, também está a elaborar uma proposta constitucional para consideração pela Assembleia Constituinte e fará sugestões públicas sobre medidas socioeconómicas que acredita que o governo deve tomar num futuro próximo.

2. Os porta-vozes do CDS também lamentaram a série de recentes ataques físicos a 3 das suas sedes regionais por esquerdistas não identificados, bem como as agressões contra militantes individuais em escolas e comícios. (Numa dessas agressões em Olhão, a 2 de Dezembro, um militante do CDS e ex-presidente da Câmara da cidade saiu em estado grave após sofrer um ferimento na cabeça numa briga com

esquerdistas, num comício do CDS). O secretário-geral do CDS disse à imprensa que tem informações sobre uma conspiração de esquerdistas para destruir a capacidade eleitoral do PPD e do CDS antes das eleições e para «incriminar» falsamente os líderes do partido. Se falharem neste objectivo, os seus oponentes tentarão sequestrar os líderes do CDS e do PPD e mantê-los em cadeias privadas por 20-30 dias. (Embora a imprensa não tenha dado o nome do grupo que supostamente está por trás da conspiração contra esses dois partidos, os líderes do CDS dizem em privado que o plano é da LUAR). O PPD negou ter conhecimento de qualquer conspiração esquerdista contra ele, dizendo que não está no mesmo barco ideológico que o CDS e insinuando que os esquerdistas não têm motivo para se lhes opor.

3. Comentário: O CDS não está a correr riscos e torna públicos quaisquer rumores de que tenha conhecimento sobre ataques planeados contra si pela extrema-esquerda na esperança de desencorajar potenciais oponentes.⁸⁹ O partido diz que fornecerá à polícia informações sobre a alegada conspiração contra ele. A embaixada procura obter mais detalhes. A imprensa local deu uma cobertura relativamente boa à conferência de imprensa, o que é incomum, e ainda mais incomum é a cobertura televisiva da declaração de Do Amaral anunciando a admissão do CDS na União Democrata Cristã Europeia. É possível que os líderes do Movimento das Forças Armadas estejam a reagir a comentários adversos de delegações estrangeiras (como a visita recente de um grupo de investidores alemães) ao óbvio desequilíbrio marxista na imprensa e à falta de oportunidades igualitárias para os moderados nos meios de comunicação social. De qualquer forma, apesar das suas dificuldades com a imprensa, o CDS reivindica um grande aumento de membros (10 000 – 15 000) nas últimas semanas, talvez um sinal da reacção popular aos avanços da esquerda.

⁸⁹ E a embaixada imediata os relata...

TELEGRAMA 1974LISBON 05325_b

TÍTULO Movimento Democrático adopta programa e estatutos do partido, e elege Comité Central

DATA 04-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O Movimento Democrático Português (MDP/CDE) concluiu as formalidades legais para se tornar um partido político, adoptando programa e estatutos, e elegendo a direcção do partido. Os líderes incluem conhecidos comunistas e simpatizantes do comunismo, mas também incluem figuras cujas tendências políticas são desconhecidas ou identificáveis apenas como «progressistas». O MDP pode estar a servir os interesses do Partido Comunista de várias formas. Fim do Sumário.

1. O Encontro Nacional do MDP/CDE, reunido no Porto, no fim-de-semana de 30 de Novembro a 1 de Dezembro, ratificou os estatutos e o programa do partido e elegeu um Comité Central de 41 membros. Dos 41, a embaixada identifica pelo menos doze indivíduos como membros ou simpatizantes conhecidos do Partido Comunista Português (PCP). Dos outros 29, vários são identificáveis por informações nos arquivos biográficos da embaixada simplesmente como tendo uma história «progressista» (tal como a participação em eleições anteriores como candidatos oposicionistas). Cinco dos 41 são governadores civis (Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Lisboa).

2. A declaração final da reunião do MDP inclui os seguintes pontos notáveis:

a) O partido alinhou os seus objectivos com os do Movimento das Forças Armadas (MFA) na realização da reconstrução democrática do país:

b) O MDP denuncia as divisões dentro das fileiras dos

democratas e proclama a sua disposição de ignorar diferenças passadas e trabalhar com todas as outras forças verdadeiramente democráticas:

c) Todas as forças democráticas devem trabalhar em assuntos urgentes, envolvendo a luta contra a reacção e a batalha crucial contra os monopólios.

3. Outros pontos apresentados pelos palestrantes no encontro incluem:

a) Denúncia do MAPA (movimento para a autonomia dos Açores), cujos membros estão ligados a interesses americanos e imperialistas nas ilhas.

b) O MDP luta com o MFA contra a dominação dos monopólios, o fraccionamento do movimento sindical, os rumores alarmistas e o «esquerdismo inconsequente».

c) Nem a estabilidade, nem a democracia são possíveis enquanto o poder económico estiver nas mãos de monopolistas, que fornecem os fundamentos naturais para o fascismo;

d). São os monopolistas e os grandes grupos económicos que estão a promover a subversão política em Portugal, como ficou evidente com os acontecimentos de 28 Setembro.

4. Comentário: Como relatado anteriormente, o MDP serve os propósitos do PCP em pelo menos um principal aspecto, o de ganhar votos de centro-esquerda de pessoas que não votariam no PCP directamente, mas que poderiam ser afastadas dos socialistas (PS) e do Partido Popular Democrático (PPD). Com base nas suas acções recentes, julgamos que o MDP pode estar a servir também dois outros objectivos do PCP: atacar frontalmente em áreas onde, por suas próprias razões, o PCP prefere ser circunspecto (o MDP atacou a presença americana nos Açores

e pediu que o acordo de renovação da base seja limitado a não mais de um ano) e posicionar-se em alguns assuntos (ataques às forças económicas internacionais) à esquerda do PCP, reforçando assim a imagem cultivada do PCP de ser um partido «responsável». O MDP parece estar a seguir a política de se associar o mais possível ao MFA, apesar do pronunciamento oficial recente do MFA a dissociar-se da política partidária, alegando que tem objectivos conjuntos com o MFA, mesmo em áreas onde o MFA não tomou posição. (O MFA denunciou rumores alarmistas, mas a sua atitude em relação ao investimento estrangeiro não é abertamente hostil e certamente não tomou posição sobre a questão da organização nacional sindical ser «unitária» ou «pluralista»).

5. Embora nenhum dos 41 membros do Comité Central tenha sido formalmente escolhido para o *status* «mais igual», o nosso melhor palpite é que o controlo efectivo continuará nas mãos dos líderes anteriores, especialmente Pereira de Moura e José Manuel Tengarrinha.

TELEGRAMA 1974LISBON 05347_b

TÍTULO Governo português cancela comício programado em apoio dos presos políticos espanhóis

DATA 05-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Um comício programado para ser realizado no Pavilhão dos Desportos de Lisboa a 4 de Dezembro, em apoio aos presos políticos espanhóis, foi cancelado após pressões do governo e do Movimento das Forças Armadas (MFA). Um anúncio do Ministério da Comunicação Social afirma que os promotores do comício, reconhecendo o princípio de não interferência nos assuntos de outros países proclamado pelo programa do MFA, decidiram «adiar» a reunião.

2. A publicidade e o apoio popular ao comício veio principalmente da confederação sindical controlada por comunistas, a Intersindical. Entre os visitantes presentes em Lisboa para o comício estavam Marcus Anna, líder dos jovens comunistas espanhóis durante a Guerra Civil, Angela Grimau, viúva de um líder comunista durante a Guerra Civil, o autor Peter Weiss e a advogada Gizele Halimi.

3. Comentário: Os promotores do comício, principalmente os comunistas e a Intersindical, aparentemente excederam os limites, pois o governo português está a ter cuidado para não dar aos espanhóis motivo para ofensa. O respeito por uma política estritamente de não intervenção mútua é claramente do melhor interesse de ambos os governos.

TELEGRAMA 1974LISBON 05351_b

TÍTULO Directrizes para a economia portuguesa

DATA 05-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Espera-se que o Governo Provisório emita directrizes económicas antes do final do ano, possivelmente na forma de um plano económico interino. Um propósito principal é ajudar a restaurar a confiança na economia ao definir «as regras do jogo». O conteúdo destas directrizes poderia ser influenciado por um documento elaborado por iniciativa do ministro da Economia Vilar e distribuído no interior do governo. Esse documento, que descrevemos de seguida, exorta o Governo Provisório a iniciar agora uma acção que começaria a resolver os actuais problemas económicos e, ao mesmo tempo, colocaria Portugal no caminho para o socialismo. Ele favorece a preservação de um sector privado bem definido e parcialmente direccionado, e adverte contra a socialização abrupta e radical. Fim do sumário.

1. É cada vez mais certo que antes do final do ano o Governo Provisório terá adoptado uma série de directrizes económicas, possivelmente na forma de um plano económico interino ou de curto prazo.

2. Há algumas semanas que circulam rumores em Lisboa de que o ministro sem pasta, Melo Antunes, estava a coordenar a elaboração de um «plano económico de emergência». Altos funcionários económicos e financeiros confirmaram-nos que está a ser elaborado um plano, mas que é incorrecto rotulá-lo de «emergência». Chamam-lhe um documento provisório para orientar o governo até que um programa económico completo para substituir o agora extinto Quarto Plano de Desenvolvimento possa ser formulado pelo sucessor do Governo Provisório. Estas fontes enfatizam que as soluções para os problemas económicos de Portugal

não podem esperar pela instalação de um governo eleito. Dizem que, para restaurar a confiança, as regras do jogo têm de ser explicadas a todos os participantes na economia, o mais rápido e inequivocamente possível.

3. Embora as autoridades acima mencionadas tenham sido reticentes em prever quais serão as novas directrizes, agora temos uma boa ideia do que um grupo influente de autoridades no governo actual gostaria que elas fossem. Na semana passada, o Dr. José Faria, chefe de gabinete do ministro da Economia Vilar, alegou que Vilar foi o principal impulsionador da ideia de que o Governo Provisório deveria, sem esperar pelas eleições, adoptar directrizes económicas mais específicas e abrangentes. Subsequentemente, Faria deu-nos uma cópia de um documento intitulado «directrizes para uma política económica de transição», que ele disse ter sido preparado por iniciativa de Vilar por membros da SEDES e aprovado pela sua direcção executiva. (A SEDES é uma organização pré-revolucionária de estudos económicos e sociais que se pensava então poder vir a ser o núcleo de um possível partido de oposição). Faria declarou que o documento foi distribuído a outros no governo. Na medida em que Vilar e muitos outros funcionários nos ministérios da Economia, Finanças e Obras Públicas são membros ou apoiantes da SEDES – por exemplo, os secretários de Estado para planeamento, para os transportes e comunicações, e para a indústria e energia – o documento tem mais do que interesse de rotina. Os seus pontos principais estão resumidos nos parágrafos a seguir.

4. A mensagem principal do documento da SEDES com oito páginas é que, enquanto um Portugal igualitário com os meios de produção nas mãos do Estado deve ser o objectivo final, as condições não existem agora para uma socialização radical. O documento mantém que uma tentativa abrupta de redistribuir a renda nacional com igualdade corria o risco de perturbar gravemente a economia. A SEDES defende, por isso, uma política de gradualismo.

Exorta à aceitação da «coexistência por um período mais ou menos longo com um sector capitalista activo», não descartando medidas imediatas para canalizar actividades do sector privado por linhas que respondam às necessidades sociais.

5. De acordo com o documento, os principais elementos na estrutura de acção do Governo Provisório «para resolver problemas actuais e preparar passos futuros em direcção ao socialismo» devem ser:

- a) controlo do poder económico através de maior intervenção do Estado;
- b) Um sector privado com condições garantidas e incentivos suficientes para funcionar, mas ainda influenciado e orientado por medidas governamentais; e
- c) Maior participação dos trabalhadores na tomada de decisões económicas, especialmente em empresas do sector público.

No que respeita ao ponto A, a intervenção do Estado tomaria as seguintes formas: orientação do sistema financeiro através de instituições financeiras públicas e semi-públicas; controlo de indústrias básicas (energia, aço, produtos químicos de base, exploração de recursos naturais) e promoção de indústrias essenciais por um instituto público nacional; mudando as condições de exploração de terras agrícolas; e «socializando» as terras urbanas e empreendendo um vasto programa de habitação pública.

6. O restante do artigo sugere «medidas concretas» na forma de políticas: investimento (por exemplo, aumento do investimento público, políticas de crédito selectivas); poupança (por exemplo, redução das despesas militares e governamentais); anti-inflação (por exemplo, controlos directos de preços da maioria dos bens essenciais); rendas (por exemplo, aumento da progressividade

de impostos); balança de pagamentos (por exemplo, desenvolvimento de substitutos de importação). A formulação de um plano económico de transição é considerada essencial para coordenar e racionalizar estas diversas políticas.

7. Comentário: Poucos em Portugal questionariam a premissa da SEDES, de que uma melhor definição das regras económicas do jogo é necessária para restaurar a confiança. Por outro lado, o compromisso da SEDES com um objectivo socialista é altamente controverso, mesmo que as propostas da SEDES preservem o sector privado por um período indefinido e advirtam contra quaisquer movimentos precipitados. Há razões para acreditar, no entanto, que a posição da SEDES, mesmo que não seja aceitável em todos os aspectos, e independentemente de um rótulo SEDES ou Vilar, é pelo menos harmoniosa com as visões de muitos dentro do governo e do Movimento das Forças Armadas. A posição é consistente com o parágrafo 6 do programa do MFA de 25 de Abril, que destaca (a) uma nova política económica favorável às classes mais desfavorecidas e utilizando uma estratégia antimonopolista e (b) uma nova política social para defender os interesses das classes trabalhadoras e melhorar a qualidade de vida de todos os portugueses. A legislação económica recente – por exemplo, as leis relacionadas com o controlo de indústrias básicas, do sistema bancário e com a intervenção governamental em empresas privadas – é notavelmente consistente com o tipo de programa que a SEDES está a defender.

TELEGRAMA 1974LISBON 05352_b

TÍTULO Pedido de informações biográficas sobre o Major Melo Antunes

DATA 05-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Entendemos que Antunes esteve estacionado nos Açores durante o início da sua carreira militar e que participou na CDE depois de 1969. Também entendemos que ele tem uma esposa açoriana cuja família é proprietária de ricas terras. Podem fornecer alguma informação biográfica sobre a esposa e a sua família, bem como qualquer informação sobre as actividades de Antunes enquanto esteve destacado nos Açores?⁹⁰

⁹⁰ Edificante pedido de informações...

TELEGRAMA 1974LISBON 05357_b

TÍTULO Novas medidas do governo português sobre a habitação

DATA 05-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Numa tentativa de ajudar a resolver o duplo problema da escassez de habitação e de uma indústria da construção gravemente deprimida, o governo português autorizou recentemente 50 milhões de dólares para uma série de medidas no sector da habitação. As principais medidas incluem a aquisição garantida de unidades recém-construídas e suporte técnico e financeiro de empresas de construção envolvidas na construção de habitações de baixo custo. Um pagamento de subsídio de habitação de 2400 dólares por família para moradores actuais das várias favelas também está sob consideração. Finalmente, a lei de congelamento das rendas, que muitos responsabilizam pela desaceleração na construção, pode ser revista. Fim do sumário.

1. No final de Novembro, o governo português promulgou o decreto-lei 658/74, fornecendo até 50 milhões de dólares para o Fundo de Desenvolvimento Habitacional para a compra de unidades residenciais que já estão planeadas por empresas de construção e aprovadas pelo governo português, mas não estão a ser construídas devido à falta de procura. Esta aquisição garantida será limitada a casas ou apartamentos com custos máximos de construção de 120-150 dólares por metro quadrado e uma renda de aluguer máxima de 100-180 dólares mensais. As compras serão determinadas pela existência anterior de projectos, tempo de início, tempo até a conclusão da construção, custo do terreno e custo final total. Uma distribuição geográfica equitativa das compras será assegurada através da determinação das localidades onde a escassez de habitação é mais extensiva e onde a construção terá maior impacto na situação de emprego. As decisões acima, a serem

tomadas em conjunto pelo fundo habitacional e governos municipais, também devem beneficiar principalmente as pequenas e médias empresas de construção mais atingidas pela queda da indústria. A venda secundária ou o aluguer pelo governo português será através de conselhos municipais de habitação. De acordo com o secretário de Estado da Habitação, Nuno Portas, a selecção de projectos está prevista para 31 de Janeiro de 1975, e a conclusão da sua construção para 31 de Março de 1976.

2. O decreto-lei também fornece fundos para apoio e incentivos às empresas ou grupos de empresas que concorram em planear e construir habitações de baixo custo. Essas empresas, que serão novas no sector de habitações de baixo custo, assinarão «contratos de desenvolvimento habitacional» com o governo português. Os contratos podem fornecer assistência técnica no planeamento e execução de projectos, na localização de compradores de casas pelo fundo habitacional, nas taxas de juros e nos termos de pagamento por entidades governamentais, nas reduções e isenções de impostos, nas garantias de empréstimo e até mesmo na compra garantida das unidades construídas. Os tipos, preços, tamanhos e localizações das unidades habitacionais serão determinados durante a negociação de cada contrato.

3. O decreto-lei em questão deixa claro que estas são medidas de emergência e não constituem a política habitacional permanente do governo português. Responsáveis do governo, em discussão sobre a lei, apontaram que a maior parte do ónus permanece no sector da construção privada.

4. Ao apresentar as medidas acima, o vice-presidente do governo municipal de Lisboa anunciou que o governo português estava a considerar um pagamento de subsídio de uso de 2400 dólares por família aos moradores das favelas de Lisboa para ajudá-las a comprar ou construir habitações decentes. Os pagamentos serão feitos às cooperativas, cada uma das quais deve conter pelo menos

200 famílias. Fundos adicionais, se necessário, podem vir da economia familiar, do pagamento de quotas regulares à cooperativa ou até mesmo através de esforços de autoajuda na construção. O governo português procurará localizar terrenos para as novas casas perto da área dos bairros de lata – possivelmente através de expropriações imediata de terrenos com a compensação a ser determinada posteriormente.

5. Num desenvolvimento relacionado, os funcionários da embaixada foram informados pelo secretário de Estado para o Planeamento que a recém-aprovada lei de congelamento dos alugueres está em estudo e provavelmente será revista ou revogada. A lei não teve sucesso em aumentar significativamente a oferta de unidades habitacionais disponíveis, pois muitos, provavelmente a maioria, dos proprietários não registam as suas propriedades vazias. Além disso, muitos observadores culpam a lei por agravar a crise na construção ao reduzir a procura por apartamentos comprados como investimento.

6. Comentário: A indústria da construção está com uma grave queda, com o sector de construção imobiliária a ser o mais afectado. As autorizações de habitação emitidas durante o segundo trimestre de 1974 caíram 3 a 4% face ao ano passado e o número de unidades concluídas foi reduzida numa quantidade similar. Desde Julho, a situação deteriorou-se ainda mais de acordo com todos os observadores. As vendas de habitações cessaram quase por completo e vários projectos foram suspensos.

7. Não é de todo certo que as medidas contidas no último decreto-lei resolverão a escassez de habitação ou a recessão do sector da construção. Medidas anteriores do governo português, como a lei de congelamento dos alugueres, as medidas de Setembro que concedem incentivos fiscais aos compradores de imóveis e a mudança nos termos de hipoteca, aparentemente não funcionaram. Há, sem dúvida, muitos planos para o desenvolvimento habitacional

que estão prontos para ser executados e 50 milhões de dólares representariam um grande número de novas unidades habitacionais. No entanto, o governo português ainda não abordou publicamente o problema determinante de como encontrará compradores para as casas que compra.

8. O governo português estima que há 18 000 famílias a viver em bairros de lata, somente em Lisboa. Um pagamento 2400 dólares a cada uma dessas famílias custaria 43 milhões dólares. Os fundos para essa despesa não foram autorizados e o decreto-lei mais recente não pode fornecê-los sem destruir os outros programas.

TELEGRAMA 1974LISBON 05375_b

TÍTULO Em andamento a sessão plenária do Movimento das Forças Armadas

DATA 06-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Uma importante sessão plenária dos representantes do MFA nos três ramos das Forças Armadas reúne-se hoje para discutir e talvez tomar medidas sobre vários tópicos económicos e políticos principais, como a participação do MFA na Assembleia Constituinte e o plano económico interino do governo. Fim do Sumário.

1. A recém-criada Assembleia de Delegados do Movimento das Forças Armadas realizará a sua primeira sessão às 10h de 6 de Dezembro, de acordo com a imprensa, para discutir várias questões políticas, económicas e militares importantes. A Assembleia de Delegados é composta por 200 representantes do MFA, dos quais 100 do Exército e 50 da Marinha e da Força Aérea. A reunião da assembleia permitirá que se realize a primeira reunião inter-armas do MFA em vários meses. (Comentário: muitas tentativas anteriores de realizar «plenários» foram aparentemente bloqueadas enquanto Spínola era Presidente. De acordo com alguns observadores, a liderança do MFA opõe-se aos plenários por medo de que Spínola os usasse para tentar convencer o MFA a abolir a sua Comissão Coordenadora, uma perspectiva que já não é considerada provável.)

2. A imprensa especula que a assembleia foi convocada neste momento para a) analisar a situação nacional em geral e apreciar os programas governamentais para atender aos problemas nacionais mais prementes; b) discutir o chamado «plano económico de emergência» agora em preparação pelo governo; e c) decidir se o MFA participará ou não no trabalho da Assembleia Constituinte e, se sim, de que forma.

3. Espera-se que a discussão destes e talvez de outros assuntos dure até ao final do dia de hoje e talvez parte de amanhã. Na primeira fase da assembleia, espera-se que participem o Presidente e o primeiro-ministro, os membros da Comissão Coordenadora, bem como outros oficiais militares que ocupam cargos no governo.

4. Esta manhã, *O Século* declara que, embora os tópicos políticos sejam de grande importância, sem dúvida, o assunto de maior importância será o novo plano económico, que será levado para discussão do governo na reunião da próxima segunda-feira, e a que o Major Melo Antunes chamou de «um segundo programa do MFA». O novo plano económico, nas suas palavras, será «emancipatório» para a nação e será específico para a tarefa com a qual a nação pode cumprir a estratégia antimonopolista geral apontada no Programa do MFA. O plano também fornecerá esclarecimentos necessários à actual política económica. Antunes disse aos jornalistas que não há necessidade de «medo» por parte dos empresários, pois o plano não será «publicitário», embora ajude a movimentar Portugal rumo a uma sociedade na qual se estabeleçam novas relações socioeconómicas.

5. A questão da participação do MFA nos trabalhos da Assembleia Constituinte será, provavelmente, o principal assunto de discussão na Assembleia. Alguns militares, incluindo o Chefe do Estado-Maior da Marinha, Pinheiro de Azevedo, querem que o MFA designe um certo número de membros do MFA para participar na Assembleia Constituinte para supervisionar a redacção e a votação da nova constituição. Para esses militares, os membros do MFA não teriam que ser eleitos pelas pessoas para os seus assentos na Assembleia Constituinte, já que «as pessoas mostraram nos últimos sete meses que apoiam o MFA.» (Comentário: a lei eleitoral proíbe que militares no serviço activo sejam candidatos nas eleições, mas não proíbe a sua participação como observadores sem direito a votar ou como deputados plenipotenciários nomeados pelo próprio MFA.)

6. Comentário: Pouco se sabe actualmente sobre os poderes e o relacionamento da Assembleia de Delegados com a hierarquia militar regular ou com o governo e o Conselho de Estado. Estamos a aguardar com interesse o resultado das deliberações da Assembleia que devem ajudar a responder a estas perguntas. A natureza das decisões tomadas também nos deve dar uma ideia da futura direcção ideológica da política do MFA, especialmente no campo económico. Também estamos interessados em saber se o MFA pretende tentar influenciar a redacção da nova Constituição por meio da participação directa no trabalho da Assembleia, ou se decidirá tomar outra actuação menos visível e arriscada, como apresentar o seu próprio projecto constitucional à Assembleia, ou assumir poderes de veto sobre o produto da Assembleia civil.

TELEGRAMA 1974LISBON 05406_b

TÍTULO Novo decreto-lei sobre organização sindical

DATA 09-12-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Segue por correio a tradução do decreto-lei sindical proposto a 10 de Dezembro.

2. O dirigente do Partido Socialista, Manuel Curto, informou-nos que está marcada para 10 de Dezembro uma reunião entre representantes dos partidos da coligação e o ministro do Trabalho, para discutir o decreto-lei proposto. Curto espera que a reunião seja muito dura, mas acredita que aqueles que se opõem à lei na sua redacção actual podem conseguir modificá-la parcialmente. Ele não espera que a lei seja promulgada nas próximas semanas.

TELEGRAMA 1974LISBON 05413_b

TÍTULO Sobre as práticas de emprego de empresas americanas nos territórios africanos portugueses

DATA 10-12-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Recordamos (mas não podemos localizar cópias de) relatórios do Cônsul em Luanda de alguns anos atrás que indicavam que a fábrica de pneus Luanda Mabor (na qual a General Tire tinha uns 15% de participação) pagava aos trabalhadores negros metade ou um terço do que pagava aos trabalhadores brancos com a mesma qualificação e fazendo o mesmo trabalho. Luanda poderia comentar se este sistema ainda é praticado.

TELEGRAMA 1974LISBON 05414_b

TÍTULO Delegação Portuguesa à reunião Ministerial da NATO

DATA 10-12-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. A delegação portuguesa à reunião ministerial da NATO é constituída pelas seguintes figuras: Contra-Almirante José Baptista Pinheiro de Azevedo, Joaquim Jorge de Pinho Campinos, Fernando de Magalhães Cruz e Francisco Manuel Baltazar Moita.

2. O Almirante Azevedo é um dos três membros sobreviventes da Junta de Salvação Nacional original de 7 homens nomeada após a revolução de 25 de Abril. Embora acusado por alguns de ser «esquerdista», essa descrição é refutada por outros que o conhecem bem. A embaixada não tem informações seguras sobre a sua visão política passada ou presente. Acredita-se, no entanto, que as suas opiniões são muito semelhantes às do Presidente Costa Gomes, que recentemente enfatizou a ligação de Portugal com a NATO ao visitar a sede da NATO em Norfolk durante uma visita aos EUA em Outubro. Ele assumiu a função de presidente interino durante a viagem de Costa Gomes aos EUA.

3. O prof. Jorge Campinos foi nomeado para o ministério dos Negócios Estrangeiros pelo líder do Partido Socialista, Mário Soares, e ocupa o cargo de secretário de Estado, trabalhando directamente sob as ordens de Soares como número dois no ministério. Consideramos Campinos como um contacto experiente, aberto e valioso, cujas simpatias gerais são claramente a favor da manutenção dos fortes laços de Portugal com o Ocidente. É dirigente do Partido Socialista e um especialista em direito constitucional.

4. O embaixador Magalhães Cruz, director-geral de assuntos políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, é o mais alto diplomata de carreira com quem a embaixada mantém relações de trabalho cordiais e eficazes.

5. A embaixada não tem informações significativas sobre Francisco Moita, que parece ser «técnico».

TELEGRAMA 1974LISBON 05435_b

TÍTULO Líderes da Confederação Industrial Portuguesa desejam reunir-se com líderes políticos de alto nível do governo dos EUA para discutir a situação portuguesa

DATA 11-12-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. José Vaz Pereira, assessor de relações públicas da Confederação Industrial Portuguesa (CIP), que representa cerca de 47 000 empresas, e é comparável à Associação Nacional de Fabricantes, contactou a embaixada na semana passada para solicitar a assistência da embaixada na marcação de entrevistas para a Comissão Executiva da CIP com os líderes políticos de alto nível do governo dos EUA, para explicar a perspectiva das empresas privadas locais sobre os recentes desenvolvimentos em Portugal.

2. O grupo de três homens que planeia viajar para os EUA é o mesmo (António Vasco de Mello, Miguel de Sttau Monteiro e José Manuel de Moraes Cabral) que visitou os EUA recentemente para falar com líderes económicos sobre a situação económica portuguesa. Naquela ocasião, a CIP não teve oportunidade de aprofundar a situação política em Portugal como gostaria, e portanto pretende retornar para o fazer. A delegação visitou ou viajará em breve para Londres, Amesterdão, Paris, Bruxelas, Frankfurt e Bona para discutir os mesmos temas.

3. Os planos do grupo são viajar para Washington após o Ano Novo e permanecer 10 dias úteis. A CIP não quer fazer qualquer providência para esta viagem através do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou da embaixada de Portugal em Washington. A explicação que eles deram é que os socialistas controlam ambos e que, embora não impeçam os esforços do grupo para explicar o ponto de vista das empresas privadas sobre o que está a acontecer em Portugal, eles não os ajudariam de forma significativa. Portanto, a CIP solicita

a assistência do governo dos EUA para agendar reuniões com os seguintes senadores e congressistas: Congresso: Henry B. Gonçalves; Thomas E. Morgan; Benjamin S. Rosenthal, Harley O. Staggers; Henry Reuss; Charles C. Diggs. Senado: Adlai Stevenson; Daniel K. Inouye; John Sparkman; Clifford Case, Warren G. Magnuson; William Proxmire; Humphrey; Kennedy; Percy; Church; Jacob Javits.

4. Outros funcionários com quem o grupo gostaria de se reunir são: William R. Pearce e Harold B. Malmgren, do Gabinete do Representante Especial para as Negociações Comerciais; Robert H. Enslow, Gabinete de Investimentos Estrangeiros Directos; Forrest E. Abbuhl, Gabinete de Política Comercial Internacional do Departamento de Comércio; Robert H. Binder, secretário-adjunto para Política, Planos e Assuntos Internacionais, Departamento de Transportes; João Oliveira Santos, gerente, Departamento de Operações, Banco Interamericano de Desenvolvimento; e L.A. Whittome, director do Departamento Europeu do Fundo Monetário Internacional.

5. A CIP também gostaria de se encontrar com o embaixador McCloskey e outros no Departamento que estejam interessados nas suas visões, e planeia realizar uma conferência de imprensa (que eles organizarão) no Overseas Press Club sobre a situação portuguesa.

6. A CIP diz que, embora prefiram não trabalhar através do Ministério dos Negócios Estrangeiros na organização desta viagem, não há oposição por parte do governo à sua visita. Na verdade, eles estão em contacto com Victor Alves e o primeiro-ministro sobre isso, e mantêm-nos informados sobre as suas actividades.

7. Acção solicitada: que o Departamento contacte os indivíduos acima mencionados para agendar sessões com o grupo CIP durante o período de 13 a 24 de Janeiro. A CIP enviará um homem na primeira semana de Janeiro para coordenar e tomar outras providências necessárias.

8. Comentário: A CIP, que acabou de se juntar à Organização Internacional de Empregadores sediada em Genebra (associação de 87 federações de empresários em 79 países), é um grupo importante, acreditamos que os congressistas e outros poderão beneficiar com a reunião. Eles irão, sem dúvida, tentar convencer os seus ouvintes da necessidade da assistência económica do governo dos EUA a Portugal e descansá-los quanto ao grau de influência comunista no governo. Estão numa posição única para poder responder a perguntas sobre o clima de investimento estrangeiro e garantias de investimento nas quais os homens de negócios representados pelo congressistas podem estar interessados. Todos do grupo falam inglês. O grupo não representa nenhum partido político organizado e falará somente pela sua organização.

TELEGRAMA 1974LISBON 05437_b

TÍTULO Declaração à imprensa do líder do PPD após a visita a Washington

DATA 11-12-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. Ao regressar a Portugal após seis dias de visita aos EUA, o secretário-geral do PPD, Sá Carneiro, disse o seguinte sobre o seu encontro com o secretário Kissinger: «Encontrámos muito interesse nos nossos problemas e um desejo de informações concretas sobre o que está a acontecer em Portugal. Da parte do secretário Kissinger, encontrámos uma boa disponibilidade para transformar uma atitude de esperar para ver, que os Estados Unidos têm adoptado face à nova democracia portuguesa, numa atitude de apoio e cooperação francos.»

2. Sá Carneiro disse que se sentia confiante que a sua visita aos EUA daria frutos, referindo-se à emenda do senador Kennedy à lei de ajuda externa como um exemplo de resultados positivos da viagem. (Comentário: a justaposição na imprensa de Lisboa da foto e texto do artigo sobre a visita do PPD aos EUA e da notícia sobre a Emenda de Kennedy provavelmente fomentou a impressão de que Sá Carneiro trouxe o bacon para casa enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, voltou da sua viagem aos EUA de mãos vazias. Essa impressão foi atenuada num jornal que publicou a carta de Kennedy a Soares na mesma página que a história de Sá Carneiro.)

3. O secretário-geral do PPD disse que encontrou a maioria dos senadores dos EUA (com a notável excepção do senador Kennedy) pouco ou mal informados sobre Portugal, mas que eles estavam francamente interessados em obter informações sobre os recentes desenvolvimentos.

4. A imprensa portuguesa tendeu a minimizar a viagem do PPD, relegando a cobertura para páginas interiores e artigos curtos e esquemáticos sobre as pessoas com quem se reuniu, os comícios participados, etc.

TELEGRAMA 1974LISBON 05448_b

TÍTULO O Partido Socialista prepara-se para o Congresso de 13 a 15 de Dezembro

DATA 11-12-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO Estão em andamento os preparativos finais para o primeiro Congresso legal do Partido Socialista português desde a sua fundação na Alemanha, em Maio de 1973. A eleição de delegados locais para o Congresso do PS, que acontecerá na Universidade de Lisboa, de 13 a 15 de Dezembro, foi concluída e os porta-vozes do partido dizem que 850 delegados participarão. Além dos delegados nacionais, espera-se a presença de um grande número de observadores estrangeiros.

TELEGRAMA 1974LISBON 05453_b

TÍTULO Portugal, Espanha e a poluição

DATA 11-12-74

ASSINADO POST

CONTEÚDO 1. A delegação portuguesa na reunião de meados de Novembro do Comité da OCDE sobre o meio ambiente emitiu uma declaração pública a 15 de Novembro no regresso a Lisboa. A declaração referia-se ao desinteresse espanhol em cooperar com Portugal sobre o problema da poluição dos rios que nascem em Espanha e correm para Portugal; a atitude espanhola, de acordo com os portugueses, não tinha uma base válida.

2. Em conversa recente com um funcionário da embaixada, Correia da Cunha, chefe da Comissão Nacional do Meio Ambiente portuguesa, declarou que as posições espanhola na reunião da OCDE foram marcadas pela intransigência, a recusa em reconhecer a responsabilidade pelas consequências internacionais da poluição com origem num país, mas que afecta outros, alegações de que as dificuldades burocráticas em Espanha não poderiam ser superadas para permitir aos cidadãos de outros países o direito de proceder a reivindicações por danos relacionados com a poluição nos tribunais espanhóis e resistência dogmática contra violações dos «direitos soberanos» espanhóis. Correia da Cunha acrescentou que Espanha ficou sozinha na reunião, com até mesmo a França, geralmente do mesmo lado que os demais membros. O comunicado final indicou um acordo comum sobre os problemas discutidos, mas as reservas espanholas foram referidas nos anexos.

3. Correia da Cunha observou que o problema da poluição transfronteiriça de Espanha afecta essencialmente Portugal. (Ele desvalorizou problemas potenciais para a França resultantes de poluentes de origem espanhola entrando no Golfo da Biscaia ou no Mediterrâneo.) Crê

que a atitude de Espanha é politicamente motivada e que endureceu desde a revolução de 25 de Abril.

4. O problema mais sério para os portugueses envolve o Rio Tejo. Além das formas mais comuns de poluição do rio, o Tejo (e a região metropolitana de Lisboa) enfrentam a ameaça de contaminação radioactiva da instalação nuclear espanhola em Talavera de la Reina. Correia da Cunha enfatizou que mesmo um pequeno acidente lá, se a contaminação entrasse no Tejo, poderia ter consequências desastrosas para Lisboa.

5. Comentário: O governo português não expressou estas preocupações publicamente, um facto atribuível à preocupação geral de Portugal em manter relações correctas com o seu vizinho. Até mesmo as críticas relativamente leves referidas no parágrafo 1 provocaram uma mini-manifestação de estudantes da Universidade de Lisboa, supostamente protestando contra a poluição espanhola. (Correia da Cunha desvalorizou um possível sentimento pró-ambientalista dos estudantes, achando que isso apenas demonstrou o seu preconceito anti-espanhol e antifascista.) Estamos interessados em conhecer quaisquer opiniões que a embaixada de Madrid possa ter sobre este assunto.

TELEGRAMA 1974LISBON 05458_b

TÍTULO Assistência a Portugal

DATA 11-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O DCM e eu visitámos Costa Gomes às 18h15, hora local. Apresentei-lhe as propostas, deixando-lhe um papel que as detalha e descrevendo os pontos adicionais para ele estudar com mais tempo (a sua agenda deixou-nos apenas uma janela de quinze minutos). Enfatizei que o programa não tinha relação com as negociações dos Açores, que representava o que o governo dos EUA conseguia fazer com os recursos actualmente disponíveis, e que, embora fosse limitado, esperava que ele concordasse que o programa seria psicologicamente útil neste momento.

2. Ele perguntou se o seu entendimento estava correcto de que o programa poderia ser divulgado ao público imediatamente. Eu disse-lhe que o meu entendimento era que o Departamento desejaria coordenar a divulgação pública. Assim, ele ofereceu-se para colocar o seu chefe de gabinete, o Tenente-Coronel Ferreira da Cunha, em contacto com o DCM amanhã para trabalhar os melhores meios de publicitar o programa. Ele concluiu a entrevista expressando a sua gratidão por esta iniciativa dos EUA e pediu que os seus agradecimentos pessoais fossem transmitidos ao secretário Kissinger.

TELEGRAMA 1974LISBON 05476_b

TÍTULO Assistência a Portugal

DATA 12-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O governo português espera anunciar esta tarde o pacote de ajuda. O departamento anotará a exclusão da secção sobre reservas monetárias. O governo português solicitou isso por causa da sua sensibilidade à sugestão de que eles têm problemas nesta área.

2. A embaixada apreciaria a concordância rápida do Departamento para que o anúncio possa ser exibido à noite na TV e nos jornais da manhã. É importante que o anúncio saia antes do Congresso socialista que começa amanhã para mostrar apoio aos nossos amigos.

3. O seguinte texto foi acordado pela presidência:

«Após as muito úteis conversas que o Presidente da República teve com o Presidente Ford e o secretário Kissinger em Washington, os governos dos Estados Unidos e de Portugal concordaram que uma demonstração positiva do apoio e da confiança dos EUA no futuro de Portugal seria oportuna e útil.

«Dentro dos recursos imediatamente disponíveis, o governo dos EUA ofereceu-se para iniciar imediatamente um programa de assistência económica e cooperação que abordará as necessidades de alta prioridade do governo português nas áreas da habitação, agricultura, transporte, administração pública, educação e saúde, e nas áreas de finanças e economia.

«O programa de assistência económica e cooperação é concebido como um importante apoio do governo dos EUA a Portugal no seu esforço para construir uma sociedade livre e democrática.

«Os principais elementos da actual fase de assistência económica e cooperação são os seguintes:

- O governo dos EUA garantirá até 20 milhões de dólares em empréstimos privados americanos para a construção de habitações em Portugal.

- Especialistas do governo dos EUA nas áreas da agricultura, transporte, administração pública, educação e saúde serão disponibilizados a Portugal numa base de curto prazo sem custo quando solicitados pelo governo português.

- As oportunidades para portugueses estudarem e estagiarem nos Estados Unidos serão aumentadas de acordo com as necessidades actuais de Portugal.

- O Banco de Exportação e Importação considerará favoravelmente o financiamento de bens e serviços dos EUA necessários para projectos de desenvolvimento portugueses.

- Além da assistência directa e bilateral, os EUA, a pedido do governo de Portugal, irão:

- a) apoiar Portugal em organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico;

- c) exortar outros países amigos a ajudar Portugal também, bilateralmente ou em conjunto com os EUA.

«Os ministérios apropriados dos dois governos estão a começar a trabalhar nos detalhes do programa para que ele possa começar imediatamente.

«Além disso, o Presidente Ford e o secretário Kissinger estão a apoiar fortemente a proposta do senador Kennedy para a ajuda a Portugal. Se for transformada em lei, esta proposta aumentará os recursos imediatamente dis-

poníveis ao governo dos EUA para assistência a Portugal em 50 milhões de dólares em fundos de empréstimo e 5 milhões de dólares em ajuda subvencionada, a serem divididos igualmente entre Portugal, os territórios africanos de Portugal e os antigos territórios.»

TELEGRAMA 1974LISBON 05477_b

TÍTULO Acordo aéreo luso-soviético

DATA 12-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A imprensa de Lisboa anunciou a assinatura a 11 de Dezembro do acordo aéreo luso-soviético. Segue-se à assinatura de acordo similar com a Polónia. A imprensa relata que a Aeroflot planeia iniciar o serviço Lisboa-Moscovo em Janeiro, e que o acordo fornece direitos de transferência para Cuba e «outros países americanos». A companhia aérea portuguesa TAP não tem planos, actualmente, para servir a rota. Nos seus discursos na cerimónia de assinatura, o ministro dos Negócios Estrangeiros português e o embaixador soviético observaram que o acordo aéreo foi o primeiro acordo bilateral assinado entre os dois países e que outros provavelmente se seguirão (por exemplo, acordos marítimos e comerciais).

2. Outros países do Bloco de Leste indicaram interesse em ligações aéreas com Lisboa, embora nenhuma negociação tenha sido iniciada. Delegações da companhia aérea búlgara visitaram Lisboa há duas semanas para conversas com a TAP. Um funcionário da embaixada da Roménia disse a um funcionário da nossa embaixada que a Roménia espera iniciar negociações, possivelmente em Janeiro, para ampliar a actual rota Bucareste-Madrid para Lisboa.

3. O director-geral da Aviação Civil informou-nos que, ao contrário das notícias da imprensa, Portugal não concedeu à Aeroflot direitos de volta para Cuba ou outros destinos americanos. O acordo, disse ele, prevê apenas terceira e quarta liberdades (direitos entre os dois países), com disposição para discutir concessões da quinta liberdade (direitos de volta) em base comercial recíproca. O director-geral, no entanto, disse que a URSS fez vários pedidos de direitos de volta. Assumindo

que um é Cuba, ele disse que Portugal não teria, em princípio, objecção em concedê-lo.

4. O representante da PANAM afirma ter informações privilegiadas de que o governo português concordou em dar à Aeroflot direitos de tráfego Moscovo-Frankfurt-Lisboa e reverso, bem como direto Moscovo-Lisboa. A Aeroflot, diz ele, também recebeu direitos de transporte para Cuba que podem ligar-se a qualquer uma das rotas acima mencionadas. A TAP em troca tem o direito de estender a sua actual ligação de Frankfurt à União Soviética. O representante da PANAM não tinha certeza se os alemães tinham concedido o direito à Aeroflot de transportar tráfego de Frankfurt, mas estava certo de que os alemães ainda não tinham concedido tal direito à TAP.

TELEGRAMA 1974LISBON 05498_b

TÍTULO O governo português reforça a especulação sobre iminentes conversações da cúpula angolana

DATA 13-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A 12 de Dezembro, a imprensa de Lisboa divulgou relatórios não oficiais de que o MPLA, a FNLA e a UNITA concordaram em reunir-se com o governo português a 18 de Dezembro em Ponta Delgada, nos Açores, com o objectivo de estabelecer um governo de transição em Angola. Um jornal especula que as conversas ocorrerão na Ilha Terceira algum tempo antes do Natal. Outros relatos afirmam que o Presidente Costa Gomes participará na fase final das negociações conduzidas pela delegação do governo português, composta pelo ministro para a Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, o ministro sem pasta, Melo Antunes, e membros da Junta de Salvação Nacional e do Movimento das Forças Armadas.

2. A 13 de Dezembro, o *Diário de Notícias* publicou na primeira página um comentário da Comissão Nacional sobre a Descolonização, classificando as notícias acima como «prematuras... especialmente quanto a datas e locais específicos». A comissão, no entanto, reafirmou a conveniência de tal reunião ser realizada.

3. Comentário: Estes relatos surgiram imediatamente após o regresso de Melo Antunes dos Açores, a 11 de Dezembro. Antunes tem assumindo um papel de liderança no processo de descolonização e o seu gabinete será a fonte destes rumores.

TELEGRAMA 1974LISBON 05500_b

TÍTULO Novas leis bancárias

DATA 13-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: As novas leis reforçarão a capacidade de o governo português determinar os usos a dar ao crédito bancário privado. Os banqueiros privados, por um lado, apreciam as leis porque, em grande medida, estas transferem para o governo quaisquer culpas por decisões erradas, mas eles percebem que as leis podem tornar difícil o regresso a um sistema mais livre quando as circunstâncias actuais já não se aplicarem. Fim do sumário.

1. O governo português pretende emitir em breve uma lei de crédito selectivo que lhe permita direccionar empréstimos privados para áreas que o governo acha mais úteis na promoção do desenvolvimento económico nacional. Enquanto isso, emitiu uma lei (o decreto-lei n.º 671/74 de 29 de Novembro) criando mecanismos por meio dos quais ele pode rapidamente aplicar estas normas, uma vez estejam estabelecidas. O preâmbulo da lei afirma que as exigências actuais das economias nacionais e internacionais tornam tal política essencial.

2. A lei 671/74 estabelece dentro do Banco de Portugal (BP) um quadro de funcionários superiores – equivalente a um director ou director-adjunto do BP – que serão destacados nas grandes instituições de crédito privadas (principalmente bancos, na medida em que as instituições de crédito controladas pelo Estado e as pequenas entidades privadas são especificamente isentas por lei). Esses delegados do BP terão uma ampla autoridade para participar nas reuniões bancárias de qualquer nível que lidem com actividades de crédito, para obter informações relevantes de funcionários bancários e para examinar documentos de crédito.

3. Os delegados são obrigados a relatar imediatamente ao BP quaisquer desvio das normas estabelecidas. O BP ou o Ministério das Finanças lidarão com a situação, dependendo da sua natureza. Além disso, cada delegado enviará relatórios mensais das suas observações ao BP e reunir-se-á mensalmente com os outros delegados para discutir problemas e interesses mútuos e receber instruções do BP. Os representantes de instituições de crédito controladas pelo Estado participarão nessas reuniões mensais como um meio para coordenar as actividades nacionais de crédito.

4. O restante da lei trata dos critérios para a selecção de delegados, os seus direitos, classificações, privilégios e obrigações (por exemplo, sigilo e não interferência em actividades bancárias não relacionadas com a sua função).

5. Comentário:

a) O decreto-lei 671/74 e a lei ainda não emitida, que estabelece normas de crédito, têm a marca de medidas adoptadas, mais para um efeito de demonstração do que para preencher uma necessidade prática. Os banqueiros dizem que o BP, através da sua máquina de redesconto, já tem meios de fazer cumprir os objectivos de crédito do governo. Os não iniciados, no entanto, podem interpretar as novas leis como um esforço inovador do Governo Provisório para garantir o uso mais eficaz de recursos financeiros limitados. Os banqueiros não esperam que a lei das normas abra novo terreno, mas apenas reafirme objectivos de crédito existentes, por exemplo, a assistência a pequenas e médias empresas, que o BP já está a implementar.

b) Apesar do facto de as leis, pelo menos na forma, serem uma nova invasão do sector privado, os banqueiros privados, de forma um tanto surpreendente, acolhem-nas com agrado, alegando que elas tornam os bancos amplamente imunes a críticas sobre as suas decisões de crédito.

As leis em vigor transferem muito do ónus da tomada de decisões para o BP e o Ministério das Finanças. Embora os banqueiros estejam bastante satisfeitos com isso nas circunstâncias actuais, eles percebem que as leis podem dificultar o regresso a um sistema menos sobrecarregado quando essas circunstâncias mudarem.

TELEGRAMA 1974LISBON 05514_b

TÍTULO Tratamento nos *media* da oferta de assistência económica

DATA 16-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O anúncio de ajuda dos EUA a Portugal foi amplamente divulgado em todos os *media* portugueses. O significado político foi destacado. No entanto, o anúncio ficou um pouco ofuscado, por notícias da prisão de proeminentes empresários portugueses. Fim do Sumário.

1. Na noite de 13 de Dezembro, o governo português tentou orquestrar um anúncio público da ajuda económica dos EUA para obter o máximo de publicidade local, mas teve que se contentar com o segundo melhor destaque quando o primeiro-ministro, Gonçalves, ordenou ao COPCON nessa mesma tarde que prendesse 10 dos principais empresários portugueses por «actos graves de sabotagem económica».

2. As prisões foram a notícia principal dos noticiários de televisão e rádio, da noite de 13 de Dezembro. O principal assessor de Costa Gomes, Ferreira da Cunha, apareceu em frente às câmaras para apresentar uma versão parafraseada do anúncio conjunto. Ele destacou que a oferta dos EUA «representava um acto de apoio político de um país aliado e um velho amigo».

3. Notícias sobre o programa de ajuda dos EUA foram destaque de primeira página nos jornais da manhã de sábado, 14 de Dezembro. Todos os jornais de sábado publicaram o texto completo do anúncio. Os jornais da tarde publicaram o texto nas páginas internas. À tarde, o *Diário de Lisboa* adicionou o comentário de Ferreira da Cunha.

4. O anúncio foi notícia principal do jornal *O Século*, de Lisboa, e nos jornais *Primeiro de Janeiro* e *Jornal de Notícias*, do Porto.

5. O *Diário de Notícias*, o diário de maior circulação de Lisboa, começou com a história sobre as prisões, mas o anúncio de ajuda dos EUA foi destacado acima da dobra central, abaixo de um cabeçalho de quatro colunas.

6. Tanto o *Diário de Notícias* quanto o *Primeiro de Janeiro* incluíram histórias especulativas da *Reuters* e da agência *France Presse* no seu tratamento factual das notícias. Os relatos da *Reuters* apareceram nos jornais da tarde de sexta-feira, em Lisboa. Com data de Washington, a notícia da *Reuters* afirmava que, de acordo com uma fonte bem informada, «a iniciativa reflecte o interesse crescente dos EUA sobre o que está realmente a acontecer em Portugal e uma preocupação dentro dos círculos do governo (EUA) com a influência comunista em Lisboa». A *Reuters* acrescentou que a mesma fonte afirmou que a «oferta de assistência económica não estava relacionada com as negociações sobre a base dos Açores».

7. Além disso, ambos os jornais publicaram um comentário da *AFP* de que «os observadores lembraram que os EUA foram acusados de contribuir para a derrota de outro governo de esquerda – o de Allende no Chile – ao se opor à concessão de créditos ao Chile. A presente oferta de assistência americana constitui um gesto de confiança dos EUA no futuro de Portugal».

8. Infelizmente, o influente semanário *Expresso* não foi distribuído no sábado devido a disputas com vendedores.

9. Comentário: O governo português fez de tudo para dar ao anúncio o máximo de publicidade. O momento do anúncio, chegando no meio do Congresso do Partido Socialista, foi um claro impulso para Mário Soares. Soares disse a Henry Giniger, do *New York Times*, que o significado político da iniciativa dos EUA supera em muito o conteúdo económico. O anúncio da confiança dos EUA no futuro de Portugal não poderia ter acontecido em melhor momento psicológico.

TELEGRAMA 1974LISBON 05516_b

TÍTULO Decreto-lei para regular as associações patronais

DATA 17-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. No início de Dezembro, o governo português promulgou o decreto-lei 695/74, que confere aos empregadores o direito legal de estabelecer associações «para defender e promover os seus interesses comerciais». As associações estão, então, legalmente autorizadas a formar grupos maiores, como federações ou confederações. Ambos os tipos de organizações podem filiar-se em grupos internacionais.

2. O decreto-lei prevê várias regulamentações gerais para regular esses agrupamentos. Entre as mais importantes, estão as seguintes:

a) os empregadores são definidos como qualquer pessoa ou empresa que «habitualmente» emprega trabalhadores.

b) as associações podem adoptar os seus próprios estatutos que regem a direcção, as eleições, as actividades, etc. Tais estatutos devem «respeitar os princípios da gestão democrática».

c) as associações estão autorizadas a prestar serviços aos seus membros e a criar instituições para esse fim; elas não podem produzir bens ou serviços com fins lucrativos.

d) as associações têm o direito de disciplinar os seus membros. As sanções graves, como a expulsão, podem ser objecto de recurso para os tribunais.

e) um relatório anual sobre o número de membros e a força de trabalho de cada membro deve ser entregue ao Ministério do Trabalho. Os estatutos e regulamentos devem ser depositados no Ministério do Trabalho.

3. Comentário: O decreto-lei 695/74 é outra das leis fundamentais, através das quais o governo está a tentar regular e estabelecer as relações entre a gestão e os trabalhadores. As outras três são a lei de greve/lockout (promulgada), a lei de organização sindical (em projecto) e o decreto de negociação colectiva (em discussão). Sendo o menos controverso dos três, o decreto da organização patronal legaliza associações patronais já existentes e actualiza alguma legislação anterior ao 25 de Abril que as regulamentava. O decreto-lei 695/74, por si só, deveria tranquilizar os empresários. Ele diz-lhes que, pelo menos num aspecto das suas actividades – as organizações patronais – não haverá mudanças radicais a curto prazo. Qualquer tranquilidade, no entanto, pode ser abafada por sinais aparentemente contraditórios emitidos pelo governo, como a lei de intervenção nas empresas privadas e as novas leis bancárias.

4. Uma grande associação patronal, a Confederação Industrial Portuguesa (CIP), já existe e está florescendo. A CIP afirma representar mais de 75% das 47 000 empresas da indústria, turismo, comércio, negócios e serviços de Portugal. Representantes da Comissão Executiva da CIP não manifestaram problemas com o decreto 695/74.

TELEGRAMA 1974LISBON 05527_b

TÍTULO Mário Soares e uma lista moderada são eleitos para a liderança do Partido Socialista português

DATA 17-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO O Congresso do Partido Socialista português terminou a 15 de Dezembro, após três dias de sessões efervescentes e animadas, nas quais a ala esquerda fez uma tentativa concertada, mas falhada, de conquistar o poder.

A liderança da velha guarda resistiu com sucesso às tentativas de elementos mais jovens e radicais do partido de fazer uma guinada acentuada para a esquerda, alterando a liderança, o programa e os estatutos para reflectir a sua postura revolucionária. No entanto, o Congresso rejeitou a social-democracia, ao mesmo tempo que afirmava a inspiração marxista do partido.

Mário Soares foi reeleito secretário-geral do partido por esmagadora maioria, mas a votação para os outros dois principais órgãos de decisão foi muito aproximada, reflectindo o grau de diferenças dentro do partido.

Embora as linhas principais do programa e da política do PS tenham sido aprovadas, a redacção final do documento político ficará a cargo da nova Comissão Nacional de 151 membros, que publicará o programa completo revisto em Janeiro, incluindo a secção sobre política internacional, que não foi discutida no Congresso.

TELEGRAMA 1974LISBON 05532_b

TÍTULO SEDES rejeita aliança política: organização num impasse

DATA 17-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Todos os directores da SEDES renunciaram após uma reunião plenária da SEDES rejeitar a proposta de aliar esta organização tecnocrata ao Partido Socialista português. A actividade está paralisada e a sobrevivência da organização em dúvida. Fim do Sumário.

1. Desde a sua criação, há quatro anos, a Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES) tinha sido um grupo politicamente plural de tecnocratas que, como organização, não se envolveu directamente no processo político. Após a queda do governo Caetano, a 25 de Abril, e o subsequente surgimento de partidos políticos, o principal motivo para o não envolvimento político da SEDES desapareceu. A SEDES está paralisada após a tentativa frustrada de alguns activistas socialistas conduzirem essa organização tecnocrática para um papel político aberto e definido.

2. Na reunião de 30 de Novembro da Assembleia-Geral da SEDES, o Conselho de Coordenação apresentou uma proposta de quatro pontos para uma acção política de curto prazo, sendo que o quarto ponto teria alterado os estatutos da SEDES para permitir a filiação no Partido Socialista português. Esta quarta disposição, única cláusula operacional da proposta, foi rejeitada pela Assembleia-Geral por 69 votos a 44. Em reacção à votação, o Conselho de Coordenação e o Conselho Fiscal renunciaram. O trabalho da Comissão Política, um grupo de 15 membros criado após o 25 de Abril para ajudar a projectar o futuro político da organização, está efectivamente suspenso com a renúncia dos outros dois órgãos.

3. Na sessão plenária de 30 de Novembro, o vice-presidente da Assembleia-Geral e presidente em exercício, o procurador Manuel Ataíde Ferreira,⁹¹ informou um funcionário da embaixada a 11 de Dezembro que todas as actividades estão actualmente suspensas, aguardando as eleições para uma nova direcção no início de Janeiro. Ataíde disse que os activistas socialistas ficaram surpreendidos com a rejeição da sua proposta, embora esperassem uma votação renhida. Ataíde, também membro da Comissão Política, descreveu duas «dinâmicas» socialistas que se desenvolveram dentro da SEDES: a primeira é rigorosa, ortodoxa e activista, a segunda é mais voltada para o modelo europeu ocidental e favorece a integração na CEE. Ataíde disse que os activistas, por alguma razão desconhecida, recusam-se a trabalhar directamente como indivíduos no PS e ameaçaram começar a sua própria organização rival, tipo SEDES, caso esta não se alie ao Partido Socialista. Ataíde estimou que estes activistas representem cerca de um terço da SEDES e que, se eles se retirarem, a SEDES provavelmente entraria em colapso face à nova situação política. Ataíde observou que a SEDES sempre teve uma forte dinâmica socialista, sem a qual a organização se tornaria moribunda.

4. Membros destacados do Conselho de Coordenação (CC) e da Comissão Política (CP) são: ministro da Economia, Emílio Rui Vilar (presidente da Assembleia-Geral, membro da CP); secretário de Estado da Segurança Social, Santa Clara Gomes (CC, CP); secretário de Estado da Indústria e Energia, Eng. José Torres Campos (CC, CP); secretário de Estado do Planeamento Económico, Dr. Victor Constâncio (CC, CP); secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, Dr. José Vera Jardim (CP); e secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, Manuel Ferreira Lima (CP).

Comentário: A maioria dos membros da Assembleia-Geral da SEDES rejeitou a filiação no Partido Socialista porque, embora basicamente socialistas, acharam que a organização poderia promover melhor os seus objectivos, independentemente do PS.

⁹¹ MANUEL ATAÍDE FERREIRA: Fundador da SEDES e seu presidente em 74/75. Eleito pelo PS para a Câmara Municipal de Lisboa em 1977. Fundador da DECO e seu presidente até 1999.

TELEGRAMA 1974LISBON 05538_b

TÍTULO Grandes empresários presos

DATA 17-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Sumário: O gabinete do primeiro-ministro ordenou a prisão de 12 reconhecidos empresários; um ainda não foi encontrado. Entre os detidos estão Jorge de Brito e associados, e directores do Grupo Torralta, o maior empreendimento turístico de Portugal, cuja gestão foi assumida pelo governo na semana passada. Os detidos foram acusados de «graves actos de sabotagem económica», com especificações que variam da incapacidade de cumprir obrigações até à transferências de fundos não autorizadas e outros negócios questionáveis. Fontes geralmente confiáveis afirmaram que as prisões foram ordenadas pelo primeiro-ministro, Gonçalves, sem consultar ou notificar o restante governo, o que sugere um afastamento crescente entre Gonçalves e o resto do governo. Alguns podem ter pensado em afastar Gonçalves, mas isso não parece politicamente concretizável. Fim do Sumário.

2. O gabinete do primeiro-ministro emitiu, no início de 13 de Dezembro, ordens de prisão para doze empresários reconhecidos. Todos, excepto um, estão especificamente ligados a um dos dois grupos de empresas privadas nos quais o governo interveio recentemente. Um é o grupo Jorge de Brito, cujo Banco Intercontinental Português (BIP) e a construtora Brisa tiveram as suas administrações substituídas no final de Outubro. O governo anunciou recentemente que processou Jorge de Brito por 2 bilhões de escudos (80 milhões de dólares) por danos resultantes da má administração do BIP.

3. O outro é o Grupo Torralta, o maior complexo turístico de Portugal. Este grupo vinha sendo alvo de rumores há algumas semanas, nomeadamente devido às dificuldades

de liquidez da sua subsidiária «A.C.», de que estava a construir o enorme complexo turístico de Tróia, a Sul de Setúbal. O governo congelou as contas bancárias dos principais directores e, na semana passada, sob a autoridade da nova lei de «Assistência», assumiu a gestão de todas as empresas do grupo.

4. Os detidos incluem Jorge Artur Rego de Brito, Eduardo Matos Castro, António Manuel de Sousa Vieira, e Fernando Augusto Pinto Barbosa Cruz, todos directores do BIP; Joaquim José de Paiva Correia, director do BIP e da Torralta; Agostinho da Silva, Almirante Sarmento Rodrigues, João Macia da Silva Delgado, e José da Silva, todos directores da Torralta; João Crisóstomo de Moraes, director da sociedade financeira; e Francisco Brás de Oliveira, director do Crédito Predial. João Luís de Almeida Garrett, também administrador do BIP, ainda está fora. (João de Moraes, da Sociedade Financeira Portuguesa, uma instituição de crédito com a maioria das acções detidas pelo governo, pode ser uma vítima involuntária, ou seja, um bode expiatório de Teixeira Pinto, o chefe pré-revolucionário da SFP que fugiu do país há algum tempo e que é procurado para explicar a suposta má gestão da SFP. Francisco de Oliveira voltou de Paris e entregou-se – o Crédito Predial era antigamente propriedade do Grupo de Brito).

5. O comunicado do gabinete do primeiro-ministro sobre as prisões citou a secção do Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) que trata de medidas contra a «corrupção e especulação» e acusou os detidos de «actos graves de sabotagem económica». A única acusação específica contra a administração do BIP foi a de uma transferência não autorizada de 1,6 milhões de dólares para fora do país. Os directores da Torralta foram acusados de vários crimes: incapacidade de cumprir com as obrigações actuais com funcionários, fornecedores e contratados; atraso no reembolso de «certificados de férias» (na verdade um programa de poupança com juros muito altos) to-

talizando 5,2 milhões de dólares e 4 milhões de dólares de pagamentos por «direitos de ocupação»; recebimento de 32 milhões de dólares em pagamentos adiantados para um aumento de capital que não havia sido aprovado nem solicitado; transferências não autorizadas de fundos de e para o país; e «relacionamentos anormais» entre empresas do grupo e outras empresas, especialmente na área financeira e na transferência e administração de imóveis.

6. Várias fontes deploraram a forma arbitrária como a ordem de prisão foi emitida. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, disse a um jornalista do *New York Times* que o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, ordenou as prisões sem consultar ou notificar ninguém. João Salgueiro, vice-governador do Banco de Portugal e muito próximo do governo, confirmou a um funcionário da embaixada que os ministros sem pasta (líderes do MFA) Melo Antunes e Victor Alves, bem como o resto do governo, com a possível excepção do ministro da Justiça, Francisco Zenha, não foram consultados nem notificados. O governo e o MFA estão aparentemente desiludidos com várias acções recentes de Gonçalves, mas não vêem nenhuma forma política viável de conseguir o seu afastamento. Podem, no entanto, tentar contorná-lo e isolá-lo, embora isso seja difícil.

7. Salgueiro também disse que o Movimento Democrático Português (MDP), de esquerda, preparou um comunicado com os nomes dos detidos antes mesmo de a ordem de prisão ter sido emitida. (Nota: o MDP distribuiu um comunicado na manhã do dia 13, relacionando as prisões aos eventos de 25 de Abril e 28 de Setembro, mas sem mencionar os nomes⁹²). Segundo Salgueiro, a lista original preparada pelo primeiro-ministro continha nomes adicionais que foram suprimidos pelo Brigadeiro Otel

Saraiva de Carvalho, vice-comandante do COPCON, organização militar que efectuou as prisões. Os nomes suprimidos incluíam, supostamente, membros da proeminente família de banqueiros Espírito Santo Silva.⁹³

8. Salgueiro lamentou o facto de o gabinete do primeiro-ministro ter enviado notícias à imprensa para anunciar que algumas pessoas da lista estavam a tentar fugir e a solicitar ajuda para apreender os foragidos, quando, na verdade, a maioria estava nos seus escritórios. Francisco Oliveira até se teria encontrado com Victor Alves na manhã das prisões e, de seguida, partido numa viagem planeada para Paris sem que nenhum dos homens (ou, evidentemente, os funcionários da imigração) tivesse conhecimento da ordem de prisão. Quando soube disso, Oliveira regressou de Paris e entregou-se. Apenas João Garrett, ainda fora, parece encaixar na descrição de foragido.

9. Salgueiro também criticou a reportagem da imprensa sobre o caso, no qual os detidos já foram «julgados e condenados». Ele mostrou-se muito preocupado com os possíveis efeitos na confiança das empresas e nas remessas de emigrantes, sendo as últimas de grande importância para o equilíbrio da balança de pagamentos portuguesa.

10. Uma recolha de opiniões junto de empresários do Porto e de Lisboa aponta para que os executivos Jorge de Brito e da Torralta estavam a comportar-se de uma forma desleixada há muito tempo e agora estavam a «receber o que mereciam». O director-geral dos assuntos económicos no Ministério dos Negócios Estrangeiros acompanhou essas reacções, dizendo-nos que qualquer acção contra esses indivíduos «que representam o pior do capitalismo

⁹² Ou seja, João Salgueiro «apimentou» a informação entregue aos EUA.

⁹³ A ser verdade, o que não é obrigatório devido à credibilidade da fonte, estas prisões poderiam ter poupado ao País o saque que depois viria a sofrer às mãos do Grupo Espírito Santo.

português» seria geralmente bem-vindo em todos os lugares, incluindo o sector empresarial e financeiro.

11. Comentário: O impacto junto dos empresários parece muito menos importante do que as conotações políticas dentro do governo. Embora alguns empresários tenham denunciado a arbitrariedade da acção, nenhum a caracterizou como o início de uma campanha contra o sector privado como um todo. A acção, aparentemente unilateral, do primeiro-ministro e a reacção relatada sugerem um distanciamento crescente entre Gonçalves e o seu governo. A embaixada concentrará esforços neste assunto em telegramas subsequentes.

TELEGRAMA 1974LISBON 05539_b

TÍTULO Crise política em curso

DATA 17-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Há uma crise política em curso em Portugal, desencadeada pela decisão unilateral do primeiro-ministro de ordenar a prisão de empresários na sexta-feira passada, ocorrendo no contexto da disputa sobre o plano económico proposto. Algumas evidências sugerem que o Partido Comunista pode estar a mudar a sua linha moderada diante da esperada derrota nas eleições e agora está discretamente a tentar criar condições económicas que forcem o adiamento das eleições. Pode haver uma moção para demitir o primeiro-ministro Gonçalves já hoje.⁹⁴ Fim do Sumário.

1. Fontes da embaixada em todo o país confirmaram que há uma grave crise política em curso em Portugal. A acção de Gonçalves, que ordenou a prisão de empresários sem informar o governo, afastou membros do governo (excepto Cunhal) e, muito especialmente, irritou Antunes e Alves, figuras-chave do MFA no governo.

2. Quatro eventos levaram à crise. Primeiro, entendemos que Gonçalves rejeitou o novo programa económico concebido sob a direcção de Antunes por ser «demasiado conservador». Segundo, a ordem unilateral de prisão de empresários. Terceiro, a rejeição do projecto de lei de imprensa a pedido de Cunhal e a aceitação da exigência de Cunhal de que uma comissão de imprensa *ad hoc* seja incluída como parte da nova lei. Quarto, a aceitação de Gonçalves da exigência de Cunhal de encerrar as universidades.

⁹⁴ Tanto pode...

3. Observadores anti-Gonçalves estão pessimistas quanto à possibilidade de forçar a demissão de Gonçalves. Eles observam que a personalidade de Gonçalves não indicia uma saída elegante. Todos os lados têm um forte desejo de não entrar em luta aberta com Gonçalves e os seus apoiantes comunistas e do MDP. No entanto, há aparentemente um forte apoio no governo à exclusão de Gonçalves, incluindo de Alves, Antunes, Brás, Almeida Santos e muito provavelmente dos socialistas e do PPD.

4. A nosso ver, um movimento bem-sucedido contra Gonçalves terá que ser liderado por Antunes e Alves, com o apoio do MFA e com a concorrência do chefe do COPCON, Carvalho.⁹⁵ Esses três, que nem sempre estiveram de acordo no passado, estão agora convencidos da necessidade de trabalharem juntos. Esperamos que o Presidente permaneça à margem, com um papel talvez oculto, mas certamente sem um papel visível, até que a questão tenha sido claramente decidida e ele possa juntar-se aos vencedores.

5. A disposição dos comunistas para agir neste momento é surpreendente e intrigante, pois eles devem saber que isso iria estimular uma forte reacção. No fim-de-semana, Cunhal fez uma das suas declarações mais duras e manifestou-se a favor da nacionalização dos bancos. Isso foi interpretado como mais um gesto dos comunistas para destruir a confiança na economia, a fim de criar as condições económicas que tornarão plausível o cancelamento das eleições. Os comunistas podem agora estar convencidos de que o seu apoio eleitoral está a diminuir com o tempo, e que a sua melhor aposta é adiar as eleições o máximo possível e continuar os seus esforços para se infiltrar na sociedade portuguesa.

6. O governo está reunido neste momento e há uma especulação considerável entre as elites locais de que ainda hoje poderá ser feita uma tentativa para afastar Gonçalves. No entanto, advertimos que crises desta natureza tendem a dissolver-se sem uma resolução clara.

⁹⁵ Sublinhar que será exactamente este o mecanismo que afastará Vasco Gonçalves do governo, em Setembro de 1975, na sequência de uma Assembleia do MFA. A criação de condições para que tal aconteça será a prioridade da embaixada dos EUA nos próximos meses.

TELEGRAMA 1974LISBON 05549_b

TÍTULO Presidente Costa Gomes e Victor Alves anunciam oposição à participação do MFA nos trabalhos da Assembleia Constituinte

DATA 18-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Numa entrevista em Lisboa com o correspondente especial do *Le Monde* em Portugal, Marcel Niedergang, publicada nos jornais da manhã de hoje, o Presidente Costa Gomes disse ser «pessoalmente hostil» à participação do MFA nos trabalhos da Assembleia Constituinte. «Sou contra essa ideia porque implicaria uma posição política partidária dos militares. Sou profundamente liberal. Sou democrata. Como tal, sigo a decisão da maioria sem hesitação. Mas se houvesse uma votação sobre esta questão, eu votaria "não", pois acredito que o MFA pode cumprir melhor a sua missão mantendo-se afastado das lutas políticas partidárias.» Opinião semelhante foi expressa pelo líder do MFA, Victor Alves, ao correspondente do jornal brasileiro *O Globo*, um dia antes da declaração do Presidente, dizendo que após a assembleia terminar os seus trabalhos e o novo presidente ser eleito, o MFA retiraria-se para os seus quartéis, conforme inicialmente previsto, embora permanecesse vigilante para garantir que o processo democrático fosse respeitado. Alves respondeu que a decisão de entregar o poder a civis foi a primeira decisão adoptada pelos militares após o 25 de Abril, enfatizando assim a importância atribuída a essa ideia por aqueles que fizeram a revolução.

2. Em relação a um possível atraso na realização das eleições para a Assembleia Constituinte, o Presidente disse que o governo português fará todo o possível para respeitar o calendário do MFA. Observou que um atraso de alguns dias ou semanas em relação ao prazo original de 31 de Março seria tolerável, mas que o ideal seria respeitar rigorosamente o programa.

3. Comentário: Esta é a primeira vez que o Presidente se

pronuncia publicamente sobre a participação do MFA nos trabalhos da Assembleia Constituinte. Tanto os líderes do MDP como os do Partido Comunista têm feito campanha na imprensa a favor da participação directa do MFA na Assembleia, com a oposição do PPD e dos socialistas. É, portanto, significativo que o Presidente e Alves se tenham manifestado oficialmente contra a ideia, que é apoiada por alguns membros da Comissão Coordenadora política do MFA. Até agora, nem o primeiro-ministro nem Melo Antunes se posicionaram publicamente sobre o assunto, mas o seu silêncio face às declarações do Presidente e de Alves pode indicar que eles acreditam que o MFA deve participar nos trabalhos da Assembleia. Ambos são próximos do MDP em muitas questões, talvez nesta também. No passado, o presidente mostrou a característica de esperar até ao momento crítico para votar em questões importantes, demonstrando uma notável propensão para sair do lado vencedor. Inclínamos-nos a acreditar que a sua declaração agora (que se segue à discussão deste tópico na Assembleia do MFA, na semana passada) resultará, ou já resultou, no arquivamento da participação directa do MFA na Assembleia Constituinte. Há, no entanto, outras maneiras pelas quais o MFA pode influenciar o produto da Assembleia Constituinte, como apresentando o seu próprio projecto de Constituição para consideração pela Assembleia, ou (menos provável) declarando que a Constituição deve ser aprovada pelo Conselho de Estado onde o MFA tem maioria.

4. As observações do Presidente de que o prazo de 31 de Março para as eleições pode ser prorrogado por um curto período podem reflectir o facto de que mais tempo será necessário por razões técnicas para registar os eleitores e fazer a máquina eleitoral funcionar. Uma data possível mencionada para as eleições, caso o prazo original de Março não possa ser cumprido, é 25 de Abril,⁹⁶ o que além de ser permitido pelo Programa (que estabelece que as eleições devem ser realizadas dentro de um ano da data do golpe), tem uma certa atracção simbólica para os militares.

⁹⁶ O que de facto veio a acontecer.

TELEGRAMA 1974LISBON 05550_b

TÍTULO Nova sede da embaixada em Lisboa

DATA 18-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A embaixada reuniu-se a 17 de Dezembro com agentes do grupo empresarial Grão-Pará, proprietário do edifício. O Grão-Pará é uma holding com grandes investimentos em hotelaria e outros imóveis de turismo em Portugal. À semelhança do BIP e da Torralta, as maiores empresas deste tipo em Portugal, o Grão-Pará parece estar em graves dificuldades financeiras. Após uma reunião de três horas, a 17 de Dezembro, ficámos com a impressão de que eles precisam imediatamente de dinheiro para evitar um desastre, particularmente nas suas operações na Madeira. Durante a reunião com os correctores, mencionámos a possibilidade de comprar o imóvel da Grão-Pará, mas também dissemos que estávamos interessados noutros imóveis, bem como muito interessados num contrato de locação de longo prazo com opção de compra. Os correctores recusaram-se a aceitar um contrato de locação de longo prazo e ficaram particularmente reticentes com a possibilidade de uma opção de compra numa data posterior e incerta. Acrescentámos, no entanto, que caso o preço de venda de 156 milhões e 400 mil escudos (dólares americanos 6,33 milhões) fosse reduzido, a decisão de compra poderia ser facilitada. Taxa utilizada: um dólar equivale a 24,70 escudos.

2. Na manhã de 18 de Dezembro, os correctores voltaram à embaixada com um novo preço de venda de 150 milhões de escudos (6,07 milhões de dólares). Temos um pressentimento de que este pode não ser o último preço. Temos quase a certeza de que uma contra-proposta de 6 milhões de dólares seria aceite e que, para uso oficial limitado, eles podem estar dispostos a aceitar 5,9 milhões de dólares. Tudo isso, é claro, é pura especulação, baseada

no facto de que os proprietários reduziram o preço em mais de um quarto de milhão de dólares em 24 horas. Durante a segunda visita, os representantes do Grão-Pará confirmaram, em termos veladamente ocultos, que a empresa se encontra com profundos problemas financeiros e precisa de dinheiro imediato.⁹⁷ A sua reacção ao aluguer de longo prazo com opção de compra é muito negativa, assim como as primeiras reacções dos correctores de outros 5 prédios que andamos a consultar. A inflação, as incertezas políticas, particularmente a recente prisão dos directores da Torralta e do BIP, os rumores de desvalorização do escudo e a dificuldade na obtenção de empréstimos para construção, tudo se associa ao facto de que um aluguer não parece atractivo para proprietários normalmente conservadores.

3. Os problemas financeiros da empresa parecem ser também confirmados pelo facto de o prédio F ter originalmente sido planeado para ser a sede da Grão-Pará. Agora, eles precisam de dinheiro mais do que de um novo prédio. O projecto, a construção e a localização excepcionais comprovam que o prédio F deveria ser uma vitrine da Grão-Pará. Um exemplo de boa construção é o facto de haver dois sistemas centrais de aquecimento/ar-condicionado que podem ser usados individualmente ou em conjunto. Todos os prédios de A a E possuem unidades individuais de janela para aquecimento / resfriamento. Os problemas de manutenção causados por tal opção exigiam a contratação de um ou dois electricistas.

4. Embora o prédio C parecesse particularmente atraente no início, agora que vimos o prédio F, acreditamos que

⁹⁷ Quem leu os telegramas anteriores vê o grau de empatia da embaixada com os capitalistas portugueses e as suas dores. Mas, agora que surge a oportunidade de ganhar uns milhões com essa fragilidade, a embaixada não a desperdiça.

o seu tamanho (mais de 5300 metros quadrados de área de escritórios utilizável e estacionamento para 120 carros), a sua localização, a sua disponibilidade imediata, e o facto de ser autónomo e o seu preço relativamente baixo de 6 milhões de dólares (em oposição aos 10 milhões do prédio C) fazem dele a melhor opção agora ou num futuro próximo.

5. Os representantes da Grão-Pará estão obviamente ansiosos para fazer um negócio, mas informámo-los, e a todos os outros correctores de imóveis, que o novo embaixador tem chegada prevista para Janeiro e que ele gostaria de dar a sua opinião sobre o assunto após a sua chegada.

6. Fomos informados de que outras empresas estão interessadas na compra dos prédios A e F. Não sabemos se isso é verdade, mas a embaixada insta o Departamento a considerar rapidamente estes dois prédios.

TELEGRAMA 1974LISBON 05577_b

TÍTULO Otelo Saraiva de Carvalho, chefe operacional do COPCON, declara a sua oposição à participação do MFA nos trabalhos da Assembleia Constituinte

DATA 20-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Conforme já reportado, o Presidente Costa Gomes e o Major Victor Alves manifestaram-se publicamente contra a participação directa do MFA nos trabalhos da Assembleia Constituinte. Um terceiro responsável do MFA, o vice-comandante do COPCON e Governador Militar de Lisboa, Otelo Saraiva de Carvalho, juntou-se-lhes no apelo para que o MFA se mantenha acima da política partidária e dos trabalhos da Assembleia Constituinte. Numa entrevista à imprensa, ontem, Carvalho disse que, pessoalmente, tem essa opinião porque (a) o MFA não é um partido político, e os seus delegados à Assembleia Constituinte teriam que ser nomeados, o que é antidemocrático (comentário: a lei eleitoral exclui a eleição de militares no activo para a Assembleia); (b) quaisquer deputados indicados à Assembleia teriam que ser «perfeitamente integrados no espírito progressista do MFA para nos dar uma garantia perfeita de que as decisões da Assembleia seriam do tipo que todos desejamos ver tomado». Isso é difícil de alcançar, já que o MFA não tem um número suficiente de tais oficiais, especialmente face à alta procura do serviço dessas pessoas noutras funções do governo.

2. Embora alegando que a questão da participação do MFA nos trabalhos da Assembleia Constituinte ainda não foi tratada pelo MFA nem discutida nos seus níveis superiores, Carvalho disse acreditar que o MFA deve e encontrará alguma forma de participar indirectamente das decisões da Assembleia, uma forma que não exija a presença física dos membros do MFA com outros delegados eleitos. Nenhum novo órgão teria que ser criado para esse fim, comentou Carvalho, uma vez que já existem várias organizações adequadas (ele não especifica quais) que poderiam atender a esse propósito.

3. Questionado pelo jornalista sobre se esta organização externa poderia revogar decisões maioritárias tomadas por pessoas livremente eleitas, Carvalho respondeu «isso ainda está para ver». O importante não é a forma de intervenção do MFA na redacção da nova Constituição, mas que o MFA tenha a sua opinião. Carvalho disse que, de momento, está a tentar entrar em contacto com o MFA na sua região de Lisboa sobre a melhor maneira de contribuir; até agora, a discussão tem sido apenas na base e não na hierarquia superior do MFA.

Comentário: Com a sua franqueza habitual, o Brigadeiro Carvalho está simplesmente a ser realista ao indicar que, de uma forma ou de outra, a influência do MFA será sentida na Assembleia Constituinte. É difícil que a Constituição resultante contenha decisões inaceitáveis para o MFA. Suspeitamos que as estruturas deliberativas recentemente criadas dentro das Forças Armadas (Conselho Superior das Forças Armadas, Assembleia das Forças Armadas e das diferentes armas) serão os fóruns nos quais as disposições constitucionais serão discutidas e debatidas pelo MFA e onde a Assembleia Constituinte aprenderá como as suas propostas assentam ao MFA. A exclusão do MFA da Assembleia Constituinte pode preservar a aparência de uma instituição totalmente democrática, mesmo que a realidade, baseada na estrutura de poder, seja um pouco diferente. A verdadeira questão política em jogo não é, no entanto, se as opiniões do MFA são ouvidas na Assembleia, mas se os comunistas e outros de esquerda ou os moderados prevalecem. Com Carvalho a juntar-se publicamente a Costa Gomes e Alves, e o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Fabião, a expressar a sua concordância em privado, parece que os moderados estão a caminho de vencer esta questão. Se o fizerem, representará uma queda de prestígio para o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, cujo silêncio sobre o assunto é interpretado como apoio à representação do MFA na Assembleia. Será também um impulso para Costa Gomes. Embora ele tenha, sem dúvida, esperado até que uma tendência surgisse na direcção que desejava, o facto de ter assumido uma posição pública precoce acelerou, sem dúvida, essa tendência.

TELEGRAMA 1974LISBON 05587_b

TÍTULO Assistência económica da Líbia a Portugal

DATA 20-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A 19 de Dezembro, o *Diário de Notícias* relatou que a delegação de observadores da Líbia no Congresso do Partido Socialista português, composta por Ammar Daw, chefe da delegação e porta-voz, Ramadam A. Sheremi, Cônsul da Líbia em Madrid, M. A. Dredi, Moftah Seadaw e Salem Bushrida, tiveram contactos «muito úteis e válidos» com os socialistas portugueses e a Associação de Amigos dos Países Árabes, e indicaram o interesse da Líbia em prestar ajuda económica a Portugal.

2. Sheremi citou a resolução da situação colonial portuguesa como pré-condição para o acordo de cooperação técnica em diversos sectores. Em resposta a um inquérito sobre a abertura de um banco de investimento líbio em Portugal, o porta-voz Daw respondeu que «tudo isso poderia ser possível após avaliarmos plenamente todos os aspectos da questão, ou seja, estamos realmente interessados em prestar assistência económica a Portugal com a instalação aqui de um banco líbio ou luso-líbio.»

3. Comentário: Os líbios têm consistentemente utilizado o Partido Socialista português como um canal para contactos com o governo português, um meio conveniente, tendo em conta que o ministro dos Negócios Estrangeiros é o líder do Partido Socialista.

TELEGRAMA 1974LISBON 05593_b

TÍTULO Governos de transição para Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

DATA 20-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Os Altos Comissários para Cabo Verde e São Tomé e Príncipe foram empossados: os governos de transição para ambos os territórios serão nomeados em breve. Cabo Verde será independente a 5 de Julho de 1975. Fim do Sumário.

1. O Contra-Almirante Vicente Manuel de Moura Coutinho Almeida d'Eça e o General António Elísio Capelo Pires Veloso⁹⁸ foram empossados a 18 de Dezembro como Altos Comissários para os grupos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, respectivamente.

2. O ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, declarou na cerimónia de juramento que o Conselho de Estado aprovou o novo estatuto orgânico de Cabo Verde e os pontos principais do estatuto, e que soluções semelhantes foram alcançadas nas negociações com o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe:

a) O Alto Comissário nomeado por Portugal actuará como chefe do governo (primeiro-ministro); o novo governo terá cinco ministros que chefiarão um ou mais dos departamentos; três dos cinco serão seleccionados pelo PAIGC e dois pelo governo português.

⁹⁸ GENERAL PIRES VELOSO: Ficaria em São Tomé até à independência. Em Setembro de 1975 seria nomeado Comandante Militar da Região Norte, onde viria a ter um importante papel no 25 de Novembro. Integrou o Conselho da Revolução entre 1975 e 1977. Em 1980 concorreu à Presidência da República, tendo alcançado 0,78%.

b) O governo de transição será responsável por preparar as eleições de 20 de Junho de 1975 para a Assembleia Popular; a votação será directa e universal; a Assembleia recém-eleita proclamará a independência do Estado de Cabo Verde a 5 de Julho (em simultâneo com a sua investidura).

3. Outras questões notáveis relacionadas a Cabo Verde:

a) Almeida Santos caracterizou o PAIGC como uma organização reconhecida, tanto pelas Nações Unidas quanto pela organização da unidade africana, como representante legítimo do povo de Cabo Verde, uma organização cujo prestígio entre o povo de Cabo Verde seria «totalmente irrealista negar».

b) o governo de transição terá a responsabilidade de procurar ajuda económica internacional, que deve substituir a ajuda que Portugal não está em condições de continuar a dar no futuro.

c) o governo comprometeu-se em manter a política actual em relação à emigração cabo-verdiana para Portugal; o PAIGC comprometeu-se em salvaguardar as pessoas e os interesses legítimos de residentes portugueses em Cabo Verde.

4. O Governo de transição para Cabo Verde e São Tomé e Príncipe será nomeado «em breve».

5. Comentário: A formação de um governo de transição com ministros do PAIGC parece confirmar o relatório sobre a decisão do governo português de acelerar o ritmo da descolonização ao abandonar a ideia de referendos. O princípio da consulta popular antes da independência (importante particularmente como precedente para Angola) foi, no entanto, preservado na disposição eleitoral pré-independência.

6. O departamento pode desejar tomar nota das datas das seguintes proclamações de independência previstas: 25 de junho de 1975 – Moçambique; 5 de Julho de 1975 – Cabo Verde; 12 de Julho de 1975 – São Tomé e Príncipe.⁹⁹

⁹⁹ De sublinhar que as três se concretizaram na data aqui informada.

TELEGRAMA 1974LISBON 05594_b

TÍTULO Apresentação perante os juizes dos empresários presos

DATA 20-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Onze destacados empresários, cujas prisões na semana passada foram já descritas, tiveram os seus casos sob investigação da Polícia Judiciária e todos, excepto dois, foram levados perante juizes do Tribunal Criminal.

2. O juiz responsável pelo caso relativo ao grupo de Jorge de Brito declarou ilegais as prisões de Eduardo Matos Castro, administrador do Banco Intercontinental Português (BIP), e João Crisóstomo Morais, da Sociedade Financeira Portuguesa, e ordenou a sua imediata libertação. Jorge de Brito foi detido sem fiança, enquanto Fernando Barbosa Cruz e António de Sousa Vieira, do BIP, e Francisco Brás de Oliveira, do Crédito Predial, foram libertados mediante o pagamento de uma fiança de 80 mil dólares cada um. O director do BIP, João de Almeida Garrett, ainda está fora do país.

3. Enquanto isso, o juiz do caso Torralta declarou que as prisões de três directores da Torralta (Joaquim de Paiva Correia, Agostinho da Silva e José da Silva) foram legais e ordenou a sua detenção sem fiança. Dois outros directores da Torralta, o Almirante Sarmento Rodrigues e o Coronel João da Silva Delgado, estão sob jurisdição militar e a disposição dos seus casos ainda é desconhecida.

4. Comentário: O facto de o poder judiciário agir, aparentemente, de forma independente, apesar do forte interesse do governo no caso, é um bom indicador. Houve algum sentimento na comunidade empresarial de que os elementos de esquerda no governo podem ter exagerado neste caso.¹⁰⁰

¹⁰⁰ As prisões confirmam-se no essencial, o judiciário revela-se independente, tudo corre normalmente, e quem exagerou... foi a esquerda?

TELEGRAMA	1974LISBON 05601_b
TÍTULO	Contexto dos problemas do Grupo Torralta
DATA	21-12-74
ASSINADO	SCOTT
CONTEÚDO	Sumário: O Grupo Torralta é a maior organização de turismo de Portugal. Nas últimas duas semanas, os principais administradores e maiores accionistas do grupo foram acusados de sabotagem económica e presos. A sua administração foi substituída por administradores do governo e a sua situação económico-financeira está sob intensa investigação. O Ministério do Trabalho teve que pagar os salários de 2700 funcionários de uma das empresas do grupo. Os graves problemas parecem ter sido causados por uma série de factores complexos e ainda obscuros, como, por exemplo, a retracção do turismo, a falta de confiança e liquidez dos investidores e a possível má gestão, ou pior. ¹⁰¹ A saúde económica básica da Torralta e o eventual resultado da investigação terão efeitos importantes sobre milhares de pequenos investidores, sobre a situação económica geral e sobre a imagem do investimento em Portugal. O governo tem conseguido manter em operação o banco (BIP), que assumiu a 11 de Outubro de 1974, e espera fazer o mesmo com a Torralta. Fim do Sumário.

(...)

10. Comentário: É impossível avaliar o efeito dos problemas financeiros da Torralta em Portugal. O governo interveio e está publicamente comprometido em salvar os fundos dos pequenos investidores. Houve grandes vendas de vales-férias para trabalhadores portugueses no Norte

¹⁰¹ Mais uma prova do exagero do governo.

da Europa e para cidadãos do Norte da Europa, o que garante que as repercussões serão sentidas directamente fora de Portugal. (A actividade da Torralta é pouco conhecida nos EUA). O sector do turismo é um dos mais importantes para a economia. É a segunda maior fonte de divisas – quase 300 milhões de dólares em 1973 – e a Torralta é a sua empresa mais importante. Ela detém ou controla 3% de todas as camas de hotéis, teve quase 4% de todos os hóspedes em 1973 e emprega cerca de 8% de todos os trabalhadores do sector do turismo. A intervenção do governo e a forma como encara a gestão da empresa estão a ser monitorizadas de perto por empresários portugueses. O tratamento dos casos criminais é uma preocupação para alguns que podem ter estado tecnicamente fora da lei enquanto se envolviam no que era considerado «prática normal». Muitas práticas que eram permitidas pelo regime anterior podem agora ser consideradas ilegais. Finalmente, o caso será acompanhado na Europa Ocidental e as decisões sobre investimentos estrangeiros podem depender da evolução de casos como a Torralta.

TELEGRAMA 1974LISBON 05614_b

TÍTULO Publicada a parte final da lei eleitoral

DATA 26-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. A segunda (e última) parte da lei eleitoral, que regulará as eleições para a Assembleia Constituinte, foi promulgada pelo Presidente Costa Gomes. Embora tenham sido feitas várias alterações de redacção nesta segunda parte, as principais características, conforme antes relatado, sobreviveram à análise do governo e do Conselho de Estado. Texto completo por correio.

2. A única mudança significativa em relação à linguagem do projecto de lei foi na secção da lei que exigia que um partido obtivesse pelo menos 5% do total de votos para que qualquer um dos seus votos seja contado. Diante das generosas críticas a essa característica do projecto de lei por representantes de partidos menores (monárquicos – PPM; democratas cristãos – PDC; e inúmeros grupos de extrema-esquerda), bem como por advogados que correctamente observaram que essa disposição invalidava o conceito de representação proporcional que supostamente orientava as eleições, essa característica foi eliminada na versão final da lei. (Comentário: além dos monárquicos e do PDC, parece que o MES, a LUAR e o MRPP apresentarão candidatos às eleições. Partidos regionais também podem decidir participar.)

3. Outras questões a destacar na nova lei é que três membros do MFA serão incluídos no grupo de fiscalização eleitoral conhecido como Comissão Nacional de Eleições. O projecto de lei teria excluído os representantes militares deste órgão, que teria amplos poderes e responsabilidade para garantir a justa eleição. Os militares, compreensivelmente, sentiram que os seus representantes deveriam estar envolvidos no trabalho desta organização.

4. De acordo com esta lei, 15 de Fevereiro é o prazo para o anúncio pelo governo do número de deputados de cada distrito aos quais os vários partidos irão concorrer.

TELEGRAMA 1974LISBON 05642_b

TÍTULO Resultados do Congresso do Partido Socialista: do «socialismo em liberdade» à «revolução socialista»

DATA 27-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Os resultados do recente Congresso de três dias do Partido Socialista mostram grandes diferenças dentro do partido e a existência de pelo menos duas tendências. Quase 40% dos participantes não apoiaram a lista de Mário Soares, que reunia vários dirigentes destacados na eleição para a importante Comissão Nacional. Este novo órgão de 151 homens contém uma grande percentagem de marxistas e radicais apoiantes de Manuel Serra, que se revelou o líder declarado da ala esquerda do PS (juntamente com Sottomayor Cardia, um manobrador nos bastidores) e principal concorrente eleitoral de Soares durante o Congresso. O preço da vitória da lista de Soares foi o sacrifício relutante de muitos dos seus amigos e colegas centristas, que foram substituídos por marxistas recém-chegados. A nova liderança tem o mandato de prosseguir com um programa de orientação esquerdista; se a liderança se mostrar incapaz ou inábil para realizar essa tarefa, a unidade do partido ficará comprometida. O principal resultado do Congresso é que o Partido Socialista será, pelo menos verbalmente, mais militante no futuro. O Congresso não teve oportunidade de discutir aspectos de política externa do programa socialista. A Comissão Nacional abordará esse tema em Janeiro, estabelecendo a posição do partido em relação à NATO e às Lajes. Da mesma forma, o Congresso não abordou a questão da frente comum com o PCP após as eleições. No entanto, após o Congresso, Soares afirmou categoricamente a uma revista local que «no horizonte político nacional não há qualquer possibilidade de um “programa comum” de governo entre o PS e o PCP». Fim

do Sumário.¹⁰²

1. Com a presença de cerca de 900 delegados nacionais e 120 observadores estrangeiros, o Partido Socialista português reuniu-se de 13 a 15 de Dezembro para adoptar a linha política do PS, aprovar um novo programa do partido e novos estatutos, e eleger um novo conjunto de dirigentes para substituir os auto-indicados no 1.º Congresso do Partido em Maio de 1973. Com excepção da votação quase unânime que reconfirmou Mário Soares como secretário-geral, os resultados das votações no congresso mostram que o partido está dividido em duas partes quase iguais, uma facção mais moderada, «vai devagar», liderada por Soares (incluindo muitos dos dirigentes anteriores do partido), e um grupo «revolução agora», liderado por Manuel Serra, líder do ex-grupo que se dissolveu, conhecido como Movimento Socialista Português (MSP). Indicativo da profundidade das diferenças dentro do partido é o facto de que apenas uma das dezenas de moções e resoluções colocadas à votação foi aprovada por unanimidade. (Em contraste, os congressos do PPD e do PCP foram marcados pela unanimidade nas votações).

2. A questão que ocupou grande parte do tempo do Congresso foi a eleição para os órgãos de direcção. Foi criado um novo grupo de 151 membros, chamado Comissão Nacional, com funções semelhantes às de um órgão legislativo, que se reúne a cada quatro meses. A Comissão Nacional escolherá uma direcção de 39 dirigentes e um Secretariado de 13 dirigentes, e aprova até 30 de Janeiro as partes do programa do partido que o Congresso não teve tempo para discutir. Duas listas de candidatos apresentaram-se para este novo órgão. Embora houvesse

muitas pessoas iguais em ambas as listas, incluindo Mário Soares e Manuel Serra, as listas diferiam no sentido de que uma lista (patrocinada por Manuel Serra, lista B) continha muito mais radicais e menos moderados do que a lista A, patrocinada por Soares e pela Comissão Política. Representantes de cada lado trocaram farpas entre si antes da votação. A votação final foi de 466 votos para a lista A, liderada por Soares, e 261 votos para a lista B de Serra, ou seja, 67% contra 33%. (A votação para a composição de outro novo órgão, chamado Comissão Nacional de Conflitos, foi ainda mais renhida, com 417 para a lista A e 323 para a lista B).

3. A lista A vitoriosa inclui apenas metade da antiga direcção nacional de 60 elementos e muitos apoiantes de Serra. Muitos moderados e assessores próximos de Soares, como Victor Cunha Rego, Bernardino do Carmo Gomes e Alfredo Barroso, foram excluídos da direcção do PS. Eles e muitos outros que se consideravam socialistas centristas foram retirados da lista A quando se tornou necessário um compromisso no terceiro dia do Congresso, e foram substituídos por marxistas recém-chegados. Entendemos que muitos dos que não se mantiveram não eram funcionários do partido a tempo inteiro. Muitos, devido ao seu trabalho em ministérios, não podiam dedicar-se integralmente ao partido e, portanto, eram menos visíveis e mais fáceis de deixar cair que os activistas. No entanto, a principal consideração na selecção dos membros da lista A foi a necessidade de incluir mais membros da ala esquerda marxista para garantir a vitória de Soares contra a lista mais «aventureira» de Serra.

4. O Congresso não teve tempo para concluir a discussão do programa completo. No entanto, todas as alterações feitas ao programa enfatizaram a linha marxista não dogmática do partido e rejeitaram especificamente o capitalismo e a social-democracia (leia-se PPD) como soluções para os problemas socioeconómicos de Portugal. As tentativas dos elementos sociais-democratas do PS de

¹⁰² A vida rapidamente demonstrará que o PS «não viraria à esquerda», por muito que fosse esse o desejo dos seus militantes. A linha política não é traçada em congressos, mas nos pactos com o imperialismo e o poder económico.

fazer o partido aceitar um programa mais moderado foram rejeitadas de forma esmagadora pelo Congresso, e os sociais-democratas foram excluídos dos órgãos de direcção. As medidas de curto prazo no campo socioeconómico apoiadas pelo Congresso são mais à esquerda do que as adoptadas por qualquer outro partido político importante, incluindo o comunista.¹⁰³

5. Sintomática de uma marcada mudança à esquerda no programa socialista é a mudança feita na parte do programa dedicada à definição da base ideológica do partido. O programa antigo afirmava que «a inspiração teórica do partido era predominantemente marxista». A nova versão simplesmente afirma que «o marxismo é a inspiração teórica» do partido. Da mesma forma, o programa original dizia que os socialistas procuram construir «o socialismo em liberdade». Isto caiu em favor do «socialismo de base», que se refere ao conceito de orientação do partido pela base, e não pelo topo. Este conceito é uma maneira vaga de dizer que o Partido Socialista deveria ser mais revolucionário. O próprio Soares, que abriu o Congresso com referência ao «socialismo em liberdade», concluiu-o com um «viva» à revolução socialista.¹⁰⁴

6. O Congresso não aprovou especificamente quaisquer moções ou resoluções que tratem da questão da frente comum, pré ou pós-eleitoral, com o PCP ou outros partidos. Presumivelmente, o Secretariado ou a Direcção Nacional considerarão alianças tácticas numa data futura. No entanto, Soares transmitiu a sua opinião pessoal pouco após o Congresso se iniciar, numa entrevista à revista semanal *O Século Ilustrado*. Questionado se uma frente comum PCP-

¹⁰³ Importante reconhecimento, que ilustra quão antidemocrático é o caminho que viria a ser trilhado.

¹⁰⁴ As coisas que se fazem para enganar o povo...

PS seria possível em caso de vitória eleitoral, Soares afirmou categoricamente: «no horizonte político nacional, não há qualquer possibilidade de um “programa comum” de governo entre PS e PCP». (Ele observou que havia sugerido isso ao PCP pouco após o 25 de Abril, mas que o PCP nunca tinha admitido essa possibilidade).

7. O programa final só será publicado no final de Janeiro, após a ala jovem do PS ter eleito os 20 delegados para a Comissão Nacional. A Comissão Nacional discutirá a política internacional e o projecto de Constituição que o partido irá propor para discussão na Assembleia Constituinte, após as eleições de Março.

8. O projecto de nova posição do partido sobre a política externa do governo português não foi discutido no Congresso por falta de tempo. A Comissão Nacional irá considerá-lo posteriormente e fará as alterações, se necessário. O texto do projecto defende uma política externa de independência nacional e apela à adopção de uma política de retirada progressiva dos blocos políticos e militares existentes, conduzindo a uma política não alinhada. Para não prejudicar a consolidação da democracia no país, o projecto declara que as alianças devem ser equilibradas para não envolver Portugal em disputas entre superpotências. «Diversificação equilibrada» deve ser a palavra de segurança. O projecto aponta para relações com todos os países progressistas contra o imperialismo, o capitalismo e o colonialismo. (Comentário: um socialista moderado da equipa de Soares disse a um funcionário da embaixada que esta versão da secção de relações internacionais pode ser alterada para uma maior moderação. A fonte disse que o não alinhamento pode ser descartado em favor de alguma frase como «ampliar e equilibrar» as relações externas do governo português. Chama-se a atenção para o facto de que mesmo a versão radical do projecto não pede a saída da NATO, o que os esquerdistas do partido defendem, nem há referência ao fim do uso das Lajes pelos EUA.

9. No âmbito estrutural, o Congresso, entre outras mudanças votadas, acordou em abolir dois grupos autónomos que, até ao Congresso, eram associados ao partido. Ambos, pequenos grupos autónomos radicais, conhecidos como GAPS, e o MSP de Serra, dissolvidos a pedido de Soares, que reafirmou o direito das tendências de existir dentro do partido, mas não de «facções organizadas», cuja utilidade, segundo Soares, chegou ao fim. Embora formalmente abolidos, esses grupos personalizados continuam a existir dentro do partido, de facto.

10. A participação de observadores estrangeiros no Congresso foi substancial, com os partidos socialistas irmãos a alinharem-se numa demonstração de solidariedade e apoio ao novato PS. Entre as muitas delegações estrangeiras presentes estavam: os partidos socialistas francês, sueco, belga, austríaco, tunisino, líbio e italiano; o partido trabalhista britânico; o Novo Partido Democrático canadiano; os partidos trabalhistas holandeses, noruegueses e da Nova Zelândia; os partidos socialistas sueco e italiano; o partido social-democrata alemão (que foi vaiado ao se apresentar); e representantes dos partidos comunistas da Roménia, Jugoslávia e Itália, bem como delegados do MPLA, PAIGC e FRELIMO. A Internacional Socialista enviou uma delegação de alto nível com o seu presidente e o secretário-geral. (A Internacional não enviou delegação ao recente Congresso do PPD, nem o Partido Trabalhista britânico ou os suecos). Curiosamente, os partidos comunistas da Itália, Roménia, Espanha e Jugoslávia, que não enviaram representantes ao recente Congresso do PCP, estavam presentes no Congresso socialista, testemunho, talvez, do prestígio internacional de Soares e do *lobby* feito nestes países por representantes de alto nível do PS no passado.

11. Comentário: O equilíbrio interno no partido oscila definitivamente para a esquerda. O preço pela continuação no partido da facção de Serra será o respeito, no futuro, pela linha marxista aprovada pelo Congresso, a julgar

pelo conteúdo das observações feitas por Serra após a derrota da sua lista B. Resta ver se os líderes moderados do partido estarão dispostos e capazes de implementar um programa que, em muitos pontos, é mais radical do que gostariam. A reconciliação entre as alas esquerda e centrista do partido será uma tarefa difícil para Soares, que estará sob pressão constante dos apoiantes de Serra para garantir que os seus interesses são satisfeitos.

12. A expectativa é que os socialistas perderão grande parte da sua clientela eleitoral moderada como resultado da nova linha do partido, conquistando, por sua vez, alguns esquerdistas não filiados que poderiam ter votado nos comunistas ou no MDP. A questão de saber se Soares conseguirá manter o controlo eficaz do Partido Socialista é duvidosa. É muito possível que trabalhadores do partido disciplinados e em tempo integral, como o Sottomaior Cardia e Manuel Serra, tomem o controlo real da máquina do partido nos próximos meses, deixando-o com o título de secretário-geral, mas sem poder real. Essa possibilidade pode ter estimulado rumores recentes de que Soares deixaria o Ministério dos Negócios Estrangeiros para se tornar ministro sem pasta, a fim de ter mais tempo para se dedicar a assuntos partidários (a sua suposta substituição como ministro dos Negócios Estrangeiros seria por Victor Alves ou Melo Antunes). Na véspera do Congresso, Soares negou esse rumor ao DCM, mas dados os resultados do Congresso, ele pode estar a reconsiderar.

TELEGRAMA 1974LISBON 05654_b

TÍTULO Recenseamento eleitoral antecipado na região metropolitana de Portugal

DATA 27-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A meio das três semanas de recenseamento eleitoral, o recenseamento de 5,5 milhões de eleitores está substancialmente antecipado em todos os 22 distritos do país, excepto dois. Foi concedida uma pequena prorrogação do prazo de registo, o que provavelmente adiará a data das eleições em uma ou duas semanas, no máximo. Fim do sumário.

1. O recenseamento eleitoral para as eleições para a Assembleia Constituinte, que começou a 9 de Dezembro e estava inicialmente previsto terminar a 29 de Dezembro, está adiantado em relação ao calendário, de acordo com o Comandante Almeida e Sousa, chefe do departamento eleitoral do Ministério da Administração Interna. Só na primeira semana, recensearam-se 42% do total de eleitores qualificados previstos. Mais de 60% dos 5,5 milhões de eleitores previstos já preencheram os formulários de recenseamento nas suas circunscrições locais. Os únicos distritos que estão atrasados são os do Porto e da Madeira, mas estão em curso esforços conjuntos para acelerar esses processos.

2. Almeida e Sousa disse a um funcionário da embaixada que até ao momento não foi detectada qualquer irregularidade no processo de recenseamento. Ele espera que apenas alguns casos isolados possam aparecer, já que os controlos são suficientes e o custo político para o partido descoberto a adulterar o recenseamento seria muito maior que o valor dos poucos votos extra conquistados. Os principais problemas até ao momento são de natureza técnica (falta de formulários suficientes em algumas zonas isoladas; atraso na região do Porto na instalação de equipas de recenseamento de 5 pessoas, conforme exigido por lei, etc.).

3. Devido ao ritmo favorável de registo, o Ministério da Administração Interna introduziu uma leve modificação no prazo original de recenseamento, que previa o encerramento das lojas no Natal e antes do Ano Novo. A nova data limite será 8 de Janeiro. Almeida e Sousa disse a um funcionário da embaixada, em particular, que parece que as eleições serão ligeiramente atrasadas uma ou duas semanas em relação à data original de 25 de Março por razões estritamente técnicas (causadas pelo novo prazo de registo). Ele considera tal atraso útil para corrigir problemas na máquina eleitoral e, assim, garantir eleições mais justas e democráticas. Se o governo português decidir adiar as eleições, como esperamos, a emenda à lei constitucional 3/74 de 14 de Maio (artigo 4, parágrafo 4) será submetida ao Conselho de Estado.

4. O registo de emigrantes no exterior, ao contrário do de residentes na região metropolitana de Portugal, parece ter tido um início lento. A lei eleitoral final confere às autoridades diplomáticas portuguesas ampla discricção na definição da duração e da data de início do período de registo. O mesmo amplo poder é conferido à principal autoridade local portuguesa em cada território ultramarino. Tanto quanto sabemos, a França é a única área fora de Portugal onde o registo de eleitores já começou. Lá, o período de registo vai de 14 de Dezembro a 8 de Janeiro. Pelo menos um grupo de emigrantes reclamou publicamente que as autoridades diplomáticas portuguesas em França não estão a dar a devida publicidade aos procedimentos de registo, com a provável consequência de que grande parte dos emigrantes elegíveis não se registarão a tempo para votar. Notícias da imprensa indicam que o Almirante Rosa Coutinho estabeleceu procedimentos para a concessão de direitos eleitorais a portugueses residentes temporariamente em Angola, mas não há mais detalhes disponíveis aqui (o consulado de Luanda poderia comentar).

5. O número de lugares na Assembleia Constituinte a ser reservado para emigrantes com direito a voto ainda não foi definido. A lei especial prometida sobre o assunto

não foi apresentada, e a versão final da segunda parte da lei eleitoral não faz menção ao assunto.

6. Comentário: Os portugueses, muitos dos quais nunca votaram na vida, parecem ansiosos por exercer os seus direitos democráticos, a julgar pela grande participação no recenseamento.

O recenseamento nos distritos rurais conservadores do Norte parece estar prosseguindo, bem como em áreas urbanas mais politizadas, afastando os temores dos moderados de que o registo nessas áreas seria baixo. Os comunistas e outros esquerdistas esperavam, aparentemente, que o processo de registo fosse lento, talvez para justificar o pedido de adiamento das eleições por mais alguns meses, período durante o qual poderiam fazer campanha pela sua causa. Essa possibilidade agora parece remota. Se os comunistas quiserem causar um grande atraso nas eleições, terão que encontrar ou provocar outra desculpa.¹⁰⁵

7. O aparente atraso no registo de emigrantes qualificados é angustiante, e promete provocar fortes protestos das organizações de emigrantes. A lei eleitoral actual já afasta a maioria dos emigrantes, e os atrasos burocráticos e a divulgação inadequada de instruções sobre como votar no exterior reduzirão ainda mais o voto dos emigrantes. O baixo registo de emigrantes terá repercussão em benefício do Partido Comunista, que se opõe ao direito de voto dos emigrantes, acreditando que eles são essencialmente conservadores.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Reparem que a própria embaixada ainda não encontrou qualquer elemento concreto, a não ser o seu profundo preconceito, para esta tese de que os comunistas querem sabotar as eleições. Mais uma vez, o recenseamento correu bem, e contou com uma participação empenhada do PCP, do MFA, etc. A palavra «aparentemente» é o código para «estamos a inventar».

¹⁰⁶ O que o PCP (e muitas outras forças e personalidades) de facto disse – ser uma votação mais difícil de garantir a fiscalização e a democraticidade da campanha – conta pouco para a embaixada.

TELEGRAMA 1974LISBON 05666_b

TÍTULO Conselho Superior do MFA reafirma posição não partidária do Movimento

DATA 30-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas – também conhecido como Conselho dos 20 – realizou a reunião semanal a 21 de Dezembro. O objectivo da sessão, segundo a imprensa, foi discutir as relações entre o MFA e os partidos políticos. Após a reunião do Conselho, o Conselho divulgou o seguinte comunicado:

2. «O Movimento das Forças Armadas continua firmemente disposto a garantir o estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal.

3. «A sociedade que procuramos para todos, e não apenas para alguns de nós, e que procuramos construir, exige que o Estado participe activamente nas actividades socioeconómicas, corrigindo as graves disparidades actualmente existentes na distribuição da riqueza nacional.

4. «Todos os grupos políticos democráticos que defendem este objectivo são aceites pelo MFA, independentemente dos meios que advoguem para alcançá-lo, desde que tais meios não incluam a violência e o terrorismo, sob qualquer forma.

5. «O Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas, constatando que alguns grupos políticos afirmaram abusivamente ser os únicos intérpretes do pensamento do MFA, chegando ao ponto de identificar apenas o seu programa com o programa do MFA, reafirma:

– «O completo apartidarismo do MFA;

- «A postura apartidária do MFA como intérprete da vontade e dos desejos do povo português;

- «Que o MFA não está comprometido com qualquer partido ou movimento político;

- «O MFA apoia todas as forças antifascistas, embora não se associe a nenhuma delas, já que as formas de expressão democrática são múltiplas; todas as formas são necessárias e devem coexistir para traduzir uma variedade de opiniões na prática da liberdade.

6. «O Conselho dos 20 também aprova na generalidade o programa económico e social elaborado por uma equipa governamental liderada pelo ministro sem pasta, Major Melo Antunes, e iniciou a discussão sobre questões específicas deste documento».

7. Comentário: Não está claro o que levou o Conselho dos Vinte, talvez a mais influente das várias organizações na hierarquia do MFA, a reiterar o não alinhamento político do movimento. Suspeitamos, no entanto, que esse comunicado pretendia ser uma dura crítica ao MDP, que, desde a sua metamorfose em partido, tem tentado apresentar-se como o verdadeiro e mais fiel apoiante do MFA. (Pode ser que isso também seja uma advertência indirecta ao primeiro-ministro, cuja proximidade com o MDP e simpatia pelo seu programa se tornam mais evidentes com o passar do tempo). É encorajador ver que, com a aproximação das eleições, o Conselho Superior garante formalmente o pluralismo político em Portugal. Na prática, isso significa que o MFA de facto legitimou o conservador CDS, um partido que tem recebido sistemáticos ataques verbais e físicos por parte de grupos de extrema-esquerda que tentam exterminá-lo.

8. Parece claro que o governo se envolverá mais em actividades socioeconómicas do que no passado. Todos os partidos, incluindo o CDS, reconhecem a necessidade de

intervenção governamental em certos sectores da economia para revitalizar a economia em declínio e corrigir evidentes injustiças sociais que o governo anterior pouco ou nada fez para aliviar. No entanto, parece que o MFA decidiu permanecer fiel ao seu programa, que evita mudanças económicas estruturais radicais antes das eleições. A julgar pelo que saiu na imprensa sobre as principais características do programa de política económica e social de curto prazo (três anos) de Melo Antunes, o chamado «Plano Económico de Emergência» é notavelmente moderado e tecnocrático. O apoio do Conselho dos Vinte à orientação geral desse documento, actualmente em discussão no governo, é mais uma prova de que as forças de centro do Movimento das Forças Armadas não são subservientes aos elementos de esquerda.

9. O Conselho dos Vinte parece estar a tomar decisões políticas que são basicamente mais conservadoras do que as aprovadas pela Comissão Coordenadora do programa do Movimento das Forças Armadas e seu boletim. Essas decisões podem, de facto, ser um reflexo mais preciso do sentimento do movimento do que as opiniões da Comissão Coordenadora.

TELEGRAMA 1974LISBON 05669_b

TÍTULO Comissão nacional do Partido Socialista português escolhe Secretariado e Direcção Nacional: Manuel Serra recusa lugar no Secretariado

DATA 30-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: As divisões manifestadas no recente Congresso do Partido Socialista tornaram-se ainda mais claras e nítidas na votação da Comissão Nacional para o Secretariado e a Direcção. A margem de vitória das listas propostas por Soares sobre as propostas pelo rival Serra é leve (55% vs 45%). Embora incluído na lista vitoriosa para o Secretariado, Serra recusou-se a ocupar lugar neste órgão. Os resultados destas eleições são provisórios, com a última ronda programada para depois do Congresso da Juventude Socialista e a designação dos seus representantes na Comissão Nacional. Existem possibilidades de que, em eleições definitivas, a lista de Soares perca, embora seja improvável que o papel de Soares como secretário-geral esteja em causa. Fim do sumário.

(...)

TELEGRAMA 1974LISBON 05693_b

TÍTULO Soares demitir-se-á de cargo no governo

DATA 31-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Em conversa com o DCM a 27 de Dezembro, Cunha Rego, chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros e membro do Partido Socialista (PS), disse que ele e outros moderados do PS tiveram a promessa de Mário Soares de que se demitirá do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e deixará o governo por volta de 20 de Janeiro, para se dedicar integralmente às actividades do PS. Rego negou os boatos de que Soares permaneceria no governo como ministro sem pasta.

2. Rego afirma que, após o recente Congresso do partido, a única coisa que está entre o PS e a desintegração é Mário Soares. Os moderados do PS, incluindo ele próprio, foram derrotados no Congresso do partido. Sentindo que a sua presença na lista de Soares causaria a sua derrota, decidiram manter-se fora dessa lista e publicar um manifesto moderado que atrairia o fogo esquerdista dentro do PS para si, afastando-o de Soares, e permitiria que a sua lista vencesse. Ele atribuiu grande importância à presença de Manuel Alegre na lista de Soares, que, embora militante de esquerda, também é um anticomunista apaixonado.¹⁰⁷

3. Segundo Rego, as dificuldades do PS não foram resolvidas apesar da vitória de Soares no Congresso. O grupo de esquerda dentro do PS, em que, segundo ele, muitos eram comunistas infiltrados,¹⁰⁸ quer levar o PS para uma frente

¹⁰⁷ Este parágrafo é tão clarificador do que é o PS...

¹⁰⁸ Esta gente vê comunistas em todo o lado, até na sopa!

comum com os comunistas (PCP). Isso acabaria por destruir o PS, enquanto serviria como pele de cordeiro para o lobo comunista. Este grupo de esquerda, do qual Manuel Serra é, na realidade, apenas um líder nominal, tentará usar Soares ou demiti-lo caso ele se recuse a servir os seus fins. Soares tem a maioria agora e, se se tornar secretário-geral a tempo inteiro e trabalhar duro para conter a ala esquerda do partido, tem a possibilidade de prevalecer sobre eles. Caso contrário, haverá uma ruptura completa no partido, da qual surgirão dois partidos, ambos afirmando-se o verdadeiro PS. Se até lá Portugal não tiver de facto um regime «bonapartista» sob o governo militar colegial, mas ainda for uma democracia multipartidária, provavelmente a única solução para Soares seria uma aliança com o PPD de Sá Carneiro.

4. Comentário: Cunha Rego estava com o seu pessimismo de sempre. O seu único comentário positivo foi que ele não achava que o comunismo ou um retorno ao fascismo tipo Caetano estivesse em causa. A sua principal preocupação era, claramente, que o seu Partido Socialista moderado estava em perigo. A importância da data de 20 de Janeiro reside provavelmente no facto de, nessa altura, os membros radicais da Juventude Socialista serem adicionados ao Secretariado, ameaçando assim a escassa maioria de Soares nos órgãos de direcção do partido.

5. As informações sobre a promessa de renúncia por Soares foram-nos fornecidas numa base estritamente confidencial.

TELEGRAMA 1974LISBON 05694_b

TÍTULO O Governo reprime a censura não oficial

DATA 31-12-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: As autoridades portuguesas demonstraram, em três casos recentes, maior rigor ao lidar com os esforços de grupos externos ao governo para impor as suas próprias formas de censura. Fim do Sumário.

1. Embora legalmente morta, a censura em Portugal sobrevive via (a) a relutância dos editores de jornais em correr o risco de incorrer em multas e/ou ordens de suspensão pela publicação de artigos sobre certos assuntos delicados, e (b) à recusa de grupos não governamentais e não jornalistas (impressoras, vendedores, etc.) em imprimir ou permitir a distribuição de publicações que não são do seu apreço. A primeira destas áreas de censura sofrerá modificações substanciais assim que a nova lei de imprensa (que prevê a eliminação de penalidades administrativas) for promulgada; a segunda delas, até recentemente, tinha actuado sem controlo, deixando a imprensa diária aberta a correntes «progressistas», enquanto as opiniões «fascistas» eram regularmente excluídas.

2. Recentemente, o governo demonstrou que pretende agir em relação à censura não oficial. Deu sinal verde para a publicação do «depoimento» de Marcelo Caetano, exigiu que os jornais aceitassem a impressão comercial do programa do partido (moderadamente conservador) CDS e interrompeu o boicote ao semanário liberal *Expresso*. Em todos os casos, os grupos responsáveis pela tentativa de censura eram de «esquerda»; o Partido Comunista Português (PCP) parece¹⁰⁹ estar envolvido em todos os casos, mas não de forma proeminente nem exclusiva.

¹⁰⁹ Santa palavrinha «parece».

3. Testemunho: o governo deu luz verde em Novembro para a publicação; o Sindicato dos Gráficos recusou-se a imprimir o livro; o MDP (Movimento Democrático Português de influência comunista) e o PCP adoptaram a posição de que as obras «reaccionárias e fascistas» não se deve permitir ver a luz do dia; as decisões iniciais do governo (com as quais o Presidente Costa Gomes e o primeiro-ministro Gonçalves se comprometeram) foram reafirmadas e reiteradas em declarações públicas do ministro sem pasta, Victor Alves, e do chefe do COPCON, Saraiva de Carvalho.

4. Programa do CDS: conforme já reportado, duas páginas inteiras de texto apareceram como anúncio na edição de 25 de Novembro do *Diário de Notícias*, após a publicação, a embaixada soube que os trabalhadores do *Diário de Notícias* e do segundo jornal da manhã de Lisboa, *O Século*, se recusaram a imprimir o programa. No entanto, os trabalhadores do *Diário de Notícias* votaram a favor da impressão após Victor Alves (ministro responsável pela Comunicação Social) os avisar que o governo não toleraria a tentativa de censura e imprimiria o programa no *Boletim* do Movimento das Forças Armadas se a imprensa diária não o publicasse; a embaixada entende que os elementos do PCP no *Diário de Notícias* recuaram nas suas posições após o aviso de Alves e votaram pela publicação; uma publicação divulgada por jornalistas de extrema-esquerda (anti-PCP) confirma a matéria sobre a intervenção de Alves e deixa claro que o seu grupo se opõe totalmente à publicação do Programa do CDS e à linha de política de informação do governo português.

5. Boicote ao *Expresso*: a edição de 14 de Dezembro foi publicada, mas a sua distribuição bloqueada por militantes do «Sindicato dos Vendedores de Jornais». Os vendedores boicotaram a venda, supostamente, devido ao seu desejo de aumentar a sua própria parte nas vendas do jornal, de 20 para 25%; os editores do *Expresso* denunciaram o boicote como de inspiração política, com intimidação física a funcionários do *Expresso* que ten-

taram distribuir jornais e a sabotagem de camiões de entrega; o Ministério da Comunicação Social condenou «a lamentável atitude de compulsão» a 17 de Dezembro. A 18, convocou representantes do sindicato e do jornal ao Ministério, enquanto o boicote continuava, e anunciou que o governo não toleraria perturbações à ordem pública nem boicotes de jornais e forçou o sindicato a encerrar o boicote imediatamente. O *Expresso* foi distribuído normalmente no fim-de-semana seguinte.

6. Comentário: Embora uma edição (europeia) portuguesa do "Depoimento" ainda não tenha aparecido nas livrarias portuguesas, cerca de 10 000 cópias da edição brasileira foram importadas e vendidas localmente, e o governo comprometeu-se claramente a disponibilizar o livro ao público. No caso do esforço do CDS para comprar espaço comercial em jornais, o governo deixou de emitir declarações públicas de princípio e passou a actuar, nos bastidores, com firmeza e a ameaçar os possíveis censores. O incidente do *Expresso* mostra a disposição do governo não apenas de agir com firmeza, mas, deste momento, também publicamente. A linguagem surpreendentemente dura e intransigente que altos funcionários do Ministério (membros do Movimento das Forças Armadas) empregaram na repreensão sindical foi divulgada na imprensa diária e, por meio da rádio e da televisão portuguesas, chegou ao público em horário nobre.

7. Estamos encorajados pelo facto de os inimigos de uma imprensa livre em Portugal (os grupos de extrema-esquerda, o PCP, o MDP) terem sofrido estes reveses. Circulam rumores de que o PCP e o MDP procuram revogar a nova lei de imprensa (que deveria ser promulgada antes do fim do ano) insistindo na manutenção de uma Comissão de Imprensa *ad hoc* e de um sistema de multas e ordens de suspensão impostas administrativamente. O resultado desta batalha será mais um indicador da direcção que o governo seguirá. 110 Parece mais irónico que o primeiro telegrama da embaixada dos EUA, em 1975, seja sobre o PCP.

1975



1975LISBON

Janeiro



TELEGRAMA 1975LISBON 00001_b

TÍTULO Partido Comunista Português é o primeiro partido a legalizar-se ao abrigo da nova lei dos partidos políticos

DATA 02-01-75

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Partido Comunista Português tornou-se o primeiro partido político português a legalizar-se ao abrigo da recente lei dos partidos políticos. A lei citada estabelece que, para participar nas próximas eleições, um partido deve obter um mínimo de 5000 assinaturas de membros ou aderentes, junto com a documentação que comprove que os signatários usufruem de plenos direitos civis e políticos. O PCP apresentou 13 volumes contendo 6145 assinaturas ao Supremo Tribunal a 26 de Dezembro, e espera-se que seja o primeiro partido a qualificar-se legalmente para participar das eleições.

2. Comentário: É irónico¹¹⁰ que o PCP, ilegal por mais de 50 anos, seja o primeiro partido português tornar-se tecnicamente legal. Outros grandes partidos, como o PPD, o PS, o CDS, e talvez os monárquicos (PPM) e o MRPP, não devem ter dificuldade em obter as 5000 assinaturas necessárias. No entanto, simbolicamente, o PCP obteve uma vitória de propaganda ao chegar primeiro ao Supremo Tribunal, e sublinhou um ponto que deseja reiterar constantemente, isto é, que é uma organização legal e responsável que a população não deve temer.

¹¹⁰ Parece mais irónico que o primeiro telegrama da embaixada dos EUA, em 1975, seja sobre o PCP.

TELEGRAMA 1975LISBON 00042_b

TÍTULO CODEL¹¹¹ Wilson

DATA 06-01-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: A visita do CODEL Wilson marcada por uma longa reunião com o primeiro-ministro e pela recepção entusiástica por parte de autoridades públicas e privadas, incluindo o Presidente, o ministro dos Negócios Estrangeiros em exercício e dirigentes de partidos democráticos. Os portugueses estão ansiosos por mais CODELS. Fim do sumário.

1. O CODEL Wilson concluiu a sua bem sucedida visita a Portugal de 2 a 4 de Janeiro, marcada pela resposta entusiástica das autoridades públicas e privadas portuguesas. Realizaram-se os seguintes encontros significativos:

– Reunião de uma hora e meia com o primeiro-ministro Gonçalves em São Bento.

– Reunião de meia hora com o Presidente Costa Gomes no Palácio de Belém.

– Recepção nocturna na residência em homenagem ao CODEL com líderes dos partidos, autoridades do governo, imprensa e cidadãos.

– Reunião de uma hora no Ministério dos Negócios Estrangeiros com o ministro interino, o secretário de Estado Jorge Campinos (Soares estava fora da cidade) e os directores-gerais Sacadura Cabral e Villas-Boas.

¹¹¹ O CODEL é uma delegação oficial do Congresso.

– Reunião com dirigentes do partido CDS, incluindo o secretário-geral, Adelino Amaro da Costa, e Luís Moreno, na sede do CDS.

– Almoço com dirigentes do Partido Socialista, incluindo o ministro da Justiça, Zenha, Tito de Moraes, Manuel Serra, José Neves, Bernardino do Carmo Gomes, Marcelo Curto, e o secretário de Estado da Justiça, Armando Bacelar.

– Reunião com dirigentes do PPD, incluindo o secretário-geral, Sá Carneiro, Francisco Balsemão, Rui Machete e António Gouveia.

– Reunião da equipa na embaixada.

– Reunião com directores da Confederação da Indústria Portuguesa, que representa 47 000 empresas portuguesas.

– Pequeno-almoço com o embaixador, o DCM e os Conselheiros Políticos.

– Visita ao MAAG¹¹² do secretário-geral adjunto Maury, Seymour e Smith.

– Visita ao APO¹¹³ do representante Clay.

– O representante Esch também se encontrou separadamente com o Conselho Nacional de Ciências.

2. Comentário: Os portugueses ficaram claramente satisfeitos com a visita, como pode ser facilmente constatado pela atenção de alto nível à visita do CODEL. O CODEL

¹¹² MAAG: Military Assistance Advisory Group: Grupo de Militares destacados noutro país.

¹¹³ APO: Army Post Office: Posto de Correio para militares no estrangeiro.

foi eficaz em transmitir a ideia de que o Congresso americano apoiava solidamente o movimento português rumo à democracia, que a imprensa americana não repetia uma visão desfavorável da situação portuguesa (os portugueses levantaram essa questão em praticamente todas as reuniões) e que os EUA não tinham pretensões sobre antigos territórios portugueses em África.

3. Os portugueses, por sua vez, expressaram gratidão pela recente autorização de ajuda dos EUA, observando que, embora modesta em tamanho, a sua importância simbólica foi um forte impulso para as forças democráticas em Portugal.

4. Com base no sucesso desta visita e nos repetidos pedidos portugueses por mais do mesmo, a embaixada espera que o departamento incentive futuros CODEL a visitar Portugal.

TELEGRAMA 1975LISBON 00059_b

TÍTULO A Comissão Coordenadora do MFA apela à continuação e aceleração do processo revolucionário em Portugal

DATA 07-01-75

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Numa rara conferência colectiva de imprensa, a Comissão Coordenadora do programa do MFA pediu uma interpretação flexível do programa do MFA para evitar a estagnação da revolução agora em andamento e pediu a aceleração do exame das estruturas «viciosas e corruptas» da nação. O programa de acção apoiado pela Comissão Coordenadora do MFA é definido como de humanismo revolucionário. O momento da conferência colectiva de imprensa foi escolhido para influenciar decisões importantes agora em consideração no MFA e no governo. Fim do Sumário.

1. A Comissão Coordenadora do Programa do Movimento das Forças Armadas (CCP) realizou uma rara conferência de imprensa em Lisboa a 31 de Dezembro, respondendo a perguntas por escrito apresentadas com antecedência sobre vários aspectos da situação política, militar e económica actual. Participaram o Tenente Judas, o Capitão Vasco Lourenço, o Major Canto e Castro, o Tenente-Coronel Charais, o Comandante Almada Contreiras, o Capitão Pinto Soares e o Major Pereira Pinto. A julgar pela natureza das respostas dadas, a CCP continua a ser a parte da estrutura do MFA mais comprometida com a mudança revolucionária apartidária na sociedade portuguesa. Em resposta a perguntas que, segundo os seus porta-vozes, não representavam opiniões pessoais dos membros mas antes uma visão colectiva da CCP, a CCP instou que o programa do MFA fosse visto não como um conjunto de conceitos rígidos, mas de forma dinâmica e em termos do espírito, e não da letra, que nele se manifesta. Uma interpretação formal e rigorosa do programa, alertou o MFA, levaria à estagnação da revolução em curso.

2. O MFA tornou pública a sua defesa de uma interpretação do programa no espírito do «humanismo revolucionário» e pediu o rápido acelerar do processo de democratização das estruturas e uma definição mais clara dos objectivos socioeconómicos da nação, para que programas de acção possam ser criados para recuperar o tempo perdido. Tal definição de opções pressupõe, na visão do MFA, uma rápida reforma e saneamento das actuais estruturas sociais «cruéis e corruptas». Considerar tal reformulação e saneamento «uma reforma profunda» (que o programa do MFA não permite que o MFA realize), em sua opinião, significa que o MFA está completamente impedido de buscar outras reformas significativas. (Comentário: aqueles no MFA que se opõem ao tipo e âmbito das mudanças defendidas pela CCP apelam a uma interpretação estrita e literal do programa do MFA. Eles parecem estar, por enquanto, em vantagem na disputa interna do MFA e estão a fazer sentir o seu peso, tanto no Conselho Superior do Movimento (Comité dos 20) como nos níveis mais baixos da hierarquia do MFA.)

3. Durante a conferência de imprensa, o MFA declara categoricamente que não havia nem haveria nenhuma ideia da sua abolição. O MFA não abandonará as responsabilidades assumidas e continuará a manter relações estreitas com todas as forças progressistas e democráticas. A forma de intervenção do MFA na vida política futura e no trabalho da Assembleia Constituinte ainda não foi decidida, mas está em discussão activa nos níveis básicos da estrutura do MFA. No entanto, o MFA desempenhará um papel activo e vigilante na vida futura da nação. «As nossas acções devem manter uma coerência revolucionária para ser mais do que uma simples revolta militar. A revolução portuguesa ocorreu para resolver as condições na nossa sociedade.» É necessário aprovar uma legislação verdadeiramente revolucionária.

4. Um jornalista queria saber se o MFA apoiava o capitalismo ou o socialismo. A resposta foi que o MFA não está

do lado de nenhum deles, já que não é sua tarefa impor uma escolha às pessoas. As pessoas terão que escolher o seu próprio futuro. No entanto, o caminho traçado pelo MFA prevê uma maior socialização. O capital deve cooperar, ou a socialização se transformará em socialismo.

5. Comentário: A conferência de imprensa é realizada poucos dias antes do Conselho Superior das Forças Armadas discutir a moção aprovada em 28 de Dezembro pela Assembleia de Delegados, solicitando maiores esclarecimentos sobre o futuro programa de acção do MFA. Além disso, o governo e os vários níveis na hierarquia do MFA começaram a discutir as especificidades do plano económico governamental de 3 anos. O momento da conferência de imprensa e o apelo à continuidade e à aceleração das mudanças desenvolvidas é para influenciar a votação do MFA e do governo sobre essas questões. A Comissão Coordenadora, como em muitas ocasiões no passado, serviu como motor da revolução na tentativa de convencer a maioria conservadora nas Forças Armadas da necessidade de mudanças socioeconómicas fundamentais. Alguns vêem a institucionalização do MFA e a criação de uma super-estrutura hierárquica elaborada do MFA como uma tentativa disfarçada dos conservadores nas forças militares de circunscrever e diluir o poder da Comissão Coordenadora sob a pretensão de democratização do movimento. (O próprio Spínola exortou à completa institucionalização e democratização do MFA em entrevista ao *Expresso* em 4 de Janeiro, observando que somente dessa forma a nação estará protegida do poder político de uma pequena elite militar.¹¹⁴)

¹¹⁴ Isto vindo de quem já tentou duas vezes (e vai tentar uma terceira) dar o golpe para se colocar no poder absoluto.

TELEGRAMA 1975LISBON 00061_b

TÍTULO Conversa entre o primeiro-ministro Gonçalves e o CODEL Wilson

DATA 07-01-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: O primeiro-ministro, afastando-se da sua pesada agenda, passou uma hora e meia com o primeiro CODEL a visitar Portugal desde a revolução. O primeiro-ministro pediu a compreensão da nossa parte para a experiência democrática portuguesa, fez perguntas específicas sobre o recente pacote de ajuda a Portugal, discutiu o embargo de armas e a imprensa americana e elogiou o Watergate como exemplo da democracia americana em acção. O primeiro-ministro também afirmou que acreditava que os portugueses optariam, no futuro, por permanecer com o Ocidente, com quem mantêm laços naturais, e evitou a consulta sobre o pedido do governo português por ajuda militar no futuro. A sessão foi amigável e directa, deixando o CODEL com uma impressão favorável de sinceridade e preocupação com a democracia do primeiro-ministro. Fim do Sumário.

1. Os congressistas Wilson, Sarbanes, Edwards e o membro da equipa Hackett encontraram-se com o primeiro-ministro, Vasco dos Santos Gonçalves, às 12h45 do dia 3 de Janeiro, no seu gabinete em São Bento. O primeiro-ministro, que esteve envolvido o dia todo em importante reunião ministerial, concordou em receber a delegação por pelo menos uns minutos, deixando a sessão ministerial. Além de dois intérpretes, um funcionário da embaixada e um assistente, ninguém mais esteve presente na reunião que durou uma surpreendente hora e meia.

2. O primeiro-ministro começou por observar que o facto de ter abandonado a sessão do governo era uma indicação da importância que atribuía à visita do CODEL. Após algumas cortesias de ambas as partes, o congressista

Wilson observou que gostaria de agradecer ao governo português, em nome do Congresso, pela ajuda prestada aos EUA em Outubro, durante a guerra árabe-israelita. A permissão portuguesa para os EUA usarem as Lajes para o reabastecimento de Israel contribuiu muito para o sucesso da política americana. O primeiro-ministro não respondeu nem deu qualquer indicação sobre como se sentia em relação ao problema, apesar da falta de resposta, seja verbal ou física, deixar a impressão de que o primeiro-ministro desaprovava pessoalmente a permissão do transporte aéreo pelo governo português.

3. O deputado Wilson observou que os americanos em geral e o Congresso em particular, ao contrário do que muitos portugueses pareceram pensar, acolhem positivamente o movimento português em direcção à descolonização e à democratização. O deputado Wilson afirmou que esta aprovação incorpora especificamente o preâmbulo do Congresso ao recente projecto de lei de auxílio que concede assistência a Portugal. Ele observou que esta parte do projecto de lei não foi contestada por ninguém e perguntou se o primeiro-ministro tinha conhecimento disso. O primeiro-ministro disse que não tinha conhecimento dessa unanimidade, mas que estava feliz em ouvir isso, pois tinha a impressão de que nem todos nos EUA aprovavam a revolução portuguesa. Nesse ponto, mencionou que estava satisfeito com a compreensão da revolução, demonstrada pelo embaixador e DCM cessante.

4. O primeiro-ministro referiu-se ao pacote de ajuda a Portugal, sobre o qual expressou alguma confusão. O primeiro-ministro disse que sua equipa estava a trabalhar numa lista de pontos específicos de esclarecimento a serem submetidos ao governo dos EUA, cujo estudo aparentemente ainda não foi preparado. O primeiro-ministro mandou um intérprete ler o texto completo do anúncio do Departamento sobre o pacote de ajuda e, em seguida, começou a fazer perguntas. Em relação ao empréstimo de 20 milhões de dólares, o primeiro-ministro perguntou

sobre as condições da oferta, detalhes de pagamento e se se tratava de um empréstimo do governo dos EUA ou de um banco privado. O CODEL respondeu que se tratava de um empréstimo privado com garantia do governo dos EUA. Gonçalves então referiu-se à oferta de assistência de especialistas, perguntando se o governo dos EUA seleccionaria os especialistas ou se o governo português poderia seleccionar os necessários. O deputado Wilson assegurou-lhe que essa era uma decisão a ser tomada pelo governo português. Sobre o auxílio financeiro a Portugal, o primeiro-ministro queria saber mais detalhes. Por fim, quis saber se seriam concedidos 25 milhões de dólares de auxílio a cada antiga/actual colónia e, se fosse um valor global, se o governo português poderia seleccionar a percentagem a conceder a cada colónia. O CODEL respondeu que não tinha certeza de todos os detalhes do pacote. O deputado Sarbanes disse que achou esta discussão útil e sentiu que o governo dos EUA precisava de fornecer mais informações específicas ao governo português. O CODEL e o primeiro-ministro concordaram em enviar uma lista de perguntas específicas à embaixada em Lisboa, com o CODEL Wilson a prometer uma resposta rápida do governo dos EUA, no máximo 10 dias após o recebimento.

5. Ainda sobre o mesmo assunto, o primeiro-ministro perguntou, como reflexão posterior, quando é que Portugal poderia começar a usar os fundos. O CODEL não tem certeza se os fundos já estão disponíveis e prometeu consultar a comissão. O deputado Sarbanes também sugeriu que seria útil esclarecer o Governo português sobre o que o Congresso tinha em mente quando o projecto de lei foi aprovado.

6. O CODEL Wilson então perguntou ao primeiro-ministro se o governo português solicitaria assistência militar no próximo ano, bem como assistência económica, a fim de ser um parceiro mais forte da NATO. O primeiro-ministro respondeu: «não posso responder a isso com precisão,

o que não significa que o nosso país não esteja situado num determinado contexto geoestratégico». Observou que o programa do MFA apela ao respeito por todos os tratados e acordos celebrados pelo governo anterior. Portugal quer manter boas relações com todos os países, independentemente do sistema político interno, com base no respeito mútuo e na não interferência nos assuntos internos do outro. «Queremos as melhores relações com o povo dos EUA. Cabe aos portugueses, no futuro, decidir sobre a aliança na NATO, mas acredito que os portugueses sabem que Portugal faz parte de um contexto geográfico e mundial, e não querem cortar os laços naturais nesse sentido». É claro que querem o fim da política de blocos e da guerra fria. O primeiro-ministro disse esperar que as actuais conferências internacionais sobre desarmamento e a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa sejam bem-sucedidas. Ele aplaudiu os recentes acordos EUA-URSS.

7. O primeiro-ministro, continuando de forma um tanto desarticulada e emotiva, disse que Portugal tinha acabado de encerrar uma guerra de 13 anos em África e que tem a certeza de que os EUA sabem o que significa encerrar uma guerra longa e impopular. Portugal quer desenvolver as melhores relações connosco. «Não temos preconceito contra vós – os acontecimentos diários mostram isso. Por favor, digam aos americanos o que vocês viram aqui. Estamos a conquistar direitos sociais, políticos e económicos de que vocês, americanos, desfrutam há anos. Tivemos 50 anos de fascismo, tudo isso durante o período em que vocês tiveram Roosevelt, Wendell Wilkie¹¹⁵ e Kennedy».

¹¹⁵ Político dos EUA. Candidato republicano contra Roosevelt, viria a cooperar com este depois de 1941, tendo desempenhado relevantes missões internacionais e desenvolvido um posicionamento político mais universalista, que deixou expresso no livro *Um Mundo*.

8. O congressista Sarbanes então perguntou se o embargo de armas havia contribuído para alguma frieza nas relações entre os EUA e o governo português no passado. O primeiro-ministro, rindo, respondeu que, como militar que serviu em África, conhecia bem o embargo de armas. Ele disse que havia armas da NATO em Moçambique quando ele esteve lá, mas nunca foram usadas na guerra devido à existência do embargo de armas dos EUA. «Tínhamos escassez de armas e queríamos usar armas da NATO, mas fomos impedidos pelos EUA. Entendemos o embargo e percebemos que ele não foi dirigido contra o povo português, mas contra o seu governo anterior».

9. Gonçalves então declarou com emoção que, o que Portugal quer, é que entendamos a revolução portuguesa – que tenham calma, sejam tranquilos, não sejam anticomunistas como Mccarthy. «Vamos prosseguir sem o tipo de interferência sobre a qual vocês tanto lêem na imprensa ultimamente (uma referência óbvia à CIA). Tenho sido muito franco com vocês. Quando servi nas Lajes como tenente, tive contactos abertos e positivos com os americanos. Entendo o seu espírito prático como povo e acho que esse tipo de contacto aberto e franco deveria existir a todos os níveis». (Na mesma frase) o primeiro-ministro disse que os americanos não sabem como é viver sob 50 anos de fascismo. O que o Congresso fez com Nixon é um exemplo de democracia. «Vemos os EUA como uma grande democracia, mesmo que tenham problemas internos que não tentam esconder. Watergate é um exemplo de processo democrático em acção. Espero que os verdadeiros democratas americanos entendam o momento histórico que nós e os portugueses estamos a viver». O congressista Sarbanes respondeu que «entendemos isso e estamos impressionados com o que vimos. Os esforços portugueses para estabelecer a liberdade política pela primeira vez, uma liberdade para a qual existe grande apoio nos EUA. A restauração da liberdade das pessoas de tomarem decisões por si mesmas é de tremenda importância». O primeiro-ministro respondeu que esperava

que os CODEL sejam «militantes ao dizer a verdade sobre Portugal ao Congresso».

10. O deputado Wilson apresentou o congressista Edwards como representante da opinião conservadora no congresso. O deputado Edwards apoiou o que outros deputados disseram sobre o apoio à descolonização e à democratização no Congresso e na nação em geral. Wilson observou, neste momento, que achava que o primeiro-ministro sobrestimou o grau de críticas à revolução portuguesa na imprensa americana. O congressista Wilson disse que não tinha visto nada além de grandes elogios ao novo Portugal, especialmente nos jornais de maior porte, e leves críticas. O primeiro-ministro admitiu ter notado uma mudança nos últimos meses, mas condenou a cobertura da imprensa sobre Portugal nos primeiros meses após o 25 de Abril.

11. O deputado Sarbanes concluiu a reunião afirmando que todos estavam aliviados por agora podermos ter o coração na nossa relação bilateral, enquanto antes era uma relação de necessidade, sem entusiasmo. «A nossa relação agora pode ser uma relação de afecto». Gonçalves afirmou que a experiência americana guiou as aspirações portuguesas durante o período fascista.

12. Comentário: Bastante frio e formal, e obviamente cansado no início da entrevista, o primeiro-ministro aqueceu à medida que falava, concluindo com bom humor e franqueza. Ele impressionou o CODEL como sincero, directo e basicamente informal, não o tipo de primeiro-ministro que esperavam encontrar. Ficaram impressionados com a aparente desorganização no alto escalão do governo, evidenciado pelo facto de o próprio primeiro-ministro estar preocupado com pequenos detalhes da proposta de ajuda, que noutra lugar seriam resolvidos rapidamente por técnicos. O facto de o primeiro-ministro estar disposto a gastar tanto tempo com eles, estando ocupado com questões urgentes de Estado, surpreendeu o CODEL, que acreditava que a visita seria uma mera formalidade. O

primeiro-ministro não foi hostil nem rude com o CODEL, o que corrobora a sua afirmação indirecta de que não tem preconceitos contra nós e aplaude a forma como vivemos em democracia.

13. A principal revelação de natureza substantiva que saiu da sessão foi a observação do primeiro-ministro de que acreditava que os portugueses escolheriam permanecer no contexto geoestratégico em que se encontram fisicamente; noutras palavras, que escolheriam permanecer orientados para o Oeste. Até agora não tínhamos conhecimento de nenhuma declaração pública semelhante do primeiro-ministro. É difícil avaliar se ele disse isso apenas para agradar aos congressistas ou se ele expressou uma convicção pessoal, embora tendamos a acreditar nesta última face à sua notável característica de honestidade e franqueza.

14. O primeiro-ministro recusou-se a comprometer com a questão do futuro pedido de ajuda militar do governo português. O Presidente Costa Gomes, em contrapartida, quando questionado mais tarde naquela tarde, respondeu de forma afirmativa e directa, observando que o governo português se tinha orientado para travar uma guerra de tipo subversivo devido ao envolvimento africano e que agora deveria preparar-se para um novo tipo de missão militar.

TELEGRAMA 1975LISBON 00097_b

TÍTULO O governo português reconhece a República Popular da China como a única representante do povo chinês

DATA 08-01-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. O Ministério dos Negócios Estrangeiros emitiu uma declaração formal a 6 de Janeiro, reconhecendo a República Popular da China como «única e legítima representante do povo chinês». A declaração prosseguiu, afirmando explicitamente que «Portugal considera a Formosa (Taiwan) parte integrante da República da China». O status de Macau será objecto de negociações a serem iniciadas em momento considerado apropriado pelos dois governos.

2. O reconhecimento da República Popular da China faz parte da política do governo português de relações abertas e diálogo com todos os países do mundo. O reconhecimento foi pronunciado por contactos e declarações de altos dirigentes portugueses ao longo dos últimos meses, em especial durante a visita a Macau, em Outubro de 1974, do ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, e da visita de Mário Soares, em Outubro, à ONU.

3. O representante da República da China¹¹⁶ em Lisboa emitiu uma declaração pública classificando a declaração do governo português como «um erro». O representante afirmou que um funcionário do Ministério das Finanças o notificou no final da manhã de 6 de Janeiro sobre o anúncio iminente.

¹¹⁶ República da China é o nome oficial da Ilha Formosa ou Taiwan.

4. A embaixada está a tentar descobrir se a acção do governo português significa que a República Popular da China adoptou uma posição mais moderada do que aquela que condicionava a existência de relações se Portugal concretizasse a descolonização de todas as colónias africanas.

TELEGRAMA 1975LISBON 00098_b

TÍTULO O ex-presidente Spínola declara apoio ao socialismo democrático em entrevista à imprensa

DATA 08-01-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Sumário: Quebrando três meses de silêncio, o ex-presidente Spínola discursou longamente no semanário *Expresso* sobre vários assuntos importantes, incluindo a sua filosofia política. A entrevista foi concedida no mesmo dia em que a Comissão Coordenadora do MFA apresentou a sua opinião sobre alguns dos assuntos tratados por Spínola, antes que o MFA definisse o futuro rumo do movimento. A entrevista também é uma provável resposta aos ataques do MFA contra Spínola e às referências a ele como um político «ultrapassado». Pela primeira vez, Spínola demonstrou publicamente o seu apoio ao socialismo democrático, defendendo o pluralismo como base para o progresso em todos os sectores da vida nacional e pedindo a cogestão dos meios de produção pelos trabalhadores, em vez da nacionalização. Muito do tema, bem como do conteúdo, que Spínola defende, vem dos programas do CDS, PPD e PS, o que sugere que, se ele escolher candidatar-se algum dia à presidência, acima dos partidos individuais, atrairá o apoio de muitos sectores da população. Fim do Sumário.

1. Quebrando um silêncio de três meses, o ex-Presidente Spínola concedeu uma entrevista exclusiva na véspera de Ano Novo a Marcelo Rebelo de Sousa, director-adjunto do liberal e independente semanário *Expresso*. Na entrevista, Spínola discutiu os motivos da sua renúncia, a sua interpretação do Programa do MFA, a sua filosofia política e os planos para o futuro. De maior interesse são as suas observações sobre a sua filosofia política pessoal, que se assemelham ao programa político de um homem que não sente ter «completado a sua missão histó-

rica», para usar a frase sobre ele usada pela Comissão Coordenadora do MFA, na semana passada.

2. Spínola, quando questionado sobre as suas ideias para superar as actuais dificuldades socioeconómicas de Portugal, disse que qualquer solução pressupõe um sistema «democrático e socialista». Ele apoia um socialismo português e democrático, construído no respeito à dignidade, à liberdade e aos direitos fundamentais da pessoa. Como cidadão, apoia «correntes progressistas, essencialmente pluralistas, cujas bases ideológicas estão enraizadas no socialismo democrático».

3. Especificamente, o ex-Presidente defendeu cinco pontos programáticos subjacentes ao seu conceito de socialismo democrático («socialismo em liberdade»): independência e controlo recíproco dos poderes do Estado; responsabilidade efectiva do poder político perante a nação; subordinação do poder económico ao poder político. Spínola deteve-se longamente neste último ponto, caracterizando Portugal como politicamente à esquerda, mas economicamente à direita. Na sua visão, o poder económico deve ser democrático, mas não nacionalizado («em Portugal, o Estado sempre foi um péssimo gestor de negócios»). A ideia de que algo muda pelo simples facto de o Estado possuir os meios de produção, afirmou ele, é pura utopia. Em vez disso, propôs que os trabalhadores participassem directamente como co-proprietários das fábricas, com todos os direitos que tal co-propriedade implica, incluindo a divisão dos lucros da empresa. «O verdadeiro socialismo reside na co-propriedade imediata e na gestão colectiva dos meios de produção numa variedade de formas específicas». São necessárias medidas reais, não nominais, contra os monopólios existentes para democratizar a vida económica e permitir que as forças criativas da livre escolha e da livre iniciativa sejam libertadas.

4. O General criticou duramente a intoxicação ideológica e alertou para os perigos de criar um novo totalitarismo de esquerda, substituindo o de direita, que acabou

de ser derrotado. «Que não haja dúvidas – se o país aceitar novamente um singularismo político, por mais democrático que afirme ser, jamais escapará da ditadura». Mais importante no momento actual do que qualquer outra medida é a existência do pluralismo em todas as esferas. Ele incentivou o pluralismo no campo administrativo: a descentralização local e administrativa para combater o controlo estatal centralizado; pluralismo no campo laboral: para proteger cidadãos, trabalhadores e consumidores contra a centralização sindical tão característica do totalitarismo; pluralismo no Movimento das Forças Armadas: por meio da institucionalização do MFA para incluir todas as Forças Armadas, a fim de garantir que uma pequena elite militar não permaneça predominantemente no poder político; pluralismo de opinião nos media: «onde há censura, não há democracia».

5. Sobre a questão das eleições, Spínola disse que elas deveriam ser realizadas conforme o cronograma. Ao contrário do PCP, que parece estar a iniciar uma campanha para minimizar a importância das eleições, Spínola acredita que elas de facto revelarão a verdadeira vontade do povo.

6. Quanto ao futuro político do MFA, Spínola deixou claro: o MFA deveria exercer o poder político apenas durante o período necessário à institucionalização de um sistema democrático autêntico. O MFA não deve manter o poder político, «excepto por um curto período de tempo e em dimensões restritas». O MFA deve manter neutralidade estrita entre os vários partidos políticos e entregar o poder apenas ao partido que represente claramente a maioria da população, conforme demonstrado pelos resultados eleitorais.

7. Por que renunciou à presidência em 30 de Setembro? Spínola respondeu que a sua acção foi perfeitamente coerente com acções passadas, como entenderão aqueles que estudam os registos da sua administração na Guiné. Lá, e como pode ser visto nos seus discursos e actos

como Presidente da República, ele guiou-se pelo desejo de democratizar, socializar e libertar o povo. Para alguém inspirado pelo desejo de servir o seu país com base no humanismo socialista, ele não tinha outra escolha senão renunciar e recusar-se a colaborar na preparação de «novos regimes autocráticos». Ele não concordava com a nova interpretação dada ao programa do MFA, deixando claro, no entanto, que não há nada neste programa que não corresponda exactamente ao seu pensamento político.

8. Comentário: Spínola deu a sua entrevista no mesmo dia em que a Comissão Coordenadora do MFA apresentou a sua visão colectiva sobre o programa do MFA e o seu futuro papel na política. Enquanto a Comissão Coordenadora representa o motor que tenta fazer o MFA avançar por novos caminhos revolucionários, Spínola simboliza os freios que tentaram conter tal movimento. Existe apoio, tanto para as opiniões de Spínola como para as visões da Comissão Coordenadora do MFA e das forças militares em geral; a resolução do problema de e para onde vai o MFA, e a que velocidade, ainda não foi decidida, mas está em discussão activa actualmente na hierarquia do MFA. É provável que algum compromisso entre os extremos seja incorporado na declaração final sobre as metas do MFA a ser emitida pelo Conselho Superior do MFA, antes das eleições.

9. Grande parte do conteúdo do programa político de Spínola é semelhante ao do PPD, como o uso do termo «humanismo socialista». Por outro lado, socialismo na liberdade é uma expressão usada pela ala moderada do Partido Socialista antes do seu Congresso. Para confundir ainda mais as coisas, os líderes do CDS dizem que o seu programa é o mesmo que o defendido por Spínola, embora não se declarem socialistas.¹¹⁷ O programa de Spínola é suficientemente vago, mas progressista o sufi-

ciente para atrair os apoiantes dos três partidos, cujo apoio ele precisaria caso se candidatasse como candidato independente à presidência no futuro. No entanto, o General absteve-se cuidadosamente de se identificar com qualquer partido em particular, o que, nesta fase, provavelmente não seria bom nem para ele nem para o partido em questão. Muitos continuam a acreditar que Spínola está em baixa, mas não fora do jogo político, e que, tendo em conta a recente declaração do MFA, que se refere essencialmente a ele como tendo «cumprido a sua missão histórica», e, na verdade, o ataque pessoal de Otelo Saraiva de Carvalho na semana passada, Spínola foi obrigado a mostrar-se vivo e activo, e não o reacçãoário descarado que os seus oponentes ideológicos apresentam. É difícil atacar o seu programa sem atacar indirectamente o CDS, o PPD e o PS, ou vice-versa, e pode garantir o apoio deles se ele for atacado programaticamente. Esperamos que Spínola desenvolva mais plenamente as ideias expressas em entrevista no próximo livro que está a terminar.

¹¹⁷ Tanto socialista unido no desejo de travar o caminho para o socialismo...

TELEGRAMA 1975LISBON 00104_b

TÍTULO PPD ameaça sair do governo caso seja aprovado o projecto de lei que institucionaliza a federação sindical única

DATA 08-01-74

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO Assunto: A Embaixada soube que um projecto de lei para institucionalizar uma federação sindical unitária foi formalmente proposto numa sessão do Conselho de Ministros, ontem à noite. O ministro sem pasta do PPD, Magalhães Mota, ameaçou a retirada do PPD da coligação governamental caso o projecto seja aprovado. O ministro da Justiça, o socialista Salgado Zenha, falando em nome do Partido Socialista, apoiou os argumentos apresentados por Mota contra a aprovação do projecto de lei na forma actual, embora ele não tenha chegado ao ponto de comprometer o PS a abandonar o governo por causa desta questão. Antes da reunião do governo, Zenha tomou a rara iniciativa de criticar duramente vários pontos do projecto de lei numa carta ao editor do *Diário de Notícias*.

2. O líder do PCP, Álvaro Cunhal, disse-se a favor do projecto de lei, argumentando que, uma vez aprovado pela Comissão dos Vinte na sua última sessão, o governo deveria acompanhar. Magalhães Mota supostamente retorquiu que o governo tem o poder legal para aprovar leis, não o MFA, e que o projecto de lei é inconstitucional na sua forma actual, merece a oposição de dois dos três partidos da coligação e, portanto, não deveria ser votado. Após 15 minutos de discussão animada, o primeiro-ministro interrompeu o debate, ordenando que o assunto fosse trazido novamente a 17 de Janeiro.

3. Após o final da reunião do governo, a Comissão Política do PPD reuniu-se em sessão de emergência para delinear a estratégia futura sobre esta questão. Fizeram contactos com dirigentes do Partido Socialista que, de

acordo com duas fontes bem posicionadas do PPD, concordaram em apoiar o PPD nesta questão. O PPD acredita que pode forçar o MFA a tomar uma decisão sobre esta questão, já que deixar a coligação governamental sozinha à responsabilidade do PCP seria politicamente inaceitável para a actual hierarquia do MFA. As nossas fontes do PPD dizem que estão dispostas a ir até ao fim na questão da liberdade sindical e que forçarão o MFA a tomar uma decisão, de uma forma ou de outra. O PPD espera que a Intersindical contra-ataque antes do dia 17 com uma demonstração de força, talvez permitindo ou promovendo uma série de greves.

4. Comentário: O assessor de Magalhães Mota acredita que o PPD pode vencer esta questão, embora não tenhamos tanta certeza. O movimento sindical sob controlo da Intersindical é muito importante para o PCP, e duvidamos que eles estejam dispostos a ceder facilmente. É provável que haja algum tipo de compromisso sem uma votação formal, mas a natureza desse compromisso é desconhecida.

Sumário: As conversações entre os três grupos de libertação de Angola e o governo português, com o objectivo de estabelecer um governo de transição, estão previstas iniciarem-se a 10 de Janeiro em Portugal. Fim do Sumário.

TELEGRAMA 1975LISBON 00130_b

TÍTULO Conversações para uma cimeira para o governo de transição em Angola

DATA 09-01-75

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Um comunicado do governo de 8 de Janeiro anunciava: o Presidente Costa Gomes abrirá as conversações da Cimeira de Angola entre MPLA, FNLA, UNITA e governo português a 10 de Janeiro, no Algarve. O local das conversações é o luxuoso hotel de golfe da Penina, na costa sul de Portugal, perto de Portimão.

2. A delegação do governo português será constituída pelo ministro sem pasta, Melo Antunes, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, pelo ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, e pelo Alto Comissário de Angola, Almirante Rosa Coutinho.

3. Os dez delegados portugueses previstos para chegar com Coutinho são: Prof. Brito de Figueiredo (Educação), Dr. Amílcar Martins (saúde), Eng. Guerra Marques (engenharia e ensino superior), Eng. António Castilho (economia), Sr. Salvação Barreto (transporte rodoviário), Sr. Edmundo Gonçalves (sindicatos), Sr. Américo Silva (organização nacional do trabalho), Eng. José Nunes Pedro (café), Eng. Cardoso e Cunha (indústria-pesca), e Sr. Morais Sarmento (imprensa),

4. Holden Roberto, da FNLA, deve chegar com, segundo reportagens da imprensa, 106 assessores a bordo do jato Air Zaire do Presidente Mobutu. Dos outros dois grupos de libertação, Lúcio Lara e Lopo do Nascimento (MPLA) já estão em Lisboa, e Wilson Santos, Jorge Valentim e António Vakulukuta devem fazer parte da equipa da UNITA. Todos os três líderes, Roberto, Neto e Savimbi, deverão participar da Cimeira. As delegações na conferência são limitadas a 12 homens cada.

TELEGRAMA 1975LISBON 00137_b

TÍTULO Postura do Partido Socialista em relação à proposta de lei sindical

DATA 10-01-75

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Francisco Marcelo Curto, responsável pelos assuntos laborais do Partido Socialista, confirmou que o Partido Socialista está incomodado com a lei sindical unitária proposta pelo ministro do Trabalho, Costa Martins, em reunião do governo de 7 de Janeiro. Curto afirma que soube que o PPD ameaçou retirar-se da coligação governamental se a lei fosse aprovada na forma proposta, mas não tinha informações confiáveis e não poderia confirmar este relatório. O Partido Socialista, por outro lado, embora compartilhe a posição de oposição do PPD à lei proposta, nem sequer considerou a possibilidade de se retirar do governo. Os socialistas vêem a lei sindical como apenas uma parte de uma questão mais ampla sobre a participação dos comunistas no governo.

2. O ministro do Trabalho, Costa Martins, disse ao adido laboral a 6 de Janeiro que a lei sindical proposta seria modificada para minimizar o papel do governo e da política em questões sindicais. Por exemplo, nenhum dirigente de um partido político poderia ser também dirigente sindical. Curto também confirmou que o ministro do Trabalho apresentará uma versão modificada da proposta de lei sindical unitária para apreciação do gabinete a 17 de Janeiro. Curto afirma que a versão modificada da lei é ainda mais favorável às posições apoiadas pela Intersindical.

3. Curto lamenta a continuada ausência do secretário-geral do partido, Mário Soares, em viagens do Ministério dos Negócios Estrangeiros enquanto decisões importantes estão pendentes, mas afirma que Soares está preocupado

com a possibilidade de eclosão de uma guerra civil entre grupos de libertação em Angola.

4. Comentário: O facto de o jornal *República*, do Partido Socialista, ter conseguido a posse e uso da gráfica da extinta *Época*, desejada pelos comunistas e pela Intersindical, indica que os socialistas ainda exercem uma força considerável dentro do governo e que os socialistas e o PPD, juntos, têm a possibilidade de forçar a modificação da proposta de lei sindical unitária. Consta que os comunistas e a Intersindical estão a agendar uma manifestação sindical para 14 de Janeiro, antes da reunião do governo de 17 de Janeiro.

TELEGRAMA 1975LISBON 00148_b

TÍTULO Embaixador Carlucci: projecto de declaração biográfica

DATA 10-01-75

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO 1. Em preparação para a chegada do embaixador Carlucci, a embaixada elaborou um projecto de declaração biográfica para divulgação local em português e inglês. A declaração é baseada numa divulgada em Fevereiro de 1973. Solicitamos ao embaixador Carlucci que reveja a declaração, faça as alterações que desejar e aconselhe. A declaração segue:

2. Início do texto. O embaixador Frank C. Carlucci, 44 anos, foi empossado como embaixador dos Estados Unidos da América em Portugal a 26 de Dezembro de 1974. Um diplomata de carreira, o sr. Carlucci estava colocado desde 1972 como subsecretário do Departamento de Saúde, Educação e Bem-estar, a principal agência de recursos humanos do governo dos EUA.

3. Antes da sua nomeação para o Departamento de Saúde, Educação e Bem-estar, o embaixador Carlucci serviu por um ano e meio no Gabinete de Gestão e Orçamento, primeiro como director associado e, depois, como director-adjunto. Em Agosto de 1972, ele foi enviado como representante pessoal do Presidente para Wilkes-Barre, Pensilvânia, onde coordenou os esforços federais de assistência às vítimas atingidas pelas cheias provocadas pela tempestade tropical Agnes, o maior desastre natural da história dos Estados Unidos. O sr. Carlucci também foi director do Gabinete de Oportunidades Económicas de Janeiro a Setembro de 1971.

4. O embaixador Carlucci nasceu em Scranton, Pensilvânia, em 18 de Outubro de 1930. Após a sua graduação na Universidade de Princeton, em 1952, frequentou a escola

de negócios da Universidade de Harvard. Serviu como oficial da Marinha dos EUA de 1952 a 1954. Trabalhou numa empresa privada em Portland, Oregon, de 1955 a 1956.

5. O embaixador Carlucci ingressou no serviço exterior dos EUA em 1956. Serviu no Departamento de Estado antes de ser designado como oficial económico em Johannesburgo. Trabalhou na embaixada americana em Kinshasa de 1960 a 1963. Após uma breve tarefa no Departamento de Estado, regressou ao estrangeiro e serviu em Zanzibar de 1964 a 1965. A sua missão seguinte foi na embaixada americana no Rio de Janeiro, de 1965 a 1969.

6. O embaixador Carlucci é o embaixador de carreira mais jovem no serviço diplomático dos EUA. Ele ganhou o prémio de serviço superior do Departamento de Estado em 1962 e o prémio de honra superior em 1969. Fim do texto.

TELEGRAMA 1975LISBON 00155_b

TÍTULO Proposta de declaração à chegada do embaixador Carlucci

DATA 11-01-75

ASSINADO SCOTT

CONTEÚDO A seguir, apresentam-se os pontos da declaração para consideração do embaixador Carlucci. A embaixada agradecerá os comentários e a revisão do embaixador. Início do texto.

- Deixe-me dizer que estou muito satisfeito por estar em Portugal. É uma honra representar o Presidente Ford num momento da história em que Portugal se esforça por criar as condições para a democracia e a justiça social, tanto no país como no estrangeiro.

- A história ensina-nos que a luta para fazer a democracia funcionar nunca termina. É natural que o progresso nesta área acarrete problemas. Mas também há soluções.

- O povo português é um povo orgulhoso e, mais uma vez, um povo livre. Os povos livres devem construir o seu próprio destino.

- Estou particularmente satisfeito por estar aqui num momento em que os nossos dois países estão a embarcar num programa de colaboração económica. Da minha parte, pretendo fazer tudo o que estiver ao meu alcance para fortalecer ainda mais as relações luso-americanas.

- O povo português embarcou em muitas viagens de descoberta. Grandes viagens raramente são simples. Estou satisfeito por ter reservado uma passagem naquela que promete ser a maior viagem de Portugal: a dinamização das instituições representativas e o desenvolvimento económico.

TELEGRAMA 1975LISBON 00158_b

TÍTULO Partida do embaixador Scott

DATA 13-01-74

ASSINADO OKUN

CONTEÚDO O embaixador Scott partiu de Lisboa no dia 12 de Janeiro, às 15h40. Assumi o cargo.

¹¹⁸ HERB OKUN: Novo DCM. Fala-se muito de Carlucci, mas o seu DCM (vice-chefe da Missão) é um diplomata de carreira, filho de imigrantes bielorrussos, profundamente anti-comunista, que seria embaixador na RDA e terminaria a sua carreira na Jugoslávia como testemunha de acusação de Milosevic.

TELEGRAMA 1975LISBON 00162_b

TÍTULO Declaração de chegada do embaixador Carlucci¹¹⁹

DATA 13-01-74

ASSINADO OKUN

CONTEÚDO 1. Recomendamos que considere fazer a sua declaração de chegada em português. Os embaixadores Knight e Bennett falaram em português à chegada. Este gesto de cortesia foi muito apreciado pelos portugueses. Caso concorde, por favor, envie-nos o texto da sua declaração para que possamos traduzi-la para português e enviá-la de volta.

2. Recomendamos também que se proponha visitar o embaixador Scott enquanto estiver em Nova Iorque. A morada e o número de telefone dele são: 784 Park Avenue, tel. 288-4952.

¹¹⁹ Esta declaração de Frank Carlucci pode ser importante para se perceber algumas mudanças na informação emitida pela embaixada a partir deste momento: «Primeiro, você tenta moldar a embaixada. Dei essa tarefa [ao Chefe Adjunto da Missão, Herb Okun]. A tendência natural para pessoas como Herb e eu é fazermos as reportagens nós mesmos, o que fizemos por algumas semanas porque não havia outra opção. Então, eu disse ao Herb que ele precisava parar de reescrever os telegramas e começar a enviá-los de volta aos redactores, instruindo-os a reescrevê-los e a como reescrevê-los, até que treinássemos as pessoas. Ele precisava definir cronogramas, metas. Tínhamos que ser muito precisos quanto ao que queríamos da equipa.»



ÍNDICE DE ORGANIZAÇÕES E PESSOAS

A	António Patrício Gouveia	103
	APO	419
C	Caetano da Cunha Reis	246
	Carlos Mota Pinto	150
	CODEL	418
	COMIBERLANT	70
D	DAO	49
	DATT	19
F	Fisher Lopes Pires	42
	Franklin Delano Roosevelt	125
G	Guilherme George Conceição e Silva	41
H	Herb Okun	446
J	João Diogo Nunes Barata	253
	José Joaquim Teixeira Ribeiro, Professor	55
	José Miguel Judas	50
L	LEGAAT	287
	Luís de Barros	42

M	MAAG	41
	Maha Thray Sithu U Thant	286
	Manuel Ataíde Ferreira	368
	Manuel Simon	196
	Mendes Dias, General	49
P	Paulo Lowndes Marques	60
	Pinho Freire, General	49
	Pires Veloso, General	386
S	Silva Ribeiro, Comandante	50
V	Victor Cunha Rego	113



PUBLICAÇÃO DIGITAL
Lisboa, Outubro de 2025